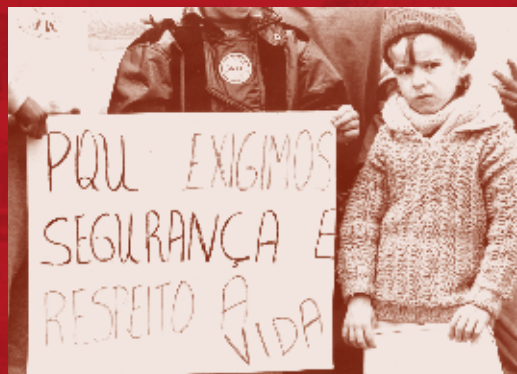


COMSAT

Químicos do ABC: 30 Anos de Luta Pela Saúde (1984 - 2014)



Organizadores:
Remígio Todeschini
Nilton Freitas
José Freire da Silva



COMSAT

Químicos do ABC:

30 Anos de Luta Pela Saúde

(1984 - 2014)

Organizadores:

Remígio Todeschini
Nilton Freitas
José Freire da Silva



FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Sindicato dos Químicos ABC
COMSAT - Comissão de Saúde do Trabalhador

PESQUISA, ORGANIZAÇÃO E TEXTOS

Remígio Todeschini
Nilton Freitas
José Freire da Silva

FOTOGRAFIAS CAPA

Acervo Sindicato dos Químicos ABC
Dino Santos
Explosão Di-all Química em Diadema - Ricardo Trida/DGABC

REVISÃO

Mirian Ângela de Oliveira Ventura

PROJETO GRÁFICO

MGiora Comunicação

TIRAGEM

1.000 exemplares

IMPRESSÃO

NSA Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

COMSAT Químicos do ABC : 30 anos de luta pela saúde (1984-2014) / [autores e organizadores] Remígio Todeschini...[et al.] ; Thomas Jansen, [colaborador]. - São Paulo : Conecta Brasil, 2015.

Outros autores e organizadores: Nilton B. B. Freitas, José Freire da Silva, Thomas Jansen
Bibliografia

1. COMSAT - Sindicato dos Químicos do ABC - História 2. Sindicatos - Brasil - História 3. Químicos - Brasil I. Todeschini, Remígio. II. Freitas, Nilton B. B. III. Silva, José Freire da. IV. Jansen, Thomas.

15-06752

CDD - 331.880981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Sindicato dos Químicos do ABC :
História 331.880981

SUMÁRIO

1. O Nascimento da COMSAT e o programa de saúde do trabalhador químico	17
Remígio Todeschini	
2. A contaminação por Chumbo	33
Remígio Todeschini	
3. Da contaminação pelo Mercúrio ao Direito de Saber	43
Nilton Freitas	
4. O Trabalho de turno e a reconquista do turno de 6 horas	57
Remígio Todeschini	
5. Da contaminação pelo Benzeno ao desenvolvimento sustentável	67
Nilton Freitas	
6. Acidentes Químicos Ampliados: explosões e mortes, do ABC para o Brasil	85
Nilton Freitas	
7. Direito de recusa frente aos riscos graves e iminentes	97
Remígio Todeschini	
8. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - da luta contra a contaminação para a defesa da qualidade de vida	105
Nilton Freitas	
9. Enfrentamento dos acidentes e doenças no setor plástico	117
José Freire da Silva e José Araújo de Almeida	
10. Avanços na legislação na área de saúde e previdência	125
Remígio Todeschini	
11. Nanotecnologias: fronteira da ciência, da indústria e de ação sindical	135
Thomás Jansen	
12. Avanços das cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho de 1984 a 2014	147
Remígio Todeschini	
13. Químicos do ABC e o Controle social	163
José Freire da Silva	
14. Organização no local de trabalho e CIPAS	171
Remígio Todeschini	
15. Entrevistas e depoimentos	
15.1 Entrevista Maria Mendes	177
15.2 Entrevista Nilton Freitas	181
15.3 Entrevista Sérgio Novais	186
15.4 Entrevista Remígio Todeschini	190
15.5 Entrevista com José Freire	196
15.6 Depoimento de Fernando Galvanese	202
15.7 Depoimento de Domingos Lino	205
15.8 Depoimento de Élcio Antonio Tibério	207

Remígio Todeschini

Primeiro coordenador da COMSAT, ex-presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, ex-membro da Executiva Nacional da CUT, ex-Secretário Geral do DIESAT e Coordenador do INST/CUT. Foi Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Presidente da Fundacentro e Diretor de Saúde Ocupacional do Ministério da Previdência Social. Atualmente, é Diretor Executivo da Previdência do Município de Santo André. Advogado, Mestre em Direitos Sociais (PUC-SP) e Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela UNB-DF.

Nilton Benedito Branco Freitas

Arquiteto (FAU/UMC), Engenheiro de Segurança do Trabalho (UFBC), Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ/RJ) e Especialista em Relações Internacionais (UnB). Assessorou a COMSAT no período de 1987 a 2002. Integrou a subseção do DIESAT no Sindicato dos Químicos do ABC, atuou como consultor do INST/CUT e do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos BioManguinhos (FIOCRUZ/RJ). Foi presidente da FUNDACENTRO e Assessor Especial do Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), quando representou o Brasil no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) durante o primeiro mandato do presidente Lula. Tornou-se assessor de Políticas Públicas e Sociais do Sindicato dos Químicos do ABC e, atualmente, é o Representante Regional para a América Latina e o Caribe da Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM).

José Freire da Silva

Formado em Direito, Diretor de Organização do DIESAT, secretário de saúde, condições de trabalho e meio ambiente do Sindicato dos Químicos do ABC, coordenador da COMSAT, e funcionário da Component Ind. Com. Ltda.



Economista, assessor técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), atuando na subseção do Sindicato dos Químicos do ABC. É membro do conselho consultivo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e da Sociedade Latino-americana de Economia Política (SEPLA). É autor de estudos e artigos sobre temas relacionados ao mundo do trabalho e desempenho setorial, particularmente na indústria química. Dentre esses trabalhos, no tema das nanotecnologias, destacam-se a História em Quadrinhos Nanotecnologias: Maravilhas e Incertezas no Universo da Química (ISBN 978-85-98117-54-6), da qual elaborou o argumento e colaborou no roteiro, publicada pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (Fundacentro), em maio de 2010. A história foi traduzida para o Inglês (ISBN 978-85-98117-65-2) e o Espanhol (ISBN 978-85-98117-64-5), em edições publicadas pela Fundacentro em julho de 2011; e a nota técnica Nanotecnologias e os trabalhadores do ramo químico - um registro da trajetória dos Químicos da CUT no Estado de São Paulo, editada pelo DIEESE em março de 2009. Contato: thomaz@dieese.org.br

André Araújo de Almeida

Técnico de Segurança do Trabalho, assessor técnico da Secretaria de Saúde do Sindicato dos Químicos do ABC e graduando de Engenharia Ambiental.

Este livro vem retratar a história de lutas da Comissão de Saúde e Trabalho do Sindicato dos Químicos do ABC, nascida em maio de 1984. Essa história está inserida nas lutas pela democratização e combate à odiosa ditadura militar que impôs trevas neste país durante mais de vinte anos.

Sem dúvida, o presente trabalho retrata diversas lutas coletivas empreendidas neste país, principalmente junto à base dos Químicos do ABC, de 1984 a 2014. Lutas que, além dos reflexos imediatos na melhoria das condições de trabalho junto à base dos químicos, teve reflexos na luta geral dos trabalhadores em nível nacional, tanto junto ao DIESAT como junto à CUT e diversas centrais sindicais, além de influir em diversas políticas públicas em nível nacional e em nível internacional.

O primeiro capítulo trata do nascimento da COMSAT, seus primórdios, a competente assessoria do DIESAT na época, e a criação do revolucionário Programa de Saúde do Trabalhador Químico, com o acompanhamento permanente do Sindicato que se transformou posteriormente no CEREST, embora esse último como política de estado.

A luta contra a contaminação do Chumbo na Ferro Enamel tornou conhecido nacionalmente o Sindicato dos Químicos na luta em defesa da saúde. Essa luta é retratada no capítulo segundo, a partir de avanços consideráveis na exigência de levantamento técnico das condições de trabalho e de um cronograma de melhorias acompanhado pelo Sindicato, entre outras conquistas que aperfeiçoaram a convenção coletiva dos químicos no estado de São Paulo como um todo.

O terceiro capítulo trata “Da contaminação pelo Mercúrio ao Direito de Saber”. Uma luta vitoriosa do começo ao fim, durante, ao menos, treze anos. Primeiro, por fazer introduzir na legislação brasileira, de modo contundente e claro, o direito de saber (sobre a que está exposto e que efeitos teve sobre a saúde). Segundo, porque “termina” (na verdade a luta nunca acaba), por coibir a ampliação do uso de uma tecnologia nociva no país. Do começo ao fim, a mesma fórmula: combinar uma forte presença sindical no local de trabalho com a luta institucional e legal, baseada sempre em consistente saber científico.

A luta pela redução da jornada de trabalho, quarto capítulo, principalmente em atividades ininterruptas durante vinte e quatro horas, foi uma das bandeiras que vingou na Constituição de 1988

(Turno de seis horas) e transformou-se em jornadas reduzidas de turno, criando mais uma nova turma de trabalho (5ª Turma). Essa redução de jornada, em tempos de economia neoliberal, continua sob constantes ataques para ser retirada, mas a persistência e resistência quanto a essa nova jornada deverá continuar.

O quinto capítulo trata “Da contaminação pelo Benzeno ao desenvolvimento sustentável”. Desde o fechamento das Indústrias Químicas Matarazzo em 1986 até o Acordo Nacional Tripartite do Benzeno de 1995 - reconhecido pelas Nações Unidas como um modelo - os Químicos do ABC contribuíram intensamente para a solução de um dos maiores problemas de saúde pública relacionado à industrialização do país: mais de três mil trabalhadores afastados. As experiências de luta e os acordos firmados na Petroquímica União, UNIPAR e Cofade constituíram-se em referências práticas para o avanço conceitual, normativo e tecnológico da proteção da saúde do trabalhador na indústria química e petroquímica brasileira.

O sexto capítulo retrata a explosão ocorrida na Petroquímica União (atual Braskem) no ano de 1992 no polo petroquímico do ABC-SP, que despertou a consciência nacional para o risco de instalações e processos industriais localizados em áreas urbanas, desencadeando processos normativos, tecnológicos e de gestão inovadores, como a nova NR-13 e a ratificação da Convenção 174 da OIT pelo Brasil.

O capítulo sétimo do “Direito de recusa frente aos riscos graves e iminentes” propiciou ao movimento sindical, tanto no estado de São Paulo como no Rio de Janeiro, da inclusão constitucional de dois estados do Direito de Recusa frente aos riscos graves e iminentes. Posteriormente, com a nova legislação do SUS, houve esse dispositivo em âmbito legal permitindo aos sindicatos exercer esse direito.

A luta contra a contaminação e a defesa da qualidade de vida, no capítulo oitavo, foi a inovação que os Químicos do ABC e a COMSAT propuseram em 1992, quando distribuíram, na ECO-92, o Jornal SINDIQUIM, que foi editado em quatro idiomas. O tema: a contaminação do Mercúrio na Eletrocloro”. Daí à campanha do INST/CUT pelo “mapa de risco ambiental”, à participação na Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT e às alianças com movimentos sociais, de moradores e ambientalistas, foi apenas um passo. A modernização tecnológica trouxe com ela novos riscos e novos desafios, entre esses, melhorar a qualidade de vida no trabalho e nas cidades.

O capítulo nono trata de acidentes do setor plástico, com seus inúmeros traumas além dos constantes problemas de LER/DORT. Há o relato do incessante trabalho da redução dos traumas através

da Comissão Permanente de Negociação, as constantes visitas técnicas nas empresas e a parceria com o CEREST e a Fundacentro na luta contra a acidentalidade neste setor.

A COMSAT foi de fato um laboratório social que permitiu avanços importantes na legislação na área de saúde e previdência. O capítulo décimo trata da luta de inclusão de normas previdenciárias, exigindo afastamento de trabalhadores contaminados. Também retrata a participação ativa em grupos governamentais para o aperfeiçoamento de normas no campo de Saúde e Segurança, além de ter influenciado na construção da metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) na Previdência Social, que foi negociada com os atores sociais.

O capítulo décimo primeiro trata da novidade sobre a Nanotecnologia. Fronteira desconhecida de uma nova tecnologia com os riscos ainda desconhecidos sobre a saúde dos trabalhadores, que é objeto constante de debates, inclusive com participação ativa da Federação e Confederação dos Químicos da CUT. Detalha o andamento de projeto de lei a respeito dessa nova tecnologia e os desafios para o movimento sindical.

O décimo segundo capítulo trata do arsenal prático que os trabalhadores químicos no estado de São Paulo detém na regulação de normas e exigências para a defesa da saúde nos locais de trabalho. Esse capítulo retrata o avanço quinquenal desses últimos trinta anos, mostrando a evolução das cláusulas de saúde e segurança do trabalho no setor químico, com participação ativa da COMSAT.

Os químicos do ABC, por meio da COMSAT, ampliaram a sua participação em diversos fóruns junto ao poder público, quer seja na Previdência, em nível regional, nas Comissões de Saúde Pública, nos diversos municípios do ABC e demais fóruns de entidades públicas. Essa participação, relatada no décimo terceiro capítulo, fortalece o “empoderamento” e a participação dos trabalhadores químicos na construção de diversas políticas públicas no campo da saúde, trabalho, meio ambiente e previdência.

O capítulo décimo quarto retrata a evolução dos químicos do ABC na luta pela organização no local de trabalho e por tornar as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), mais ativas. Todo esse trabalho desenvolvido nos últimos trinta anos não seria possível se não houvesse o enraizamento de uma organização nos locais de trabalho.

A última parte do livro traz o testemunho, por meio de entrevistas ou depoimentos de dirigentes e técnicos que participaram de todo esse processo de luta pela Saúde nos Químicos do ABC, e entidades coirmãs. Foram entrevistados:

Maria Mendes, ex-dirigente sindical do setor da Construção Civil; Nilton Freitas coautor e técnico do sindicato dos Químicos e DIESAT nas diversas lutas aqui relatadas; Sérgio Novaes ex-presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, como também Remígio Todeschini, ex-presidente do Sindicato e coautor desse livro; e José Freire da Silva, coordenador da COMSAT dos últimos anos. Há o depoimento especial do Dr. Fernando Galvanse, que foi Secretário de Saúde do Município de Santo André, além do depoimento de Domingos Lino, que foi também um dos Coordenadores da COMSAT e ex-funcionário da Matarazzo Química, assim como do depoimento de Élcio Antonio Tibério, que foi um dos coordenadores da COMSAT, ex-funcionário da Solvay.

Boa Leitura para todos, e que esse livro sirva de guia, discussões e formação para a continuidade da luta em defesa da saúde de todos os trabalhadores.

A luta pela saúde é um marco constante na história do Sindicato dos Químicos do ABC nestes quase oitenta anos de existência. Paradoxalmente, é a partir dos anos 1980 que se registram os avanços mais expressivos nessa longa caminhada que, todavia, não é isolada nem solitária. Pelo contrário, é a expressão da luta histórica da classe trabalhadora contra a lógica capitalista da mais-valia imediata e da transferência do ônus privado para as hostes do Estado.

Por isso, se desenvolve concomitante e intrinsecamente relacionada ao período de levante da classe operária do ABC paulista contra as mãos de ferro do estado de exceção subserviente aos interesses capitalistas mais selvagens. É nesse contexto que se dá a primeira greve em defesa da saúde na história brasileira, contra a contaminação pelo Chumbo na Ferro Enamel (1984). É nesse contexto que se renova a direção política do Sindicato dos Químicos do ABC e se inova com a criação de uma Comissão de Saúde e Trabalho (COMSAT), que reúne dirigentes sindicais, militantes sindicais de base e militantes da saúde pública e coletiva: contra o controle da saúde do trabalhador pelo patrão; contra a contaminação da saúde e do meio ambiente a partir do controle do processo produtivo pelo coletivo de trabalhadores organizados no interior da fábrica; pela valorização do papel do estado na gestão e controle da saúde pública, incluída a saúde dos trabalhadores; pelo fortalecimento da capacidade e do poder de fiscalização do estado sobre a qualidade ambiental de processos produtivos industriais.

Essa é uma história de lutas, de mortes e de adoecimento no trabalho e também uma história de vitórias que levaram à construção de políticas públicas em saúde pública e higiene do trabalho, meio ambiente e controle de riscos industriais, em âmbito regional e nacional, com repercussões também na esfera internacional, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Uma história sobretudo coletiva, que se realizou a partir de alianças com outras organizações sindicais regionais, nacionais e internacionais, com organizações comunitárias e ONGs ambientalistas, com especialistas militantes do serviço público e de universidades, com diferentes esferas e áreas de governo. Profundamente encravada, sobretudo, no local de trabalho. Essa sempre foi a maior fortaleza dos Químicos do ABC frente a todos os seus desafios. A COMSAT teve a capacidade de colocar em prática a máxima do desenvolvimento sustentável muito antes que a expressão ganhasse a amplitude que tem hoje: “Pensar globalmente e agir localmente”.

Por isso, esse é um trabalho que não pode parar: organizar os trabalhadores desde o local de trabalho; construir a Organização no Local de Trabalho (OLT) fortalecendo a CIPA, a Comissão de Fábrica e o Sistema Único de Representação (SUR), assim como o trabalho de qualificação e educação sindical permanente dos trabalhadores sobre saúde e segurança no trabalho, com um olhar de classe e de acordo com os princípios do movimento operário italiano que revolucionou a saúde do trabalhador nos anos 1960-1970 e inspirou as gerações futuras; apropriar-se do próprio trabalho; saúde não se delega; reconhecer-se enquanto um grupo homogêneo de risco; exercer o princípio da solidariedade de classe.

Estes princípios parecem ainda atuais e relevantes para o enfrentamento das causas de novas formas de adoecimento e sofrimento no trabalho que acometem hoje a categoria: a insegurança no emprego causada pela rotatividade intensa; a intensificação do trabalho e o fim do tempo livre para restabelecimento; a multiplicação e a repetitividade das tarefas; ritmo acelerado; responsabilidade excessiva; assédio moral e sexual; terceirização excessiva; utilização de novos produtos e novas tecnologias sem conhecimento prévio dos riscos e efeitos nocivos à saúde; ameaça permanente de redução de direitos e da proteção social, e outros.

O desafio continua sendo atender à principal missão do Sindicato: conscientizar e criar laços de solidariedade para que a nossa saúde seja preservada. Devemos combater constantemente o individualismo que caracteriza o neoliberalismo, continuarmos a ser um farol, um norte, em que a organização e solidariedade sejam capazes de vencer as más condições de trabalho e a ganância patronal.

Para isso, precisamos de um Sindicato forte, representativo, organizado na base e com grande capacidade e influência política e institucional, que continue sendo respeitado pelos patrões e pelos governos em todos os níveis. Que este livro sirva de reflexão e inspiração para todos que hoje desfrutam dos avanços nele relatados. Que represente também uma homenagem a todos aqueles que, direta ou indiretamente, individual ou coletivamente, na liderança ou na retaguarda, à luz ou nos bastidores, foram protagonistas desta história.

Parabéns à COMSAT pelos seus trinta anos! Parabéns aos trabalhadores químicos do ABC.

Raimundo Suzart
*Presidente do Sindicato
dos Químicos do ABC*

1. O NASCIMENTO DA COMSAT E O PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR QUÍMICO

Remígio Todeschini¹

O contexto político da criação da COMSAT

A COMSAT nasceu em maio de 1984. Na época, vivia-se no contexto de vinte anos da Ditadura Militar. Em 1964, ocorrera o golpe de estado, a chamada Ditadura Militar, que prendera, torturara e matara centenas de militantes políticos, dirigentes sindicais, professores universitários, estudantes, lideranças religiosas e diversos membros da esquerda em nome do combate ao comunismo e contra as chamadas reformas de base na educação e no campo, entre outras reformas necessárias. Vivia-se o período da chamada guerra fria, a polarização Capitalismo X Comunismo, onde qualquer avanço popular progressista ou reivindicação popular era punida e imposta cadeia aos subversivos, com acusações acompanhadas de uma “deduração” de ódio e de acusações infundadas. Quem fosse encontrado lendo material de esquerda, como “O capital”, de Marx, era preso para averiguações. Ou se participasse de conferências e palestras no campo sindical ou de esquerda, poderia ser um potencial “terrorista e subversivo” que atentava contra a ordem capitalista vigente e considerado um agitador dos bons costumes. A militância sindical, política e religiosa de esquerda nessa época devia colocar um papel colorido ou opaco nas capas dos livros ditos de esquerda para não chamar atenção. A pequena e impotente reação armada da esquerda, como a Guerrilha do Araguaia, frente à barbárie dos militares nas prisões, dos anos de 1970, foi dizimada e trucidada pelo exército brasileiro na época. O exército colocou mais de dez mil homens fortemente armados contra cerca de setenta guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que foram dizimados e trucidados pelo exército. Implantou-se um verdadeiro estado de terror, como política de estado autoritária, com a edição de diversos Atos Institucionais que feriam os direitos mais elementares dos cidadãos brasileiros; com sequestro, inclusive, de filhos pequenos de militantes de esquerda

¹ Foi participante ativo de todo esse processo de formação da COMSAT, como do Programa de Saúde do Trabalhador Químico e membro da chapa do Sindicato vitoriosa em junho de 1982.



que eram separados de seus pais. Os relatos detalhados desse período foram reavivados recentemente no ABC, em Santo André, com o Seminário Internacional do Cone Sul: Para que Nunca mais - As ditaduras do Cone Sul cinquenta anos depois¹ (FARIA, 2014).

Um dos trabalhadores químicos perseguido e assassinado pela ditadura militar nesta época (1970) foi Olavo Hansen, trabalhador da Quimbrasil, que estava distribuindo material de “agitação” e mobilização para o 1º de maio de 1970. Foi encaminhado aos órgãos de repressão de São Paulo, torturado, morto e largado num terreno baldio como indigente². Propagou-se um verdadeiro estado de terror em que as lideranças deviam atuar de forma sorrateira para não serem perseguidas e mortas.

Houve mobilizações frente ao terror vampírico da ditadura militar, às políticas de arrocho salarial, à má distribuição de renda, à exploração e ao autoritarismo impostos nos locais de trabalho. A reação começou com a retomada de lutas pós-1964, com a greve de 1968 na metalúrgica Cobrasma em Osasco. Mas a reação mais forte e organizada de massa foi nos anos de 1977 e 1978, contra o arrocho salarial e a ditadura militar nas grandes greves organizadas no ABC e na Grande São Paulo por sindicalistas e membros de comissões de fábrica clandestinas. Surgia o novo sindicalismo, e a criação em 1980 do Partido dos Trabalhadores, com a liderança incontestada neste período de Luiz Inácio Lula da Silva.

Oposição combativa vence as eleições no Sindicato dos Químicos em 1982

Em 1982, no Sindicato dos Químicos do ABC, assim como no Sindicato dos Químicos de São Paulo, as direções sindicais foram tomadas das mãos de “pelegos”, ou seja, de dirigentes que estavam acomodados e impediam as lutas autênticas dos trabalhadores.

A Chapa 2, Renovação e Luta, ganhou a eleição em 1982, quando a nova diretoria e militantes sindicais gritavam insistentemente, após a vitória: “Sindicato livre, Sindicato livre”³, conforme relatado na História dos setenta anos do Sindicato dos Químicos do ABC, em 2008. Uma das bandeiras dessa nova direção era justamente tratar das questões relativas à saúde do trabalhador, uma preocupação do encabeçador de Chapa da Diretoria, que era o companheiro Agenor Narciso.

No segundo semestre de 1982 e durante o ano de 1983, em diversas reuniões e greves, constatou-se o grave problema dos acidentes e doenças, como contaminações por diversos produtos químicos, que a categoria química estava sofrendo. Na época,

também estavam sendo implantados nas empresas, no final dos anos de 1970, os serviços especializados de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). Essa implantação dos serviços de Segurança e Medicina do Trabalho aconteceu em decorrência de o Brasil ter sido denunciado na Organização Internacional do Trabalho como campeão mundial de acidentes do trabalho, e precisava reverter esse quadro diante da opinião pública internacional. Neste mesmo período, ocorria o movimento pelas Diretas Já, ou seja, eleger um presidente civil para pôr fim ao período autoritário. Em agosto de 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), reunindo todo o movimento sindical da cidade e do campo em torno das bandeiras de lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho e fim da legislação autoritária no país. O ano de 1984 começou com uma manifestação de mais de trezentas mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, pelas Diretas Já. O ponto culminante desse movimento foi às vésperas da votação do Congresso da Emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984, quando um milhão e meio de pessoas reuniram-se numa grande manifestação entre o Vale do Anhangabaú e a Praça da Sé na cidade de São Paulo.

Criação da COMSAT

Todo esse contexto de mobilização desembocou também entre os químicos do ABC na organização da Comissão de Saúde e Trabalho do Sindicato, a primeira comissão de saúde em um sindicato do Brasil de que se tem notícia. Essa ideia foi se propagando para outros sindicatos e inclusive possibilitou, no interior da CUT, a formação de uma Comissão de Saúde e Previdência Nacional, com participação ativa do sindicato dos Químicos do ABC. A ideia era reunir membros de comissão de fábrica, CIPAS combativas, e transformar essas mesmas CIPAS em comissões de saúde no interior das fábricas. As reuniões iniciais eram quinzenais, até em decorrência do elevado número de denúncias e problemas que apareciam. O pontapé inicial da comissão foi reunir, por fábrica, diversos trabalhadores para aprofundar e melhor conhecer os problemas enfrentados no chão de fábrica e estabelecer uma estratégia de luta em defesa da saúde.

Em vez de ter médicos que só faziam consulta ou diagnóstico de trabalhadores, o sindicato passou a ter uma Subseção do DIESAT, e os profissionais pioneiros que ajudaram na discussão e aprofundamento dessa luta foram os médicos: Dr. Herval Pina Ribeiro e Dr. Antonio de Castro Lacaz. Houve também a participação do Eng. Luiz Valente e, posteriormente, do Eng. Nilton de Freitas, participante ativo e técnico de diversas lutas do sindicato em defesa da saúde.

A Comissão de Saúde e Trabalho era composta por companheiros da Diretoria do Sindicato, companheiros de Base e Assessoria do DIESAT. Nas reuniões iniciais, em maio de 1984, além de companheiros de base, participavam Remi, Olavo e Luiz do Rhodia. Essa participação foi se ampliando, sendo que, em fevereiro de 1986, contava com onze dirigentes sindicais além de companheiros de base: Remi, Natal, Olavo, Luiz, Rezende, Domingos, Paulo, Banhara, Felipe, Joana e Elias.

Juvenil Nunes da Costa, trabalhador da Solvay que entrara na fábrica em dezembro de 1987, tesoureiro da gestão que iniciou em 2015 no Sindicato dos Químicos do ABC, assim se referiu àquele período do início da COMSAT: “O Sindicato informava constantemente dos riscos que os trabalhadores químicos enfrentavam nas outras fábricas. Particularmente, na época da denúncia da contaminação por Mercúrio na antiga Eletrocloro (atual Solvay), eu iniciava minhas atividades na manutenção onde havia a contaminação do Mercúrio. Foi um choque para os trabalhadores saber que o mercúrio causava muito mal à saúde, segundo informações da COMSAT do Sindicato. Com isso, o Sindicato evitou a continuação dessa contaminação, e foi um alívio para nós que trabalhávamos no setor as medidas que foram tomadas, principalmente com o afastamento dos trabalhadores contaminados. A COMSAT foi um instrumento importante em defesa dos direitos de saúde dos trabalhadores, como do Direito de Recusa e do Direito de Saber dos problemas nas fábricas. Isso incentivou minha participação ativa nas reuniões da COMSAT e na atividade sindical, por meio do Companheiro Élcio, que era diretor do Sindicato e que, posteriormente, foi coordenador da COMSAT.”

O programa de Saúde do Trabalhador Químico do ABC

Uma das políticas públicas estruturadas no interior da COMSAT foi o Programa de Saúde do Trabalhador Químico do ABC, que inicialmente funcionou no Posto de Saúde Municipal do Serraria em Diadema, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde daquela cidade. Eram mais de duzentas fábricas somente na regional de Diadema, com múltiplos problemas de acidentes, contaminações e doenças e inúmeras queixas de trabalhadores doentes e acidentados. O fato de ser criado um programa voltado diretamente ao trabalhador era também para enfrentar tanto a questão do assistencialismo sindical como de convênios médicos de medicina de grupo que visavam somente a cura e assistência imediata dos trabalhadores, sem mexer nas condições de trabalho ou discutir as causas desse adoecimento e acidentalidade.

Na época, discutia-se a Reforma Sanitária, que visava ampliar o atendimento da Saúde Pública de forma universal e gratuita como obrigação das diversas esferas do governo. Esse movimento teve como desdobramento na Constituição de 1988, a criação do Sistema único de Saúde, cuja bandeira central inscrita na Constituição foi: “Saúde é um direito de todos e um dever do Estado”.

A partir da idéia da atenção à saúde na rede pública aos trabalhadores, na relação entre saúde e trabalho, é que se instituiu o Programa de Saúde do Trabalhador Químico. Esse foi o primeiro programa de saúde do trabalhador na rede pública de que se tem notícia no país. Criado em junho de 1984, o programa pioneiro antecedeu outros programas criados em meses subsequentes. Nesse programa, diferente de outros em que só houve a participação de técnicos ou membros de estado, havia a participação direta dos trabalhadores químicos da base, que recebiam os trabalhadores nas unidades de saúde das 17 às 21 horas⁴. Além de Diadema, funcionavam postos em Santo André, Mauá, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo. Isso só foi possível com um convênio entre o Sindicato dos Químicos, estendido depois para a Construção Civil de São Bernardo e São Caetano, além de outras categorias profissionais, com a Secretaria de Saúde do estado de São Paulo, cujo Secretário era o Dr. João Yunes do Governo Franco Montoro. Alguns sindicatos da região olhavam de forma “enviesada” o programa por estar sendo feito com o estado de São Paulo, e até erroneamente o taxavam de “assistencialista”, quando, na realidade, o programa quebrava a lógica de colaboração sindicato e empresas de recolocar o trabalhador imediatamente na linha de produção medicando-o e curando parcialmente. Pois a atenção de saúde na rede pública buscava aprofundar o diagnóstico dos problemas de saúde dos trabalhadores, e buscar formas de luta pela melhoria dos ambientes laborais e conter a continuação das doenças e acidentes no interior das empresas.

A grande novidade revolucionária desse programa era contar com a participação direta de um trabalhador de base que, em regra, também participava da COMSAT, e realizava as entrevistas com os trabalhadores antes da consulta médica. José Nelson Banhara foi um desses agentes sindicais de saúde que trabalhou junto ao Programa no Posto de Saúde da cidade de Mauá-SP. Banhara afirmou em entrevista dada ao autor deste capítulo que o trabalhador se sentia mais à vontade quando era entrevistado por outro trabalhador que também enfrentava os mesmos problemas do interior da Fábrica⁵. Essa entrevista com o trabalhador no posto de saúde rompia com a submissão de um agente de estado atrás do balcão que normalmente estava distante dos problemas daqueles trabalhadores. Banhara testemunhou que essa experiência era totalmente nova, rompia com diversos parâmetros no atendimento do serviço público.

Além disso, estabelecia um elo permanente entre a COMSAT e esse atendimento da rede de saúde pública. Banhara, como membro da COMSAT, sofria dos constantes problemas de contaminação na Rhodia Química em Santo André, com o contato e exposição a diversos tipos de ácidos como sulfúrico, anidrido, ácido acético, formol, entre outros produtos. Ao vivenciar o drama do local contaminado e venenoso, e diante dos chamados do Sindicato, é que foi participante ativo da COMSAT. Esse trabalho, também na Rhodia, era acompanhado pelo Diretor de Base do Sindicato, Luiz do Rhodia, que motivou inclusive diversos movimentos e a organização dos trabalhadores na própria fábrica. Banhara recorda que o mais marcante foi um dos trabalhadores atendidos, funcionário de uma empresa de tintas, queixar-se de que estava impotente, segundo ele, devido à exposição a diversos produtos químicos.

Luiz Rodrigues dos Santos - o “Luiz do Rhodia” - diretor do Sindicato, também era um agente sindical de saúde na época, no posto de Mauá⁶. Considerava o programa do Sindicato como pioneiro e contava com a participação dos Médicos Herval Pina Ribeiro e Francisco de Antonio Lacaz, além de outros companheiros como o Felipe da Anakol de São Bernardo. Afirmou em entrevista que os outros sindicatos da região “olhavam o Sindicato dos Químicos com outros olhos e até de forma esquisita”, pois reconheciam que o Sindicato atuava de forma nova nesta área. Recorda-se de múltiplas queixas de contaminação por produtos químicos na Fábrica “CBC”, que estava em atividade na Vila Industrial em Santo André, sabendo que, em muitas fábricas, os trabalhadores estavam expostos a produtos cancerígenos e lembra-se de ter feito contatos com trabalhadores da Rhodia da Baixada Santista que estavam com câncer na pele. Luiz do Rhodia relembra que o Sindicato tinha um boletim específico da COMSAT, o Sindiquim e Saúde, e eram distribuídos boletins específicos por fábrica, chamando os trabalhadores a serem atendidos no Programa de Saúde do Trabalhador.

O Programa criou uma nova postura e atitude por parte dos trabalhadores químicos do ABC: a exigência de terem em mãos os resultados dos exames médicos, que foram sempre tratados como segredo, e o principal interessado não sabia de nada. Discutia-se que a ética médica não era para esconder esses resultados, mas serem conhecidos para estabelecer, a partir daí, exigências da melhoria nos locais de trabalho. Isso possibilitou ao autor desse capítulo participar diretamente no Conselho Federal de Medicina, na alteração do Código de Ética vigente, estabelecendo a obrigatoriedade de os médicos fornecerem todo e qualquer resultado diretamente aos trabalhadores. Essa exigência da entrega dos resultados de exames passou a fazer parte da convenção coletiva dos químicos da CUT a partir de 1985.

Comentários sobre a COMSAT e o Programa de Saúde do Trabalhador do Dr. Herval Pina Ribeiro

Abaixo, o texto sobre comentários da criação da COMSAT e sobre a criação do Programa de Saúde do Trabalhador feitos pelo Dr. Herval Pina Ribeiro, via e-mail, em 14 de abril de 2015:

“Este foi o projeto sindical que conseguiu ir mais longe com uma política autônoma em saúde coletiva. E foi graças à sua concepção de baixo para cima, assentada numa comissão que norteava as ações da secretaria de saúde do sindicato. Esta funcionava todo tempo como um colegiado. Foi sua a decisão de desfazer-se da assistência médica e odontológica própria e voltar-se para as relações do trabalho com a saúde coletiva dos trabalhadores sindicalizados ou não e passou a mobilizá-los intensamente.

Para a tomada de uma decisão aparentemente tão só meramente administrativa, mas de profundo significado estratégico, pesou muito a assessoria técnico - científica prestada então pelo DIESAT, criado no início de 1980, cuja composição majoritária era de profissionais de saúde de esquerda com menos de trinta anos de idade que, voluntariamente, trabalhavam no projeto. Hoje, quase todos ou todos são pesquisadores em saúde coletiva em universidades estatais.

Não foi por acaso que o sindicato organizou os quatrocentos e sessenta trabalhadores de uma indústria, a Ferro Enamel, na primeira e única greve cuja razão era a intoxicação coletiva por Chumbo.

A Parte I, de *Insalubridade: Morte lenta no trabalho*, publicada pela editora Oboré, tão só em 1989, na sua introdução deixa claro os passos que a experiência teórica revolucionária aconselhava e o sindicato perseguia, mas diz pouco do projeto de saúde coletiva do COMSAT que, de fato, tomou para si o encargo de uma experiência inédita em saúde coletiva dos trabalhadores. Foi o sindicato e sua COMSAT que soube explorar e o fez com enorme discernimento político enquanto pode.

Vale apontar algumas características essenciais: o sindicato negociou com a secretaria de estado da saúde de São Paulo para que cedesse uma de suas unidades de saúde da região no horário das 19h às 21h para que o projeto funcionasse; conseguiu que os trabalhadores químicos que se dispusessem a capacitar-se como agentes sindicais em saúde recebessem um pró-labore durante sua formação. Eram estes que, fora dos seus horários de trabalho

cotidiano, recebiam os adoecidos do trabalho e preenchiam o questionário que o médico contratado pela secretaria, após concurso aberto, e em cuja banca de admissão participava um assessor de saúde do sindicato, passava a louvar-se para dar seu laudo conclusivo e elaborar as medidas saneadoras a serem adotadas, entre as quais, a realização de exames complementares em unidades da Secretaria de Saúde do Estado.

Num processo de retrocesso evidente, a Secretaria de Estado chamou para si “o programa de saúde do trabalhador” em vários distritos da capital e no interior do estado, que depois se espalhou pelo país. Virou política de governo.

Vale a pena refazer com minudência a história da participação dos trabalhadores e suas entidades no campo da saúde coletiva relacionada ao trabalho. E este é um bom momento”.

Sindiquim e Saúde

Além das notícias e lutas anunciadas no próprio Sindiquim do Sindicato, havia um informativo periódico trimestral que era o Sindiquim e Saúde, no formato de um Gibi. Esse informativo relatava os principais problemas encontrados nas fábricas e divulgava o resultado das lutas ocorridas. Inicialmente, o próprio Sindiquim estimulava os trabalhadores a participarem e serem consultados no Programa de Saúde do Trabalhador. Relatou as lutas contra a contaminação do Chumbo na Ferro Enamel (1984); contra o Benzeno na Matarazzo, em São Caetano do Sul (1985); contra o Mercúrio na Solvay, antiga Eletrocloro (1988), assim como contra a contaminação de Benzeno e acidentes maiores (explosões) na Petroquímica União, atual Braskem (1991-1992). O relato dessas lutas está detalhada em capítulos anteriores deste livro, como no livro: *Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho*, do DIESAT (1989)⁷ e *De que Adoecem os Trabalhadores Químicos* (2014)⁸.

Um quadro síntese dos principais assuntos tratados, pelo Sindiquim e Saúde, frutos das reuniões/discussões da Comissão de Saúde e Trabalho:

DATA DO INFORMATIVO	ASSUNTOS TRATADOS
JUNHO/1984 - n°1	<ul style="list-style-type: none"> - Acidentes no Polo Petroquímico em decorrência das paradas de manutenção; - Surdez na Luconi, indústria de plástico; - CIPAS nas empresas; - Contaminação por Chumbo.
SETEMBRO/1984 - n° 2	<ul style="list-style-type: none"> - Relato da Greve da Ferro Enamel; - Perigos dos Solventes; - Congresso sobre saúde e condições de trabalho no sindicato.
DEZEMBRO/1984 - n° 3	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados da convenção coletiva; - Repasse do INPS para a iniciativa privada; - Agrotóxicos; - A obrigatoriedade das empresas mostrarem os exames.
MARÇO/1985 - n° 4	<ul style="list-style-type: none"> - 40 horas semanais: Menos contaminação, mais saúde; - Exames médicos devem ser divulgados ao trabalhador; - O Programa de Saúde do Trabalhador; - 6ª Semana de Saúde do Trabalhador; - De que adoecem e morrem os trabalhadores;

MAIO/1985 - Edição Extra	<ul style="list-style-type: none"> - Abregrafias não são mais obrigatórias; - Carta de uma viúva relatando a morte do marido por contaminação; - Apresentava todo o cronograma de modificações das condições de Trabalho na Ferro Enamel, fruto da greve; - Chamava os trabalhadores para o Programa de Saúde dos Trabalhadores Químicos do ABC.
JULHO/1985 - n° 5	<ul style="list-style-type: none"> - PQU; - Ferro Enamel; - Médicos denunciados ao Conselho Regional de Medicina; - Efeitos tóxicos de diversos produtos químicos; - Processos de insalubridade em andamento; - Chamado do Programa de Saúde dos Trabalhadores Químicos que já funcionava em cinco cidades do ABC.
OUTUBRO/1985 - n° 6	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha Salarial de 1985 com pauta das medidas de proteção no trabalho; - Lista de produtos químicos tóxicos; - Relato do atendimento de trabalhadores até setembro de 1985 no Programa de Saúde; - Relato de acidentes fatais na CBC e COPAS.
FEVEREIRO/1985 - n° 7	<ul style="list-style-type: none"> - Constituinte Saúde e Previdência Social; - Produtos Químicos Tóxicos; - Fechamento da Matarazzo Química; - Proteção Coletiva X Proteção Individual; - Programa de Saúde do Trabalhador.

Carta de uma viúva lamentando a morte do marido de 31 anos por contaminação

Sônia Maria dos Santos Ribeiro retrata a dor da perda do marido devido à contaminação. Essa carta foi escrita em 25 de fevereiro de 1985, recebida pela COMSAT e publicada no Sindiquim e Saúde, n° 4, de Março de 1985:

“ Prezado Companheiro,

Chegou hoje em minhas mãos um convite para meu marido, informando que existem médicos para ele consultar e que vocês estão preocupados com a saúde de todos que mexem com produtos químicos, sendo esta a situação do meu marido, já que ele era pintor de autos. Só que, infelizmente, chegou um pouco tarde, pois já faz um ano e um mês que o meu marido, Nelson Ribeiro, faleceu. Deixou eu e três crianças de onze, nove e cinco anos. Ultimamente, ele reclamava muito sobre as firmas, que nem o leite davam, o que, se não me engano, é obrigatório. Eu e meus filhos estamos sofrendo sua falta e necessidades, sendo que ultimamente até cuspir a tinta que trabalhou o dia todo já aconteceu. Ele sentia muita falta de ar, dor no peito e exames de urina davam Chumbo na urina. Eu sei que não era pra ele morrer tão cedo, mas cadê as máscaras, o leite, a insalubridade, que se não me engano são obrigatórias? Junto com esta carta de desabafo e protesto vai uma xerox do atestado de óbito de meu marido, que faleceu aos trinta e um anos, com tudo pela frente e que, infelizmente, por irresponsabilidade das firmas, teve a vida cortada pela metade. Eu sei que não vai mais resolver nada, só que, se vocês puderem, façam as firmas cumprirem as leis, para que, mais tarde, uma mulher e filhos não chorem a falta de um ente querido e veja filhos precisando e nem emprego consiga arrumar.

*Muito Obrigado
e desculpe.*

Sônia Maria dos Santos Ribeiro”.

Relato esse comovente que movia a luta da COMSAT no seu dia a dia. A missão da COMSAT era ampliar a luta por melhores condições de trabalho para que o caso do Nelson Ribeiro não se repetisse.

COMSAT em Cuba em 1986

Em março de 1986, houve a participação da coordenação da COMSAT no Seminário Latino Americano de Trabalhadores Químicos em Havana, CUBA, a convite da Central de Trabalhadores Cuba (CTC). Este encontro teve a participação de diversos representantes sindicais químicos da CUT, como do Sindiquímica Bahia, com a presença de Jaques Wagner, que era o coordenador da direção daquele sindical, ex-governador da Bahia por dois mandatos, ex-ministro do Trabalho do governo Lula em 2003/2004, ex-ministro de Relações Institucionais, e a partir de 2015, ministro da Defesa do governo Dilma. Participaram também representantes do Sindicato dos Químicos de São Paulo.

Nesse seminário, foi apresentada a estrutura da gestão de Saúde e Segurança do Brasil, além das lutas empreendidas pelo Sindicato dos Químicos ABC: lutas da Ferro Enamel e Matarazzo. Na visita feita em diversas fábricas no setor de borracha e do setor de vidro, nos arredores de Havana, constatou-se as dificuldades encontradas pelos trabalhadores cubanos, quanto às suas tecnologias defasadas, em virtude do bloqueio americano. Até em decorrência dessas dificuldades, a abordagem mais incisiva do governo cubano e dos sindicatos em matéria de Saúde e Segurança era o incentivo do uso de equipamentos de proteção individual.

Nesse encontro, havia representação de trabalhadores de outros países, como Peru, Venezuela, Chile e França, entre outros, todos filiados à Federação Internacional Química, ligada à Federação Sindical Mundial¹⁰. Em visita a CUBA no ano anterior, o ex-presidente do Sindicato, Agenor Narciso, também em um Seminário, teve encontro com a liderança máxima da Revolução Cubana: Fidel Castro.

Participação ativa da COMSAT na Comissão de Saúde e Previdência da CUT NACIONAL

A COMSAT participou ativamente da Comissão Nacional de Saúde e Previdência da CUT Nacional. No Sindiquim - Especial Saúde nº 9, é relatado para os trabalhadores da base o resultado do Encontro Nacional de Saúde e Previdência Social ocorrido em Cajamar - SP entre 12 a 15 de junho, em que foram tiradas as seguintes resoluções e bandeiras de luta em âmbito nacional:

1. Melhores Condições de Trabalho;
2. Sistema Único de Saúde Pública, estatal gratuito e de boa qualidade sob o controle da população;
3. Comissão de Saúde nos locais de trabalho da cidade e do campo;
4. Em defesa do meio ambiente: Penalização dos responsáveis pelos danos causados à saúde e ao meio ambiente;
5. Previdência Social sob gestão dos trabalhadores.

Participação da constituinte - Turno de Seis Horas - (1987-1988)

O turno de seis horas foi uma briga sem tréguas na Constituinte¹¹. A COMSAT participou ativamente desse movimento, entre todas as demais lutas, para tornar a Constituição Federal, uma constituição cidadã. Essa luta foi de todo o movimento sindical, em que o Sindicato dos Químicos do ABC teve um papel importante e fundamental. Divulgou-se nacionalmente cartazes e selos cujo título era: "Turno de Seis Horas. Mais Emprego! Mais Saúde!" Foram organizadas várias reuniões nacionais no DIESAT em defesa do turno de seis horas, como também houve diversas caravanas em defesa dos direitos dos trabalhadores naquele período, com participação ativa da COMSAT. Houve, inclusive, o depoimento da coordenação da COMSAT, na época, em Brasília, na subcomissão da constituinte de direitos dos trabalhadores, sobre as questões de turno e de saúde do trabalhador em 1987.

Dias atuais da COMSAT

A COMSAT continua ativa dentro do Sindicato, com uma história de acúmulos e lutas desses trinta anos. Em entrevista com o coordenador da mesma, José Freire da Silva, em março de 2015¹², o mesmo relatou que a frequência das reuniões é mensal, com participação regular de cerca de vinte e cinco dirigentes do sindicato dos químicos de todas as sete cidades que compõem o sindicato no ABC.

Segundo o entrevistado, persistem os acidentes típicos e as doenças em todo o setor químico, e continuam os problemas relativos à não comunicação oficial dos acidentes de trabalho, assim como as dificuldades do não reconhecimento previdenciário. Essa questão do não reconhecimento previdenciário dos problemas é uma questão recorrente também constatada de forma frequente

por dirigentes sindicais, auditores fiscais do trabalho e membros de um Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST), na Tese de Doutorado cujo título é: “Desenvolvimento de um modelo de avaliação institucional: missão, valores, atitudes e ações. (O Caso de Saúde do Trabalhador da Previdência Social)”, defendida junto à Universidade de Brasília (UnB)¹³ (TODESCHINI, 2014).

Entre os acidentes, o que atualmente é relatado pelos membros da COMSAT são os cortes e traumas, e entre as doenças, os problemas de LER/DORT, como problemas de coluna e tendinite, sem dúvida, decorrentes do ritmo excessivo e de posturas inadequadas ou layout nas fábricas não ergonômicos. As maiores ocorrências provêm do setor plástico, que representam em maior número essas empresas entre os dirigentes sindicais participantes da COMSAT. Os membros deliberam e discutem ações de formação nessa área com representantes dos CERESTs da região do ABC, e, ao mesmo tempo, discutem frequentemente com a Gerência Executiva do INSS quanto aos direitos previdenciários do conjunto de trabalhadores da categoria. Há discussão frequente de vários Conselhos de Saúde do Sistema Único de Saúde, além das discussões relativas às fiscalizações dos ambientes de Trabalho junto às gerências locais do Ministério do Trabalho e ao acompanhamento da aplicação das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança junto às empresas da base química.

Referências

1. FARIA, C. (org) *Para que nunca mais*. Seminário Internacional do Cone Sul - Para que nunca mais - As ditaduras do cone sul 50 anos depois. Associação Centro de Memória do Grande ABC, Santo André, 2014.
2. MÉDICI, A. (org). *Memória dos 70 anos: Sindicato dos Químicos do ABC*. (pp. 122-125). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
3. Idem, ibidem. Págs. 185-190.
4. Diário do Grande ABC. *Mais postos médicos para o setor químico*. Santo André: DGABC, 17 de abril de 1985.
5. Entrevista telefônica realizada pelo autor em 19.03.15, com José Nelson Banhara, trabalhador da Rhodia Química e, posteriormente, Diretor do Sindicato dos Químicos do ABC.
6. Entrevista telefônica com Luiz Rodrigues dos Santos - “O Luiz do Rhodia”, em 20.03.15.

7. REBOUÇAS, et. Al. *Insalubridade a Morte lenta no trabalho*. São Paulo: Oboré/Diesat, 1989.

8. TODESCHINI, R. (Org.) *De que Adoecem os Trabalhadores Químicos*. São Paulo: LTR, 2014.

9. SINDIQUIM E SAÚDE. Edições n°s 1 a 7, incluída edição especial de maio de 1985. Santo André: COMSAT. Junho de 1984 a Fevereiro de 1986.

10. MÉDICI, A. (org). *Memória dos 70 anos: Sindicato dos Químicos do ABC*. (p. 213). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

11. DIÁRIO DO GRANDE ABC. *Turno de seis horas, briga sem tréguas na Constituinte*. Santo André: DGABC, 31 de maio de 1988.

12. Entrevista telefônica realizada pelo autor em 19.03.15, com José Freire da Silva, diretor do Sindicato dos Químicos do ABC.

13. TODESCHINI, R. *Desenvolvimento de um modelo de avaliação Institucional: Missão, Valores, Atitudes e Ações. (O caso de saúde do trabalhador da Previdência Social)*. Tese de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília. Brasília, DF: maio de 2014.

2. A CONTAMINAÇÃO POR CHUMBO

Remígio Todeschini

João Júlio, um militante sindical, atento aos problemas de saúde

João Júlio, militante sindical, sentia-se agoniado frente aos problemas de saúde da Ferro Enamel. Era um trabalhador da manutenção da fábrica e via sempre seus companheiros da produção junto aos fornos que produziam “as fritas”, material utilizado para revestimento de louças, azulejos e outros materiais envoltos num denso “nevoeiro” de poeiras carregada com diversos produtos químicos. O Chumbo, no caso da Ferro Enamel, era utilizado como matéria prima intermediária na fabricação de esmaltes vitrificados, corantes minerais para tintas, refratários, pigmentos inorgânicos e matéria prima para a indústria de plástico. O principal produto era o litargírio, um subproduto do Chumbo. Sabia que fazia mal, pois estava impregnado nos macacões, máscaras que de fato não davam proteção respiratória, e no ambiente como um todo. João estava preocupado com essa situação já que na eleição de mudança da diretoria do Sindicato, em junho de 1982, a insalubridade e as adversas condições insalubres nas fábricas era uma bandeira e preocupação dos trabalhadores no chão de fábrica.

O interior da fábrica, apesar de ser uma grande multinacional americana na época, podia ser descrita como uma parte do inferno de Dante Alighieri. A poeira presente na fábrica, carregada de pó de Chumbo (litargírio), era considerada normal em um ambiente de trabalho numa fábrica. Para a direção da empresa, norte americana, era papel dos trabalhadores estarem submetidos a estas condições, até porque a empresa remunerava um pouco mais os salários do que outras empresas similares. O trabalho se desenvolvia em turnos, numa jornada contínua, dia e noite. À noite, com a abertura dos fornos, vislumbravam-se “as chamas de um inferno”. Os que ficavam perto dos fornos eram trabalhadores mirrados, magros e ressequidos, mas também trabalhadores novos bastante robustos,



verdadeiros Jubiabás, conforme descrição de Jorge Amado, que em seu romance descreve a força física de trabalhadores portuários .

As queixas de fraqueza, cãimbra, pernas pesadas começaram a preocupar o João Júlio, que passou a discutir isso nas reuniões da COMSAT e a procurar as possíveis causas destes sintomas que eram relatados a ele pelos trabalhadores. João Júlio era um militante de esquerda e, antes da fundação do Partido dos Trabalhadores, simpatizante comunista, preocupado e solidário com os problemas dos trabalhadores. Levar e discutir esses problemas de forma coletiva, era uma questão de consciência de classe. Era preciso unir os trabalhadores e encontrar uma forma de luta adequada para fazer frente a esse problema.

O passo normal de João Júlio foi levar a questão para dentro do Sindicato, e da recém-formada Comissão de Saúde e Trabalho (COMSAT), a fim de aprofundar os problemas.

Reuniões no Sindicato

João Júlio relatou os problemas da fábrica aos membros da COMSAT, que também estavam acompanhados pelo Dr. Herval Pina Ribeiro, na época assistente técnico do sindicato, com a recém instalada subseção do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).

Os relatos serviram para montar a primeira estratégia, ou seja, era preciso encaminhar esses trabalhadores para exames a fim de verificar a extensão da contaminação, além de continuar a discutir os problemas com os trabalhadores em reuniões com a própria COMSAT. Nos meses de junho e julho de 1984, foram realizadas cerca de três reuniões¹, e o comparecimento no sindicato era muito pequeno: não passava de cinco trabalhadores, mas João Júlio e a COMSAT convocavam trabalhadores para realizarem exames laboratoriais tanto no Instituto Adolfo Lutz, como na Unidade do Sesi do Belém, em São Paulo e do recém-iniciado Programa de Saúde do Trabalhador Químico na rede pública. De cinquenta trabalhadores que fizeram exames, trinta e um apresentavam índices de contaminação acima do limite de tolerância biológica permitida, segundo normas do Ministério do Trabalho².

Confirmada a contaminação por meio dos exames, foi possível, através do Sindiquim, órgão de comunicação do sindicato, como segundo passo na luta em defesa à saúde, alertar melhor os trabalhadores dos riscos a que estavam sujeitos.

Ameaças gerenciais e omissão do serviço médico da empresa

Com os dados em mãos dos resultados dos exames dos trabalhadores contaminados, o sindicato enviou correspondência à fábrica exigindo o afastamento dos mesmos. O próprio Gerente de Recursos Humanos, e na época era prática dos gerentes de fábrica querer intimidar os sindicatos, veio ao sindicato afirmando que as alegações do sindicato eram mentirosas, fruto de um mero trabalho de agitação. Com o dedo em riste, em tom de ameaças, o RH, no próprio sindicato, afirmou:

- Vocês não têm os elementos técnicos para fazer tal afirmação!

Esse relato acima mostra o quão útil foi o fenômeno do gerencialismo³ para as empresas. Esse modo de gestão da força de trabalho pelos empresários foi um contraponto muito utilizado na 2ª Revolução Industrial, a partir dos anos de 1920, junto com o Fordismo, apresentando alternativas ao modo de gestão autoritária e explorador da 1ª Revolução Industrial, provindo do século XIX. Na prática, os gerentes industriais e de pessoal enfrentavam o movimento revolucionário sindical (comunistas/ socialistas/ anarquistas), mediante cooptação e propostas que visavam minar as reivindicações mais radicais do movimento sindical. O Gerencialismo utilizava de novos modos de gestão no mundo do trabalho, oferecendo, por exemplo, salários diferenciados ou outras regalias, porém, não adotando práticas participativas e democráticas no mundo do trabalho. A questão da ordem era essencial nesses ambientes, predominando práticas autoritárias e ditatoriais. Essa gestão alinhou-se aos movimentos nazifascistas entre 1930 a 1945 ou mesmo com as ditaduras militares, como no Brasil, em 1964.

No Brasil, durante a ditadura militar, as grandes empresas tinham em seus departamentos de recursos humanos ou mesmo de segurança industrial as famosas listas que excluía os indesejados subversivos, agitadores e participantes ativos do movimento sindical, além de alguns desses profissionais terem sido “dedo duros” durante a Ditadura. Sem falar que, em todo e qualquer movimento no interior das empresas, eram reprimidos prontamente. No período de 1982 a 1985, vários gerentes informavam previamente à polícia civil e militar que, por sua vez, ligavam no sindicato e faziam pressão velada contra as greves que aconteciam no período.

Retornando ao caso da Ferro Enamel: o RH desconhecia que o sindicato encaminhara diversos trabalhadores para exames que confirmaram essas contaminações. E o grave problema é que os médicos das empresas neste período não afastavam os trabalhadores contaminados ou doentes. Em anos posteriores, depois que a luta

pela saúde foi ganhando força no sindicato, diversos médicos de fábricas informavam que recebiam orientações para que não fossem efetivados os afastamentos, pois isso não combinava com as políticas marqueteiras de “Acidente Zero”. Isso fez com que o Sindicato reforçasse pedidos de fiscalização, tanto do Ministério do Trabalho como das Secretarias Municipais de Saúde, que organizavam programas de saúde do trabalhador. Papel importante, neste sentido, nos anos de 1989 e 1990, teve a Secretaria Municipal de Saúde de Santo André, por meio do Dr. Fernando Galvanese.

É que, na fábrica, o próprio médico do trabalho era omissivo nesse acompanhamento. Se porventura os exames fossem feitos, os trabalhadores mesmo contaminados não eram afastados. Essa omissão do médico fez com que a própria COMSAT denunciasse o médico da empresa no Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Efeitos do Chumbo na saúde dos trabalhadores

Os efeitos do Chumbo foram descritos no livro *Insalubridade: Morte lenta no trabalho*⁴, como provocador de “alterações hematopoiéticas (formação do sangue), com bloqueio da produção de glóbulos sanguíneos, danos ao sistema central e periférico, que podem causar paralisia, encefalopatia, lesões renais e até a morte são os efeitos mais graves da intoxicação por Chumbo caracterizada, entre outros fatores, por uma concentração de Chumbo no sangue acima de 80 mg/l” (TODESCHINI; TONI, 1989, P.121-122)⁵.

Segundo o Professor René Mendes⁵, o saturnismo, intoxicação por Chumbo, apresenta as seguintes sintomatologias: fraqueza nos membros, irritabilidade, sonolência, às vezes superpostas à insônia, cansaço fácil, dores nas articulações e nos membros, cefaleia, gosto metálico na boca e perda de libido, assim como anorexia (perda de peso/apetite), cólicas abdominais e outras alterações gastrointestinais. Esses relatos foram confirmados nas consultas médicas feitas no sindicato e no Programa de Saúde do Trabalhador Químico.

Assembleia decisiva: Chumbo mata e brocha!

Diante do grave quadro de contaminação, era preciso sensibilizar cada vez mais os trabalhadores na fábrica. O Sindicato se fez presente semanalmente na porta da fábrica e a questão mobilizadora era sem dúvida a saúde. As queixas relatadas quanto ao não afastamento

dos contaminados se ampliavam. Além das queixas de câimbra, dores no corpo, pernas, problemas gástricos entre outros, havia uma queixa que se disseminou como “nitroglicerina” pura entre os operários. O Chumbo fazia vítimas entre os trabalhadores com a perda da libido, ou seja, do tesão sexual dos trabalhadores. Se não bastasse a exploração do trabalho mediante salários aquém das necessidades básicas, era atacado um ponto vital dos trabalhadores: a sua reprodução, uma das questões mais caras da vida operária, o poder de constituir família e ter seus descendentes. Essa queixa associava-se ao trabalho duro, de turnos, com poeiras, temperaturas elevadas, além do próprio Chumbo. Sabendo desse efeito, e que alguns trabalhadores já tinham apresentado queixas ao Sindicato, não restou outra alternativa ao Sindicato sendo chamar uma grande assembleia. Essa assembleia ocorreu no dia 8 de agosto de 1984. O chamado do Sindiquim foi: Chumbo MATA E BROCHA!!!

Assim foi descrita a Assembleia do dia 08 e os desdobramentos no livro de *“De que Adoecem os Trabalhadores Químicos: O Chumbo Mata e Brocha”*. Esse fato criou uma angústia e insatisfação crescente na cabeça dos trabalhadores. Ter saúde e capacidade sexual afetada criou um sentimento geral de revolta na fábrica e fez com que mais de trezentos trabalhadores da produção comparecessem à Assembleia no dia 8 de agosto de 1984. Essa assembleia foi o pontapé inicial da mobilização, sendo enviada uma pauta à empresa, solicitando o afastamento dos contaminados e alterações no processo produtivo para diminuição dos riscos.

As perguntas durante a assembleia versavam sobre problemas de Saúde, e foram respondidas tanto pelos dirigentes do Sindicato, como pelo médico do DIESAT, Dr. Herval Pina Ribeiro, sendo o principal assessor médico do Sindicato nesse movimento. Os trabalhadores não trataram de questões econômicas e muito menos em solicitar a cobrança do Adicional de Insalubridade: queriam sim ver resolvido o problema de sua saúde. A resposta da Empresa, em 13 de agosto, negou, apesar dos contaminados, que houvesse condições insalubres e informou que recusava a entrega dos resultados dos exames toxicológicos com a justificativa de ética médica.” (p. 109)².

A greve em defesa da saúde e a negociação

Com a negativa da empresa na madrugada do dia 14 de agosto, todos os trabalhadores da fábrica entraram em greve, com exceção dos trabalhadores administrativos. O fato de a greve ter como tema central a Saúde chamou a atenção de toda a imprensa, pois se vivia o período de redemocratização, e a novidade dessa greve referia-se à questão da saúde. Os Jornais de grande circulação em São Paulo

deram grande destaque ao assunto, como a Folha de São Paulo e Jornal da Tarde, assim como o Diário do Grande ABC. Na noite do primeiro dia de greve, em matéria especial que durou cerca de dois minutos, a Rede Globo noticiou a greve no Jornal Nacional. Portanto, a greve, antes da novela das 9 horas, teve uma propagação em nível nacional e ajudou na pressão do movimento.

A empresa, sem dúvida, diante de tamanha repercussão se sentiu acuada. Como os trabalhadores administrativos não tinham parado no primeiro dia, foi feito piquete junto a eles. Além da liderança da COMSAT, tanto João Júlio como Jesuino Alves de Souza, trabalhadores da manutenção, atuaram firmemente convencendo os trabalhadores a ampliarem a greve. Um fato importante a ser relatado é que o Jesuino tornou-se, posteriormente, diretor do sindicato, coordenador da área de Diadema e veio a falecer de câncer de estômago em março de 2009, morte essa que devia ser esclarecida em relação ao período em que trabalhou na Ferro Enamel.

Toda essa pressão fez com que a empresa viesse para a mesa de negociação. Mas, na tarde do segundo dia, veio à mesa com um grande professor de Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo, Dr. Magano. Ele fez uma série de digressões e remissões sobre o Direito do Trabalho e, principalmente, afirmou que a Empresa recorreria ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para solicitar o julgamento ilegal da greve. O papel da Justiça do Trabalho nas greves sempre foi o de interferir, em sua grande maioria, em favor dos patrões, já que muitas leis preservavam mais o sistema em si, do que olhavam com cuidado as legítimas reivindicações dos trabalhadores. Sempre se dizia que era difícil os trabalhadores entrarem em greve, mas quando estavam organizados e decididos pelas suas reivindicações, a greve sempre se tornava forte. O discurso de ameaça e intimidação de julgamento ilegal da greve, de não pagamento dos dias parados e mesmo da demissão sem direitos era sempre utilizado pela maioria das empresas no sentido de ganhar tempo e impedir qualquer proposta de resolver o impasse e a greve.

Depois de mais de meia hora desse discurso retórico ameaçador, com a presença do presidente do sindicato Agenor Narciso e do coordenador da COMSAT, a resposta foi firme. Se não houvesse qualquer proposta, a greve continuaria por tempo indeterminado. O presidente da empresa ficou apavorado. Era a primeira vez que ocorria uma greve na fábrica, uma multinacional americana, que enfrentava uma greve com repercussão nacional. Solicitou ao sindicato um recesso de dez minutos antes de qualquer rompimento da negociação. Voltou, pediu desculpas ao sindicato pela fala do professor e afastou o mesmo da mesa. Na sequência, houve a continuidade da negociação em que a empresa aceitou as reivindicações colocadas pelo sindicato. Os pontos acordados

foram: 1. Levantamento geral de todas as condições de trabalho a ser feito pela Fundacentro ou Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes (ABPA) às custas da empresa com acompanhamento técnico do Sindicato; 2. a entrega dos resultados de exames a todos os trabalhadores; e 3. Complementarmente, colocou na mesa também um aumento salarial².

Modificações das condições de trabalho

Após levantamento preliminar feito pela ABPA estabeleceram-se diversos prazos para a modificação das condições de trabalho como: 1. A manutenção constante dos equipamentos; 2. Treinamento dos trabalhadores e 3. Mudanças no processo.

O primeiro passo foi estabelecer um cronograma periódico de manutenção preventiva, a fim de evitar a quebra antecipada do maquinário, além do uso inadequado dos equipamentos da fábrica.

O segundo passo foi a criação de um manual de treinamento, para a correta execução de cada tarefa descrita num manual de operações. Isso seria feito para cada posto de trabalho, sendo que a sua aplicação seria feita em treinamento sob responsabilidade das chefias.

Como terceiro passo houve um cronograma de modificações de equipamentos e processos em prazos acordados em noventa, cento e oitenta, duzentos e setenta e trezentos e sessenta dias.

A grande questão era a fábrica estar sob um nevoeiro permanente de pó. Na Fábrica de Fritas, no forno 18, por exemplo, a descarga seria feita não mais a seco, mas num leito de água conservando esse processo com um determinado teor de umidade até o ensacamento final. Outra modificação de processo, seria a retirada do excesso do peso das sacas feita com uma concha ou similar, com movimento ritmados, evitando qualquer excesso de pó. O mesmo procedimento seria feito no Moinho H-1. No Forno Hammond, a captação de poeira passaria por uma manutenção mais frequente e periódica, sendo que as laterais desse forno seriam trocadas, com vedação das junções entre a boca da saída do silo e a rosca de alimentação do forno.

No Forno 11, a descarga seria feita com um leito de água para evitar a poeira. No sistema da cabine de controle das balanças, seria com manutenção periódica das válvulas de alimentação bem como das flanges (vedações entre emendas de tubulações).

Nas operações de varredura e remoção do material depositado nas superfícies, esse procedimento deveria ser feito com EPI, com respirador de ar autônomo, porém sempre estabelecendo um

cronograma de manutenções preventivas para evitar, de forma permanente, depósitos de poeiras.

Enfim, em diversas áreas como fábrica de compostos, setor de moagem de fritas, moagem, corantes e cargas do moinho, as principais mudanças exigidas eram principalmente por processos com umidificação para evitar qualquer tipo de poeira.

Como recomendações gerais de higiene, foram adotadas regras mais rígidas quanto: 1. Ao uso, guarda, troca e limpeza dos uniformes; 2. Refeições feitas após troca de roupa, precedida de banho; 3. Locais adequados para fumo e café; 4. Locais adequados para a guarda dos EPI, com inspeção periódica e substituição automática.

Quanto aos fatores de limpeza, deveriam ser adotados critérios de mecanização, com equipamentos adequados no mercado. Proibição definitiva manual e a seco, e a limpeza deveria ser feita sempre em horários com o menor número de pessoas nas áreas envolvidas.

Esses alertas foram feitos no Sindiquim e Saúde, na edição extra de maio de 1985. Qualquer modificações dos prazos na implementação das mudanças deveriam ser informadas ao Diretor da fábrica, João Júlio, ou diretamente à COMSAT.

A partir desse movimento, os trabalhadores adquiriram maior confiança e unidade. Outros movimentos se sucederam em anos posteriores na luta pela ampliação de cláusulas de saúde para toda a categoria.

A Ferro Enamel não era mais a mesma! Essa vitória dos trabalhadores possibilitou novos avanços nas campanhas salariais dos anos seguintes.

Essa greve e suas conquistas sempre foram rememoradas no sindicato e em vários eventos. Por ocasião dos 70 anos do Sindicato, o Paulo Lage, presidente dos Químicos do ABC, em 22 de setembro de 2008, assim se pronunciou na sessão solene da Assembleia Legislativa de São Paulo, presidida pelo Deputado Estadual Rui Falcão:

“Foi esse sindicato - (...) que fez no Brasil a primeira greve na história da classe trabalhadora, que não reivindicava aumento de salário. Reivindicava saúde e segurança no local de trabalho. Foram os trabalhadores da Ferro Enamel. Lá havia contaminação por Chumbo, por cádmio, uma condição precária de trabalho”⁷.

Referências

1. SINDIQUIM E SAÚDE. *Companheiros da Ferro Enamel dizem não à morte lenta*. Informativo da Comissão de Saúde e Trabalho

(COMSAT) do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Santo André. Setembro/1984. Nº 2.

2. TODESCHINI, R. (Org.). *De que Adoecem os Trabalhadores Químicos*. (pp.108-111). São Paulo: LTR, 2014.

3. BORGES, L.O.; YAMAMOTO, O.H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J.E.; BORGES-ANDRADE, J.E; BASTOS, A.V.B. *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp.24-62). Porto Alegre: Artmed, 2004.

4. REBOUÇAS, A.J.A.; ANTONAZ, D.; LACAZ, A.C.L.; RIBEIRO, H. P.; SNELWAR, L. I.; SATO, L.; FREITAS, N.B.B.; TODESCHINI, R.; KUCINSKI, B.; CARDOSO, F.C.; TONI, G. *Insalubridade: morte lenta no trabalho*. São Paulo: Oboré Editorial, 1989.

5. TODESCHINI, R.; TONI, G. Ferro Enamel Chumbo Enamel - 1ª Greve brasileira contra a insalubridade. In: REBOUÇAS, A. J. A; ANTONAZ, D.; LACAZ, A.C.L; RIBEIRO, H.P; SNELWAR, L.I.; SATO, L.; FREITAS, N.B.B; TODESCHINI, R.; KUCINSKI, B.; CARDOSO, F.C.; TONI, G. *Insalubridade: morte lenta no trabalho*. São Paulo: Oboré Editorial, 1989. pp. 113-134.

6. SINDIQUIM E SAÚDE. *Fique de olho nas modificações da Ferro Enamel*. Informativo da Comissão de Saúde e Trabalho (COMSAT) do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Santo André. Santo André: COMSAT, maio de 1985 - Edição Extra.

7. SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *44ª SESSÃO SOLENE COM A FINALIDADE DE COMEMORAR “O 70º ANIVERSÁRIO DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC”*. 26 DE SETEMBRO DE 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=Z13BUquBFeuE8QeazYCoDA>. Acesso em: 14 abr. 2015.

3. DA CONTAMINAÇÃO PELO MERCÚRIO AO DIREITO DE SABER

Nilton Freitas

“Norma Regulamentadora No. 1 (NR-1) da Portaria 3214/78 com redação dada pela Portaria No. 03 de 07 de fevereiro de 1988: 1.7. Cabe ao empregador:

a)

b)

c) informar aos trabalhadores:

I. os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;

II. os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa;

III. os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos;

IV. os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.

d) permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;

d)”

Foi a luta dos trabalhadores químicos do ABC contra a contaminação pelo Mercúrio na empresa Eletrocloro (atual Solvay Indupa) que levou o então Secretário de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho (SSMT/MTb), Doutor José Luiz Riani Costa, a emitir a Portaria que resultaria, por incrível que isso possa parecer nos dias atuais, em sua própria demissão.



Determinada pelo então ministro do Trabalho do governo José Sarney (PMDB), Almir Pazzianotto Pinto, a demissão de Riani expressou apenas o inconformismo das elites empresariais e sua influência sobre o governo “de transição” de Sarney do regime ditatorial (1964-1984) para uma democracia plena.

A modificação na NR-1 determinou que, a partir de então, os resultados dos exames médicos fossem entregues ao trabalhador examinado e o resultado das avaliações ambientais, expostos para conhecimento de todos.

A luta dos trabalhadores químicos do ABC contra a contaminação pelo Mercúrio e sua contribuição para a melhoria da saúde do trabalhador no Brasil e no mundo

A intensa atuação da diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC por meio da COMSAT, em torno do tema da saúde dos trabalhadores, resultou na motivação e confiança de dois trabalhadores da empresa Eletrocloro em compartilhar com o Sindicato a suspeita de que o serviço médico da empresa e a gerência da Unidade em que trabalhavam manipulavam o controle sobre sua saúde com o intuito de evitar afastamentos do trabalho e conseqüente prejuízos à produção.

Com base nas informações divulgadas pelo boletim do Sindicato, estes companheiros passaram a refletir sobre seu estado de saúde (dores no peito e na cabeça e inchaço nas pernas) e as condições do ambiente de trabalho existentes na Unidade Eletrolítica (UE), onde exerciam a função de Operador em regime de trabalho em turnos alternados.

Ao decidirem buscar esclarecimentos e apoio na COMSAT, romperam um processo de controle abrangente e complexo, que inclui não apenas o estado de saúde, mas o comportamento do empregado dentro e fora da empresa, suas relações sociais e opções políticas, incluindo a afiliação ao Sindicato e a um partido político, fatores relevantes em um momento histórico de transição de um regime de exceção para uma democracia plena.

Assessorado por médico do trabalho e engenheiro de segurança do trabalho, integrantes da subseção do DIESAT no Sindicato, o Diretor responsável pela COMSAT orientou os colegas a realizarem exames de urina em um laboratório privado especializado, sem identificação da empresa e dos próprios nomes para prevenir delações. De cinco

exames realizados, três indicavam a contaminação pelo Mercúrio metálico utilizado no processo eletrolítico de salmoura (cloreto de sódio) para a produção de cloro e soda, com a função de cátodo (polo negativo), enquanto materiais de titânio ou grafite exercem a função de ânodo (polo positivo).

Tem assim início, no interior da COMSAT, um intenso processo de articulação político-institucional conduzido pelo seu Diretor responsável junto a profissionais confiáveis dos órgãos de saúde e de fiscalização que, à época, também passavam por processos de transição de formas de gestão autoritárias e a serviço do regime de exceção, para um modelo de estado a serviço dos cidadãos e da saúde pública e dos trabalhadores.

Concomitantemente, os profissionais da subseção do DIESAT iniciam estudos técnicos sobre a utilização industrial do Mercúrio líquido no processo de eletrólise e seus impactos ambientais (detecção e avaliação de emissões, processos de trabalho e controle operacional, medidas de engenharia e organizacionais etc.) e à saúde (indicadores de exposição e efeitos imediatos e de longo prazo, cuidados necessários entre outros).

A articulação político-institucional resultou na ação de intervenção do estado por meio da fiscalização do ministério do Trabalho (SSST/MTb) e da Secretária de Saúde do Estado por meio do Programa de Saúde do Trabalhador, no controle administrativo e gerencial da empresa multinacional de origem belga sediada em Bruxelas. O fato ocorrido no dia 27 de maio de 1987 iria mudar para sempre as relações de trabalho nesta que era, à época, a maior empresa da base (com mil e trezentos empregados diretos e praticamente o mesmo número de terceirizados), bem como as relações industriais da empresa para com o Sindicato e o Estado brasileiro nos níveis federal, estadual e regional.

Motivo: a confirmação das suspeitas de que o serviço médico e a gerência operacional omitiam dos trabalhadores a situação de perigo a que expunham sua saúde e suas vidas. As vítimas totalizavam setenta e nove empregados, operadores de diferentes níveis e especialistas de manutenção. Os resultados de exames, não revelados a eles, indicavam níveis de Mercúrio no organismo superior ao máximo permitido pela legislação (Limite de Tolerância Biológica de 50 microgramas por litro de urina, NR-7 da Portaria 3214/78). Um trabalhador que possuía 438 µ/l em dezembro de 1986 e não foi afastado da exposição, acumulou 2.113 µ/l de acordo com o exame realizado em abril de 1987.

A avaliação ambiental realizada pela área de Higiene Ocupacional corroborava a contaminação brutal: o limite de tolerância ambiental de 40 microgramas por metro cúbico de ar era excedido na maioria dos ambientes do complexo industrial de 20.000 m² da UE. Nas salas eletrolíticas, no forno de recuperação e na área de regeneração de grelhas, os índices excediam três vezes o limite de tolerância e, em alguns pontos, alcançavam o fundo de escala do aparelho medidor, de 200 µ/m³, caracterizando a situação de risco grave e iminente.

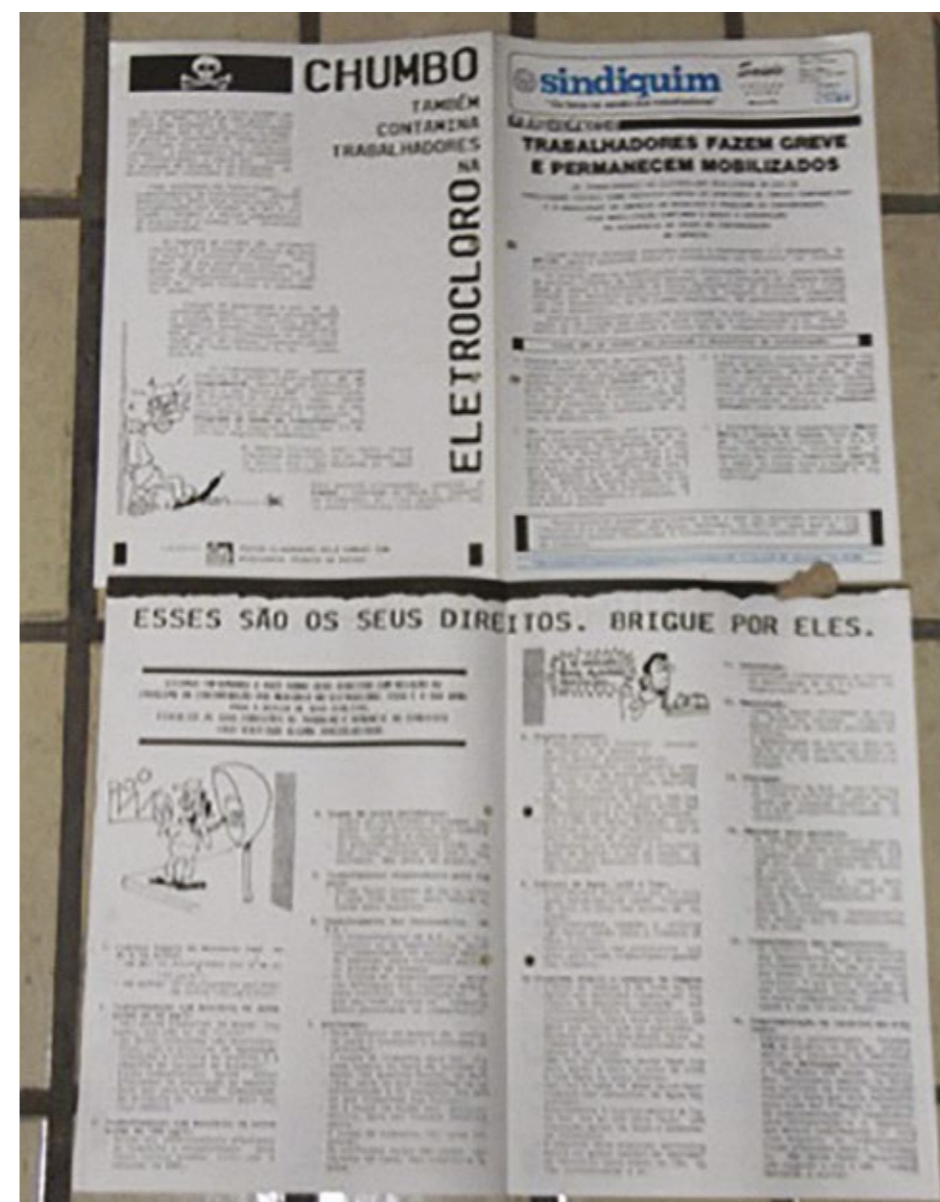
A unidade Eletrolítica era o coração da fábrica e sua interdição iminente resultaria na paralisação de todo o complexo industrial Elclor e das empresas petroquímicas a ele interligadas, com consequências econômicas e sociais imensuráveis à época. Daí toda a pressão a que foram submetidos o auditor fiscal do trabalho, Dr. Mario Boncianni, o Delegado Regional do Trabalho do estado e o Secretário Rianni, que acabou demitido depois de atualizar a norma que deveria ter prevenido esse tipo de ocorrência, a NR-1. Impedidos de saber, trabalhadores e CIPA nada puderam fazer.



A ação educativa do Sindicato (esclarecimento e de conscientização) acompanhada de uma mobilização intensa em defesa da saúde, brindou apoio a ação fiscalizatória do estado que resultou na interdição dos fornos de recuperação de Mercúrio e da área de regeneração de grelhas, além do afastamento imediato do trabalho de treze trabalhadores com nível de Mercúrio na urina superior a 100 µ/l, emissão da CAT com afastamento da exposição ao Mercúrio

para todos os demais sessenta e seis trabalhadores com resultados acima de 50 µ/l, imediata entrega de todos os resultados de exames aos trabalhadores, implantação de medidas de proteção coletiva e individual e avaliação periódica do Mercúrio em todos os locais de trabalho da UE.

As negociações entre Sindicato e a empresa ocorreram em três mesas redondas realizadas na sede da DRT/SP (atual Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE), intermediadas pelo Auditor Fiscal Mario Boncianni, assistido a partir deste momento por especialistas químicos e de higiene ocupacional da FUNDACENTRO e por médicos da Secretaria de Saúde do Estado. Mas foi o estudo e as propostas técnicas do autor deste texto que subsidiaram o programa de melhorias determinado pela DRT como condição para a não interdição total da UE.



Este Programa incluía, com seus respectivos prazos para implantação:

- 1- Afastamento de todos os trabalhadores com Mercúrio (Hg) na urina acima de 50 µ/l, nas avaliações biológicas de dezembro de 1986 (imediatamente).
- 2- Todos os trabalhadores do setor serão submetidos a curso ministrado pelo Ministério do Trabalho (MTb) na própria empresa, onde serão apresentados: os riscos de exposição ao Hg e a programação de controle proposto pelo MTb com a participação do Sindicato na elaboração (quinze dias);
- 3- Ampliação de um para três o número de empregados no setor da Unidade Eletrolítica (UE), representantes dos trabalhadores na CIPA (eleitos pelos trabalhadores do setor). Todos os duzentos e dez funcionários da EU são candidatos para o mandato de Julho de 1987 a Julho de 1988 (quinze dias);
- 4- Os eleitos serão dispensados das atividades laborativas normais para o acompanhamento da avaliação biológica e ambiental e da implantação das medidas de proteção coletiva e individual (eleições 25 e 26 de Junho);
- 5- Os eleitos serão submetidos a cursos na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para a capacitação e participação, mensalmente, de reunião na DRT para apresentação da implantação do programa;
- 6- Isolamento de toda área do restante da empresa, permitindo acesso somente a pessoas e veículos previamente autorizados (vinte dias);
- 7- Cadastramento de todos os trabalhadores da área (permitindo um eficiente controle médico) e treinamento prévio (quinze dias);
- 8- As avaliações biológicas e o controle médico serão realizados por órgão da Secretaria da Saúde, Serviço de Medicina do Trabalho da empresa e outros serviços credenciados previamente, acompanhados por representantes do setor na CIPA, obedecendo a critérios (local, tipo de exames, frequência, altas etc.) previamente estabelecidos pela DRT, FUNDACENTRO, empresa, sindicato e INAMPS (quinze dias);
- 9- As avaliações ambientais serão realizadas por técnicos com conhecimento na higiene do trabalho, acompanhados por representantes do setor na CIPA, obedecendo a critérios (pontos de coleta, frequência, tipos de avaliação entre outros) estabelecidos pela DRT, FUNDACENTRO e DIESAT (sessenta dias);

- 10- A empresa deverá implantar as seguintes medidas de higiene:
 - Troca de roupas (específicas e adequadas para a exposição), duas vezes por semana (trinta dias);
 - Fornecimento de conjunto diferenciado para uso durante as refeições (trinta dias);
 - Reserva de local apropriado no setor para consumo de líquidos e fumo. O local deverá apresentar condições de isolamento que evite a contaminação pelo Hg (trinta dias);
 - Fornecimento de escovas de dente e pasta dental, para que se faça a higiene bucal antes e após as refeições, e ao término da jornada (doze dias);
 - Os trabalhadores do setor deverão ser dispensados quinze minutos antes das refeições para que possam banhar-se (doze dias);
- 11- Extensão para o pessoal do dia, da área de manutenção e de empreiteiras, de condições semelhantes de vestuário e refeitório, implantados para o pessoal noturno (trinta dias);
- 12- Implantação de um programa diário e semanal de limpeza de todo o setor, a ser realizado por pessoal especificamente contratado e treinado para a tarefa, com acompanhamento do setor na CIPA (trinta dias);
- 13- Interdição dos setores de forno e recuperação de grelhas, até que se implante um sistema de exaustão fixo, que reduza os níveis de Hg a valores aceitáveis pelo MTb (Imediatamente);
- 14- Apresentação por parte da empresa de um programa de correção ambiental com a participação e responsabilidade da engenharia de segurança da empresa, contendo prazo de implantação (ou prazo para estudo quando for o caso) de todas as medidas (trinta dias);
- 15- Os funcionários de empreiteiras de produção e limpeza deverão ser substituídos por funcionários contratados pela própria empresa (trinta dias);
- 16- A empresa deverá encaminhar a relação de funcionários demitidos, aposentados por tempo de serviço e invalidez, nos últimos dez anos, que trabalharam na UE (quinze dias).

Esse foi, até hoje, um dos programas mais avançados em termos de higiene e saúde dos trabalhadores implementado em uma empresa no Brasil. Os motivos são vários:

- 1- O estado intervém diretamente na gestão privada, determinando o que e como fazer as coisas (todos os dezesseis itens); além disso, transfere do interior da empresa para o

escritório da administração pública (a DRT, no caso), a gestão da implantação das medidas (reuniões mensais citadas no item 5); como se não bastasse, determina que dessas reuniões participem, além dos advogados e engenheiros de sempre, os representantes dos trabalhadores na CIPA do setor;

2- A CIPA deixou de ser “paritária” e passou a ter uma maioria de representantes dos trabalhadores (item 3); inclusive, os eleitos foram justamente aqueles que iniciaram todo o processo (exames de urina, busca da COMSAT etc.), uma prova de reconhecimento explícito de seus colegas de setor pela sua coragem e ousadia. A eleição extraordinária lhes atribuía, também, proteção contra qualquer tipo de represália da parte de uma gerência desmoralizada e publicamente taxada de incompetente;

3- Os profissionais do SESMT da empresa, por sua parte, não mereciam qualificação melhor, além de omissos; tanto que o treinamento dos novos membros da CIPA passou a ser feito na DRT, ministrado por auditores fiscais e pesquisadores da Fundacentro, e pelos profissionais da subseção do DIESAT no Sindicato (engenheiro e médico);

4- Da mesma forma, o controle médico e biológico foi retirado das mãos dos maus profissionais da empresa e transferidos para profissionais do setor público (item 8);

5- A avaliação ambiental passou a ser realizada com o acompanhamento dos membros eleitos da CIPA, em locais indicados por eles, que conheciam muito bem o processo e o complexo industrial; além disso, foi introduzida a avaliação de exposição individual durante a jornada de trabalho e durante a realização de atividades e tarefas específicas, com uso de bombas de sucção de ar e tubos de amostragem analisados nos Laboratórios da Fundacentro (situação que persistiu até que a empresa adequasse e habilitasse seus próprios laboratórios de acordo com especificações e procedimentos determinados pela Fundacentro e assessoria de engenharia de segurança do Sindicato);

6- Diversas modificações foram realizadas nas edificações do Complexo industrial para melhorar a ventilação ambiental e diminuir a possibilidade de aderência do Mercúrio metálico líquido em materiais rugosos (como madeira) e frestas de equipamentos, pisos e paredes. O investimento foi volumoso em uma área de mais de 20.000 m². Todos os vidros foram retirados das janelas; todos os telhados foram adaptados com ventilação; o piso de cimento rústico foi recoberto por uma resina de várias camadas especialmente resistente à

penetração de Mercúrio; superfícies planas foram “inclinadas” para que o vapor de Mercúrio condensado “escorresse” e não se acumulasse; os pisos inferiores das salas de células foram “inclinados” com caimento para uma canaleta central coberta com água (mercurial, contaminada, que necessitava ser tratada antes de enviada ao setor de efluentes da Planta Industrial); aspiradores industriais de Mercúrio foram importados e dispostos no piso superior de todas as salas para a sucção de gotículas de Mercúrio que se formavam sobre superfícies e piso, devido à condensação de vapor que passou a ser mais intensa por causa do “esfriamento” do ar ambiente a partir da retirada de vedações das janelas; o Mercúrio detido nesse filtro e todo o Mercúrio recolhido das canaletas de coleta foram cobertas com água para evitar a vaporização do produto, passaram a ser estocada em cápsulas herméticas, em área isolada, por anos e anos; uma “piscina” gigante foi construída para o mergulho e lavagem de material contaminado, evitando o contato do produto com o ar;

7- Toda a área do Complexo Industrial foi isolado e o acesso passou a ser controlado por vigilantes: apenas pessoas “cadastradas” (ou seja, com autorização comprovada para entrar na área, integrante de um Grupo Homogêneo de Exposição, com controle médico e biológico comprovados etc.) podiam adentrar no “território contaminado”; mesmo gerentes e os trabalhadores afastados pela contaminação não tinham autorização para acesso. Além disso, vestiários especiais foram construídos nessas duas rotas de acesso, com separação de “área limpa” (deixa a roupa de “fora”) e “área suja” (roupa de trabalho), com a ligação entre ambas passando obrigatoriamente por uma área de banho com sabão e xampu neutros, ou seja, para “descontaminação” antes de sair;

8- Os uniformes passaram a ser trocados mais de duas vezes por semana e a roupa suja passou a ser recolhida e enviada para uma lavanderia industrial contratada pela empresa. A razão: trabalhadores levaram ao sindicato quantidades enormes de Mercúrio recolhidas do sifão do tanque de roupas de suas casas, que foram acumulando devido à lavagem doméstica, com claro risco de exposição das mulheres e filhos dos operários. Não tardou muito e a própria lavanderia industrial contratada foi fiscalizada e interdita pela DRT devido à contaminação pelo Mercúrio dos operários da Eletrocloro e, agora, também de seus empregados.

Foram muitas as medidas de engenharia e de controle adotadas, a maioria delas propostas pelo Sindicato que passou a reunir com frequência os trabalhadores da UE e de toda a empresa, na sua

subsedes de Mauá e na sede em Santo André. Além disso, os diretores sindicais passaram a participar das reuniões da CIPA, inteirando-se ainda mais dos problemas e da cultura empresarial. Novos líderes surgiram e substituíram, em eleições subsequentes, os antigos dirigentes do Sindicato na empresa, ampliando a representatividade política da entidade.

Esta foi outra importante vitória durante este processo de negociação e mobilização: o crescimento da organização dos trabalhadores no interior da empresa, o que levou, inclusive, à realização da primeira greve em mais de trinta anos de operação, ocorrida no dia 22 de fevereiro de 1988.

Motivo: atraso na implementação das medidas de controle acordadas com o Sindicato e a DRT, entre as quais, o controle médico sobre os trabalhadores contaminados, que passou a ser feito pelo Programa de Saúde do Trabalhador (PST) na Unidade Básica de Saúde (UBS) de Santo André, sendo os casos mais graves encaminhados ao Hospital das Clínicas (HC) de São Paulo. Além disso, houve a necessidade de enquadramento dos trabalhadores adoecidos junto à Previdência Social, para o reconhecimento da incapacidade para o trabalho.

Mundo real: as doenças aparecem

Os trabalhadores continuavam adoecendo e, no final de 1987, já totalizavam cento e dez trabalhadores contaminados, sendo que a metade deles não foram afastados de suas funções. A empresa também não cumpria o prazo de avaliação ambiental e as medições de Mercúrio no ar estavam paradas desde a fiscalização de maio e junho do ano anterior. Durante meses, os trabalhadores foram informados pelo Sindicato sobre as dificuldades impostas pela empresa nas negociações e na implementação das medidas.

Foram dezenas de reuniões entre os engenheiros e médicos de ambas as partes, assistidos por pesquisadores da Fundacentro e especialistas da Secretaria de Saúde do Estado, do Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo e outros órgãos e instituições de pesquisa.

Um novo protocolo de avaliação ambiental de Mercúrio foi desenvolvido pelo Laboratório de Química da área de Higiene do Trabalho da Fundacentro, em consulta com o DIESAT, o SESMT e os químicos laboratoristas da empresa, assistidos, por seu lado, pela Associação Brasileira da Indústria do Cloro e Álcalis (ABICLOR) e pela área técnica da matriz da empresa na Bélgica.

As avaliações de Grupos Homogêneos de Exposição (operadores e pessoal de inspeção e manutenção, por exemplo, exercendo funções em locais e em condições similares, portanto, expostos, supostamente, a riscos ambientais comuns), passaram a ser acompanhados em tempo integral por especialistas da Fundacentro e do Engenheiro da subseção do DIESAT no Sindicato, incluindo períodos da noite e finais de semana. A empresa disponibilizou, para isso, vagas no hotel que administrava no interior do complexo industrial, localizado próximo à Vila de Moradores (corporativos) que possuía também escolas, clubes, comércio e diversões.

Para além do chão de fábrica - um mundo sem Mercúrio

Como se nota, a contaminação foi se expandindo da área da UE para todo o complexo (restaurantes, oficinas de manutenção, laboratórios, pátios etc.) e para fora dele, incluindo o Rio Grande, afluente da represa Billings que abastece com água a população de partes de São Paulo e de cidades do ABC.

Com parte de seus moradores sendo empregados diretos ou terceirizados da Eletrocloro, a população do menor município da região do ABC, Rio Grande da Serra, foi a primeira a se manifestar: uma passeata composta em sua maioria por crianças de escolas públicas tomou as ruas da cidade para protestar contra a contaminação do Rio Grande e por ocorrências de vazamentos de gás cloro que ocasionalmente chegavam as casas, gerando sufocamento, irritação das vias respiratórias, mal estar, enjoo e pânico, claro.

Com a verdade vindo à tona, ou seja, a famosa e infalível Eletrocloro mentia e omitia, a revolta da população foi exponencial e, uma vez mais, capitalizada pelos militantes do Sindicato que moravam na cidade. Uma coleta de amostras de fios de cabelo de pessoas que consumiam peixe do Rio Grande chegou a ser realizada em dois finais de semana pela militância do Sindicato, em particular dos membros da COMSAT. Os fios coletados foram enviados para exame no Laboratório de Medicina Nuclear do Hospital das Clínicas de São Paulo e, um caso de criança com deformação cerebral chegou a ser melhor estudado, sem que se concluísse por uma relação direta com a contaminação pelo Mercúrio, nem com nada parecido com o chamado “Mal de Minamata” (onde uma lagoa poluída por Hg, contaminou os peixes que, consumidos, infectaram pessoas cujos filhos nasceram sem cérebro e com outras deformações).

A mesma preocupação ambiental - destacada na época pela realização da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento) no Brasil em 1992 - levou a COMSAT a estabelecer “aliança estratégica” com o Greenpeace Brasil para

a coleta e análise de algas e lodo do fundo do Rio Grande em laboratórios no Reino Unido. A ação (mergulho e coleta no fundo do rio) foi realizada num final de semana por dirigentes e técnicos do sindicato e da ONG ambientalista, seguindo métodos científicos. Os resultados indicaram a presença de Mercúrio e outros produtos organoclorados em concentração acima do recomendável naquele país, o que subsidiou denúncia do Sindicato à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) vinculada ao governo do Estado de São Paulo. Anos depois, a CETESB confirmava excessos também em relação à legislação ambiental brasileira e paulista.

O “caso Elclor” passou a ser conhecido em nível nacional e internacional, resultando em desdobramentos que vieram contribuir para a abolição do uso do Mercúrio em atividades industriais e outras, em todo o mundo. A chamada “Convenção de Minamata”, foi adotada em janeiro de 2013 e, finalmente, aprovada em uma conferência das Nações Unidas (ONU) em outubro do mesmo ano. A Convenção estabelece o controle do fornecimento e comércio de Mercúrio e a limitação da extração primária (mineral) de Mercúrio, resultando na limitação e controle de seu uso industrial, registro e controle de resíduo mercurial, bem como de produtos, materiais e lugares contaminados, como é o caso da Unidade Eletrolítica da atual Solvay Indupa, em processo de desmonte e descontaminação, quando a empresa decidiu, em decorrência de toda a pressão sindical e social aqui relatada, pela mudança da tecnologia da células de Mercúrio por células de membrana, menos poluentes.

O Sindicato dos Químicos do ABC, apoiado na COMSAT e na assessoria técnica do DIESAT, liderou, durante os anos da década de 90, a iniciativa de substituição da tecnologia de Mercúrio por outras menos contaminantes na produção de cloro e soda no Brasil.

Para isso, foram feitas alianças com universidades e instituições públicas, com destaque para aquela firmada com o Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ) do Rio de Janeiro, consolidada a partir do convite feito pelo Prof. Dr. Carlos Minayo ao assessor do Sindicato, autor deste capítulo, para o Curso de Mestrado em Saúde Pública, área de concentração em Saúde do Trabalhador, realizado no período de 1992 a 1994.

Na mesma Escola, outras teses de mestrado e doutorado comprovaram a viabilidade tecnológica e econômica da substituição da tecnologia de Mercúrio na produção industrial de cloro-soda no Brasil pela tecnologia de membrana ou de diafragma de asbestos. Esta intensiva e qualificada produção acadêmica subsidiou projeto de lei de iniciativa do Sindicato dos Químicos do ABC no Estado de São Paulo, e no âmbito federal, ambos de autoria do deputado Ivan

Valente (Partido dos Trabalhadores à época, atualmente no PSOL/SP).

Mas foi um projeto de lei de autoria do deputado federal Jair Meneguelli (PT/SP e primeiro presidente da CUT) que acabou aprovado no ano 2000, após ampla e intensa negociação com o setor privado (ABICLOR, ABIQUIM e empresas), governo (ministério do meio ambiente e do trabalho e emprego) e sindical (Sindicato dos Químicos do ABC, CNQ/CUT, FEQUIMFAR/SP e outros), já que o assunto foi adquirindo proporções de alcance nacional.

A lei aprovada proíbe a ampliação da produção utilizando células de Mercúrio e a instalação de novas plantas com esta tecnologia, o que resultou, na prática, na redução e extinção do uso dessa tecnologia no Brasil (Lei 9.976 de 03/07/2000). A medida possibilitou ao país antecipar-se ao processo global, que resultou no processo de banimento estabelecido pela Convenção de Minamata, atribuindo às empresas brasileiras, supostamente, condições econômicas mais vantajosas na hora do investimento para a atualização e adequação tecnológica.

Parece ser esse o caso da Eletrocloro/Solvay que substituiu a tecnologia de Mercúrio pela de membrana no ano de 2010.

Uma ação iniciada no local de trabalho no ano de 1987 passa a ser uma referência global treze anos depois, no começo dos anos 2000, amplificada pela presença do autor deste capítulo a partir de 2007 na Comissão de Seguimento para a América Latina e o Caribe do Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional das Substâncias Químicas (SAICM, na sigla em inglês), em representação da Federação Internacional dos Sindicatos da Química, da Energia e da Mineração (ICEM), cujo presidente regional, Sr. Sérgio Novais, presidiu o Sindicato dos Químicos do ABC nos anos 90, com importante liderança no processo de negociação da legislação acima citada. A experiência de luta dos Químicos do ABC em defesa da saúde e do ambiente, liderada historicamente pela COMSAT, passa a ter um efeito global na medida em que contribui e se torna referência para a decisão das Nações Unidas sobre o assunto.

Agradecimentos a:

Dr. Mario Boncianni, Danilo Pereira Costa; Arline Arcuri; Carlos Minayo; Marcelo Firpo de Souza Porto; Ubirajara; Jorge Machado; Carlos de Freitas; Gricia Grossi, Gimar Trivelato, chefe do Laboratório, Chefa do DHS Fundacentro entre outros.

4. O TRABALHO DE TURNO E A RECONQUISTA DO TURNO DE 6 HORAS

Remígio Todeschini

“O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural, adentrando a madrugada, funciona apenas como paliativo, pois não faz mais do que abrandar a sede vampírica por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho vinte e quatro horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista”.
(MARX, 2013, p. 329)¹

Primórdios do trabalho em turnos

A frase acima é uma análise descritiva do início da Revolução Industrial, do século XIX. Descrevia a dureza do capitalismo e exploração do trabalho. Crianças e jovens entre seis e dezoito anos trabalhavam em turnos e, em muitos casos, crianças permaneciam até trinta e seis horas dentro das fábricas, cochilando aqui e acolá nos locais de trabalho perto de fornos. A divisão do trabalho em turnos surgiu da necessidade de manter a produção intensiva e contínua para a utilização massiva e permanente dos bens de produção e capital, aumentando consideravelmente a lucratividade. No início da Revolução Industrial, as atividades que mais utilizavam a jornada de vinte e quatro horas eram a Indústria inglesa de algodão, os altos fornos/forjas, oficinas de laminagem e manufaturas metalúrgicas na Inglaterra, Gales e Escócia.”¹

Lutas pela redução da jornada de Trabalho

Frente às mazelas da exploração do trabalho e da sede vampírica por mais trabalho durante a revolução industrial, houve um



contraponto e mobilizações importantes dos trabalhadores que exigiam melhores condições de trabalho, melhores salários e, principalmente, a redução da jornada de trabalho.

A referência mundial na luta pela redução da jornada de trabalho foi o 1º de maio de 1886, quando os trabalhadores exigiam turno de oito horas. Os ingleses, no final do século XIX e início do século XX, bradavam nas ruas da Inglaterra e em Londres por: “oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de descanso”.

No Brasil, a luta pela redução da jornada de trabalho teve maior intensidade a partir de 1907. A greve geral de 1917, uma das mais importantes greves do movimento operário no início do século XX, além de exigir melhoria nas condições de trabalho, frente a um grave acidente em que foram vitimadas dezenas de trabalhadores na construção civil, exigiu também a jornada de oito horas².

Em 1925, foi instituída a primeira legislação estabelecendo além do direito de férias, a jornada de oito horas diárias. Após estas lutas, houve a redução de jornada específica em várias categorias profissionais como os bancários, que passaram a ter seis horas diárias e trinta horas semanais, em decorrência das condições insalubres existentes em muitos subsolos onde funcionavam as tesourarias dos bancos. Houve a redução de trabalho para as telefonistas, para seis horas, pausas para os trabalhadores em temperaturas baixas, condições especiais para os trabalhadores em estiva entre outras ocupações³.

Com a intensa industrialização no país no pós-guerra, com a implantação da indústria siderúrgica, início da indústria do petróleo e química, enfim, aquelas atividades que exigiam produção contínua, foram instituídas jornadas de turno de quarenta e duas horas semanais, ou seja, seis dias de trabalho com oito horas, seguidos de dois dias de folga.

No início dos anos de 1960, durante o período de lutas intensas da classe trabalhadora e pelas reformas de base, alguns setores como o Petróleo lutavam pelas seis horas diárias, e pelas trinta e três horas e trinta e seis minutos semanais. Em 1961, ocorreu uma greve na refinaria de Cubatão da Petrobrás, conquistando a 5ª turma de seis horas. Essa conquista foi introduzida no acordo coletivo entre os petroleiros e a Petrobrás. Os trabalhadores tinham tabelas de turno em que se estabelecia a proporcionalidade de quatro dias de trabalho e uma folga, perfazendo a jornada semanal média de trinta e três horas e trinta e seis minutos. Neste esquema, operavam cinco turmas de trabalho na proporção de (7 X 1; 7 X 1; 7 X 2; 7 X 3 - ou 6 X 1; 6 X 2; 6 X 2; e 6 X 1)³, entre outras possíveis combinações de dias trabalhados e dias de folga.

Mesmo a ditadura militar de 1964 não conseguiu desfazer essa conquista. Os militares, com o golpe, impuseram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, retirando a estabilidade do emprego após dez anos de trabalho, mas não retiraram esse direito das refinarias da Petrobrás que tinham aplicado as cinco turmas de seis horas. No entanto, para o plano de expansão da indústria do Petróleo (novas refinarias) e a entrada da indústria Petroquímica no Brasil, no início dos anos de 1970, como o polo Petroquímico do ABC, os militares baixaram Decreto-Lei nº 5.811/72, que congelou a continuidade das cinco turmas de seis horas e deu continuidade a quatro turmas de trabalho de oito horas³. Na prática, a ditadura militar impediu o avanço do turno de seis horas e, apesar de investidas junto aos petroleiros nas refinarias que detinham as seis horas, não conseguiram modificar aqueles acordos ou tabelas de turno anteriores ao golpe militar de 1964.

COMSAT ativa na retomada da luta pelo Turno de Seis Horas e 5ª turma

Com a retomada das lutas operárias na redemocratização no final dos anos de 1970 e início de 1980, e com a criação da própria COMSAT, retomou-se, entre tantas outras reivindicações, a luta pela redução da jornada de trabalho em turno e demais lutas contra a ditadura e pela redemocratização do país, conforme visto no capítulo 1º deste livro.

A abordagem tratada no conjunto do movimento sindical, tanto da CUT como dos demais Sindicatos, foi a abordagem de que a redução da jornada de turno criaria mais empregos e mais saúde. Na época, discutia-se que a nova jornada, em todas as atividades de turnos contínuos e descontínuos, poderia gerar dois milhões de novas vagas, além de ter uma influência para a diminuição dos acidentes e doenças do trabalho, segundo reportagem na época do Diário do Grande ABC (1988)⁴.

Essa luta coletiva, onde o Sindicato dos Químicos do ABC estava inserido por meio da COMSAT, envolvia a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), os Químicos do ABC, os Químicos de Santos, o Sindiquímica da BA, o Sindiquímica do Paraná, Sindipetro de Cubatão - SP, Proquímicos da BA, Sindipetro do PA/AM/MA, Sindipetro do PR, Sindipetro de Paulínea - SP, Sindipetro do RJ, Sindipetro de Caxias - RJ, Sindiquímica de Caxias - RJ; Metroviários de SP; Federação dos Telefônicos (Fittel), Metroviários do RS, Sindipolo do RS, Ferroviários do RJ, Sindiborracha

do PE, Federação Nacional dos Previdenciários, Metalúrgicos de Santos, Sindipetro de São José dos Campos - SP e Sindipetro de Mauá.

Reuniões de mobilização e de sensibilização nas bases ocorriam mais frequentemente em São Paulo, na sede do DIESAT, que tinha seu escritório no Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, na rua dos Carmelitas - Centro. Nessas reuniões, participavam os presidentes e coordenadores das entidades sindicais. Se destacavam, além da coordenação desse movimento pelo DIESAT, cujo coordenador era membro da COMSAT do Sindicato dos Químicos, o ex-ministro do Trabalho, ex-governador da Bahia e ministro da Defesa do governo Dilma - Jaques Wagner que, na época, coordenava o Sindiquímica Bahia, assim como o Miguel Rossetto, ex-vice governador do Rio Grande do Sul, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, e ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do governo DILMA, que era o presidente do Sindipolo de Triunfo na época dos trabalhadores petroquímicos do Rio Grande do Sul.

Esse movimento foi de intensa luta e briga com o patronato. O Presidente da FIESP, Mário Amato, em maio de 1988, declarava guerra à adoção do turno de seis horas, representando seus cento e quatorze sindicatos patronais, conforme declarara ao Diário do Grande ABC em 31 de maio de 1988⁴. Os sindicatos, por sua vez, organizavam panfletagem. Distribuíam cartazes em todo o país, pelo turno de seis horas. Realizavam movimentos no interior das empresas e organizavam vigílias, mobilizações e assembleias em diversas empresas. Organizavam periodicamente um corpo a corpo junto aos parlamentares constituintes pela aprovação do turno de seis horas. Diversas caravanas estiveram presentes no Congresso Nacional defendendo o turno de seis horas, além de constante envio de cartas e telegramas na época⁵.

Lobby patronal intenso

A indústria siderúrgica é que mais atuava na contraofensiva de não inscrever como direito social na Constituição o turno de seis horas.

Vejam matérias pagas que eram difundidas na grande imprensa naquela época, pelo patronato siderúrgico, representados pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS, Siderurgia Brasileira S/A - SIDERBRÁS, Associação das Siderúrgicas Privadas - ASP e Fundação do Desenvolvimento do Uso do Aço - FUNAÇO:

O Turno de Seis Horas

Além das manifestações amplamente divulgadas pelos setores petrolífero, químico e petroquímico, têxtil, de papel e celulose, não ferrosos, fundição, cimento, ferroligas e outros, a siderurgia nacional, estatal e privada, ao mesmo tempo em que ressalta os grandes esforços que os Senhores Constituintes vem empreendendo na busca da melhor Constituição para o Brasil, sente-se no dever de observar que a simples supressão da palavra “máxima”, do inciso XIV do Art. 7º do Projeto de Constituição, não representa a solução do problema que seria criado com a introdução da jornada de seis horas para trabalhos realizados em turnos ininterruptos de revezamento.

Este inciso, que foi votado sem que houvesse acordo entre os Senhores Constituintes, se mantido, privilegiaria um grupo de trabalhadores, instituindo para eles uma jornada semanal média de trinta e três, trinta e seis horas, contra as quarenta e quatro horas que se aplicariam à maioria da força trabalhadora.

Por essas e outras razões, todas já transmitidas, a siderurgia nacional pede a reflexão dos Senhores Constituintes para a supressão total do inciso XIV do Artigo 7º, porque entende que somente assim serão definitivamente afastados os graves danos que a medida poderá causar a inúmeros setores vitais da economia nacional, aos trabalhadores e ao próprio País”³.

Na contraofensiva patronal, os sindicatos e centrais sindicais, juntamente com o DIESAT, difundiam na época vários estudos sobre os efeitos nocivos do trabalho em turno, tanto por transtornos mentais e comportamentais, como por diversas doenças físicas. Posteriormente, a CUT NACIONAL divulgou parte desses estudos na revista: Trabalho em turno: Redução da Jornada: + saúde, + emprego, + 6ª Turma³.

O turno de seis horas, com todo o processo de pressão e mobilização dos trabalhadores, saiu vitorioso na Assembleia Nacional Constituinte, porém teve diversas dificuldades em sua implantação.

Os acordos da 5ª Turma nos polos petroquímicos

Após a implantação do turno de seis horas na Constituição Federal de 1988, houve uma intensa mobilização para a aplicação do turno de seis horas, ou cinco turmas de oito horas, com a mesma jornada de trabalho equivalente de trinta e três horas e trinta e seis minutos para os turnos ininterruptos.

No ABC, no polo petroquímico, durante a campanha salarial de 1988, discutiu-se intensamente com cada uma das empresas a jornada de turno com suas respectivas tabelas. Houve uma mobilização intensa, com o Sindicato e COMSAT, nas portas de fábrica, com atraso e paradas nas entradas de cada turno nas diversas empresas. O movimento vitorioso da Constituinte se estendeu às fábricas e, por temor de greves, as empresas petroquímicas no ABC chegaram a um acordo. No decorrer do ano de 1988, havia tido uma grande mobilização na Eletrocloro, pertencente ao grupo belga Solvay, com greve contra a contaminação por Mercúrio. O Patronato não pagou para ver com uma nova greve para a implantação de uma conquista implementada pela Constituição de 1988. Os acordos do ABC, quanto às tabelas de turno, optaram por cinco turmas de oito horas, com entradas diferenciadas: no período matutino das 6 horas, 7 horas e 8 horas; no período vespertino, com entrada às 14 horas, 15 horas e 16 horas; e no período noturno, com entradas às 22 horas, 23 horas ou 24 horas (zero hora). As tabelas estabeleciam folgas variadas como: sete dias trabalhados com uma folga (7X1); quatro dias trabalhados e seis folgas (4X6); sete dias trabalhados e um folga (7X1); e três dias trabalhados com seis folgas (3X6). Entre outras tabelas possíveis, os turnos poderiam ter a seguinte sequência: três dias trabalhados e quatro folgas (3X4); seis dias trabalhados e duas folgas (6X2); cinco dias trabalhados e quatro folgas (5X4); três dias trabalhados e uma folga (3X1)³.

No polo petroquímico baiano, houve também uma intensa mobilização com implantação em todas as fábricas do polo da 5ª turma de oito horas. No Rio Grande do Sul, essa implantação ocorreu com greve em algumas fábricas.

Rhodia tenta tirar a 5ª Turma

Num curto espaço de tempo após os acordos que sacramentaram a 5ª turma, a Rhodia Química decidiu retroceder com essa nova modalidade de turno em sua unidade de Santo André, em 1993.

Os trabalhadores reagiram à altura, entraram em greve no mês de março de 1993. A greve perdurou doze dias, pelo retorno da 5ª turma. O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo julgou a greve não abusiva, concedeu cento e vinte dias de estabilidade e deu prazo de cinco dias para a empresa reimplantar a 5ª turma. Se não fizesse isso, estava ameaçada por inquérito do Ministério Público do Trabalho por descumprimento de sentença judicial⁶.

Ataque do patronato junto ao Supremo Tribunal Federal

O artigo 7º inciso XVI da Constituição Federal, que implantou o turno de seis horas, tinha um acréscimo. Os sindicatos, por meio de negociação, poderiam estabelecer outras jornadas. Esse acréscimo permitiu que se negociasse a 5ª turma de oito horas, com a mesma carga horária, porém no setor siderúrgico, houve uma pressão “ferrenha” do patronato para que se continuasse a jornada de oito horas em quatro turmas, com o patronato pagando horas extras adicionais. Na prática, com esse expediente de negociação, os patrões impunham condições adversas para vários sindicatos na negociação. Mediante o pagamento de horas extras muitos sindicatos “venderam” o turno de seis horas.

Além disso, grandes grupos econômicos buscaram difundir novas teses do direito trabalhista empresarial junto à Justiça do Trabalho e ao Supremo Tribunal Federal. Tentaram convencer, principalmente o Supremo Tribunal Federal, de que a pausa para descanso e alimentação e o repouso semanal remunerado descaracterizavam o turno ininterrupto. Esta tentativa foi “jogo pesado” junto ao STF, com bancas de famosos advogados patronais cobrando honorários milionários na época, cerca de cinco milhões de reais. Felizmente, esta tese não vingou, até por competência do escritório de advocacia do Dr. Roberto Caldas em Brasília, quando diversos sindicatos da CUT mobilizados foram visitar os Ministros do Supremo.

Havia pressão na imprensa, com artigos assinados por dirigentes da CUT, no Diário do Grande ABC⁷ e Folha de São Paulo⁸. Estes artigos descreviam os problemas de saúde e as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam no trabalho de turno. Os Ministros do Supremo receberam diversos documentos dos riscos do trabalho em turno e sua repercussão sobre a saúde dos trabalhadores, e o grave risco social de demissão de mais de duzentos e setenta mil operários, em diversos setores econômicos. Tal fato, na época, foi noticiado pelo Diário Popular⁹, Estadão¹⁰, Jornal do Brasil¹¹ e Folha de

São Paulo¹² entre maio e junho de 1997. A pressão sindical foi intensa e várias mobilizações ocorreram, como a manifestação em diversos setores econômicos no dia 27 de junho de 1997, principalmente no polo petroquímico do ABC- SP, Camaçari-BA e Triunfo no RS, contra a mudança de turno.

A decisão final, em dezembro de 1997, foi o entendimento do STF de que a pausa para descanso e alimentação e o repouso semanal remunerado não caracterizaria interrupção do turno de revezamento. Tais decisões foram reconfirmadas em outras ocasiões, como em 09 de fevereiro de 2004, quando a primeira Turma do STF negou recursos da Fiat Automóveis a respeito¹³.

Conclusão: Atenção permanente na luta

A vontade “vampírica” do capitalismo por mais trabalho e o aumento da jornada de trabalho, além do trabalho precarizado, para obter mais margens de lucro, continua na ordem do dia em plena crise internacional do capitalismo. Tal vontade é permanente em vista do lucro a qualquer custo, impedindo a distribuição de renda e melhor qualidade de vida dos trabalhadores. Não resta outra alternativa senão estarmos vigilantes e mobilizados tanto contra o aumento da jornada de trabalho, duramente conquistado, como por melhores condições de trabalho, contra a nova onda neoliberal de flexibilizar e piorar as condições de trabalho, mediante processos de terceirização.

Referências

1. MARX, K. Cap.8 - A Jornada de Trabalho. 4. Trabalho diurno e noturno. O sistema de revezamento (pp. 329-336). In: MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boi Tempo, 2013.
2. CARONE, E. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.
3. TODESCHINI, R. A conquista da 5ª Turma e o turno de 6 horas. A luta pela redução da jornada e os acordos sindicais. IN: *Trabalho em turno: Redução da Jornada: + saúde, + emprego, + 6ª Turma*. São Paulo: CUT Nacional/INST, 1997.

4. DIÁRIO DO GRANDE ABC. *Turno de seis horas, briga sem tréguas na Constituinte*. Santo André: DGABC, terça-feira, 31 de maio de 1988.
5. DIÁRIO DO GRANDE ABC. *Químicos tentam manter jornada de seis horas*. Santo André: DGABC, quinta-feira, 07 de abril de 1988.
6. DIÁRIO POPULAR. *TRT julga não abusiva a paralisação na Rhodia*. São Paulo: Diário Popular, quarta-feira, 31 de março de 1993, p. 9.
7. DIÁRIO DO GRANDE ABC. *O Cansativo trabalho em turnos*. Vicente Paulo da Silva e Remígio Todeschini. Santo André: DGABC, sábado, 07 de junho de 1997, Contexto, p. 2.
8. FOLHA DE SÃO PAULO. *O Cansativo trabalho em turnos*. Vicente Paulo da Silva e Remígio Todeschini. São Paulo: Folha de São Paulo, sábado, 07 de junho de 1997, Dinheiro p.2.
9. DIÁRIO POPULAR. *Processo ameaça o sistema de turnos em fábrica*. São Paulo: Diário Popular, sábado, 24 de maio de 1997, p.9.
10. ESTADO DE SÃO PAULO. *Decisão do STF pode eliminar 287 mil empregos*. Matéria de Liliana Pinheiro. São Paulo: Estadão, quarta-feira, 18 de junho de 1997, p. B 4.
11. JORNAL DO BRASIL. *STF pode acabar com o turno ininterrupto*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, quarta-feira, 18 de junho de 1997, Economia, p. 17.
12. FOLHA DE SÃO PAULO. *CUT afirma que decisão do STF pode causar 287 mil demissões*. São Paulo: Folha de São Paulo, quarta-feira, 18 de junho de 1997, Dinheiro, p. 2.
13. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. *STF reafirma direito à jornada de 6 horas nos turnos ininterruptos de revezamento*. Disponível em: <<http://www.trt3.jus.br/emdia/acs/2004/n090204a.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

5. DA CONTAMINAÇÃO PELO BENZENO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nilton Freitas

O Benzeno (ou benzol) é um hidrocarboneto aromático originário do carvão mineral e do petróleo cujos efeitos nocivos à saúde são bastante conhecidos. É uma substância classificada como carcinogênico para humanos pela Agência de Proteção Ambiental (EPA na sigla em inglês) dos Estados Unidos da América (EUA) e pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC na sigla em inglês). No Brasil, apenas a partir de 1994, o Benzeno passa a ser classificado legalmente como substância cancerígena. Assim mesmo, como resultado da luta dos trabalhadores, entre os quais, os Químicos do ABC.

A leucemia é o principal tipo de câncer associado ao Benzeno e pode ser aparente apenas poucas semanas antes da morte, e ocorrer durante o período de exposição ou após um longo período de latência (ACGIH, 1990: apud Carvalho et col. 1995). As principais vias de absorção do Benzeno na exposição ocupacional são a respiratória e a cutânea (Blank et col. 1985), sendo parte do produto inalado (cerca de 30%) eliminado imediatamente através da aspiração e o restante se distribuindo no organismo (Swanson & Cook, 1976).

O Benzeno absorvido se acumula na gordura dos tecidos e metade dele é biotransformado predominantemente no fígado, o que também ocorre na medula óssea (Browning 1965; Snyder et col. 1977). Os efeitos agudos do produto são caracterizados por sua ação narcótica e o efeito local irritante sobre a pele e as membranas mucosas. Sua aspiração provoca edema pulmonar e hemorragia nas áreas de contato (Sartorelli, 1981). A absorção do Benzeno provoca efeitos tóxicos para o Sistema Nervoso Central que pode ocasionar narcose, excitação seguida de sonolência, vertigem, cefaleia, náuseas, taquicardia, dificuldades respiratórias, tremores, convulsões, perda de consciência e morte (Wakamatsu, 1976; apud Carvalho et col. 1995).



Morte e Interdição nas Indústrias Químicas Matarazzo - São Caetano do Sul

Foi o que aconteceu com o operário Pedro Manguiera Filho, falecido em 1984, aos cinquenta e dois anos de idade, vítima de leucemia mieloide aguda ocasionada pela exposição ocupacional ao Benzeno, utilizado na produção do agrotóxico BHC (hexacloro-Benzeno). Pedro trabalhou na empresa por onze anos e o câncer que lhe ceifou a vida. Foi fulminante.

Casos como o de Pedro somente vieram a público com o enfraquecimento do regime militar e a redemocratização do país, quando os sindicatos voltaram a atuar com autonomia em defesa dos interesses dos trabalhadores. Até então, toda e qualquer ação dessa natureza podia ser classificada como “agitação comunista” e resultar na prisão dos líderes, sem que o assunto fosse resolvido.

O mesmo aconteceu na Baixada Santista no ano anterior à morte de Pedro, 1983, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Santos começaram a detectar uma verdadeira “epidemia de benzenismo” no interior da então estatal Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), que resultou no afastamento de mais de dois mil trabalhadores até o ano de 1992, obrigando o então INAMPS de São Paulo a estabelecer, em 1986, os “Critérios para Caracterização de Leucopenia”, que considerava “portador de leucopenia todo o segurado que, exposto ao Benzeno e mistura de solventes contendo Benzeno em proporção superior a 1%, apresentasse no hemograma, número de leucócitos abaixo de 4.000 e/ou de neutrófilos abaixo de 2.000”. Nesse mesmo ano, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES-SP) incluiu as alterações hematológicas por exposição ao Benzeno no sistema de vigilância epidemiológica da região de Cubatão (Carvalho et col. 1995). “A taxa normal é de 5.000 ou mais de leucócitos e 3.000 ou mais de neutrófilos”, explicava o médico do trabalho da subseção do DIESAT na assessoria à COMSAT do Sindicato dos Químicos do ABC. “Esta queda de glóbulos mina as defesas do organismo. É comum morrerem de infecções, principalmente respiratórias. Como o organismo está debilitado, qualquer gripe pode desenvolver estados mais graves e até provocar a morte”, relata. (Rebouças et col. 1989).

Os casos de leucopenia na Matarazzo foram sendo desvelados com o encaminhamento dos trabalhadores da empresa para o Programa de Saúde dos Químicos do ABC, criado no âmbito da SES-SP com o propósito de oferecer aos trabalhadores uma alternativa independentemente dos patrões, para o controle de sua saúde. E foi exatamente o que ocorreu: mais de sessenta trabalhadores estavam

contaminados pelo Benzeno sem que tivessem sido informados e afastados da exposição para tratamento.

Com essa informação, o Sindicato requereu a fiscalização da empresa pela DRT/SP e, no dia 15 de outubro de 1985, os fiscais entraram na empresa acompanhados de médicos da SES-SP, subdelegacia regional do Trabalho de Santo André, Centro de Saúde de São Caetano do Sul e do Instituto Adolfo Lutz, onde eram realizados exames laboratoriais. O diretor da COMSAT, Remigio Todeschini, e a imprensa, chamada para cobrir o ato, foram impedidos de entrar.

A ação dos agentes do Estado confirmou a exposição excessiva ao Benzeno, que impregnava o ar devido a inúmeros vazamentos no processo operacional, agravado pela falta de ventilação local exaustora e ambiental, falta de informação sobre os riscos do produto, falta de equipamentos de proteção individual que pudessem minimizar a exposição excessiva, ausência de lava olhos e chuveiros de emergência, ausência de equipamentos de prevenção de incêndio e outras irregularidades. Como em outros casos relatados nesta publicação, o serviço médico da empresa atuava de forma antiética e criminoso, dissimulando os sintomas precoces de contaminação anunciados pelos trabalhadores, como fadiga excessiva, tonturas e dores de cabeça constantes, como se fossem causas naturais (Rebouças et col. 1989).

Interdição e fechamento da “fábrica de doentes”

Entre a primeira fiscalização e a interdição definitiva da fábrica ocorrida em 22 de janeiro de 1986, se passaram apenas pouco mais de três meses. E custou, assim como no caso da Eletrocloro que viria a ocorrer no ano seguinte, mais uma demissão: a do superintendente da Fundacentro Doutor Luis Carlos Morrone, envolvido numa polêmica proposta de desinterdição que teria sido preparada pela instituição de pesquisa em segurança e saúde no trabalho, a pedido do então ministro do Trabalho do Governo Sarney, Almir Pazzianoto (ex-advogado trabalhista que atuou, inclusive, a serviço do próprio Sindicato dos Químicos do ABC, durante o período da Ditadura).

O pedido de interdição do complexo industrial se baseava na constatação, pelos fiscais, da existência de condição de risco grave e iminente, comprovada pela avaliação com uso de aparelho cromatógrafo de absorção atômica emprestado da COSIPA, que demonstrava concentração de Benzeno no ar entre 20 e 1.000 partes por milhão (ppm), enquanto a legislação da época limitava a exposição a 8 ppm para uma jornada diária de trabalho (atualmente se reconhece que não existe um valor seguro de exposição ao Benzeno e se indica 1 ppm como valor de referência técnica, ou

seja, para controle tecnológico, sem que signifique uma exposição “segura”).

Isso não bastou, entretanto, para que a determinação dos engenheiros especialistas da DRT/SP e dos médicos do Estado, pela interdição, fosse obedecida. A empresa se utilizou de sua influência política junto ao governo da época, por meio do ministro do Trabalho já mencionado, para pressionar o próprio Delegado Regional do Trabalho José Carlos Stein e o Superintendente da Fundacentro, também citado, para voltar a funcionar “para fins de avaliação ambiental”, ainda que “interditada por motivo de risco grave e iminente à saúde dos trabalhadores”, o que ocorreu a partir de 14 de novembro de 1985.

O baixo nível de conscientização desse problema pelos empregados, naturalmente preocupados com seus empregos, apesar de apoiarem a luta do Sindicato em defesa de sua saúde, possibilitou este tipo de manobra, descoberta em assembleia apenas no dia 26 de novembro. Depois de muita pressão da entidade sindical junto a DRT/SP - diretamente e por meio da imprensa - e diversas visitas para novas avaliações ambientais, veio a decisão final da DRT pela interdição, amparada em resultados de concentração de exposição de até 200 ppm, ainda muito acima do máximo permitido legalmente (8 ppm).

A estratégia da COMSAT nesse caso, se estendeu para outras esferas, para “ir fechando o cerco” contra a empresa e para inibir o efeito de suas manobras, como: acionamento da CETESB devido o armazenamento a céu aberto de BHC; acionamento da promotoria pública do Fórum de São Caetano do Sul; acionamento da Curadoria de Acidentes do Trabalho do Ministério Público do Estado que acionou, por sua vez, a Delegacia de Polícia Civil, para apurar denúncias trazidas pelos trabalhadores, relacionadas à manipulação de licenças para fabricação e comercialização de produtos, concentração excessiva de BHC no produto final, acima do permitido para operação em áreas urbanas, entre outras.

Ações criminais e civis contra os gerentes e diretores da empresa resultaram, no final de 1987, em indenizações para os trabalhadores leucopênicos e para a família de Pedro Mangueira Filho, caso inédito, até então, no Brasil.

Operação Caça Benzeno - da defesa para o ataque

Em 1991, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) por meio do seu Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), fundado em 1990 para fortalecer a luta dos sindicatos pela saúde, lança uma campanha nacional de conscientização e de preparação dos sindicatos para o enfrentamento do benzenismo. À época, já existia, no país inteiro, mais de três mil e quinhentos trabalhadores afastados de suas atividades devido à leucopenia, sendo dois mil e duzentos apenas no estado de São Paulo, representando um impacto gigantesco na competitividade industrial e nas contas da Previdência Social, além de destruir expectativas profissionais e desarticular famílias inteiras.

Em 9 de abril de 1991, às vésperas do lançamento da campanha da CUT, morreu o Técnico de Segurança do Trabalho da Petroquímica União S.A. (PQU), Sr. Adelson Gomes da Silva, com diagnóstico de leucemia mieloide aguda, devido à exposição ocupacional ao Benzeno. A excelência da COMSAT do Sindicato dos Químicos do ABC havia se projetado no interior da maior central sindical do País já naquela época (continua até o momento), levando à direção do INST o diretor do sindicato e coordenador da COMSAT Domingos Lino. O Sindicato passava, assim, a coordenar as duas principais entidades sindicais especializadas do país: DIESAT e INST/CUT. Contava, desta maneira, com especialistas, mestres e doutores na área de engenharia, medicina, psicologia do trabalho, sociologia, direito trabalhista e previdenciário, entre outros.

Chegava o momento da ofensiva, a hora de virar o jogo, sair da defesa e partir para o ataque. Para isso, inclusive o autor deste capítulo, foi enviado para visitas em plantas industriais petroquímicas na Alemanha e na Itália, para conhecimento sobre as melhores e mais eficientes tecnologias de controle da emissão de Benzeno para o ambiente, ou seja, para evitar a exposição ocupacional ao Benzeno.

Concomitantemente, durante o período de 1987 a 1993, pelo menos, ocorre no país uma série de eventos de alto nível para a atualização científica relacionada ao Benzeno em seus diversos aspectos: efeitos hematológicos, diagnóstico, controle, critérios de alta, avaliação de danos ao sistema nervoso central e outros organismos, critérios de avaliação ambiental, conceitos de exposição ocupacional, medidas de controle, tecnologias alternativas entre outras. Do mesmo modo, médicos e engenheiros de empresas, instituições públicas e sindicatos participam de eventos científicos internacionais relacionados ao assunto.

O movimento sindical definitivamente se capacita para o debate e continua mobilizado com as campanhas do INST e do DIESAT, que contribuíram para ampliar enormemente o número de sindicatos envolvidos no debate sobre o Benzeno, trocando experiências de enfrentamento no nível da empresa, da região e da categoria. As categorias mais mobilizadas são a dos metalúrgicos e siderúrgicos, petroquímicos, químicos e petroleiros e da construção civil e montagem industrial.

Petroquímica União, COFADE e Unipar - da luta local para a luta nacional

A morte de Adelson da PQU, no início de 1991, é precedida da morte de outros dois trabalhadores petroquímicos empregados da Nitrocarbono S.A., localizada no Polo Petroquímico de Camaçari, Bahia, no final do ano anterior. Nesse mesmo período, no ABC paulista, trinta e dois casos de leucopenia são diagnosticados entre os duzentos e cinquenta empregados da empresa COFADE, localizada em Mauá, a partir da ação direta da CIPA, liderada por dois trabalhadores que viriam, mais tarde, a ser eleitos para a direção do Sindicato: Carlos Sanchez, o Carlão, e Sérgio Novais.

A propósito, é no mês de junho de 1991 que, o então coordenador da COMSAT, Remígio Todeschini, é eleito para a presidência do Sindicato dos Químicos do ABC, como reflexo, aparentemente, da importância que a luta pela saúde representava naquele período para o trabalhador químico do ABC e, por que não dizer, de todo o País, como demonstraram os fatos relatados.

Naquela época, as principais empresas petroquímicas produtoras de Benzeno no Brasil eram, nesta ordem: COPENE (Camaçari, Bahia); COPESUL (Polo de Triunfo, Rio Grande do Sul) e PQU (Capuava, Mauá). E as principais empresas consumidoras eram indústrias de transformação, como: EDN, Nitrocarbono, Deten, UNIPAR, Elekeiroz, Denar, Petroflex e outras. Neste circuito, girava cerca de 95% da produção e consumo de Benzeno no Brasil, sendo o restante na indústria siderúrgica (COSIPA, Usiminas, CSN, Açominas e EMCA) e na indústria sucroalcooleira, onde o produto era utilizado na produção de álcool anidro. A troca de informações entre os sindicatos e entre as instituições públicas envolvidas tornava claro que o problema era generalizado e não localizado em uma empresa ou outra.

A ação do Sindicato dos Químicos no interior da PQU trouxe mais conhecimento e informação ao movimento sindical sobre a origem e as causas da exposição ao Benzeno e seus efeitos à saúde, consolidando a percepção de que o problema só seria resolvido por

meio de uma regulamentação mais restritiva. À época, o Anexo 11 da NR-15 da Portaria 3214/78 estabelecia um Limite de Tolerância (LT) de 8 ppm (partes por milhão) para uma jornada de oito horas diárias de trabalho. O conceito de LT ambiental significava uma “concentração ou intensidade máxima ou mínima relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral”. A entrada na fábrica foi viabilizada uma vez mais pela Fiscalização da DRT/SP (Dr. Danilo Fernandes Costa), acompanhado de especialistas da SES-SP, do PST de Santo André e da Fundacentro, que passaram a reunir dados de exposição ambiental e de controle da saúde (hemogramas e outros).

Os números mostravam, entretanto, uma realidade distinta daquela determinada pelas normas: as concentrações de Benzeno nas operações de carregamento de caminhões-tanque chegavam até a 450 ppm; ou até 200 ppm na área dos tanques de recebimento de Benzeno; até 50 ppm na área de tancagem (amostragem pessoal); ou iam de 0,1 até 100 ppm em unidades operacionais (amostras pessoais). (Carvalho, A.B. et col., 1995).

Avaliações instantâneas de operações específicas confirmavam a gravidade da situação na PQU em particular: 162 ppm em operação de retirada de flange; 54 ppm na lavagem de equipamento; 150 ppm na purga de equipamento com nitrogênio; 60 ppm em purga de equipamento do vapor d'água; 150 ppm em operação de drenagem de equipamento (PQU, 1987 a 1992).

As causas, apontadas pelos especialistas e pelos representantes dos trabalhadores na CIPA, variavam:

- Vazamentos permanentes de líquido devido a desgaste de materiais e a falta de manutenção adequada em válvulas, selos de bombas e compressores (equipamentos rotativos, que vibram), juntas (flanges), equipamentos e tubulações corroídos etc.;
- Derramamentos acidentais durante operações de movimentação do produto de forma não hermeticamente fechada;
- Armazenagem em tanques sem recurso de vedação com “atmosfera inerte”;
- Emissões ambientais contínuas através de válvulas de segurança e vents de tanques, vasos e outros equipamentos (extratores, reatores, condensadores, colunas de destilação etc.);
- Sistemas de tratamento de efluentes líquidos e armazenamento de resíduos sólidos a céu aberto;

- Contaminação de sistemas de água de refrigeração causada por furos nas tubulações por onde passam os produtos dentro dos trocadores de calor;
- Emissões fugitivas permanentes em válvulas, flanges, selos de bombas e compressores, sem que medidas de correção fossem adotadas;
- Inexistência de cabines de exaustão enclausuradas e de meios adequados de descarte de resíduos e lavagem de recipientes contaminados em laboratórios.

Além dessas fontes fixas e permanentes de contaminação ambiental, outras se constituíam por meio da realização de operações, como:

- Limpeza de vasos, equipamentos e tubulações com passagem de água ou vapor d'água, gerando efluentes contaminados;
- Abertura de vasos e equipamentos para manutenção ou limpeza, principalmente quando da ocorrência de Paradas Programadas que exigiam paralisação total da produção e abertura simultânea de milhares de equipamentos para resfriamento, inspeção e manutenção;
- Drenagem de produtos diretamente para canaletas a céu aberto e descarte de produtos nas operações de coleta de amostra para controle de processo;
- Transferência de produtos para vasos ou caminhões-tanque, desprovida de sistema de captação de vapores;
- Medição de nível de produto em tanques de armazenagem, com uso de régua ou trena;
- Tomada de amostras para análise sem sistema de by-pass para recirculação da substância;
- Atividades laboratoriais sem exaustão adequada.

No caso da PQU especificamente, a situação mostrava-se complicada devido à inclusão da empresa no Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor de Mello, que impedia a realização de investimentos para modernização e ampliação da produção da Unidade. Além disso, por razões semelhantes (mudança nas regras de aposentadoria), um grande número de operadores e especialistas de manutenção postergavam a aposentadoria indefinidamente, ao tempo em que viam deteriorar-se suas condições de trabalho (até então, superiores ao restante da categoria devido à negociação em separado por causa da condição de empresa estatal), benefícios

(num tempo em que o presidente eleito, Collor de Mello, se intitulava “caçador de marajás” e atacava por todos os meios supostos “privilégios” de funcionários públicos) e ambientes de trabalho (devido, justamente, à proibição de investimentos).

A condição de estatal tinha, todavia, uma aparente vantagem: a maior disposição da gerência da empresa para receber e empreender o diálogo e o respeito para com as autoridades públicas encarregadas da fiscalização e controle da saúde na empresa, as quais se faziam acompanhar de dirigentes e assessores do Sindicato dos Químicos do ABC, tanto na área de engenharia como na área da saúde. As reuniões eram tão frequentes que, a partir de um certo momento, aceitou-se a realização de reuniões e inspeções específicas sem a presença de entes do Estado, apenas entre representantes da empresa e do Sindicato, representado pelos dirigentes e funcionários Jairo Vidal e Heli Vieira Alves, que realizavam a consulta e comunicação direta com os operadores no local de trabalho.

Não obstante, os resultados das avaliações ambientais e do controle de exposição dos empregados e dos terceirizados eram encaminhados como subsídio para o Ministério Público do Estado, o ministério do Trabalho, Fundacentro e órgãos de saúde do estado e do município de Santo André.

Santo André, através do seu Secretário de Saúde, Fernando Galvanese, chegou a ceder durante um período, equipe médica e de enfermagem para a coleta de sangue de trabalhadores próprios e de terceiros na Portaria principal da PQU, devidamente acomodados em um caminhão baú logo apelidado de “Vampirão”. Objetivo: comparar os resultados com aqueles fornecidos pelo serviço médico da empresa, já totalmente desacreditado à época. Contribuíram, desta forma, para a elaboração de estudos que subsidiaram a revisão e atualização das normas vigentes. E em janeiro de 1994, a PQU é finalmente privatizada, apesar de toda a pressão feita pelo Sindicato e a audiência que o Presidente, Remi do sindicato dos Químicos do ABC, teve na época com o Presidente da República Itamar Franco (Memórias dos 70 anos - Sind. Químicos do ABC - Medici, 2008, pp.262-265).

Da fábrica para os escritórios governamentais - a luta pelo direito de trabalhar sem adoecer e morrer

A intervenção sindical na PQU, UNIPAR e COFADE capacitou dirigentes e assessores do Sindicato a compor as bancadas sindicais em processos regionais e nacionais de negociação instituídos com o objetivo de solucionar a crise do “benzenismo” e a situação

laboral de mais de três mil trabalhadores leucopênicos afastados do trabalho, amparados pela Previdência Social a um custo enorme.

“Em 1992, o Centro de Vigilância Sanitária da SES/SP coordenou grupo de trabalho tripartite, que elaborou norma específica sobre o Benzeno para o Estado de São Paulo, contendo aspectos de diagnóstico médico, perícias-previdenciários e preventivos da exposição ao Benzeno” (SES/SP, 1993; apud BONCIANI, M. (Org.) e col., 1996). “Esta foi seguramente a primeira experiência “tripartite” de elaboração de normas técnicas em segurança e saúde do trabalhador no país, refletindo, por isso, o acúmulo de experiências técnico-sociais dos atores envolvidos nos últimos dez anos na questão do Benzeno no Brasil” (idem). Em novembro do mesmo ano (1982), o Brasil ratifica a Convenção 136 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “sobre a Proteção contra os Riscos de Intoxicação Provocados pelo Benzeno (1971)”, trazendo, em resumo, as seguintes determinações: substituir o Benzeno por produtos menos tóxicos, onde isso for possível; proibição do uso como solvente ou diluente; impedir emissões no ambiente de trabalho e definir método de avaliação ambiental; uso em sistemas preferencialmente fechados; EPI por tempo de exposição limitado; hemograma e outros exames devem ser feitos no admissional, periódico e demissional; exclusão de mulheres grávidas e menores, da exposição; sinalização de “Benzeno” onde ele estiver presente ou em produtos que o contenham; informação aos trabalhadores expostos.”

De julho a outubro de 1993, o médico sanitário Dr. Francisco Antônio de Castro Lacaz e o autor deste capítulo, assessores técnicos da COMSAT na subseção do DIESAT no Sindicato, são convidados pela Secretaria da Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho (SSST/MTb) para compor grupo tripartite de especialistas encarregados de subsidiar o governo do presidente Itamar Franco e do Ministro do Trabalho Walter Barelli (ex-DIEESE), no período pós-impeachment do presidente Collor.

O resultado do grupo (publicado como “Subsídios Técnicos à SSST/MTb”, 1993) é fortemente atacado pelo setor patronal, a essa altura já organizado em torno do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos e da Petroquímica no Estado de São Paulo (SINPROQUIM), principalmente por recomendar a extinção do Limite de Tolerância para o Benzeno “por tratar-se de substância cancerígena para a qual não existe concentração segura de exposição”.

A Portaria SSST/MTb Nº 3 de 10 de março de 1994 atende à recomendação e transfere a referência ao Benzeno do Anexo 11 para o Anexo 13 da NR-15 (substâncias cancerígenas) e determina “que não deve ser permitida nenhuma exposição ou contato por qualquer via”. “Nenhuma exposição” significa “zero”, o que fez o

setor empresarial repudiar fortemente a norma, contribuindo para a saída de Barelli do governo.

Segundo o SINPROQUIM, “essa Portaria inviabiliza totalmente a produção do Benzeno, já que determina um processo hermético que não permite qualquer contato do produto com o trabalhador”. O novo ministro do Trabalho Marcelo Pimentel (exerceu o cargo por apenas oito meses, ainda durante o governo Itamar Franco), se fez sensível aos apelos patronais e constituiu Grupo “Técnico” de Trabalho (GTT) totalmente homogêneo pelas empresas siderúrgicas e petroquímicas, gerando reação imediata dos sindicatos que promoveram grandes mobilizações de trabalhadores contaminados em todo o País para defender a Portaria 3 e impedir o retrocesso. O dia 02 de setembro de 1994 foi considerado como “Dia Nacional de Luta Contra a Contaminação por Benzeno” e cerca de duzentos trabalhadores, a maioria leucopênicos da baixada santista e do ABC, organizaram um Ato de Protesto em frente a FUNDACENTRO/CTN em São Paulo, onde se realizava reunião do GTT constituído pelo MTb.

O médico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, Rio de Janeiro, que tinha centenas de trabalhadores afastados por benzenismo, foi nomeado Presidente da Fundacentro por Pimentel, deixando clara sua intenção de manter o controle do processo nas mãos dos patrões.

No ABC, tornaram-se frequentes as reuniões dos membros da COMSAT com os afastados contaminados da PQU e da UNIPAR, que participaram de diversas reuniões na DRT/SP, no Centro de Vigilância Sanitária (CVS/SES/SP) e na FUNDACENTRO, além de acompanhar as fiscalizações e reuniões tripartites nas empresas. Em pauta, todo o tempo, a avaliação da possibilidade de retorno ao trabalho em condições seguras, ou seja, sem exposição ao Benzeno ou continuarem afastados até que medidas de proteção fossem implementadas.

Em qualquer uma das condições em que se encontrasse (trabalhando, afastado ou aposentado), o trabalhador com a saúde deteriorada pela exposição ao Benzeno têm sua vida profissional, familiar e social também deteriorada. Passa a sofrer a discriminação dos colegas de trabalho, amigos e parentes que não “visualizam” sua lesão; perde salário, adicionais, benefícios, participação nos lucros e resultados, convênios médicos, psicológicos e farmacêuticos.

O processo foi longo e desgastante para estes companheiros. Uma rotina cansativa entre o Departamento Pessoal da empresa, sindicato (COMSAT, médico do trabalho e advogado previdenciário), INSS (perícia médica), Hospital das Clínicas de São Paulo e UNICAMP (exames hematológicos), laboratórios privados e públicos, DRT e Fundacentro etc., tentando garantir salário, benefício e o direito

de seguir trabalhando. A maioria dos afastados eram jovens e especializados. Muitos desistiram do sofrimento e abandonaram a luta por seus direitos, deixando de frequentar a COMSAT, realizando acordo com as empresas para a rescisão de contrato de trabalho.

O Acordo Nacional Tripartite do Benzeno

Os que continuaram puderam ajudar o dirigente do Sindicato dos Químicos do ABC e funcionário da UNIPAR, Francisco José de Souza Ribeiro, o Chicão, a representar os trabalhadores (CUT) em novo Grupo de Trabalho Tripartite do Benzeno (GTT/Bz), empossado em 28 de setembro de 1994. A primeira reunião do GTT/Bz deliberou pela necessidade de consenso nas decisões e pela participação igualitária de titulares e suplentes das representações de Governo, Trabalhadores e Empregadores.

Além da CUT, a bancada dos Trabalhadores tinha ainda representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e da Força Sindical. Uma vez mais, os assessores da COMSAT do Sindicato dos Químicos do ABC são chamados a integrar o GT na condição de assessores técnicos dos trabalhadores, comprovando a capacidade técnica e política da entidade. Os três também integraram a Comissão Nacional de Benzeno da CUT, criada para acompanhar as negociações e continuar com as mobilizações que pressionavam patrões e governo a encontrar uma solução para os mais de três mil afastados.

A representação do Governo era composta pelo MTb (Doutores Mário Bonciani e Danilo Fernandes Costa), Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e Fundacentro (Dra. Arline Sydnéia Abel Arcuri (Química e Pesquisadora) e Eng. José Possebom (Engenheiro e Pesquisador). Os quatro profissionais citados atuavam também nos “casos” da PQU, UNIPAR e COFADE.

E, finalmente, a bancada empresarial/patronal, composta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e SINPROQUIM (nesse caso, Sebastião Tolentino Di Lascio - superintendente da UNIPAR e eng. Nelson Zorovich, também da UNIPAR). O médico da PQU, José Roberto Teixeira, atuou como Assessor Técnico desta Bancada.

No total, da negociação “nacional” participavam dez profissionais envolvidos nos casos que tinham o Sindicato dos Químicos do ABC como parte inquisidora.

A Subcomissão de Avaliação Ambiental

Iniciados os trabalhos do Grupo Tripartite logo se constituiu uma Subcomissão para tratar da concentração de Benzeno nos ambientes de trabalho, a qual desenvolveu a ideia de um Limite de Concentração Tecnicamente Indicado (LCTI), que não eximiria o risco à saúde e não representaria uma fronteira entre o “seguro” e o “inseguro”, partindo do consenso de que o Benzeno é uma substância cancerígena, para o qual não existe um limite seguro de exposição.

A construção deste conceito, baseado na carcinogenicidade do Benzeno e na crítica ao conceito de “limite de tolerância”, culminou na definição de um Valor de Referência Tecnológico (VRT), explicitado mais adiante na redação do Acordo e Portaria do Benzeno.

Foi ainda essa Subcomissão que elaborou uma Norma de Avaliação Ambiental de Benzeno, baseada nas diretrizes da Associação Internacional de Higienistas (A.I.H.), em que se realiza um número menor de amostras em comparação com outros métodos (NIOSH p.ex.), mas se valoriza mais cada valor individualmente. Isto só é possível através de um detalhado estudo do processo de trabalho e caracterização das atividades, antes do início da amostragem, além da constituição de Grupos Homogêneos de Exposição.

Os Valores de Referência Tecnológico (VRT) só vieram a ser definidos em 1995, após um demorado impasse nas negociações, devido à disparidade entre os valores inicialmente propostos pelas Bancadas de Trabalhadores (0,3 ppm) e Empregadores (5 ppm), além dos prazos de adequação definidos em dezoito meses (Trabalhadores) e cinco anos (Empregadores). Este impasse colocou em risco o sucesso das negociações e só foi solucionado após encontros de bastidores entre representantes do empresariado baiano, do governo e da CUT, contornando a resistência de setores mais atrasados do empresariado petroquímico paulista. A saída encontrada foi: a definição de 1 ppm de VRT para o setor petroquímico com prazo de adequação definido em dezembro de 1997; apresentação do Programa de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno (PPEOB) até seis meses após assinatura do Acordo; a concessão de um “Certificado” para aqueles que cumprissem integralmente os compromissos acordados, como forma de separar “bons” e “maus” empreendedores; definição de penalidades para aqueles que não cumprirem as matérias de Acordo

e Portaria; realização do Cadastramento Nacional de produtores, consumidores e transportadores de Benzeno em noventa dias após assinatura do Acordo; compromisso de estudar redução de Benzeno em produtos acabados de 1% para 0,1%, conforme proposta da Bancada dos Trabalhadores.

Esta série de compromissos firmados verbalmente entre os presentes, possibilitou a retomada das negociações após dois meses de impasse. O VRT para o setor siderúrgico foi definido em 2,5 ppm, com prazo de adequação até dezembro de 1998, assumindo também os demais compromissos firmados na reunião de Salvador.

A Subcomissão de Vigilância Médica

Os trabalhos desta Subcomissão foram iniciados em 16 de dezembro de 1994, quando as bancadas dos empregadores e sindical apresentaram seus conceitos sobre o assunto. Mais tarde, as partes elaboraram propostas acabadas que não chegaram a um consenso. O ponto básico discordante entre as bancadas, que marcou toda a negociação até o seu final, dizia respeito à proposta da Bancada patronal de vincular o exame médico e o nexos causal de eventual anomalia à exposição do trabalhador ao Benzeno. Trabalhadores e governo, por seu lado, defendiam que esta relação não poderia ser aceita, devido às características dos efeitos do Benzeno à saúde e devido ao desconhecimento sobre as reais condições de exposição ao Benzeno nas empresas.

Para tentar solucionar estas contradições explicitadas, o Ministério da Saúde constituiu um Grupo de Trabalho interno formado por especialistas e profissionais de serviços de saúde, que se reuniram em Brasília e elaboraram a “Proposta de Vigilância” que considerava “atividades de risco” todas aquelas realizadas em empresas que produzam, transportem ou consomem Benzeno, indiferentemente da função exercida ou do local de trabalho (i); introduziu dados epidemiológicos e toxicológicos como instrumentos de avaliação (ii); adequou os procedimentos àqueles estabelecidos na NR-7 (iii); definiu os procedimentos para emissão de CAT e encaminhamento ao SUS, preservando o direito do “nexo presumido”.

Os direitos dos trabalhadores

Outro assunto que permeou todo processo de negociação foi o de “direitos dos trabalhadores”, que resultou na constituição do “Grupo de Representação dos Trabalhadores do Benzeno - GTB”, com o objetivo de acompanhar a elaboração e implantação do PPEOB e tendo entre suas atribuições: inspecionar os locais de trabalho; verificar o cumprimento de cronogramas e prazos; acompanhar e analisar o desenvolvimento do PPEOB; manter a CIPA ciente dos assuntos relacionados ao Benzeno. O GTB é composto por 20% dos representantes titulares dos trabalhadores na CIPA, com, no mínimo, dois membros por estabelecimento. Os membros do GTB devem ser eleitos entre e pelos representantes titulares e suplentes dos trabalhadores na CIPA. Devem ainda receber treinamento de vinte horas antes do início de suas atividades, com currículo definido no Acordo. A empresa deve disponibilizar apoio administrativo e acesso livre a documentos, laudos, relatórios etc., aos membros do GTB, bem como garantir o tempo livre necessário para suas atividades. Os membros do GTB têm o poder de acordar compromissos com o responsável da empresa pelo PPEOB, cujo descumprimento resulta em pesadas multas para a empresa. Além disso, deve informar a CIPA, o Sindicato e os órgãos públicos em caso de não atendimento de suas solicitações, por parte da empresa.

A grande debilidade do processo de negociação, entretanto, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, foi o fato de os direitos daqueles atingidos pelo benzenismo não terem sido definidos. Apesar de a Bancada dos Trabalhadores ter apresentado proposta acabada sobre o assunto, isto ocorreu muito tardiamente (final de agosto de 1995), impossibilitando que fosse colocada na agenda de discussão.

O resultado final das negociações

Em 28 de setembro de 1995, exatamente doze meses após seu início, encerraram-se as negociações pelo Grupo de Trabalho Tripartite do Benzeno. As conclusões dos trabalhos do Grupo estavam consubstanciadas em uma Proposta de Acordo Nacional Tripartite, uma Proposta de Portaria criando o Anexo-13A da NR-15 da Portaria 3214/78 e duas Propostas de Instrução Normativa a serem expedidas pela SSST/MTb, sendo uma referente à Avaliação das Concentrações de Benzeno em Ambientes de Trabalho e a outra,

referente à Vigilância da Saúde dos Trabalhadores na Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno.

Finalmente, em 20 de dezembro de 1995, em cerimônia realizada em Brasília, o Acordo acima citado foi assinado pelos representantes legais das partes, entre eles o ex-coordenador da COMSAT e ex-presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Remígio Todeschini, representando a direção Nacional da CUT na condição de Tesoureiro nacional. Concomitantemente, foram assinadas a Portaria N° 14 e as Instruções Normativas 1 e 2, expedindo assim os documentos acima citados. Terminava, com este novo marco regulatório, um dos mais importantes processos de concertação socioambiental até então desenvolvidos no país.

Todo o conteúdo técnico e conceitual desses instrumentos foi desenvolvido e ou implementado nos processos em discussão na então PQU e UNIPAR (atualmente Braskem) e COFADE. Nesta última, mais de cem produtos químicos foram analisados em relação a presença de Benzeno em sua formulação, sendo muitos deles substituídos, ainda que não se chegasse a um resultado preciso. De toda forma, os casos de leucopenia foram diminuindo com o tempo, associados provavelmente a melhorias relacionadas à exaustão e ventilação industriais, também acordadas entre Sindicato e empresa.

Ineditismo e reconhecimento internacional

Em 29 de março de 1996, foi instalada a Comissão Nacional Permanente do Benzeno, composta por trinta e seis membros representantes dos mais importantes segmentos sociais e públicos relacionados com o Benzeno, cujo primeiro grande desafio foi complementar o Acordo nos aspectos relacionados ao suporte dos trabalhadores atingidos pelo benzenismo, entre os quais, aqueles da PQU, da UNIPAR e da COFADE.

Também se inovou na legislação nacional, ao introduzir conceitos de preservação da saúde (VRT) em questões relacionadas à exposição a agentes químicos, superando-se as limitações dos Limites de Tolerância. Ao mesmo tempo, consolidou-se tendência da época, de articular as ações preventivas entre os diversos setores dentro da empresa, por meio dos “programas”, superando-se assim a limitação destas ações no âmbito do SESMT.

Incrementou-se também tecnicamente, com a definição de uma Norma Técnica de Avaliação Ambiental, que permitirá a uniformização destes procedimentos em todo o país, possibilitando

futuramente a construção de um quadro realista da situação brasileira, até então impossível.

Ao Estado, coube também a criação do cadastro nacional do Benzeno, de coordenação da Comissão Nacional Permanente (CNPBz), de manter registro de trabalhadores expostos, de normatizar outros procedimentos para a padronização de exames clínicos e laboratoriais e tantos outros compromissos.

A Comissão Nacional Permanente do Benzeno continua trabalhando até hoje, o que representa vinte anos de gestão compartilhada do risco. Neste período, houve desdobramentos em Comissões Estaduais e Regionais, como aquela do ABC paulista, em que dirigentes do Sindicato empregados na Quattor (sucessora da PQU) e atual Braskem, continuam participando até o momento.

Não é por outra razão que o Acordo Nacional Tripartite do Benzeno foi reconhecido no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (CDS/ONU) como um modelo a ser seguido no marco da Agenda 21 que busca a sustentabilidade em suas dimensões econômica, social e ambiental.

6. ACIDENTES QUÍMICOS AMPLIADOS: EXPLOSÕES E MORTES, DO ABC PARA O BRASIL

Nilton Freitas

Entre 10 de julho e 15 de agosto de 1992, a Petroquímica União (atual Braskem) foi palco de um dos mais dinâmicos e complexos casos de acidente “maior” ou “acidente químico ampliado” ocorrido na região do ABC e no Brasil até então.

Em pouco mais de um mês, ocorreram explosões, incêndios, mortes, interdição administrativa, interdição judicial, direito de recusa coletiva ao trabalho em condição de risco grave e iminente, fiscalizações, mobilizações, assembleias, ato ecumênico, protestos de moradores e greves por aumento salarial. O fato mais grave e de dano irreparável foi a morte do electricista de vinte e seis anos, Ivo Carvalho da Silva, no dia 15 de julho de 1992, vítima de queimaduras de 3º grau em 90% do corpo.

A causa direta do acidente foi a explosão seguida de incêndio de um duto de saída de um forno da área 450 (Aromáticos) pressurizado com nafta e vapor a mais de duzentos e setenta graus centígrados. A explosão ocorreu às 14 horas, no momento em que diversos trabalhadores próprios e de terceiros retomavam as atividades após o intervalo de almoço. Havia diversos serviços de manutenção em andamento, ainda que a planta operasse normalmente.

Além de Ivo, empregado da PQU, outros dez trabalhadores ficaram feridos, sendo mais graves os casos de dois trabalhadores de empreiteiras, Waldeck Moura da Silva e João Alves da Silva, que tiveram 40% do corpo queimado e permaneceram por mais de duas semanas internados em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em um Hospital de São Paulo. Os três ficaram retidos na plataforma em chamas a uma altura de cerca de trinta metros, sem que a água dos canhões e das mangueiras dos bombeiros conseguisse alcançá-los.



Esta não foi a primeira morte em condições semelhantes na mesma planta industrial. Três anos após a partida inaugural da planta, em agosto de 1975, aconteceram três acidentes com explosões e incêndios que causaram a morte de Álvaro Baldim e deixaram feridos outros trinta e um trabalhadores.

A indústria petroquímica é classificada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras agências especializadas, como uma “instalação de risco ampliado”, já que as consequências de eventuais vazamentos ou explosões podem ultrapassar os limites da fábrica e atingir a população vizinha (moradia, comércio, outras indústrias, transeuntes), amplificando os prejuízos materiais e ambientais e o número de vítimas, de imediato ou ao longo do tempo.

Em julho de 1992, a PQU era uma empresa estatal controlada pela Petroquisa, o braço petroquímico da Petrobras. Desde 1990, estava relacionada para ser privatizada no âmbito do Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor de Melo, razão pela qual passava por um processo de enxugamento administrativo e ausência de investimentos significativos, gerados, sobretudo, pela incerteza em relação ao futuro. Possuía, em 1992, mil duzentos e dez empregados diretos (contra mil duzentos e oitenta e quatro em 1990) e já produzia eteno, propeno, butadieno, Benzeno, tolueno, xilenos mistos, orto-xileno, resíduos aromáticos, alquilBenzenos e resinas de petróleo.

Risco anunciado

Com membros da sua diretoria no interior da fábrica, o Sindicato dos Químicos do ABC acompanhava de perto e buscava conscientizar os trabalhadores sobre o processo de deterioração em curso, que incluía a postergação da renovação de equipamentos operacionais (como torres, fornos, trocadores de calor, bombas) e de apoio e segurança (como medidores de processo e caminhões de bombeiros, por exemplo), além da não renovação de mão de obra operacional.

Além disso, a insatisfação era generalizada com a resistência de reposição de perdas salariais ocasionadas pela inflação, a diminuição gradativa do quadro de pessoal (pela não reposição de aposentadorias, por exemplo,) e a crescente terceirização que precarizava empregos e inseria pessoas sem treinamento adequado em instalações de alto risco.

Da metade de 1991 até junho de 1992, houve uma série de acidentes com vazamentos, furos em equipamentos e pequenos incêndios. Até que, na madrugada de 10 de julho daquele ano, um

vazamento de gás hidrogênio em um trocador de calor da Área 300 ocasionou uma grande explosão, que pôde ser ouvida num raio de 10 quilômetros ao redor da fábrica e que causou danos em diversas residências vizinhas e em todos os escritórios da própria empresa.

Por ser de madrugada, não havia operadores nem pessoal de manutenção na área e apenas um trabalhador se feriu devido ao grande deslocamento de ar.

A resposta dos trabalhadores

A morte do eletricitista Ivo, na tarde de 15 de julho, devido à explosão seguida de incêndio, não foi em vão. E o reconhecimento veio da administração do prefeito de Santo André, Celso Daniel, que deu nome a uma creche no Parque Capuava a um jovem trabalhador, Ivo Carvalho da Silva, vítima de padrões insustentáveis de produção (quando o fator econômico se sobrepõe ao social e ao ambiental).

No dia seguinte à explosão, o Sindicato requereu a interdição da PQU à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) de São Paulo por meio da Coordenadoria de Inquéritos Administrativos e Assuntos Especiais.

Concomitantemente, os trabalhadores se recusaram a repartir a fábrica, baseados no seu direito de recusa ao trabalho em condições de risco grave e iminente que acabava de ser introduzido na Constituição do Estado de São Paulo e na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, a primeira no país.

A Comissão de Saúde e Trabalho do Sindicato (COMSAT), com a assessoria técnica do DIESAT, exerce um papel fundamental neste momento ao reunir em relatório técnico elaborado junto aos trabalhadores no chão de fábrica, todas as irregularidades existentes, como a falta de inspeções de equipamentos e não realização de serviços de manutenção em equipamentos de alto risco.

Dirigentes da empresa foram ameaçados de prisão pelo Procurador Antonio Lopes Monteiro, do MPT, ao tentarem impedir que dirigentes e assessores técnicos do Sindicato participassem de uma vistoria para comprovar as denúncias.

Estas, não apenas se comprovaram, como se mostraram pequenas frente ao que encontraram os especialistas ao vasculhar documentos do setor de inspeção de equipamentos e de segurança industrial: vários equipamentos com vida útil vencida ou a vencer; serviços de manutenção de qualidade duvidável por terem sido realizados por empresas terceirizadas não devidamente especializadas; falta

de treinamento operacional; falta de informação adequada sobre alterações de processo a todos os envolvidos; número insuficiente de brigadistas de incêndio; efetivo operacional reduzido e excesso de horas extras para cobrir folgas; gambiarras instrumentais mantidas permanentemente; mais de cinquenta recomendações de inspeção pendentes (não realizadas) da XII Parada Geral de Manutenção.

Simultaneamente à ação no interior da fábrica e na Justiça, o Sindicato mobilizava a população de Capuava com panfletagem diária nas casas, igrejas e comércio, informando a população sobre os riscos a que estava exposta e pedindo apoio aos trabalhadores paralisados, além de chamar à responsabilidade vereadores, prefeitos e a defesa civil de Santo André e Mauá.

A missa de sétimo dia da morte de Ivo Carvalho foi realizada na portaria da empresa, avenida interditada, a uma temperatura de cinco graus celsius e uma forte garoa. O ato ecumênico contou com a presença de dois padres católicos, um pastor metodista e uma pastora luterana, reunindo além de familiares do companheiro falecido, mais de quatrocentas pessoas, entre trabalhadores, moradores da região, vereadores, o prefeito Celso Daniel, militantes de movimentos ecológicos, de mulheres e de jovens. Do lado de dentro dos muros da empresa, trabalhadores terceirizados cruzaram os braços em respeito e solidariedade.

A produção, que operava parcialmente até este momento, foi paralisada definitivamente por decisão da gerência nesse mesmo dia após vazamento de propileno ocasionado pela ruptura de um selo de bomba e a ruptura de uma serpentina num forno da área de Utilidades.

Poucos dias depois, em 31 de julho de 1992, o juiz Ricardo Pessoa de Mello Belli, da 7ª Vara Cível de Santo André, concedeu medida liminar na Ação Civil Pública impetrada pelo MPT, interditando a PQU “por representar risco concreto e iminente à vida e incolumidade física dos operários e dos residentes nas proximidades das instalações da indústria”. A liminar foi concedida com base nas denúncias feitas pelo Sindicato e nos depoimentos prestados pelos trabalhadores ao MPT.

Interdição, mobilização e acordo coletivo

Era o primeiro caso de interdição no país devido ao risco de um “acidente maior”.

“A questão transcendia as normas de proteção ao trabalho, sendo algo mais amplo e caro, a segurança pública...” (Art. 5º Da Constituição Federal), escreveu o magistrado. E concluiu: “Lícito

exigir, portanto, que a empresa demonstre ao Poder Público a efetiva segurança de suas instalações, antes de reiniciar as atividades”.

Para isso, o Juiz Belli determinou a realização de perícia judicial, nomeando três peritos técnicos. O Sindicato indicou o seu perito assistente, o autor deste capítulo, que já acompanhava a situação por meio de reuniões frequentes da COMSAT com o diretor Jairo Vidal e os operadores, reunindo toda a informação que subsidiava o MPT, a PRT e a Justiça.

Esse tipo de ação sindical que aproxima o chão de fábrica do saber técnico a serviço dos trabalhadores fez toda a diferença ao fazer chegar aos peritos do juiz uma série de informações e detalhes que não conheciam devido, inclusive, à alta sofisticação técnica envolvida. A própria DRT-SP recorreu à Fundacentro e ao Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) para assessorá-la na tomada de decisão a respeito de interdições pontuais de equipamentos (como o Forno BA-601). Não fosse isso, a perícia judicial não ajudaria em nada, pois os peritos do Juiz se restringiam a verificar o cumprimento de normas regulamentadoras sem relação direta com o perigo iminente, como a existência de grelhas em canaletas, sinalização de extintores de incêndio etc., “perfumaria”, como se dizia na época.

As inspeções e reuniões diárias da comitiva pericial com os gerentes e técnicos da empresa eram exaustivas e duravam cerca de oito horas contínuas, raramente interrompidas para almoço ou lanche. Os técnicos da empresa, principalmente aqueles do Setor de Inspeção de Equipamentos e do Setor de Segurança Industrial, passaram a mostrar-se colaborativos e altamente profissionais, disponibilizando toda a informação solicitada e evidenciando, pouco a pouco, que as soluções técnicas já haviam sido indicadas e requisitadas previamente, sem terem sido atendidas.

Isso possibilitou que, pouco a pouco, fosse se chegando ao consenso de uma série de medidas mínimas que possibilitassem o religamento da fábrica, com segurança. As assembleias no Sindicato passaram a ser diárias, com a presença de mais de duzentos trabalhadores, sendo a maioria operadores. Também no Ministério Público de Santo André, a promotora Mabel Sciavo Tucunduva Prieto de Souza se reunia quase que diariamente com o presidente Remígio Todeschini, o diretor Jairo Vidal, o assistente técnico e os advogados do Sindicato. O objetivo era também evitar que os advogados da empresa conseguissem uma liminar no Tribunal de Justiça do Estado, pela suspensão da interdição judicial.

Além de recorrer às instâncias superiores da Justiça, os dirigentes da estatal se movimentavam no campo político, buscando, por este meio, pressionar o Sindicato, a Prefeitura, o MPT, o Juiz da 7ª Vara Cível, os trabalhadores e a população da região. Alegavam que a continuidade da interdição e do direito de recusa poderia

resultar no fechamento definitivo da planta industrial, ocasionando desemprego em massa e prejuízos incalculáveis às administrações municipais, devido à perda de impostos, e à população em geral, devido à queda no comércio local e na qualidade dos serviços públicos, por causa da redução de receita das prefeituras. O SINPROQUIM e a FIESP ameaçavam com a demissão de dois mil e cem operários na Baixada Santista devido à falta de matéria prima para as indústrias da região.

Em 7 de agosto de 1992, uma reunião entre as partes no MPT quase chega a um acordo pela desinterdição temporária por noventa dias até que uma Comissão Técnica Tripartite fosse capaz de elencar todas as medidas de curto, médio e longo prazos, necessárias para garantir a volta à normalidade operacional. O acordo obrigava a gerência da empresa a responsabilizar-se formalmente pela segurança na repartida da fábrica depois de atendidas exigências mínimas que incluíam a continuidade da interdição das áreas 400/450 e do Forno BA-601. Além disso, a empresa deveria atender os prazos de correção recomendados pela Comissão, sob pena de multa diária de um alto valor. Em trinta dias, deveria também a empresa apresentar um programa de qualificação profissional e treinamento de seus empregados e dos terceirizados. Por fim, tinha que garantir o livre acesso dos membros da Comissão a todo e qualquer documento solicitado, bem como disponibilizar os mesmos para a CIPA e o Sindicato, incluindo avaliações ambientais de concentração de substâncias químicas como o Benzeno, que já vinha sendo investigado desde a morte por leucemia do técnico de segurança Adelson Gomes da Silva, em 9 de abril de 1991.

Depois de várias horas de reunião, a empresa se negou a firmar o acordo, já que acreditava no êxito de suas pressões políticas e de seus advogados nos Tribunais. Mas nada disso funcionou e ela teve de voltar à mesa de negociação no dia 11 de agosto, quando declinou e ainda teve que aceitar uma proposta de reajuste salarial apresentada pelo Sindicato, em percentuais que variavam de 58,8% a 80%, reflexo do ambiente inflacionário daqueles tempos.

Na manhã do dia seguinte, 12 de agosto, em assembleia na portaria da fábrica, os trabalhadores avaliaram que era melhor analisar a proposta com cuidado, à noite, na sede do Sindicato. A assembleia foi tensa, com duração de quatro horas, assistida por duzentos e um trabalhadores da empresa, que decidiram analisar primeiro as questões de segurança, votando apenas os envolvidos na área como operadores e pessoal de manutenção. Depois, a questão salarial. Não houve consenso e uma nova assembleia foi convocada para o auditório da empresa, na manhã seguinte. Mais quatro horas de reunião, em que os especialistas da DRT, Fundacentro e DIESAT/COMSAT e os técnicos da própria empresa foram interrogados pelos trabalhadores. A empresa passou a condicionar o acordo salarial

ao fim da interdição e a volta ao trabalho. A proposta foi aceita, incluindo a garantia de que não haveria punições de qualquer ordem.

Mais uma assembleia foi convocada para a noite do mesmo dia 13 de agosto, na sede do Sindicato. Desta vez, com a participação do pessoal administrativo, que também aprovaram a proposta de segurança e a de reajuste de salários.

No dia seguinte, em reunião com o Juiz da 7ª Vara Cível, Dr. Ricardo Belli, o acordo foi formalmente assinado e a desinterdição autorizada pelo magistrado, que determinou, entretanto, medidas adicionais de segurança para a repartida operacional, como: a garantia em cada equipe de turno, de pelo menos dois mecânicos, dois caldeireiros, dois eletricitas, dois instrumentistas e uma Brigada de Incêndio composta por um coordenador e oito auxiliares. Além disso, o magistrado garantiu livre acesso dos peritos a documentos e entrevistas com qualquer trabalhador, requereu ser informado a cada cinco dias sobre a situação operacional e estabeleceu prazo de sessenta dias para a entrega do laudo pericial e cronograma de obras para adequação definitiva das instalações às condições de segurança.

No dia 15 de agosto de 1992, a produção foi retomada de forma gradual e segura, encerrando assim uma etapa de luta crucial pela vida. “Parar a produção para não parar a vida” foi o título da publicação editada pelo Sindicato em novembro de 1992, para registrar essa história como um legado do conhecimento de classe para a luta das gerações futuras em defesa da vida.

Ao mesmo tempo, tinha início a Campanha “Direito de Recusa - CIPA Forte”, comandada pela COMSAT do Sindicato com o objetivo de compartilhar com o conjunto da categoria e do movimento sindical, essa experiência de luta.

NR-13 - Do ABC para o Brasil

As lições aprendidas no chamado “caso PQU” foram estendidas como um legado para todo o país no momento em que a secretária de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho (SSST/MTb), Raquel Maria Rigotto, decide constituir um Grupo Técnico Tripartite (GTT) para revisar e atualizar a Norma Regulamentadora Nº 13 referente, à segurança em Caldeiras e Vasos de Pressão. Era início do ano de 1994 e a iniciativa decorria da constatação de que o ocorrido na Petroquímica União (PQU) em 1992 - profundamente analisado e periciado no decorrer do ano de 1993 - se devia, em muito, à impossibilidade de cumprir integralmente o disposto na então vigente NR-13, redação de 1984.

O GTT/NR-13 (como ficou conhecido o grupo), era constituído por:

- Eng. Rui de Oliveira Magrini (Coordenador Técnico) - DRT-SP, havia participado das investigações da explosão e morte na PQU em 1992/1993;
- Eng. Luiz Antonio Moschini de Souza (ABIQUIM/IBP/PQU) - era o Chefe do Serviço de Inspeção de Equipamentos da PQU, razão pela qual participou também de todo o processo pericial na empresa, após o acidente;
- Eng. Nilton Benedito Branco Freitas (DIESAT/Sindicato Químicos do ABC/CUT) - atuou como perito assistente do Sindicato e do MPT, nos anos de 1992 e 1993, na perícia para investigação das causas da explosão da PQU;
- Eng. Almir Augusto Chaves - SSST/MTb (responsável por Normas);
- Eng. Fátima Leone Martins - INMETRO/Ministério da Justiça;
- Sr. Roberto Odilon Horta (SINDIPETRO-RJ/CUT);
- Eng. Marcelo Salles (IBP/PETROBRAS-REDUC);
- Sr. Wélcio Cracel do Rego Monteiro (SENAI/CNI);
- Sr. José Augusto da Silva Filho (Força Sindical);
- Eng. Aldo Cordeiro Dutra (CEPEL/IBP).

As expectativas expressadas pelos representantes das três partes ao início dos trabalhos do Grupo, refletia claramente o impacto do caso da PQU em cada setor. Para o Governo, era necessário criar uma norma que fosse eficiente em seus objetivos de regular, necessitando para isso de maior precisão técnica e melhor qualificação dos profissionais das DSST/DRTs, que deixariam de ser mero arquivistas para tornarem-se efetivamente profissionais especializados. Para os Empregadores, era importante contar com uma norma mais flexível no tocante a prazos e técnicas de inspeção, incorporando conceitos de operação e manutenção, além dos tradicionais conceitos de inspeção, menos burocracia, racionalizando a emissão e circulação de papéis. Para os trabalhadores, era importante ampliar o controle social sobre o risco tecnológico a partir do local de trabalho até o Sindicato, por meio do acesso aos relatórios de inspeção, associado à qualificação de operadores e pessoal de manutenção para a compreensão desses documentos, classificação das situações e condições de risco grave e iminente que possibilitariam ao Sindicato requerer a interdição do equipamento.

O processo de negociação tripartite durou cerca de um ano e resultou na Portaria Nº 23, de 26 de abril de 1995, que instituiu a nova NR-13. Para chegar a este resultado, desenvolveu-se um processo intenso de consulta e negociação tripartites. Os trabalhadores

realizaram seminários nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, para envolvimento e coleta de informações e sugestões. Os empregadores mobilizaram toda a “comunidade de inspeção” de equipamentos, categoria formada por engenheiros e técnicos empregados em empresas petroquímicas, petroleiras, químicas e de outros setores, além de ampla gama de engenheiros mecânicos atuando como profissionais autônomos habilitados a realizar as inspeções de caldeiras desde a emissão da NR-13 em 1978, como parte integrante da Portaria 3214/78. Tarefa difícil num período em que o acesso à internet praticamente inexistia. A consulta à “comunidade” era realizada por meio da troca de fax sob a coordenação do Eng. Luis Moschini. Do lado do governo, também houve a consulta e envolvimento de fiscais do trabalho das DSST/DRTs estaduais, além do INMETRO. O trabalho foi tão rico que propiciou a elaboração de um “Manual Técnico de Caldeiras e Vasos de Pressão” editado pela Fundacentro em 1997, de autoria dos integrantes do GTT/NR-13. O manual antecipava as dúvidas que poderiam existir na aplicação prática da norma em qualquer lugar do país e em qualquer setor.

O resultado não poderia ser melhor: a nova NR-13 contemplou plenamente os objetivos principais e aquelas expectativas de governo, trabalhadores e empregadores acima descritos. Suas principais características parecem dar resposta àquelas condições que contribuíram para a produção do “acidente” que matou o eletricitista Ivo, na PQU, a saber:

- ✓ Desenvolveu de forma clara e objetiva as normas e procedimentos relativos à inspeção e controle de vasos de pressão, classificando-os de acordo com o seu grau de risco (que varia de acordo com a pressão, temperatura e fluido existentes), atribuindo diferentes níveis e intervalos de inspeção a cada um;
- ✓ Criou o Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos (SPIE), que pode ser adotado pelas empresas com grande número de caldeiras e/ou vasos de pressão, e passam a contar com prazos mais dilatados para a realização de inspeções e outros procedimentos, já que acompanhados “mais de perto” por profissionais especializados dedicados. Ou seja, não se aplica a profissionais contratados/terceirizados, que não podem desenvolver “familiaridade” com o equipamento e suas circunstâncias operacionais. O SPIE foi visto também como um desestímulo à terceirização de serviços de inspeção e sua constituição necessita ser certificada pelo INMETRO, ou organismo de certificação por ele credenciado;
- ✓ “Descartorizou” as DRTs que até então recebiam, protocolavam e arquivavam os Relatórios de Inspeção de Caldeiras (RIs), sem que fossem devidamente auditados pelos engenheiros fiscais. Essa condição beneficiava o Inspetor em caso de um acidente em equipamento por ele liberado, já que argumentava haver protocolado o RI no órgão federal de fiscalização, sem que

houvesse contestação de suas conclusões. Os RIs passaram a ser entregues ao sindicato da categoria diretamente pelo Profissional Habilitado (PH) para que também não fosse arguido problema de transferência da empresa para o sindicato;

✓ As exigências para a qualificação profissional de operadores de caldeira e de vasos de pressão foram aprimoradas, incluindo o estágio prático supervisionado quando do início da operação de um novo equipamento ou sistema, evitando a improvisação de pessoas em atividades para as quais não estão devidamente preparadas. O estágio deve, inclusive, ser comunicado previamente ao sindicato da categoria, que passa a ter acesso a todos os RIs, projetos e registros de inspeção, manutenção e alteração de condições operacionais de caldeiras e vasos de pressão.

Do Brasil para o mundo

Anova NR-13 viabilizou, entre outras conquistas, a ratificação pelo país da Convenção 174 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa à prevenção de acidentes industriais maiores, como aquela explosão da PQU e outros acidentes industriais similares, cujas consequências extrapolam os muros da empresa e causam danos às comunidades vizinhas e ao meio ambiente.

Uma vez mais, a COMSAT do Sindicato dos Químicos do ABC esteve à frente desse processo, que foi também uma luta que passou pela articulação com a Universidade - no caso, o Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ) - e a Câmara dos Deputados.

Já sob a Coordenação do empregado da Eletrocloro (atual Solvay) e diretor do Sindicato, Elcio Tibério, a COMSAT assessorou o deputado federal Ivan Valente (à época, do PT/SP, atualmente no PSOL/SP) na elaboração de Projeto de Lei Legislativo que levou a proposta de ratificação ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Logo se criou o Grupo Executivo Tripartite da Convenção 174 (GET 174) coordenado pelo Eng. Roque Puiatti da DRT/RS que empreendeu junto às empresas do Polo Petroquímico de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o SINDIPOLO-RS, o mesmo tipo de ação fiscalizatória realizada na PQU.

O GET 174 funciona até hoje e continua atuando para melhorar a legislação e a prática nacional para a prevenção dos acidentes químicos ampliados, ou “maiores” como também são chamados.

BASF Sistemas Gráficos: mais explosão e morte

Todo este esforço e evolução não foi suficiente, entretanto, para eliminar definitivamente a ocorrência de explosões e incêndios que trazem sofrimento e morte para dentro das famílias dos trabalhadores nas indústrias químicas. O risco é intrínseco ao setor. E ainda que possa ser controlado e mitigado, não é passível de ser eliminado. Os produtos perigosos (por serem tóxicos, inflamáveis, explosivos ou asfixiantes) e os processos industriais complexos (por envolverem temperaturas e pressões além da ambiental) continuam existindo. Que o digam trabalhadores da BASF Sistemas Gráficos (BSG), que funcionava no ano 2000, no interior do complexo da Glasurit (atual BASF Demarchi) de São Bernardo do Campo. Em 23 de fevereiro daquele ano, uma violenta explosão ocasionou a morte do bombeiro industrial Lourival Ferreira Sobral e ferimentos graves em vinte e oito trabalhadores.

Entre as causas, a forte concentração de solventes em ambiente sem ventilação e exaustão eficientes, o não funcionamento da CIPA, ausência de análise de risco de novas instalações após a transferência das instalações de um ambiente aberto localizado em cidade do interior do Estado para o edifício enclausurado da fábrica de São Bernardo, inexistência de uma Brigada de Incêndio organizada e devidamente treinada para as novas instalações, falta de integração e treinamento de segurança dos empregados nas novas instalações, negação por parte da gerência para que a Comissão de Fábrica do complexo Glasurit representasse os trabalhadores da nova unidade, negando-se inclusive a registrar os alertas da Comissão sobre as condições de insegurança existentes.

Uma vez mais a COMSAT e o Sindicato tiveram que enfrentar a resistência da empresa para que tomassem parte nas investigações das causas da tragédia que destruiu por completo um galpão industrial e toda a fábrica BSG. Para conhecer detalhes do ocorrido, os membros e assessores da COMSAT se deslocaram para a cidade onde moravam os trabalhadores feridos, para visitá-los e aos seus familiares, expressando assim a solidariedade do Sindicato que ajudou a remover a barreira do medo e da insegurança em relação ao futuro.

O caso serviu, entretanto, para melhorar o sistema de auditoria mundial da empresa na área de segurança industrial, o que ocorreu posteriormente, quando o assunto foi levado a um Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho realizado em Viena, Áustria, em maio de 2002. Exposto pelo autor deste capítulo, que participou das investigações do acidente junto com os membros da Comissão de Fábrica da Glasurit, da COMSAT e da Rede de Trabalhadores da BASF América do Sul, o caso repercutiu diretamente na sede mundial

da empresa localizada em Ludwigshafen, Alemanha, motivado pela indignação dos dirigentes da Comissão de Fábrica na Alemanha e do Sindicato dos Químicos naquele país, o IGBCE.

Gerentes da empresa no Brasil e o presidente do Sindicato Sergio Novais, acompanhado de assessores e diretores do Sindicato na fábrica, foram chamados para reuniões na sede na Alemanha, resultando em um acordo que propiciava maior acesso dos sindicatos (da Rede) aos assuntos de segurança industrial e meio ambiente da empresa em toda a América do Sul, incluindo o direito de ser ouvido e opinar durante as auditorias de segurança.

Mais uma vitória dos trabalhadores organizados a partir do local de trabalho, em associação com um Sindicato bem estruturado a partir de sua COMSAT e com assessoria técnica especializada.

7. DIREITO DE RECUSA FRENTE AOS RISCOS GRAVES E IMINENTES

Remígio Todeschini

Locais de trabalhos inseguros sempre foi uma característica do modelo capitalista com domínio de gestão autoritária e impositiva entre outros motivos. Exigir melhoria nos ambientes de trabalho, tornava-se portanto, uma necessidade cada vez maior na retomada das mobilizações do final dos anos de 1970 e 1980. Era um período de grandes mobilizações onde se exigia eleições diretas, liberdade e autonomia sindical, frente às constantes ameaças de intervenção nos sindicatos durante a ditadura militar, luta pela saúde pública e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

No período da formação da COMSAT, discutia-se a necessidade de tornar efetivo o direito de recusa frente aos riscos graves e iminentes. A NR-3, norma regulamentadora do Ministério do Trabalho sobre Saúde e Segurança do Trabalho, desde 1978 definia o que era risco grave e iminente, conforme segue:

“Considera-se grave e iminente risco toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente do trabalho ou doença profissional com lesão grave à integridade física do trabalhador”.

Esse conceito inclusive evoluiu posteriormente como risco grave iminente de:

“toda condição ou situação de trabalho que possa causar acidente ou doença relacionada ao trabalho com lesão grave à integridade física do trabalhador” (Portaria SIT n.º 199, de 17/01/11).

Os constantes acidentes e mortes experienciados pela categoria química, vivenciados tanto pelas lutas contra a contaminação do Chumbo da Ferro Enamel (1984), assim como da Matarazzo Química (1985) exigiam atitudes e ações firmes por parte do sindicato e dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Caso de risco grave e iminente na Fanabra

Um caso chamou bastante a atenção do Sindicato, entre tantos outros: de Explosão e morte na FANABRA, uma empresa localizada na cidade de Ribeirão Pires, no grande ABC. Em 12 de maio de 1987, por volta das três e meia da tarde, sete trabalhadores, entre os quais, três menores, foram atingidos pela explosão de um destilador de álcool. Um deles, o operador Luiz de Oliveira Machado, de 21 anos, morreu instantaneamente e outro veio a falecer vinte dias depois, seu nome era Adeildo de Oliveira, menor de idade. Outros cinco trabalhadores permaneceram internados vários semanas com queimaduras gravíssimas de 3º grau. Eram todos trabalhadores na faixa entre quatorze e vinte e três anos. Pior: esse destilador operava sem uma válvula de alívio, constatada após vistoria feita pela polícia civil da cidade. O Sindicato, preocupado com as condições inadequadas de vários equipamentos sob pressão, dois meses antes solicitara a todas as empresas da base a informação sobre estarem de posse do Relatório de Inspeção de caldeiras e de vasos sob pressão.

Após acidente, auditores fiscais do Ministério do Trabalho realizaram fiscalização e constataram que, além do equipamento que havia explodido, existiam também nesta fábrica duas caldeiras sem identificação e sem válvulas de segurança. Ou seja, equipamentos sujeitos a uma explosão a qualquer momento, prenúncio de uma nova catástrofe irreparável. Na ocasião foi registrado pelo sindicato e pelos auditores do Ministério do Trabalho que o ambiente de trabalho era impregnado também de óleos e ácido sulfúrico, sem qualquer proteção individual ou coletiva, verdadeiras “sucursais do inferno”, segundo relato do Sindiquim - Especial de Saúde na época¹.

Esse fato reforçou bastante a pauta sindical de ter assegurado o direito de recusa frente a ambientes que colocassem em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores, ou seja, o direito de interdição frente ao risco grave e iminente.

Tal pauta foi reforçada na campanha salarial e de reivindicações daquele ano em diante por parte da COMSAT (SINDIQUIM - Especial Saúde - agosto/1987)¹.

A CIPA com papel auxiliar no direito de recusa

A própria Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) teria um papel fundamental também no direito de recusa. Porém esse direito ficou limitado conforme está descrito na Norma Regulamentadora (NR) número 5, com as várias modificações

que ocorreram em diversas portarias editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O atual item 5.16 daquela norma, em sua letra h, assim está dispondo sobre a paralisação de máquina ou setor com risco grave e iminente:

“requerer ao SESMT, quando houver, ou ao empregador, a paralisação de máquina ou setor onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores².”

O direito de recusa não parte de imediato do trabalhador, mas é mediado pelo Serviço de Segurança e de Medicina de Trabalho na empresa, ou mesmo deve ser solicitado diretamente ao empregador por meio de seus representantes legais.

Também o item 5.27, da NR-5, permitiu que houvesse reuniões extraordinárias no caso de risco grave e iminente:

“Reuniões extraordinárias deverão ser realizadas quando: a) houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicação de medidas corretivas de emergência²”.

Não se poderia aguardar uma reunião extraordinária para a questão de denúncia de situação de risco grave e iminente, pois, diante de um risco real e iminente, a recusa posterior não se tornaria efetiva e a ação após um acidente seria tardia.

Sempre se enfatizou que a força mais eficaz de recusa é aquela exercida diretamente pelo trabalhador no momento em que ele está no processo de trabalho exercendo as suas funções.

No final dos anos de 1980, no entanto, garantiu-se esse direito de recusa dos trabalhadores em duas constituições estaduais: São Paulo e Rio de Janeiro.

Constituinte Federal e Constituintes Estaduais

A evolução do direito de recusa está fundada no valor de autodefesa e de segurança que é básico na sobrevivência humana. Todo ser humano deve agir em relação ao seu semelhante de forma a ajudá-lo e protegê-lo. Um dos dez mandamentos é: amar o próximo, como a si mesmo. Ninguém em sã consciência age de forma a imputar dano a si mesmo.

Essa autodefesa não pode esperar e o grande referencial é a própria pessoa humana. Todas as outras formas inverteriam esse direito básico de proteção e segurança da vida humana.

Com as campanhas salariais no final dos anos de 1970 e início de 1980, colocava-se essa reivindicação do direito de recusa e, em 1987,

houve a tentativa de inscrever nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal, nos direitos sociais, o direito de recusa. Mas esse artigo não vingou pela pressão tanto patronal como do chamado “Centrão”, grupo de deputados ligados à Centro-Direita e forças empresariais que não quiseram promover esse avanço. Não restou outro caminho senão trilhar essa mesma discussão nas Constituições Estaduais, no ano de 1989.

Constituições Estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro

As pressões anteriores ao processo Constituinte de 1987 que não vingaram prepararam a mobilização também para inscrever o direito de recusa nas Constituições Estaduais. A COMSAT esteve ativa no processo que ocorreu principalmente no estado de São Paulo, e participou das atividades do Rio de Janeiro, já que o coordenador da COMSAT também era secretário geral do DIESAT, autor deste texto. Em São Paulo, a deputada constituinte que mais se destacou neste processo foi Clara Ant, do Partido dos Trabalhadores, e no Rio de Janeiro a deputada estadual Cida Diogo, também do Partido dos Trabalhadores. Tanto a Assembleia Constituinte de São Paulo como do Rio de Janeiro conseguiriam que houvesse a promulgação de artigos específicos na Constituição Estadual do direito de recusa. “Conseguiram a garantia de que os trabalhadores não sofreriam represálias em caso de negativa a se expor a uma condição de risco grave e iminente (São Paulo) ou “sem controle adequado de riscos” (Rio de Janeiro)”, conforme relato de Nilton Freitas em seu trabalho apresentado como mestrando da Escola de Saúde Pública pela ENPS/FIOCRUZ do Rio de Janeiro: “*Limites do Exercício do Direito de Recusa ao Trabalho em condições de risco grave e iminente*”³.

A Carta paulista (SÃO PAULO, 1989)⁴ recebeu no seu artigo 229 do Capítulo II a seguinte redação:

“Em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado interromper suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco.”

Por ocasião da comemoração dos setenta anos do Sindicato dos Químicos do ABC, houve uma sessão solene na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde foi recordada a atuação do Sindicato dos Químicos na inserção do Direito de Recusa na Constituição Estadual de São Paulo. Esse fato ocorreu em 29 de setembro de 2008⁵.

A Carta carioca (RIO DE JANEIRO, 1989)⁶ por seu lado, é mais abrangente:

“Art. 290 - Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições estabelecidas na Lei Orgânica de Saúde: ...

X - Desenvolver ações visando à Segurança e à Saúde do Trabalhador, integrando Sindicatos e Associações Técnicas, compreendendo a fiscalização e coordenação geral na prevenção, prestação de serviços e recuperação mediante: (...)

d) direito de recusa ao trabalho em ambientes sem controle adequado de riscos, assegurada a permanência no emprego”.

Lei do Sistema Único de Saúde e o Direito de interdição pelo Sindicato

Importante que nesse processo de ver reconhecido o direito de recusa, a atenção à saúde do trabalhador ganhou espaço na legislação que consolidou a criação do Sistema Único de Saúde. Esse processo da legislação do SUS teve, em diversos momentos, participação ativa da COMSAT, do Sindicato, junto com os demais sindicatos da CUT e do próprio DIESAT.

É interessante transcrever aqui na íntegra o que deve ser a atuação do SUS no campo de Saúde do Trabalhador, da Lei nº 8.080 de 19/09/1990⁷:

“Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

(...) § 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.”

O inciso VIII do artigo 6º da Lei 8.080/1990 garantiu minimamente ao sindicato dos trabalhadores solicitar ao órgão competente a interdição de máquina ou local de risco iminente, o que representa, sem dúvida, um avanço.

Em conclusão, o Direito de Recusa, além de ser um direito coletivo dos trabalhadores, deverá avançar sempre para que também, individualmente, o trabalhador possa exercê-lo no sentido de preservar o seu maior bem: a vida e sua integridade.

Referências

1. SINDIQUIM - Especial de Saúde nº 9 - *Explosão e morte na Fanabra*. Santo André: COMSAT - Sindicato dos Químicos do ABC. Agosto de 1987.
2. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 5. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A-7C812D311909DC0131678641482340/nr_05.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.
3. FREITAS, N.B.B. Limites do Exercício do Direito de Recusa ao Trabalho em Condições de risco grave e iminente. *Revista Gestão & Produção*, v. 1., n.1, pp. 77-88, abr. 1994. Universidade Federal de São Carlos.
4. SÃO PAULO. *Constituição do Estado*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: IMESP, 1989.

5. SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *44ª sessão solene com a finalidade de comemorar “o 70º aniversário do sindicato dos químicos do abc”*. 26 de setembro de 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=Z13BUquB-FeuE8QeazYCoDA>. Acesso em: 14 abr. 2015.

6. RIO DE JANEIRO. *Constituição do Estado*. Promulgada em 05 de outubro de 1989. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1989.

7. BRASIL. *Lei n. 8080*, de 19 de setembro de 1990. (1990,20 de setembro). Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

8. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA LUTA CONTRA A CONTAMINAÇÃO PARA A DEFESA DA QUALIDADE DE VIDA

Nilton Freitas

A experiência dos Químicos do ABC através da sua Comissão de Saúde e Trabalho durante os anos 80 e início dos anos 90, no enfrentamento da contaminação dos trabalhadores pelos produtos químicos industriais, contribuiu para a elaboração e desenvolvimento de uma concepção de classe da questão ambiental que viria, já nos anos 2000, integrar o programa de governo e as políticas ministeriais do governo Lula.

Na verdade, outras categorias profissionais desenvolviam, a seu modo, estratégias de enfrentamento de problemas e dificuldades de toda a ordem. Passavam pela questão ambiental, como é o caso dos Seringueiros de Xapuri, estado do Pará que, liderados por Chico Mendes, enfrentavam o desmatamento predatório que eliminava a matéria prima de seu trabalho e sustento, gerando pobreza e legiões de refugiados econômicos (aqueles que são obrigados a deixar seu local de origem em razão da falta de sustento ou pressão econômica).

Na luta contra a contaminação pelo Benzeno, o Mercúrio e o BHC nas indústrias Químicas Matarazzo de São Caetano do Campo, ou contra o Chumbo na Ferro Enamel, o Mercúrio na Eletrocloro e o Benzeno nas empresas do Polo Petroquímico - todas já descritas nestas páginas - os trabalhadores químicos e a sua direção no Sindicato foram se dando conta de que estes problemas extrapolavam os muros das fábricas, atingiam as populações vizinhas (geralmente integrada pelos mesmos trabalhadores das empresas ou seus similares) e os bens naturais no seu entorno, como leitos de rios que abasteciam reservatórios de consumo humano de água e irrigavam pequenas produções de hortifrutigranjeiros, lençóis freáticos que supriam poços artesanais e residenciais, terrenos agriculturáveis, aves e animais de consumo humano, além do ar que todos respiram.



Na medida em que a COMSAT passa a discutir o assunto em suas reuniões e o Sindicato passa a divulgar essa abordagem ambiental em seus boletins informativos, vai tomando conhecimento de situações ainda mais gritantes que ocorriam em pequenas e médias empresas instaladas em zonas urbanas altamente povoadas de Mauá, Santo André, Diadema e Ribeirão Pires, por exemplo: o descarte de resíduo químico líquido sem tratamento em riachos ou esgotos clandestinos, o descarte clandestino de resíduos sólidos em terrenos baldios e beiras de estrada na região da Mata Atlântica dessas cidades e da zona rural de São Bernardo do Campo. Ou ainda, o descarte em alto-mar de tambores contendo resíduos industriais altamente tóxicos, como organoclorados e material radiativo. Tudo isso, na calada da noite, por fora dos registros ambientais e contábeis. Um deles, quando denunciou seu caso a um diretor do Sindicato, enfatizou que o odor da substância que ele mesmo descartava quando estava no turno da noite, era sentido por ele próprio e seus familiares, rio abaixo, na comunidade onde morava.

Essa mesma percepção se apossou dos trabalhadores da Eletrocloro quando, alertados pela denúncia do Sindicato, encontraram Mercúrio metálico no sifão do tanque de lavar roupas em suas casas, o mesmo que lavava a roupa das crianças.

Não foi por outra razão - essa mesma percepção de exposição à poluição industrial - que os moradores vizinhos à Ferro Enamel, à Eletrocloro, à Matarazzo ou às empresas do polo petroquímico de Capuava rapidamente se aliaram à luta do Sindicato que também deixava a partir desse momento a exclusividade da luta pela saúde do trabalhador para assumir um enfoque mais abrangente: a defesa da saúde pública e do meio ambiente.

Consequentemente, os parceiros foram se reciclando e as alianças ampliando: Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos ambientalistas, associações de moradores, movimentos de jovens e estudantes, intelectuais e acadêmicos foram pouco a pouco se colocando em contato com o Sindicato. Muitos passaram a participar de reuniões da própria COMSAT do Sindicato, na mais forte expressão do objetivo político desta de “extrapolar os limites da representação sindical”, ou seja, de contar apenas com diretores e assessores da própria entidade.

No âmbito institucional, também, novas parcerias e novos interlocutores: faculdades de saúde pública, CETESB, prefeituras, secretaria de Estado de negócios metropolitanos e de meio ambiente, sindicalistas de outras categorias, vereadores e deputados de diferentes partidos, inclusive.

Em 1989 a COMSAT lança a Campanha “Não à contaminação e a poluição” que teve o objetivo de *“levar ao conhecimento da categoria todas as lutas que foram travadas no campo da saúde do trabalhador e*

os problemas enfrentados com a contaminação, acidentes e poluição do meio ambiente.”

A campanha denunciava a poluição das águas e do ar: *“toneladas de enxofre são jogadas diariamente no ar do ABC pelas centenas de caldeiras existentes; outros produtos são também expelidos com igual intensidade, contaminando o meio ambiente, fazendo aumentar as doenças respiratórias, a incidência de câncer e demais doenças. No ABC, o câncer é a segunda causa de morte. Segundo a OIT, 45% dos casos de câncer no mundo tem relação com o trabalho e a poluição do meio ambiente”.*

Logo em seguida, no ano de 1990, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) cria a sua Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNMA) com o objetivo de reunir e analisar essas experiências sindicais de diferentes setores, para elaborar o seu próprio conceito. O Sindicato dos Químicos do ABC apoia a iniciativa e passa a integrar a CNMA, representado pelo coordenador da COMSAT, Domingos Lino (trabalhador da Matarazzo).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 - mais conhecida como ECO-92 ou RIO-92 - o Sindicato compartilha a sua experiência com outras organizações sindicais e ONGs brasileiras e internacionais. O caso Eletrocloro é divulgado em um Sindiquim Especial editado em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol). Recém afiliada à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) - um sindicato global - a CUT reforça alianças e a cooperação internacional no campo da saúde do trabalhador e do meio ambiente.

Vem daí o projeto de cooperação com a central italiana de orientação comunista CGIL que levaria à criação e fortalecimento inicial do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) da CUT, que tinha o objetivo de unificar e sistematizar a luta pela saúde e o meio ambiente que se desenvolvia em diversas regiões e categorias espalhadas pelo país, fazendo do tema, uma ação política estratégica. Do mesmo modo, a COMSAT do Sindicato assumiu responsabilidades de direção no novo órgão, acumulando aquelas que já tinha junto ao DIESAT (como órgão de assessoramento sindical em saúde do trabalhador).

Em 1994, o 5º Congresso Nacional da CUT decide criar no âmbito da Central um Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente (CNSTMA) que passaria, definitivamente, a integrar conceitos e ações no campo do trabalho, da saúde do trabalhador, da saúde pública e do meio ambiente. O novo órgão é composto por representantes dos ramos econômicos (químicos, rurais, metalúrgicos, professores, bancários etc.) e das CUTs estaduais, constituindo-se em um qualificado fórum da classe trabalhadora

para o aprofundamento da teoria e da prática sindical CUTista sobre esses temas. O conceito de “desenvolvimento sustentável” vai se aperfeiçoando nas discussões internacionais no âmbito das Nações Unidas e no interior da Central, no âmbito da CNMA e do Coletivo. O ex-coordenador da COMSAT e ex-presidente do Sindicato, Remígio Todeschini, passa a coordenar o Coletivo em nome da Executiva Nacional da Central, enquanto que o INST/CUT, como órgão de assessoramento do Coletivo, é coordenado por Domingos Lino. Uma vez mais, os Químicos do ABC estão envolvidos em todos esses fóruns e processos.

Novas experiências se desenvolvem, como aquela do Mapa de Risco que viria mais tarde a ser normatizado pela NR-5 (CIPA), e aquela do Mapa de Risco Ambiental. O primeiro, restrito aos riscos ambientais existentes no local de trabalho (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, sociais, mecânicos e eventualmente outros), que vieram mais tarde a ser incorporados na estratégia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da NR-9 da Portaria 3214/78. O segundo - Mapa de Risco Ambiental - buscava articular a percepção de risco tecnológico ou industrial com seus impactos à saúde pública e ao meio ambiente. Neste caso, técnicas de geoprocessamento e probabilidade estatística ajudavam a construir cenários de possíveis acidentes industriais maiores e suas consequências econômicas, sociais e ambientais, como seria o caso de um vazamento na Usina Nuclear de Angra dos Reis, ou um vazamento de gás cloro na Eletrocloro, ou ainda o rompimento do reservatório de uma barragem hidrelétrica.

Ambas estratégias têm, entretanto, um ponto em comum: a convicção de que apenas a organização sindical no local de trabalho (OLT) é capaz de viabilizar o conhecimento, o controle e a apropriação do processo de trabalho pelos trabalhadores. Esta seria, desde um ponto de vista sindical CUTista, a única maneira de viabilizar a realização do trabalho como meio de transformar a natureza sem causar sofrimento, adoecimento e morte, contaminação e destruição, preservando inclusive o direito das gerações futuras de usufruir dos serviços ambientais de maneira equitativa e duradoura. A questão é, portanto, profundamente ideológica e classista.

Não por outra razão que os valores e princípios do movimento operário italiano são parte integrantes de ambas estratégias:

a) Grupo homogêneo: constitui a base de ação do sindicato, pois conformado pelo grupo de trabalhadores que experimenta as mesmas condições, realizando as mesmas atividades, em um mesmo ambiente de trabalho. Sua percepção em relação aos riscos a que estão expostos se torna a referência para a ação sindical em defesa da saúde e do meio ambiente.

b) Não delegação: “da nossa saúde cuidamos nós”; ou seja, a partir do conhecimento sobre o processo de trabalho e os riscos que ele representa, o grupo de trabalhadores assume a responsabilidade sobre o controle da sua saúde em parceria com técnicos de sua confiança.

c) Validação consensual: expressa o juízo de valor do coletivo de trabalhadores sobre as condições de trabalho (carga, sofrimento, ritmo) e, igualmente, não desconsidera o saber acadêmico e técnico (medições por exemplo), mas valora sobretudo a percepção do grupo homogêneo.

A descrição do processo decisório para o exercício do direito de recusa ao trabalho pelos operadores da PQU após a explosão que ocasionou a morte do eletricitista Ivo Carvalho da Silva, em julho de 1992 - amplamente descrita nesta publicação -, é um bom exemplo da aplicação prática da metodologia operária italiana de grupo homogêneo, não delegação e validação consensual. Puro exercício do poder de uma classe perante a outra, em defesa da sua saúde.

Outras estratégias foram desenvolvidas no âmbito da COMSAT e colocadas em prática pela direção do Sindicato, como a abertura de processos judiciais de insalubridade e periculosidade, que tinham dois objetivos: fazer valer a lei que “onerava” o empregador com adicionais de 10, 20 ou 40% do salário mínimo a depender do grau mínimo, médio ou máximo de insalubridade e, possibilitar o mapeamento dos riscos no local de trabalho a partir do levantamento feito pelo assistente técnico do Sindicato na perícia judicial.

De forma complementar, o engenheiro do Sindicato se reunia com trabalhadores da empresa processada para reconstruir o processo de produção, identificando matérias primas, insumos, tecnologias, riscos percebidos pelos trabalhadores etc., incluindo emissões e lançamentos de resíduos ao meio ambiente.

A ação técnica estava intrinsecamente associada ao objetivo de fortalecimento do Sindicato no interior das empresas, em uma época em que um dirigente sindical entrar na fábrica, simplesmente, já podia ser considerado uma vitória.

Posteriormente, após o período das grandes lutas do final dos anos 80 e início dos anos 90 já descritas nessa publicação, a prática da inspeção das condições de trabalho pela assessoria técnica do Sindicato, a negociação de melhorias indicadas no Relatório Técnico e o acompanhamento da implantação dessas medidas pela assessoria técnica do Sindicato, com membros da CIPA, Comissão de Fábrica ou Sistema Único de Representação (SUR), tornou-se praticamente uma rotina.

Pouco a pouco, o papel da própria COMSAT vai se transformando, com reflexos em sua composição (praticamente, apenas diretores e técnicos do próprio Sindicato), funcionamento (reuniões realizadas

não mais à noite e aos sábados, para viabilizar a presença de Agentes Sindicais de Saúde e membros das OLTs) e metodologia de trabalho (maior foco na formação e nas inspeções técnicas conjuntas com a empresa).

Isso não diminui sua importância, todavia. Inclusive porque a natureza, o tipo e intensidade do risco à saúde no ambiente de trabalho e na sociedade, também foi se modificando de acordo com a transformação dos meios e do modo de produção. Novas formas de organização do trabalho introduzem novas formas de adoecimento, sofrimento e morte no trabalho. A “epidemia” de Lesões por Esforços Repetitivos (LER)” e a demanda ao Sindicato para discutir questões ambientais mais amplas (como a desativação das ruínas da Matarazzo, contaminação de lençol freático por vazamentos em postos de gasolina, a concentração de Benzeno na gasolina etc.), são exemplos de novos desafios em novos cenários. A luta passa a ser por melhoria da qualidade de vida no trabalho e nas cidades, o que leva o Sindicato e a COMSAT a um maior envolvimento e participação nos CERESTs da região, e também em órgãos paritários da administração pública, consultivos e deliberativos, como Conselhos Municipais de Saúde, de Meio Ambiente, da Cidade, de Desenvolvimento, Emprego e Renda etc. É a era das políticas públicas participativas que tiveram início na região, por iniciativas, sobretudo, do prefeito de Santo André Celso Daniel (morto em 2002) - com a criação do Consórcio Intermunicipal e da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC - e que foram aprofundadas e expandidas durante o primeiro governo do presidente Lula (2003-2006).

Uma reflexão importante sobre esse período foi realizada no âmbito da Conferência Internacional “A indústria Química em 2020: um novo rumo é possível”, promovida pelo Sindicato no ano de 2011, com o objetivo de discutir o tipo de indústria e o modelo de desenvolvimento de interesse dos trabalhadores.

As principais conclusões e recomendações da Conferência refletem a transformação do Sindicato, da categoria e da indústria química na região e no país, nos dois mandatos do presidente Lula no Brasil (2003-2006 e 2007-2010):

“COMPROMISSO DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL RUMO A 2020

Objetivo Principal: *promover o crescimento sustentável da indústria química com a geração de empregos de qualidade no setor, com proteção social, diálogo no local de trabalho, com segurança contra a demissão imotivada, sem pressão e assédios de toda ordem, com jornada de trabalho equilibrada com a vida social e familiar, com igualdade de gênero, em locais de trabalho seguros e saudáveis.*

Estratégia: *estabelecer um Compromisso Nacional Tripartite para o Setor que inclua as medidas necessárias para o alcance desse objetivo principal.*

Diretrizes Gerais:

- 1- Aumento do investimento produtivo no setor;
- 2- Redução da rotatividade da força de trabalho;
- 3- Criação de uma força de trabalho específica do setor, por meio da qualificação profissional ao longo da vida e melhoria da qualidade do emprego no setor (remuneração, oportunidades, condições de trabalho);
- 4- Representação no local de trabalho para a promoção do diálogo e da negociação permanentes.

Eixos Estruturantes do Setor

Dimensão Econômica

- Medidas apontadas no Pacto Nacional da Indústria Química, da ABIQUIM (Dez 2009).
- Medidas surgidas no âmbito do Conselho de Competitividade coordenado pelo Governo.
- Reestruturação precedida de comunicação, consulta e diálogo.
- Crédito público condicionado a adesão a esse Compromisso.
- Participação tripartite nos órgãos colegiados da administração pública relacionadas ao setor.
- Consulta e participação das autoridades públicas locais e regionais.
- Redução da rotatividade da mão de obra no setor mediante a adoção de mecanismos de consulta prévia e diálogo sobre a intenção de demitir e contratar.
- Melhorar a qualificação profissional ao longo da vida no setor, visando criar e manter uma força de trabalho especializada da indústria química.
- Plano para a diminuição da desigualdade de remuneração entre homens e mulheres.

Dimensão Social

- Compromisso deve incluir Plano para a redução gradativa da terceirização no setor.

- Adoção e implementação do Sistema de Gestão da SST de acordo com as Diretrizes da OIT (ILO-OSH 2001 Guidelines).
- Participação dos sindicatos na elaboração e implementação dos programas de formação em SST.
- Implantação de sistema de representação no local de trabalho (OLT).

Dimensão Ambiental

- Desenvolver o conceito de gestão do risco na cadeia de produção do setor.
- Inserir a dimensão ambiental entre as atribuições da CIPA das indústrias do setor.
- Compromisso para a promoção dos “3P” - Princípios da Prevenção, da Substituição e da Prevenção.
- Gestão tripartite do risco químico (SAICM Nacional).”

O documento reflete a visão do Sindicato sobre o desenvolvimento sustentado baseado no enfoque integrado de políticas no âmbito econômico, social e ambiental. Reflete também o conjunto de propostas apresentadas pelo Sindicato no período de 2008 a 2011 nos órgãos de gestão regional e dos municípios do grande ABC.

Já em 2013, estas políticas são apresentadas a categoria como subsídio para o debate no contexto do 11º Congresso da categoria, com a seguinte abordagem:

“Desenvolvimento social e ambientalmente sustentável

Diante do desafio da humanidade e da sobrevivência do planeta, é necessário e possível proteger e ao mesmo tempo utilizar racionalmente os recursos naturais para que a população viva com dignidade e seja garantido o bem-estar das gerações atuais e vindouras. Não se pode avançar em direção a condições dignas de vida para todas e todos através do aumento do consumo e da produção indiscriminada. Isso só tenciona negativamente as variáveis ambientais, já que a utilização desenfreada de fontes de energia fóssil e o consumo desmedido e irracional, ecologicamente, não são sustentáveis.

O desenvolvimento social e ambientalmente sustentável implica pensar a partir de uma perspectiva que não inclua apenas a dimensão do crescimento econômico. Não é possível ter um crescimento infinito sem colocar em risco as próximas gerações. Este modelo baseado no fundamentalismo do mercado não é sustentável e não poderá se sustentar por muito mais tempo sem comprometer definitivamente a vida em nosso planeta.

É importante destacar que não compartilhamos a visão preservacionista que opõe simplesmente a conservação da natureza ao desenvolvimento, pois isto nega o direito ao desenvolvimento de nossos povos e de suas populações de satisfazerem necessidades básicas, historicamente postostas. Não podem ser os países e as populações historicamente excluídas os que devam pagar o esbanjamento e o dispêndio suntuosos de um modelo que só concentrou a riqueza entre uns poucos países e pessoas. É preciso mudar as estruturas fundamentais do modelo hegemônico de desenvolvimento, distribuição e consumo.

Defendemos a ideia de que o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável é um objetivo superior ao simples crescimento econômico. Este último se reduz ao aumento quantitativo do tamanho da economia, através do incremento na atividade econômica, da geração de riqueza material e de maior lucro. O desenvolvimento, por sua vez, significa, em linhas gerais, uma melhoria ampla da condição humana. Implica uma redistribuição progressiva da produção, do consumo e da propriedade, atendendo aos setores da população tradicionalmente excluídos.

Nossa visão de desenvolvimento tem como foco prioritário a geração de empregos decentes e a proteção social para todos e todas, obtendo assim um progresso econômico e social equilibrado e um desenvolvimento respeitoso do meio ambiente de uma perspectiva integral que leva em conta, além da econômica, as dimensões ecológica, social e política. Neste sentido, a disputa por este modelo de desenvolvimento requer a inclusão urgente da igualdade de gênero, étnico-racial e geracional enquanto aspectos constitutivos de uma visão de desenvolvimento igualitário e antipatriarcal.

A realidade é que o país historicamente se converteu em produtor e exportador de matérias-primas (agrícola, minerais, energéticas), tendência que vem sendo reforçada na última década e explica, em parte, o bom momento que vivemos apesar da crise global. Entretanto, isso está tendo como consequência, nos casos em que não está fortemente regulada pelo Estado e pela sociedade, uma enorme concentração de renda, riqueza e poder que deteriora as relações sociais prejudicando os/as trabalhadores/as. Para atender a este perigo da reprimarização, é fundamental defender o papel central de desenvolvimento de mercados internos diversificados, que tem a capacidade de incorporar setores substanciais ao consumo e gerar empregos com maior estabilidade.

O estado deve ter a autonomia necessária para utilizar os instrumentos de crédito público, tarifas alfandegárias e outros para favorecer o estabelecimento de indústrias e atividades econômicas diversas, e inserir-se diretamente nos setores onde o capital privado nacional ou transnacional não tem interesse, levando em conta o

objetivo de ampliação de capacidade dos países para dentro, para um mercado interno que tenha uma escala para crescer.

É de responsabilidade do Estado a promoção de políticas públicas que facilitem a responsabilidade compartilhada do trabalho doméstico através de serviços para idosos, crianças, pessoas com deficiências, entre outros. Neste sentido, é necessário acabar com a visão tradicional que divide o trabalho produtivo do reprodutivo, distinguindo o trabalho dos homens do trabalho das mulheres.

Entendemos que o Estado brasileiro deve estabelecer as regras para o investimento estrangeiro direto, para que ele gere valor agregado no país e não seja utilizado apenas para exportar matérias-primas. A condicionalidade do investimento estrangeiro tem a ver com um projeto nacional que contempla a integração regional e os âmbitos do desenvolvimento local, bem como os direitos das pessoas.

O Estado deve estabelecer um controle estrito para as atividades econômicas com alto poder destrutivo, que desintegram nossas sociedades e que, particularmente, produzem baixa ocupação de mão de obra. Sobretudo as atividades extrativas e de uso intensivo do solo e da água, como a mineração, as monoculturas e a atividade petrolífera. Do mesmo modo, devem ser estabelecidos mecanismos legais que disponham a apropriação de uma parte substancial da renda gerada pela exploração de recursos não renováveis, em benefício dos Estados no nível nacional e subnacional.

O fortalecimento do mercado interno deve vir acompanhado do aumento de escala que possibilita a união solidária dos estados. Os problemas fundamentais que limitam o desenvolvimento do Brasil só podem ser resolvidos à medida que se construam alternativas à sujeição ao modelo neoliberal, que reforçou uma divisão social internacional da economia. Romper essa dinâmica merece uma ação articulada no âmbito latino-americano e internacional. Mudar a matriz produtiva e o paradigma descrito tem que ter um componente de política internacional e isso é centralmente uma integração dedicada a fortalecer a complementaridade produtiva entre nossos países.

O governo deve empreender um verdadeiro processo de reforma agrária e promover programas de incentivos para a agricultura familiar que é a que gera a maior produção para o consumo interno e concentra a maior quantidade de mão de obra no campo. Deve-se construir uma nova estrutura produtiva, incentivar uma maior autonomia dos agricultores, resgatar práticas agrícolas tradicionais, para reduzir a dependência dos agrotóxicos e sementes produzidas e comercializadas pelas grandes trading agrícolas e eliminar os impactos sobre a saúde dos/as trabalhadores/as do campo e de suas famílias.

Uma questão central das políticas alternativas para o campo deve estar relacionada com a democratização da propriedade da terra e a

promoção da economia solidária. Outro grande desafio das políticas públicas para o campo tem a ver com a inclusão produtiva das mulheres, através de programas de transferência de renda, de créditos acessíveis e orientados à agricultura familiar.

A questão energética é, por fim, outro assunto central na construção de um modelo alternativo, sendo que o Brasil concentra uma matriz energética variada e de muito peso na dinâmica econômica do país. Da mesma forma, existe um potencial para a geração de fontes energéticas alternativas para gerar uma matriz cada vez mais limpa e uma economia de baixo carbono. Para avançar em direção a um modelo sustentável, devem ser levados em conta fatores tais como a integração do sistema econômico, a reativação produtiva, a justiça social, a democracia participativa e os limites do sistema ambiental para a utilização de fontes alternativas de energia. A construção de uma matriz energética sustentável requer a consideração de questões ambientais tanto globais - mudança climática, esgotamento de recursos energéticos etc. - quanto locais: contaminação, perda de biodiversidade, satisfação de necessidades básicas da população, entre outras.”

As resoluções do Congresso em relação a “meio ambiente, qualidade de vida no trabalho e desenvolvimento sustentável” são as seguintes:

“RESOLUÇÕES APROVADAS GRUPO 3 - DIMENSÃO AMBIENTAL

1. Sindicato tem que cobrar e participar da elaboração de políticas públicas de forma integrada - econômico, social e ambiental - e deve complementar essas políticas inserindo cláusulas na convenção coletiva;
2. O modelo de desenvolvimento deve combinar a necessidade de crescimento com a inclusão social e uma matriz energética limpa;
3. Rever a política de formação do sindicato e incluir o tema do desenvolvimento sustentável - cursos para as OLTs e diretoria;
4. É impossível um futuro sustentável sem desenvolvimento - toda nova tecnologia ou produto deve ser pensada em toda sua vida útil (descarte, resíduos, reciclagem etc.) de forma integrada (um problema, uma solução);
5. Sindicato deve acionar órgãos públicos para fiscalizar e resolver passivos ambientais de empresas reestruturadas (venda, fechamento, mudança de tecnologia) - esses passivos causam contaminação ambiental e danos à saúde pública;

9. ENFRENTAMENTO DOS ACIDENTES E DOENÇAS NO SETOR PLÁSTICO

*José Freire da Silva
e José Araújo de Almeida*

6. O crescimento não deve ocorrer a qualquer preço - deve se dar com sustentabilidade, crescer sem prejudicar o meio ambiente e a saúde ou piorar a desigualdade (desemprego, removidos sem direitos etc.);
7. Sindicato deve reforçar as vistorias conjuntas nos locais de trabalho para fazer cumprir a legislação (NRs, PPRA etc.);
8. Ampliar e melhorar a participação do sindicato em conselhos municipais de meio ambiente, saúde, desenvolvimento etc.;
9. A redução da jornada deve ser usada para melhorar a qualificação profissional e a formação sindical, incluindo os temas sociais e ambientais;
10. Sindicato deve aumentar a conscientização sobre meio ambiente e aspectos sociais, porque ainda há resistência para diminuir horas extras e jornada, por exemplo;
11. Além de apoiar os governos democráticos e progressistas, devemos intensificar a participação em comissões e conselhos de órgãos públicos, de forma integrada com a CIPA, SUR e OLTs;
12. Melhor qualificação dos representantes sindicais nas OLTs e nos conselhos e comissões de órgãos públicos - o sindicato pode ter um programa permanente de formação nessa área se entender como prioridade.”

Claramente, o conceito de “desenvolvimento sustentável” se consolida no âmbito da categoria e do Sindicato de forma propositiva, incorporando os valores da saúde do trabalhador, da saúde pública e do trabalho decente, com enfoque regional, nacional e global.

Desde os anos de 1980, quando a COMSAT - Comissão de Saúde do Trabalhador foi criada como instrumento de luta dos trabalhadores, no combate às péssimas condições de trabalho, o setor plástico, integrante da categoria química, tem merecido uma atenção especial, por ser um setor onde muitos acidentes graves e até fatais aconteciam com mais frequência.

Na grande maioria eram acidentes com esmagamento de dedos, mãos, braços e até membros superiores como um todo, mas também não foram poucos os casos em que o trabalhador e ou trabalhadora foi esmagado (a) por completo. Na ocasião, uma força tarefa foi instituída para analisar a situação e se concluiu que o parque industrial nesse setor era extremamente obsoleto e o grande número de acidentes se dava por falta de dispositivos de segurança nessas máquinas e equipamentos.

A situação era tão grave que muitas dessas máquinas não possuíam nem mesmo as carenagens, item essencial para proteção das partes móveis daquelas máquinas. Aqui falamos basicamente de máquinas injetoras, sopradoras e extrusoras, ambas de plástico.

Temos ainda muitos moinhos, utilizados para o reaproveitamento de peças eventualmente produzidas com defeitos, além de vários outros equipamentos na área de manutenção, mas que também mereceram e merecem até hoje muito cuidado quando o assunto é a segurança dos trabalhadores.

Portanto outros itens de proteção muito importantes para a segurança dos trabalhadores não foram encontrados, como: dispositivos elétricos hidráulicos e até mecânicos, que servem normalmente para evitar que as máquinas funcionem quando houver a presença do trabalhador (a) nas partes móveis da mesma. Em situações em que havia as carenagens, era muito comum que o setor de manutenção as retirasse para efetuar algum reparo, mas não as colocassem de volta antes do reinício da produção, uma

verdadeira demonstração de descuido com a segurança dos demais trabalhadores.

Além dos esmagamentos já citados acima, outros acidentes eram muito comuns nesse segmento, como queimaduras, já que esse processo envolve altas temperaturas. Para que se module o plástico, ocorrem muitos choques elétricos, pois as altas temperaturas se dão por eletricidade. Acontecem também muitos cortes e até perfurações, pois é muito comum a modelagem dessas peças terem um acabamento manual, feito por meio de estiletes e facas.

Para todo esse levantamento, criou-se uma força tarefa. Além da COMSAT, participaram também o DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas do Ambiente de Trabalho, FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat de Figueiredo e outros sindicatos. Teve início uma série de reuniões com a bancada dos empregadores, em que o objetivo principal era o de solucionar a grave situação encontrada.

Da Comissão Permanente de Negociação - CPN

Nessa ocasião, entre as várias ideias, surgiu a de criação de uma comissão que passaria a discutir de forma permanente os problemas de saúde e segurança desse setor e, por consequência, os de meio ambiente, aqui entendido o meio ambiente de trabalho. Foi então criada a CPN - Comissão Permanente de Negociação, que como o próprio nome sugere, existe até hoje. É uma comissão com formação tripartite, composta por representantes do governo, trabalhadores e empregadores e com reuniões mensais.

Por meio das reuniões dessa comissão, chegou-se à concordância de se elaborar um acordo entre as partes, aqui denominado de convenção coletiva, já que sua abrangência é de categoria profissional e não só para a base territorial representada pelo sindicato dos químicos do ABC, mas também de outros sindicatos. Iniciamos, naquela ocasião, por uma convenção que atendesse apenas às máquinas injetoras, onde o problema era mais crítico e posteriormente foi estendido a coberturas das máquinas sopradoras e dos moinhos, restando ainda as máquinas extrusoras.

Isso ocorre porque há especificidades nas operações dessas máquinas, onde embora as cláusulas chamadas de sociais, por visarem a garantia de algumas condições diferenciadas em caso de acidente, sejam as mesmas. Na parte chamada técnica operacional, há inúmeras diferenças, o que ocasionou, além da exigência dos dispositivos de segurança que cada espécie de máquina deve conter, a elaboração de um CHEK LIST, que serve para averiguação do

funcionamento desses dispositivos necessários, antes de a máquina entrar efetivamente em operação.

Dentre as várias cláusulas chamadas de sociais, abrimos aqui um espaço para destacarmos duas delas. Uma é a que garante ao trabalhador (a) que vier a sofrer um acidente em uma dessas máquinas para qual já existe a convenção assinada e que venha a ficar sequelado, em situação que não possa mais exercer a mesma função que exercia antes do acidente, mas que consiga exercer qualquer outra existente na empresa, estabilidade no emprego até a sua aposentadoria. A outra é a que prevê que todos os trabalhadores que atuam diretamente nas máquinas e os membros da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, devem receber treinamento, com o objetivo de conhecer o necessário quanto à prevenção de acidentes e com o conteúdo e carga horária já definidos no anexo I da referida convenção e ministrados por profissionais devidamente credenciados pela CPN. Importante frisar que alguns membros da COMSAT estão credenciados para ministrar esse treinamento.

Situação atual

As referidas convenções ganharam outra dimensão e passaram a compor um dos anexos da NR - Norma Regulamentadora 12, uma exigência antiga do movimento sindical, já que aquelas máquinas que dissemos obsoletas, ao serem trocadas, estavam sendo vendidas a outros estados da Federação. A abrangência das referidas convenções sempre delimitou-se apenas ao estado de São Paulo e agora ganhava abrangência nacional. Portanto apenas o conteúdo técnico compôs a NR, ficando de fora o conteúdo social, o que para a COMSAT é uma pena.

É importante destacar que, apesar dos avanços, o setor ainda merece toda a nossa atenção. Sabemos que o processo de trabalho viveu ao longo desses anos várias reestruturações e quase sempre realizadas visando apenas o aumento da produtividade, realidade que não é apenas do setor plástico, mas que neste, como em qualquer outro, os efeitos aos trabalhadores tem sido tão devastadores quanto a situação que vivíamos anteriormente.

Costumamos dizer que apenas houve uma mudança na forma de adoecimento dos trabalhadores, pois embora tenha havido uma redução significativa no número de esmagamentos, choques elétricos e queimaduras, principais problemas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, houve um aumento enorme de problemas na coluna, nos punhos, nos ombros. Chamamos isso de LER/DORT - Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, assim como o surgimento de doenças mentais, em alguns

casos pela própria relação que passou a ser estabelecida entre os que têm o poder de mando e os seus subordinados.

Isso passou a exigir da COMSAT, e por consequência da entidade sindical, uma nova leitura e novas formas de atuação. Foi aí que resolvemos estabelecer uma política de intensificar as visitas aos ambientes de trabalho, pois agora ganhava ênfase não apenas as máquinas, mas a organização do trabalho como um todo.

Nominamos de visitas técnicas, as visitas feitas em que, além dos dirigentes sindicais, o sindicato encaminha também um técnico, o que reforça e diferencia todo esse processo de avaliação.

Das visitas técnicas

Para estas visitas, a COMSAT discutiu uma organização para avaliar como iríamos conseguir entrar nas empresas e realizar o nosso trabalho. Chegamos à conclusão de que o primeiro caminho seria o de tentar negociar com os representantes das empresas, já que temos certeza de tratar-se de um tema em que todos os envolvidos têm a ganhar com um trabalho que apresente mais segurança e ofereça melhores condições de preservação da saúde. Pensamos também, no caso de eventual frustração da negociação, em utilizarmos dos órgãos públicos de fiscalização e vigilância onde, como acompanhantes, nós também podemos adentrar as empresas, pois tem previsão legal para isso, tanto no Código Sanitário do Estado de São Paulo como na NR-1, em se tratando de Ministério do Trabalho, por meio das gerências regionais do trabalho (antiga DRT - delegacia regional do trabalho) e em se tratando de Ministério da Saúde por meio dos CERESTS - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. Portanto temos ainda a CPN como fórum de discussão para esses conflitos.

No entanto, independentemente da forma utilizada, não podemos perder o foco de nossas visitas técnicas que, como já dito, é o de ir além dos dispositivos de segurança, é também olhar a organização do trabalho em cada uma delas. Porém queremos manter a transparência e, para isso, decidimos sempre chamar um membro eleito da OLT - Organização no Local de Trabalho, para acompanhar a nossa visita, que normalmente se inicia com uma reunião com os representantes da empresa, uma espécie de auditoria aos programas de saúde e segurança que a empresa deve ter, por força de lei e, posteriormente, a visita em loco ao ambiente de trabalho. Após isso, será então elaborado um relatório técnico e devidamente protocolado, uma cópia com a CIPA e/ou Designado e outra com representação da empresa.

Vale destacar que o trabalho das visitas técnicas não se encerra aí. A importância de protocolizar uma cópia com a CIPA é exatamente para que os representantes dos trabalhadores possam dar continuidade, exercendo a partir de então um papel de fiscal das implementações daquilo que foi sugerido pela entidade sindical, inclusive, fazendo uso das reuniões mensais da comissão para colocar em pauta pontos do relatório. Aqui é importante dizer que todo o conteúdo do relatório, além de ter como base o que foi presenciado na visita realizada, todo ele é fundamentado legalmente com normas e demais legislações pertinentes em vigor.

Principais riscos encontrados nesse trabalho

De modo geral, podemos iniciar falando de um problema presente em todos os ambientes visitados: a má organização ergonômica, em que podemos citar pessoas que trabalham durante sete e oito horas de pé. Quando da existência de cadeiras, muitas estão quebradas, outras sem o encosto e ainda há as que tem a mesma altura para qualquer que seja a máquina a ser operada e o profissional a operá-la. Temos ainda os sistemas de abastecimento dessas máquinas, principalmente das injetoras, onde a matéria-prima deve ser colocada em posição de altura elevada e o trabalhador (a) deve subir escada com 25 quilos de peso, quantidade quase que padrão de embalagem entre os fornecedores de matéria-prima nesse setor.

Outra situação de risco bem comum entre todas as empresas visitadas é a falta de carenagens (proteção para máquinas) que proteja partes móveis das máquinas, o que deixa os trabalhadores em situação de risco grave e iminente, obrigando o sindicato a pedir a interdição imediata desse tipo de atividade. Aqui vale chamar a atenção para uma previsão legal que consta da própria convenção coletiva de trabalho em que o trabalhador (a) também pode se negar a trabalhar nestas situações.

É ainda muito comum encontrarmos nessas empresas programas de segurança como PPRA - Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional vencidos. E também sem atender os requisitos necessários exigidos pelas NRs.

Podemos ainda citar: trabalhadores sem treinamentos, falta de procedimentos escritos de trabalho, pisos esburacados, compressores em local inadequado, extintores obstruídos e vencidos, falta de laudos sobre a salubridade ou não dos setores de trabalho.

Outras ações de enfrentamento

Parcerias

Uma excelente ação de enfrentamento das condições acima, foi o desenvolvimento de um projeto em parceria com representantes da Comissão Permanente de Negociação - CPN, CEREST de Diadema, FUNDACENTRO e SINDIPLAST, que tinha por objetivo dar conhecimento a todos os empregadores desse setor, da existência das convenções coletivas de trabalho e saber deles quem já cumpria integralmente todas elas ou não, por meio de documentação tal situação deve ser comprovada.

Para isso, foi realizado um seminário no município de Diadema, com a devida convocação de todos aqueles empregadores, posteriormente foi concedido prazo para entrega da referida documentação, mas também estava previsto no projeto que, aqueles empresários que não comparecessem ao seminário e/ou comparecendo, não encaminhassem a documentação dentro do prazo estipulado, seriam vistoriados, ou seja esses seriam critérios a serem observados.

Tendo sido, portanto, realizadas quarenta e nove vistorias com acompanhamento da COMSAT e apoio de sua assessoria técnica, analisaram o ambiente de trabalho como um todo dessas empresas, além do CEREST. Nessas vistorias, foram encontradas diversas irregularidades, sendo as empresas notificadas e prazos estipulados para as devidas adequações. Empresas foram multadas por não realizarem as adequações e houve casos de máquinas interdadas por tratar-se de risco grave e iminente.

Rede Vida Viva

Trata-se atualmente de uma rede de sindicatos que discutem a organização do trabalho com foco no adoecimento e suas consequências para a saúde e a vida desses trabalhadores acidentados e/ou adoecidos. Para tanto foi devidamente discutido por essa rede uma metodologia específica para abordar tal situação. E, para isso, foram desenvolvidas algumas ferramentas para o levantamento das condições de trabalho (riscos e adoecimento), a fim de medir o quanto esses problemas afetam a vida desses trabalhadores e de quem com eles convivem, e ainda avaliar todo o processo de culpabilização que as empresas, em geral, imprimem sobre os trabalhadores quando da ocorrência de um acidente e/ou a

aquisição de uma doença em decorrência das condições de trabalho a que estão submetidos.

Queremos destacar uma dessas ferramentas, que foi bastante utilizada com trabalhadores deste setor produtivo: o MAPPING. Trata-se de uma metodologia de pesquisa que não tem por base o preenchimento de formulários anteriormente elaborados e com perguntas tendenciosas, por exemplo, mas, sim, de uma situação real na qual todos os trabalhadores participam de forma simultânea e apontam aquilo que realmente querem e sentem. E que em sua avaliação, entende ser o trabalho de alguma forma concreta, responsável por isso.

Com essa ferramenta, conseguimos detectar em algumas empresas das quais tiveram trabalhadores participando da pesquisa, uma série de riscos à saúde dos trabalhadores, assim como as situações possivelmente causadoras destes riscos. São riscos que vão além da questão física, mas que também afetam o psicológico, questão crescente na notificação do INSS - Instituto Nacional de Serviço Social, do Ministério da Previdência. Porém, o mais importante: além do levantamento, os próprios trabalhadores, passam a pensar em sugestões de melhorias para as péssimas condições detectadas e o que cada um pode fazer para ter uma solução o mais breve possível.

Por meio desse trabalho foi possível direcionarmos algumas de nossas visitas técnicas, como uma das medidas discutidas pelo grupo pesquisado e foi possível detectarmos situações exatamente como descrita pelos trabalhadores no processo de pesquisa e, a partir daí, iniciamos um processo de negociação com as empresas para solucionar esses problemas.

Conclusão

O setor plástico inspira cuidado como qualquer outro, pois apresenta uma série de riscos aos trabalhadores. É um setor para o qual a COMSAT tem traçado estratégias de atuação com total apoio de toda a direção da entidade sindical, mas também com parcerias de alguns órgãos públicos que têm por objetivo trabalhar na prevenção de acidentes e doenças em decorrência do trabalho.

Vale destacar que é um trabalho permanente, pois a organização do trabalho também está em permanente mudança, seja física e/ou de gestão. Mas que o sindicato dos químicos do abc, por meio de sua secretaria de saúde, onde está alocada a comissão de saúde do trabalhador, tem tido muita disposição no enfrentamento desses problemas. E que não são poucos os avanços que temos conseguido ao longo de todo esse período dos últimos trinta anos.

10. AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Remígio Todeschini

Introdução

A primeira dificuldade enfrentada pelos trabalhadores era a verdadeira corrida de obstáculos para se conseguir um benefício para o reconhecimento das doenças profissionais junto à Previdência Social. Sem falar da falta de normas protetivas de prevenção no âmbito do trabalho. Esse período de lutas da COMSAT fez com que os trabalhadores químicos, demais sindicatos, juntamente com a CUT e demais centrais empreendessem nestes últimos trinta anos uma maratona junto aos órgãos públicos para diversas mudanças importantes no contexto da legislação previdenciária, de saúde e das normas do trabalho. A visão da Previdência era uma visão voltada para o acidente típico, os traumas, em que predominava a cultura da culpabilização do trabalhador. O trabalhador devia ser treinado para driblar, no interior das empresas, as más condições de trabalho e a falta de segurança, para evitar os acidentes. Era uma luta pela sobrevivência.

Um caminho pioneiro, por exemplo, do reconhecimento da LER/DORT junto à Previdência surgiu no Sindicato e Federação dos Bancários de Porto Alegre, processo esse capitaneado pelo Luiz Felipe Nogueira, no início dos anos de 1980, que também foi um dos criadores de uma regional do DIESAT no Rio Grande do Sul. O reconhecimento dado pelo INPS (atual INSS), na época, foi estendido para todo o país.

Segue neste capítulo a história de outras lutas importantes dos diversos avanços legislativos em que a COMSAT do Sindicato dos Químicos teve uma participação ativa.



Normatização de afastamento dos leucopênicos e vigilância sanitária no ABC

A luta pelo reconhecimento, na época, pelo INPS (atual INSS), dos leucopênicos, iniciou-se em 1983, em Santos, no caso da COSIPA, Companhia Siderúrgica Paulista, empresa metalúrgica. Antes, o próprio INAMPS (órgão de assistência à saúde da Previdência) reconhecia o leucopênico (o trabalhador que tivesse contagem menor de glóbulos brancos devido à exposição ao Benzeno) como um doente comum¹. Só que esse reconhecimento era parcial. Só os trabalhadores metalúrgicos de Santos eram afastados. No 2º semestre de 1984, com a criação do Programa de Saúde do Trabalhador Químico, solicitou-se à Superintendência do INPS da grande São Paulo que os casos do ABC paulista fossem reconhecidos também. Em 1985, por ação direta da COMSAT, o INPS reconheceu os mais de trinta casos de leucopenia da Matarazzo, por força de uma Ordem de Serviço da região de Santo André-SP e, posteriormente, esse reconhecimento se estendeu a todo o Brasil, por uma Ordem de Serviço Nacional. Foi com luta e movimentação que se deu o reconhecimento da contaminação por Benzeno, com o estabelecimento de critérios de limites de tolerância de leucopenia nos exames de sangue de trabalhadores contaminados.

Avançou-se também para a vigilância sanitária no ABC a fim de ter planos e procedimentos para acompanhar e fiscalizar os casos de contaminação por Benzeno (leucopenia). Em outubro de 1985² esse plano de ação pública, foi estabelecido entre a Secretaria de Saúde de São Paulo, Regional de Vigilância Sanitária no ABC, que na época estava capitaneada pelo Dr. Fernando Galvanese, Instituto Adolfo Lutz e Programa de Saúde do Trabalhador Químico e a COMSAT do Sindicato dos Químicos³.

Superar os limites da “ética médica” no Código de Ética junto ao Conselho Federal de Medicina

Toda a movimentação da exigência de resultados de exames na luta do dia a dia esbarrava no bendito código de ética médica. Os médicos tratavam esses resultados de exames toxicológicos ou outras alterações relacionadas à saúde do trabalhador como uma caixa fechada, uma “caixa preta”, que não devia ser divulgada em hipótese

alguma aos trabalhadores. Esses resultados eram considerados até como de propriedade das empresas. Se não bastasse a venda da força de trabalho por salários insuficientes, o trabalhador, neste caso, era tratado como propriedade. Enfim, não se respeitava o próprio capitalismo, que permitia a venda do trabalho no contexto de “liberdade”, diferente dos antigos regimes de escravidão.

O caso da Ferro Enamel, da contaminação do Chumbo, foi um teste para saber dos limites da entrega dos exames aos trabalhadores. O médico da empresa não liberava os exames. Houve a notificação no Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que interpretou a necessidade dessa entrega, e ao mesmo tempo, a COMSAT, juntamente com o DIESAT, participou nessa época da Conferência do Conselho Federal de Medicina (CFM), onde estava sendo discutido o Código de Ética Médica. O CFM acolheu a necessidade de que em todos os casos relacionados à saúde dos trabalhadores, os exames fossem entregues aos trabalhadores como uma obrigação médica de saúde pública.

Desde a greve da Ferro Enamel, os trabalhadores deviam receber os exames, e as primeiras convenções coletivas, colocavam entre vírgulas, desde que não houvesse impedimento de Ética Médica. O Código de Ética adotado pelo CFM na prática derrubou essas vírgulas patronais no sentido de tentar cercear o direito de informação sobre a “vida” e o “corpo” dos trabalhadores.

Critérios para o afastamento do Mercúrio

Com a negativa do afastamento dos trabalhadores contaminados por Mercúrio, houve uma investida por parte da COMSAT do Sindicato para que houvesse uma sistemática mais clara quanto ao reconhecimento das doenças profissionais, no caso específico da Eletrocloro (Solvay), a partir de 1987. O Dr. Lacaz, que na época prestava assessoria pro DIESAT, assim se expressou quanto às dificuldades em diagnosticar os contaminados por Mercúrio já que não existia nenhum parâmetro: “O INPS está acostumado a lidar com acidentes, nos quais o trabalhador perde um dedo ou um braço. Não é tão fácil quantificar problemas como perda de memória, tremores, perda de sono e irritabilidade”⁴.

Criou-se naquele período uma Comissão de estudos interinstitucional em que estiveram presentes técnicos da

Fundacentro, Técnicos do DIESAT, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Secretaria de Saúde de São Paulo e INPS para inclusão de novos critérios para avaliação de incapacidade dos trabalhadores contaminados por Mercúrio, o que se efetivou nos anos seguintes.

Revisão de normas no Ministério do Trabalho e Saúde

Houve um movimento de exigência de revisão das normas defasadas e rígidas em âmbito governamental que criavam obstáculos aos trabalhadores que foram levadas pela COMSAT ao DIESAT, como para as demais centrais sindicais ao âmbito Federal, tanto junto ao Ministério do Trabalho e Emprego como do Ministério da Saúde.

No início dos anos de 1990, após o impeachment do ex-presidente Collor, no Governo Itamar Franco, tanto o Ministério do Trabalho como o Ministério da Saúde tornaram-se mais permeáveis a discutir as normas vigentes. O Ministério do Trabalho, na época, abriu a discussão da revisão das Normas Regulamentadoras “ad hoc” com um grupo informal, no tempo do Ministro Barelli, proposição levada pessoalmente pela Presidência do Sindicato dos Químicos juntamente com a COMSAT em 1993. Solicitou-se então nessa audiência que o Ministério editasse uma portaria instituindo uma Comissão de Saúde totalmente eleita pelos trabalhadores, naquele contexto o Ministro respondeu que seria difícil, por “canetada”, resolver esta questão já que a pressão patronal seria enorme. Nesse período, os patrões resistiam em instituir o contrato coletivo com a obrigatoriedade de todas as empresas ter a comissão de fábrica. A partir dali, informalmente, com a Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho, instituiu-se por meio de reuniões informais uma discussão para a revisão de normas regulamentadoras. Naquele momento o Ministério do Trabalho criou o FORUM NACIONAL DO TRABALHO, com participação das principais centrais sindicais. Oficialmente, a Comissão Paritária Tripartite Paritária Permanente foi instituída pela Portaria n° 2, de 10 de abril de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com representação tripartite de cinco representantes governamentais, cinco representantes empresariais e cinco representantes das principais centrais sindicais de trabalhadores⁵.

Na saúde, tanto na Comissão Nacional de Saúde como na recém formada Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador, lutou-se também para que houvesse a revisão da lista das doenças profissionais. Isso ocorreu entre 1999 e 2001, quando foi publicado o Manual das doenças relacionadas ao Trabalho, sob a coordenação da Professora Elizabeth Costa Dias⁶.

A Comissão Tripartite de SST e a Política Nacional de SST em esferas do Governo Federal

Pode-se afirmar, até pela experiente participação dos Químicos do ABC em diversos fóruns na área de Saúde de Segurança do Trabalho (SST), que a experiência passada contribuiu para a formação da Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho (CT-SST) em 2008, assim como a decretação da Política Nacional de SST (PNSST). Isso decorreu das discussões feitas com o próprio Sindicato dos Químicos do ABC, CUT e o Fórum das Centrais Sindicais de SST, pela presença no Ministério da Previdência na Diretoria de Saúde Ocupacional de um ex-integrante e fundador da COMSAT no Sindicato.

A Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho (CT-SST) foi instituída através da Portaria Interministerial n.º 152, de 13 de maio de 2008, dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde, com o objetivo de avaliar e propor medidas para implementação no país da Convenção n.º 187 da OIT, que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

A CT-SST visava rever e ampliar a proposta de Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador - PNSST, assim como elaborar um plano de segurança e saúde no trabalho que articulasse as ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador; a estruturação de uma rede integrada de informações em saúde do trabalhador; a promoção da implantação de sistemas e programas de gestão da segurança e saúde nos locais de trabalho; a reestruturação da formação em saúde do trabalhador e em segurança no trabalho e o incentivo à capacitação e à educação continuada de trabalhadores; a promoção de uma agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho.

A Comissão ainda hoje vigente é composta de seis representantes do Governo Federal, seis representantes dos empregadores e seis representantes dos trabalhadores. Compete aos ministérios a sua coordenação, em sistema de rodízio anual⁷.

Essa mesma Comissão discutiu durante dois longos anos a PNSST. Houve inclusive reuniões locais com a COMSAT e o movimento sindical, em que prevaleceram princípios defendidos desde o início pela COMSAT na construção da PNSST, decretada pela Presidenta Dilma em novembro de 2011. Para que essa política fosse decretada, já que estava tramitando por um longo tempo na burocracia da Casa Civil, a atuação do José Lopes Feijó foi decisiva junto à Secretaria Geral da Presidência da República.

Essa política obriga os três Ministérios: Previdência, Saúde e Trabalho a atuarem conjuntamente, observadas as atribuições legais dos mesmos. Os princípios definidos nesta política foram: a) ampliar o direito dos acidentados, ou seja, tornar uma política universal para todos os trabalhadores; b) nortear toda a política com base na cultura da prevenção; c) estabelecer uma hierarquia de ações, que em primeiro lugar seja enfatizada a promoção, proteção e prevenção, seguidas das ações de assistência, reabilitação e reparação; d) necessidade da existência do diálogo social permanente entre os atores sociais, que se traduz por incentivo de negociações de SST entre trabalhadores e empresários, por exemplo; e) e, por fim, a integralidade dessas ações entre os diversos ministérios que atuam. Os recursos públicos são escassos e há necessidade de que essa integração de ação governamental seja efetiva e não conflitiva como, às vezes, existe na prática entre os três ministérios⁸.

NTEP e FAP

Desde a greve da Ferro Enamel (1984) contra a contaminação por Chumbo, assim como desde a criação do Programa de Saúde do Trabalhador, discutia-se, tanto na COMSAT como dentro do DIESAT, a necessidade de ter uma vigilância epidemiológica das doenças relacionadas ao trabalho. Pode-se afirmar que toda essa discussão gerou nos anos seguintes a necessidade de ter outros balizadores para aferir o adoecimento dos trabalhadores, além da listagem individual das doenças profissionais. Portanto, os vinte anos que se seguiram, com uma ação mais ativa de técnicos e do movimento sindical, fez surgir uma metodologia, sistematizada

por Oliveira (2010)⁹, pelo estudo de coorte, o Nexo Técnico Epidemiológico. Essa metodologia estabeleceu que toda vez que uma determinada doença estatisticamente tivesse uma prevalência maior em uma determinada atividade econômica do que em relação a todas as outras atividades, fosse reconhecida presuntivamente pelo INSS como um Nexo de doença relacionada ao Trabalho. Esse instrumento criado pela Lei 11.430 de 2006 possibilitou a melhor aferição do adoecimento dos trabalhadores por parte do INSS, que só se efetivou em 2007¹⁰, e que deve ser atualizado e aperfeiçoado constantemente.

Por fim, tanto na COMSAT como no DIESAT, assim como na CUT, discutia-se, desde o final dos anos de 1980, a necessidade de se criar um novo modelo de cobrança e acompanhamento do Seguro Acidente do Trabalho. Em vez de ter um seguro tão somente cobrado pelas taxas fixas de 1% a 3%, discutia-se muito ter um modelo de cobrança individual por empresa. Essa cobrança pôde ser efetivada no Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) no final de 2002, quando a representação da CUT, provinda da COMSAT, defendeu uma nova legislação que viabilizou a Lei 10.666 em maio de 2003¹¹. A Lei da cobrança do FAP estimulou a prevenção, reduzindo pela metade a taxa de seguro quando não houvesse acidentes e investimentos de saúde e segurança nas empresas, e aumentando para o dobro quando uma determinada empresa apresentasse uma acidentalidade mais elevada comparada ao seu setor econômico.

O cálculo do FAP utiliza o número (frequência) dos acidentes e doenças, a mensuração dos dias de afastamento (gravidade), e a mensuração dos benefícios acidentários pagos (custo) pela Previdência Social para mais de um milhão de empresas que tinham a obrigação legal de pagar o Seguro Acidente do Trabalho. Só para se ter uma ideia, no modelo anterior (com base só do NTEP presuntivo) nas taxas de 1% a 3%, calculado em base de 250 mil benefícios, o reconhecimento do Seguro Acidente foi de 8,04 bilhões (2009). Com a atualização de todos os riscos, com os 800 mil acidentes, nos graus de risco de 1% a 3%, mais o cálculo do FAP individual por empresa, o recolhimento da Previdência saltou para 12,82 bilhões (2010), ou seja, a receita cresceu 59,4%, que ajudou a diminuir o déficit da conta dos benefícios acidentários e da aposentadoria especial¹².

Conclusão

Em síntese, todo o processo de luta desenvolvido na COMSAT, juntava-se solidariamente à luta com outros sindicatos, e capitaneada também pelas Centrais Sindicais de exigência de legislações e normas que reconhecessem o direito dos trabalhadores acidentados e doentes no mundo do trabalho. Exigia também normas mais rígidas para conter toda essa acidentalidade e doenças com políticas de promoção, proteção e prevenção mais efetivas.

Referências

1. REBOUÇAS, J.A.R.; PINA, H. P.; LACAZ, A.F.C.; TODESCHINI, R., et al. *Insalubridade : Morte Lenta no Trabalho*. São Paulo: DIESAT E Oboré, 1989.
2. DIÁRIO DO GRANDE ABC. *DRS estuda plano contra leucopenia*. Santo André, 19 de outubro de 1985, DGABC.
3. DIÁRIO DO GRANDE ABC. *DRS tem esquema de combate à Leucopenia*. Santo André, 24 de outubro de 1985, DGABC.
4. KUCINSKI, B; CARDOSO, F.C.; TONI, G.; TODESCHINI, R. Capítulo V - Eletrocloro - Contaminação por Mercúrio. In: REBOUÇAS, J.A.R.; PINA, H. P.; LACAZ, A.F.C.; TODESCHINI, R., et al. *Insalubridade : Morte Lenta no Trabalho*. (pp. 181-201). São Paulo: DIESAT E Oboré, 1989.
5. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria nº 2, 10 de abril de 1996. Comissão Tripartite Paritária Permanente. SSST do MTE. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/seg_sau/comissao-tripartite-paritaria-permanente-ctpp.htm. Acesso em: 15 mai. 2015.
6. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Organização de Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelerto Muniz Almeida et al. Brasília: MS, 2001.
7. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Interministerial de 13 de maio de 2008 que criou a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/>

[seg_sau/comissao-tripartite-de-saude-e-seguranca-no-trabalho-ctsst.htm](http://portal.mte.gov.br/seg_sau/comissao-tripartite-de-saude-e-seguranca-no-trabalho-ctsst.htm)>. Acesso em: 01 jun.2015.

8. BRASIL. Decreto n. 7.602, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Executivo, Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7602.htm>. Acesso em: 01 jun.2015.
9. OLIVEIRA, P.R.A. O Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP. In: MACHADO, J.; SORATTO, L; CODO, W. Saúde e Trabalho no Brasil: Uma revolução silenciosa. O NTEP e a Previdência Social. (pp. 104-119). Petrópolis: Vozes, 2010.
10. TODESCHINI, R; CODO, W. Uma revisão crítica da Metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). *Revista Baiana de Saúde Pública*. 37 (2), pp. 486-500.
11. TODESCHINI, R; CODO, W. *O novo seguro de acidente do trabalho e o novo FAP*. São Paulo: LTR, 2009.
12. Anuário Estatístico de Previdência Social. MPS. Contabilidade - receitas 2009 e 2010. Disponível em: www3.dataprev.gov.br>. Acesso em: 13 mai. 2015.

11. NANOTECNOLOGIAS - FRONTEIRA DA CIÊNCIA, DA INDÚSTRIA E DA AÇÃO SINDICAL

Thomaz Ferreira Jensen

A ação sindical em relação às nanotecnologias é exemplar dos desafios colocados aos trabalhadores e seus Sindicatos pelo mercado de trabalho brasileiro, marcado por heterogeneidades estruturais decorrentes do subdesenvolvimento e da dependência externa que ainda conformam a economia brasileira.

Ao mesmo tempo em que é urgente atuar para alterar ambientes de trabalho precários e insalubres, com maquinário e processos de trabalho obsoletos, que geram mortes e adoecimentos, é necessário incorporar na agenda sindical os riscos emergentes potencialmente associados à introdução de novas tecnologias nos processos produtivos.

As nanotecnologias são a fronteira destas inovações na indústria à escala mundial. A partir de pesquisas científicas que remontam à década de 1970, as primeiras inovações tecnológicas que permitiram a incorporação de nanotecnologias na atividade industrial já são encontradas nas principais corporações químicas, farmacêuticas e eletrônicas no final da década de 1980. A introdução de nanotecnologias potencializa a criação de novas moléculas e, portanto, novos produtos e aplicações pela indústria.

O que são nanotecnologias e quais os riscos?

As nanotecnologias manipulam a matéria na escala de átomos e moléculas. A unidade de medida é o nanômetro, que equivale a um bilionésimo do metro. Para se ter uma ideia, uma bola de futebol



está para o globo terrestre assim como um nanômetro está para um metro.

Moléculas em escala tão pequena têm grande relação superfície/volume, responsável por novas propriedades físicas e químicas, como aumento da reatividade química na superfície da nanopartícula.

Processos produtivos baseados em nanotecnologia conseguem alterar formas, fórmulas e funções de produtos que já fazem parte da nossa vida. Alguns produtos que já contam com materiais nanoestruturados são medicamentos de combate ao câncer e cosméticos que são mais rapidamente absorvidos pelo corpo. Estima-se que o mercado de nanomanufaturados chegou a 2,4 trilhões de dólares em 2014, o que significa 15% de todos os produtos manufaturados globais contendo algum material manipulado em escala nanométrica em sua fabricação.

A constatação de que as propriedades dos elementos químicos e materiais se alteram quando manipulados em escala nanométrica e a ausência de estudos mais profundos comprovando que tais elementos e materiais não representam riscos à saúde e ao meio-ambiente, levam cientistas a sugerir cautela nas pesquisas e na utilização das nanotecnologias. Muitas das características que fazem da nanotecnologia um campo promissor, podem produzir efeitos indesejáveis quando se trata de saúde e meio-ambiente.

Ainda são, de fato, pouco conhecidos os efeitos biológicos da nanotecnologia sobre o meio ambiente e o comportamento humano, gerando preocupação sobre riscos e danos. Um forte motivo para a sociedade abrir amplo debate sobre o assunto, especialmente para os trabalhadores diretamente ligados à pesquisa e à produção industrial.

Em síntese, são dois os aspectos principais que caracterizam as nanotecnologias e conformam as preocupações em relação a seus impactos à saúde e ao meio ambiente. O primeiro refere-se à escala de tamanho: ao menos uma das dimensões deve estar abaixo de 100 nanômetros. O segundo e mais importante aspecto relaciona-se ao fato de que a nanoescala deve emprestar ao material novas características não presentes em escalas maiores. O comportamento da matéria em nanoescala é essencialmente diferente daquele encontrado em escalas maiores, por conta da reatividade aumentada (oferecida pela grande área superficial das partículas) e dos efeitos quânticos, em função de seu diminuto tamanho. É precisamente esta diversidade de comportamento que faz com que existam inúmeras incertezas quanto aos efeitos das nanopartículas sobre a saúde e o meio ambiente¹.

Na vanguarda da exposição às nanotecnologias estão os trabalhadores em laboratórios de pesquisas, os primeiros a serem expostos a estes novos materiais. Sendo assim, vários trabalhos

internacionais já têm abordado o tema da segurança e saúde nestes ambientes².

Assim, nossas principais preocupações referem-se à constatação de que as propriedades dos elementos químicos e materiais se alteram quando manipulados em escala nanométrica. Nosso temor é maior porque sabemos da ausência de estudos mais profundos comprovando que tais elementos e materiais não representam riscos à saúde e ao meio ambiente. Por isso, apoiamos aqueles cientistas que sugerem cautela nas pesquisas e na utilização das nanotecnologias. Muitas das características que fazem da nanotecnologia um campo promissor, podem produzir efeitos indesejáveis quando se trata de saúde e meio ambiente.

A introdução das nanotecnologias em processos produtivos vem ocorrendo principalmente nos países centrais do capitalismo, em que estão sediadas as matrizes das corporações transnacionais. Nos países da periferia, como o Brasil, as nanotecnologias, muitas vezes, podem estar sendo incorporadas aos processos produtivos das filiais destas corporações aqui instaladas, numa relação intrafirma que escapa totalmente ao controle público, seja da sociedade, seja dos órgãos do estado que deveriam se encarregar desta regulação.

Informações mais recentes dão conta de que, no Brasil, são cerca de duzentas empresas envolvidas com projetos e desenvolvimento de produtos em nanotecnologia, interagindo com o setor acadêmico e utilizando recursos públicos para pesquisa (CNPq, FINEP, BNDES). Cerca de cinquenta e quatro destas empresas estão localizadas no estado de São Paulo, sobretudo nas indústrias químicas (materiais médicos, farmacêuticas e cosméticos).

Segundo informações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT&I), em 2013, eram cento e oitenta e seis empresas que utilizavam o SisNANO - Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias, instituído em 2012, é uma rede de laboratórios em Universidades Públicas e está submetido à Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologias da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCT&I com o objetivo de fornecer infraestrutura e suporte acessíveis a pesquisadores, empresas e órgãos públicos de todo o País para o desenvolvimento e inovação em nanociências e nanotecnologias.

Entre estas, para citar apenas as mais importantes dos setores químicos e farmacêutico, temos: AKZO NOBEL, ARTECOLA, BASF, BIOLAB, BRASKEM, DOW, ELEKEIROZ, EUROFARMA, L'OREAL, LANXESS, LUCKSCOLOR TINTAS, NATURA, OXITENO e RHODIA.

¹ Evidências sobre possíveis efeitos tóxicos das nanopartículas já se encontram na literatura, como é o caso dos trabalhos de Esch et al. (2014) [ESCH, M.B., MHALER, G.J., STOKOL, T. e SHULER, M.L. (2014). Body-on-a-chip simulation with gastrointestinal tract and liver tissues suggests that ingested nanoparticles have the potential to cause liver injury. Lab on a Chip, The Royal Society of Chemistry, 14.] e de Zhang et al. (2014) [ZHANG, J. et al. (2014). Single-walled carbon nanohorn (SWNH) aggregates inhibited proliferation of human liver cell lines and promoted apoptosis, especially for hepatoma cell lines. Inter-

national Journal of Nanomedicine, 9: pp 759-773]. Ainda mais preocupantes são os casos de intoxicação ocupacional por nanopartículas como os relatados por Journeay (2014) [JOURNEAY, W.S. e Goldman, R.H. (2014). Occupational Handling of Nickel Nanoparticles: A Case Report. American Journal of Industrial Medicine. DOI 10.1002/ajim.22344].

² É o caso do NIOSH (2012) [US/ NIOSH. General Safe Practices for Working with Engineered Nanomaterials in Research Laboratories. 2012. Retrieved September, 24, 2012 from <http://www.cdc.gov/niosh/docs/2012-147/pdfs/2012-147.pdf>]

Ação sindical conquista direitos

É fato que um tema ganha relevância sindical quando entra para a pauta reivindicatória em uma negociação de data-base. Esta é uma das características do mundo do trabalho no Brasil. E são milhares de cláusulas específicas sobre saúde e segurança no ambiente de trabalho, como atesta recente estudo do DIEESE³. Esta publicação analisa o conteúdo de cláusulas de acordos e Convenções Coletivas negociadas pelos Sindicatos, além de fazer um levantamento de reivindicações apresentadas pelos trabalhadores em greves e paralisações. O estudo trata de questões relacionadas à insalubridade e periculosidade, CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), auxílio-doença, equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC), uniformes, assim como de elementos que compõem os processos e a gestão do trabalho e que incidem sobre a saúde e segurança, como, por exemplo, ritmo e intensidade do trabalho, assédio moral, violência.

Produzido a partir do Sistema de Acompanhamento das Contratações Coletivas (SACC-DIEESE), que pesquisa acordos e Convenções Coletivas e sentenças normativas da Justiça do Trabalho, o estudo levantou mais de nove mil cláusulas específicas de saúde e segurança, entre mais de quarenta e seis mil do total, de 2010 a 2012. Embora não analise todas, o trabalho mostra os principais avanços, mas revela também que boa parte dos documentos garante apenas o que já está assegurado por lei.

As nanotecnologias começam a ser debatidas pelo Movimento Sindical brasileiro a partir de 2005, mas ainda em esferas restritas de congressos e seminários. As primeiras atividades de debate sobre o tema foram propostas por entidades sindicais que representam trabalhadores na indústria da alimentação.

No ramo químico, especificamente, o tema aparece pela primeira vez no V Congresso da CNQ-CUT (Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT), realizado em junho de 2007, em que se definiu pela necessidade de ampliar o debate sobre o tema, objetivando saber quais os reais impactos das nanotecnologias para os trabalhadores e para a sociedade.

Em agosto de 2008, o Sindicato dos Químicos do ABC realizou seminário sobre o tema, em parceria com o DIEESE, o DIESAT e a Fundacentro. Este encontro intensificou o engajamento da categoria na ampla mobilização social que busca colocar na ordem do dia o debate sobre a necessidade de pesquisas públicas sobre os possíveis efeitos da nanotecnologia para a sociedade em geral e, especialmente, para os trabalhadores que podem já estar expostos

a materiais nanoestruturados em processos produtivos, sem nem ao menos terem a informação dos materiais que manipulam.

Entre os tópicos desta mobilização, conforme os debates havidos na CNQ-CUT e nos Químicos do ABC, citamos: a realização de estudos toxicológicos e eco-toxicológicos sobre os efeitos ao meio ambiente e seus impactos no organismo e no cérebro; desenvolvimento de instrumentos de medição e métodos de avaliação padronizados; necessidade de desenvolver boas práticas referentes à avaliação de riscos para a saúde e o meio ambiente humano; estabelecer diálogo de forma efetiva com a sociedade, a academia e as representações sindicais, antes da efetivação dos processos decisórios sobre introdução de nanotecnologias nos processos produtivos e, sobretudo, na definição de regulação sobre o tema; desenvolver diretrizes e padrões para avaliação de riscos da produção e manuseio de nanotecnologias e revisão de regulamentação já existente quanto ao registro de produtos e suas propriedades.

Marco decisivo para a difusão das nanotecnologias enquanto tema de preocupação sindical no Brasil, foi a divulgação de nota técnica do DIEESE, em outubro de 2008⁴.

A primeira inclusão das nanotecnologias como item de pauta reivindicatória no Movimento Sindical brasileiro foi feita pela então recém-criada FETQUIM-CUT (Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT no Estado de São Paulo), que reivindicou a inclusão de cláusula específica sobre nanotecnologia na Convenção Coletiva do Ramo Químico. A ideia original foi conquistar a inclusão do tema na Convenção numa redação circunscrita ao âmbito da “informação”, se possível em uma cláusula nova intitulada “Nanotecnologia”. A proposta apresentada às representações patronais foi a seguinte:

A empresa deve informar os membros da CIPA e ao Sindicato sobre a introdução de materiais nanoestruturados em seus processos produtivos, disponibilizando informação sobre os possíveis riscos à saúde dos trabalhadores e as medidas de proteção adotadas.

No limite, segundo a estratégia de negociação, seria aceitável a inclusão desse parágrafo na cláusula 36 da Convenção vigente, que trata das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA/SIPAT). O objetivo da negociação era adicionar o tema à Convenção vigente, no sentido de garantir aos membros da CIPA o efetivo direito à informação sobre a presença de materiais nanoestruturados nos processos produtivos.

³ A saúde do trabalhador no processo de negociação coletiva no Brasil. DIEESE” Estudos e Pesquisas número 76, disponível em: www.dieese.org.br

⁴ Nanotecnologia: conhecer para enfrentar os desafios, DIEESE, nota técnica número 76.

Por conta da intransigência patronal, o que se logrou foi incluir o tema como recomendação para as CIPAs abordarem com os trabalhadores nas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes (SIPATs). A partir desta inclusão, coube aos Sindicatos e à FETQUIM organizarem processos formativos que contribuíssem para que os trabalhadores e os membros das CIPAs efetivassem esta recomendação, o que abriu importantes brechas para coleta de informações em empresas da indústria química que já adotam nanotecnologias e acumulou força para a histórica conquista que se seguiria.

Em abril de 2012, a negociação coletiva entre a FETQUIM e os empresários da indústria farmacêutica no estado de São Paulo resultou em avanço histórico no âmbito da saúde do trabalhador. O termo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho assinado em 19 de abril entre a FETQUIM e o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (SINDUSFARMA) registra, pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro - e, possivelmente, mundial - uma cláusula específica sobre nanotecnologias.

A FETQUIM apresentou reivindicação específica sobre direito à informação sobre nanotecnologias ao SINDUSFARMA, pela primeira vez, em abril de 2009. As empresas alegaram que o tema ainda era restrito a poucas empresas no Brasil e que não aceitavam incluir cláusula específica na convenção coletiva. Aceitaram, assim como havia acontecido no ano anterior com as demais indústrias químicas, apenas incluir o tema como recomendação às SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), o que aconteceu. A partir daí, o Movimento Sindical intensificou a abordagem do tema em atividades de formação, como cursos com membros de CIPA, e elaborou história em quadrinhos abordando a presença da nanotecnologia nas indústrias químicas, mostrando as incertezas sobre os impactos à saúde dos trabalhadores e dos consumidores e ao meio ambiente desta nova tecnologia que as empresas teimam em apresentar como uma maravilha sem riscos⁵.

Ao final da negociação coletiva de 2011, foi criado um grupo de trabalho envolvendo as representações dos trabalhadores na indústria química no estado de São Paulo e o SINDUSFARMA para tratar de temas polêmicos não solucionados no processo de negociação coletiva. Entre estes, as nanotecnologias na indústria farmacêutica e os riscos à saúde dos trabalhadores.

Após muitos debates, finalmente o grupo de trabalho bipartite conseguiu uma redação de consenso para a cláusula, introduzida na Convenção Coletiva de Trabalho com o número 69:

“A empresa garantirá que os membros da CIPA e do SESMT sejam informados quando da utilização de nanotecnologia no processo industrial. A CIPA, o SESMT e os trabalhadores terão ainda acesso a informações sobre riscos existentes à sua saúde e as medidas de proteção a adotar”.

É fundamental destacar que esta cláusula tem por objetivo garantir aos trabalhadores nas indústrias farmacêuticas o direito à informação, condição básica para uma ação sindical qualificada. É igualmente relevante destacar que o foco da cláusula para a ação sindical é, primeiramente, a CIPA, ou seja, a organização dos trabalhadores no local de trabalho. O Sindicato também tem seu papel destacado, mas em conjunto com a organização no local de trabalho.

As tabelas abaixo apresentam uma estimativa do número de trabalhadores na indústria química paulista potencialmente expostos às nanotecnologias. Com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2013, eram cerca de nove mil e oitocentos trabalhadores atuando em atividades de pesquisa em laboratórios na indústria química instalada no estado de São Paulo, cerca de 3% do total de trabalhadores químicos no estado. Estes trabalhadores são aqueles que, hoje, devem já estar em contato com a manipulação de nanopartículas, visando à produção. Mas há que se considerar que outros quase cento e oitenta e oito mil trabalhadores nas linhas de produção também podem estar expostos às nanotecnologias, sem ao menos saber disso. Por isso é necessário desenvolver, através da Negociação Coletiva, outros elementos regulatórios mínimos que orientem a gestão segura das nanotecnologias e dos nanomateriais manufaturados, e atuar pela elaboração de regulação pelo estado em relação às nanotecnologias no Brasil⁶.

Tabela 1. Trabalhadores na Indústria Química no Estado de São Paulo, segundo ocupação, 2013

Ocupações (CBO 2002) Agregações dos Principais Subgrupos	Indústria Química Total	%
Diretores, gerentes e supervisores	19.806	5,8
Administrativos em geral e vendedores	96.199	28,4
Pesquisadores em laboratórios	9.799	2,9
Operadores e técnicos na produção	187.726	55,4
Manutenção técnica	7.211	2,1
Manutenção geral, limpeza e conservação	18.008	5,3
Total	338.749	100,0

*Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2013
Elaboração: DIEESE, Thomaz Ferreira Jensen*

⁶ Para mais detalhes desta audiência, acesse: <http://quimicosabc.org.br/noticiasaudiencia-publica-na-camara-deputados-analisananotecnologias-no-brasil-1492/>

⁵ A história em quadrinhos pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/indexPublicacao.asp?Pagina=Publicacoes>

Na indústria farmacêutica paulista, são mais de cinquenta e dois mil trabalhadores abrangidos pela cláusula conquistada, dos quais, quase 60% em áreas críticas de exposição a nanopartículas, ou seja, em laboratórios e na produção.

Tabela 2. Trabalhadores na Indústria Química no Estado de São Paulo, segundo ocupação e segmento produtivo (Químicos de Uso Final e Plásticos), 2013

Ocupações (CBO 2002) Agregações dos Principais Subgrupos	Agrotóxicos	Produtos de limpeza, cosméticos e higiene pessoal	Tintas e vernizes	Produtos farmacêuticos	Produtos de material plástico	Total	%
Diretores, gerentes e supervisores	685	2.104	1.160	5.451	4.183	13.583	5,0
Administrativos em geral e vendedores	1.506	11.002	5.340	25.258	31.481	74.587	27,7
Pesquisadores em laboratórios	541	822	664	2.993	1.106	6.126	2,3
Operadores e técnicos na produção	1.217	23.427	9.248	13.496	107.493	154.881	57,5
Manutenção técnica	51	1.062	229	747	3.152	5.241	1,9
Manutenção geral, limpeza e conservação	129	2.437	749	5.054	6.469	14.838	5,5
Total	4.129	40.854	17.390	52.999	153.884	269.256	100,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego, 2013
Elaboração: DIEESE, Thomaz Ferreira Jensen

Entre os trabalhadores da indústria química para uso industrial, conforme a tabela abaixo, são cerca de 5,3% de ocupados em laboratórios.

Tabela 3. Trabalhadores na Indústria Química no Estado de São Paulo, segundo ocupação e segmento produtivo (Produtos Químicos de Uso Industrial), 2013

Ocupações (CBO 2002) Agregações dos Principais Subgrupos	Produtos químicos inorgânicos	Produtos químicos orgânicos	Resinas e elastômeros	Outros produtos químicos	Total	%
Diretores, gerentes e supervisores	1.159	1.099	371	3.594	6.223	9,0
Administrativos em geral e vendedores	4.084	3.814	1.630	12.084	21.612	31,1
Pesquisadores em laboratórios	800	889	246	1.738	3.673	5,3
Operadores e técnicos na produção	6.526	5.985	3.651	16.683	32.845	47,3
Manutenção técnica	592	406	232	740	1.970	2,8
Manutenção geral, limpeza e conservação	677	453	223	1.817	3.170	4,6
Total	13.838	12.646	6.353	36.656	69.493	100,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego, 2013
Elaboração: DIEESE, Thomaz Ferreira Jensen

Lamentavelmente, esta conquista segue restrita aos trabalhadores nas indústrias farmacêuticas no estado de São Paulo, dado que as representações patronais dos demais setores industriais químicos (são doze sindicatos patronais, organizados na FIESP, no chamado CEAG-10, abrangendo da petroquímica à transformação plástica, passando pelos cosméticos, tintas e aditivos) seguem negando o direito básico à informação sobre o uso de nanotecnologias nos processos produtivos nas indústrias químicas. Desde 2008, quando a reivindicação foi apresentada pela primeira vez, até 2014, a última negociação havida, foram oito negativas da patronal química a esta proposta sindical.

Isso mesmo após a realização de dois seminários de informação e esclarecimento organizados e realizados em conjunto pelos representantes empresariais e os Sindicatos de Trabalhadores. Por que sonegar aos trabalhadores o direito à informação?

Os representantes das empresas seguem alegando que se trata de tema ainda restrito a poucas empresas no Brasil e que não aceitavam incluir cláusula específica na convenção coletiva. A esta altura da introdução de nanotecnologias nos processos produtivos, isso é problemático, dado que as nanotecnologias desempenham cada vez mais condição para o crescimento e a sustentabilidade das empresas químicas, sobretudo daquelas que querem se destacar e crescer pela inovação em produtos. Mas é compreensível, dado que, como já afirmamos, a introdução das nanotecnologias em processos produtivos segue ocorrendo principalmente nos países centrais do capitalismo, em que estão sediadas as matrizes das corporações transnacionais. O que é cada dia mais preocupante, porém, é que nos países da periferia, como o Brasil, as nanotecnologias, muitas vezes, podem estar sendo incorporada aos processos produtivos das filiais destas corporações aqui instaladas, numa relação intrafirma que escapa totalmente ao controle público, seja da sociedade, seja dos órgãos do estado que deveriam se encarregar desta regulação.

Alegam também que as empresas têm pouca informação sobre o assunto. Isso é grave, se for verdadeiro, dado que em todos os seminários e fóruns sobre o futuro da indústria química se apresentam estudos sobre nanotecnologias. As próprias empresas que negam o direito à informação buscam se promover junto a governos, ao BNDES e aos clientes como indústrias inovadoras, mencionando as nanotecnologias. Algumas, até usam laboratórios mantidos com recursos públicos para pesquisar sobre aplicações de nanotecnologias em seus produtos.

O Movimento Sindical fez sua parte: estudou a questão a fundo, intensificou a abordagem do tema em atividades de formação, como cursos com membros de CIPA. A negativa patronal à reivindicação por acesso à informação sobre nanotecnologias nos processos produtivos revela, em síntese, pouca informação das empresas em relação às novas tecnologias, pequena capacidade de controlar os rumos de incorporação do progresso técnico nas filiais diante do poder das matrizes transnacionais e, sobretudo, descaso com o direito básico dos trabalhadores que querem saber com o que estão lidando nos locais de trabalho.

Ação sindical para a regulação pública

Preocupa-nos e motiva nossa ação sindical, o papel do Estado e dos fundos públicos utilizados em nanotecnologias no Brasil. O desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil foi conduzido até aqui pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - e suas instituições de fomento, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - com pequena preocupação e poucos recursos para pesquisar os impactos das nanotecnologias sobre a saúde e o meio ambiente.

As ações do Ministério se processaram na última década a partir da destinação de fundos públicos para redes de pesquisas em Universidades. Entre 2001 e 2005, foram constituídas quatro redes de pesquisas, que foram substituídas por outras dez redes de pesquisas em nanotecnologia (2005/2009) e, por fim, a constituição dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, no ano de 2008, sendo que existem atualmente quinze institutos voltados exclusivamente a pesquisas visando desenvolver processos e produtos incorporando nanotecnologias. Em 2010, com o edital MCT/CNPQ 74/2010 foram criadas dezessete redes de pesquisas em nanotecnologia com prazo de dois anos de atividades.

Desde meados da década passada, acontecem tentativas de criação de um marco regulatório específico para as nanotecnologias no Brasil, com destaque para o pioneiro projeto de lei 5076/2005 de autoria do Deputado Federal Edson Duarte (PV-Bahia), que propunha a criação de uma Política Nacional de Nanotecnologia, o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e o controle, pelo Poder Público, dos riscos e impactos decorrentes das atividades relacionadas com esta tecnologia.

Entre as inovações deste projeto, estavam a criação da CTNano (Comissão Técnica Nacional de Nanotecnologia), a ser constituída por vinte e seis cidadãos brasileiros de reconhecida competência técnica, notório saber científico e com destacada atividade profissional em nanotecnologia e formação em nanosegurança, distribuídos entre as sociedades científicas, os Ministérios do Governo Federal e as entidades representativas, o que incluiria o Movimento Sindical. Pelo projeto, todo cidadão brasileiro deveria ter acesso às reuniões da CTNano, que deveriam ser públicas.

Lamentavelmente, o projeto foi arquivado em 2008, após receber pareceres desfavoráveis das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, sob o argumento de que sua aprovação criaria “injustificáveis entraves para o desenvolvimento técnico-científico no Brasil”.

Atualmente, tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei 6741/2013 do Deputado Federal Sarney Filho (PV-Maranhão), sobre uma Política Nacional de Nanotecnologia, contemplando a pesquisa, a produção, o destino de rejeitos e o uso da nanotecnologia no país. Este projeto é fruto de audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 13 de dezembro de 2012, reunindo especialistas do Governo Federal, de Universidades e do Movimento Sindical, que analisaram a situação das nanotecnologias no Brasil.

O projeto de lei segue em tramitação na Câmara dos Deputados, e deve avançar, uma vez que o Deputado Sarney Filho foi reeleito em 2014. Há pontos que precisam ser melhorados no projeto. Por exemplo, apenas informa que a gestão da nanotecnologia será compartilhada pela União, Distrito Federal, Estados, Territórios e Municípios, cabendo à União a coordenação da Política Nacional de Nanotecnologia, sem, no entanto, propor um sistema para que este gerenciamento compartilhado se efetive. Outro ponto problemático é a ausência de previsão de um Comitê Técnico.

Agenda sindical para as lutas que seguem

O Brasil necessita de um modelo de desenvolvimento que gere mais e melhores empregos. A introdução de novas tecnologias, se não for acompanhada de medidas que requalifiquem os trabalhadores, gerem novas oportunidades de emprego, repassem os ganhos de produtividades aos trabalhadores, entre outras questões, poderá reproduzir, ou até piorar, as situações de desigualdade tão presentes no mercado de trabalho brasileiro.

Por isso, após esta histórica conquista, os próximos passos da ação sindical em relação às nanotecnologias apontam para:

1. Reforçar o papel fundamental do princípio da precaução na abordagem dos riscos éticos, sociais e ambientais advindos do uso das nanotecnologias e dos nanomateriais manufaturados em todo seu ciclo de vida.
2. O desenvolvimento de elementos regulatórios mínimos que orientem a gestão segura das nanotecnologias e dos nanomateriais manufaturados, com participação dos trabalhadores e Sindicatos, das empresas, das Universidades e das organizações da sociedade civil que pesquisam e atuam em relação às nanotecnologias.

3. A vinculação do financiamento público e privado para pesquisas em nanotecnologias à observação de cuidados com relação ao manuseio e descarte de produtos nanoestruturados, visando à proteção da saúde e segurança dos pesquisadores, trabalhadores e do meio ambiente.

4. A produção e difusão de informações sobre os riscos éticos, sociais e ambientais advindos do uso das nanotecnologias, visando o debate com o público não especialista e o engajamento público em relação ao tema.

12. AVANÇOS DAS CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DE 1984 A 2014

Remígio Todeschini

As campanhas salariais mostraram uma evolução significativa das cláusulas relativas à saúde e segurança do trabalho desde o surgimento da COMSAT (1984) no Sindicato até os dias atuais (2014)¹.

A discussão coletiva na COMSAT, no seio das campanhas salariais, foi importante para esse avanço, sempre combinada com as demais categorias do mesmo ramo no estado de São Paulo. Tais cláusulas foram conquistadas com mobilizações e greves. O pontapé inicial das greves da Ferro Enamel, Matarazzo, Solvay, Petroquímica União (Braskem) foram essenciais para esse avanço, sem falar do Programa de Saúde do Trabalhador Químico, vide capítulo I desse livro, que trata do Criação da COMSAT e do nascimento do Programa de Saúde. Os avanços foram ocorrendo em virtude da mobilização do movimento sindical como um todo, tanto do setor químico como das demais categorias profissionais.

As cláusulas de saúde na convenção eram praticamente inexistentes, ou davam garantias parciais aos trabalhadores após os acidentes. Corria-se no passado muito atrás do prejuízo, ou seja mais de garantias salariais aos sequelados após os acidentes. Até a entrada da nova direção do sindicato em 1982, fruto do novo sindicalismo, lutadora por liberdade e autonomia sindical, praticamente inexisteriam cláusulas de proteção de SST.

A evolução das principais cláusulas de SST dos Químicos do ABC

Abaixo seguem as cláusulas negociadas entre os Sindicatos de trabalhadores da área química em São Paulo, com a Federação

das Indústrias do Estado de São Paulo. A análise da evolução das principais cláusulas aqui tratadas foi feita no intervalo de dez anos: 1984 - 1994 - 2004 - 2014. Observe-se na tabela abaixo que as cláusulas de SST aumentaram numericamente, de onze cláusulas (1984) para dezenove cláusulas (2014) e mantiveram a mesma proporção desde a criação da COMSAT em 1984, cerca de 25% do total.

Tabela comparativa de Cláusulas Gerais e de SST de 1984 a 2014¹:

Ano da Convenção/ Ata TRT	Quantidade de Cláusulas gerais	Quantidade de Cláusulas de SST	Relação Cláusulas Gerais/ Cláusulas SST (%)
Convenção 1984	49 cláusulas	11 cláusulas	22,4%
Ata - TRT - 1994	73 cláusulas	17 cláusulas	23,2%
Convenção 2004	79 cláusulas	18 cláusulas	22,7%
Convenção 2014	82 cláusulas	19 cláusulas	23,1%

Fonte: Convenções Coletivas e Atas do Tribunal Regional do Trabalho de SP de 1984, 1994, 2004 e 2014.

Empregado Acidentado - Estabilidade

1984 - Garantia de Emprego e salário, por cento e vinte dias após acidente do trabalho ou doença profissional, se incapacitado de exercer a função que vinha exercendo. (Cláusula 15^a).

Essa cláusula de estabilidade, perdurou até a convenção de 1991, com a promulgação do art. 118, da Lei de Previdência Social 8213/1991, a estabilidade legal passou a ser de um ano². Fruto de toda a pressão sindical na época, que regulamentava a Constituição Federal de 1988. O texto literal da lei foi o seguinte:

“O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente. (Art. 118 da 8213/1991)²”.

Complementação do Auxílio Doença e Acidente do Trabalho, Doenças Profissional e 13º salário

1984 - Complementação até o 150º dia de afastamento dos salários líquidos dos empregados afastados por motivo de doença em geral. (Cláusula 16^a).

1994 - Complementação do 16º dia ao 330º dos salários líquidos corrigidos dos demais salários da categoria profissional dos empregados afastados por motivo de doença, acidente do trabalho ou doença profissional, mesmo que o trabalhador não tenha carência legal para a Previdência Social.

O empregado afastado por auxílio-doença terá ao seu retorno, garantido quarenta e cinco dias de salário ou emprego. (Cláusula 44^a).

2004 - Complementação do 16º dia ao 330º dos salários líquidos corrigidos dos demais salários da categoria profissional dos empregados afastados por motivo de doença, acidente do trabalho ou doença profissional, mesmo que o trabalhador não tenha carência legal para a Previdência Social.

O empregado afastado por auxílio-doença terá, ao seu retorno, garantido quarenta e cinco dias de salário ou emprego. (Cláusula 45^a).

2014 - Complementação que vai do 16º dia ao 330º dia por motivo de doença, acidente do trabalho ou doença profissional dos salários líquidos corrigidos, mesmo que o trabalhador não tenha carência legal para a Previdência Social. No caso de atraso até o segundo pagamento, as empresas deverão adiantá-los. Sendo que no retorno de atividade para o auxílio-doença há garantia de emprego ou salário até quarenta e cinco dias (Cláusula 17^a).

Indenização por morte, invalidez parcial ou permanente para o Trabalho

1994 - Em caso de invalidez ou morte, haverá uma indenização correspondente ao salário nominal do trabalhador, que em caso de invalidez será paga na rescisão contratual, sendo isentas as empresas que tenham seguro de vida para seus funcionários (Cláusula 51^a)

2004 - Em caso de invalidez ou morte, haverá uma indenização correspondente ao salário nominal do trabalhador, que em caso de invalidez será paga na rescisão contratual, sendo isentas as empresas que tenham seguro de vida para seus funcionários (Cláusula 52ª)

2014 - Na ocorrência de morte ou invalidez, a empresa pagará aos dependentes um salário nominal e, no caso de invalidez, esta será paga na rescisão contratual, sendo isentas as empresas que tenham seguro de vida para seus funcionários. (Cláusula 18ª).

Auxílio Funeral

1994 - A empresa pagará quatro salários normativos (piso da categoria) a título de auxílio-funeral. (Cláusula 62ª).

2004 - A empresa pagará quatro salários normativos (piso da categoria) a título de auxílio-funeral. (Cláusula 63ª).

2014 - A empresa pagará quatro salários normativos (piso da categoria) a título de auxílio-funeral, excluídas as empresas que tenham condições mais favoráveis. (Cláusula 19ª).

Mão de Obra temporária

1984 - Ao trabalhador temporário aplicam-se também as medidas de proteção no trabalho e relativas ao EPI e uniformes, asseguradas aos demais empregados. (Cláusula 36ª).

1994 - Ao trabalhador temporário aplicam-se também as medidas de proteção no trabalho e relativas ao EPI e uniformes, asseguradas aos demais empregados. (Cláusula 41ª).

2004 - Ao trabalhador temporário aplicam-se também as medidas de proteção no trabalho e relativas ao EPI e uniformes, asseguradas aos demais empregados. (Cláusula 71ª).

2014 - São aplicadas as medidas de proteção no trabalho e relativas a Equipamento de Proteção Individual (EPI) e uniformes, assegurados aos demais empregados. (Cláusula 28ª).

Processo de automação e informatização

1994 - Empresas promoverão treinamento para os empregados designados para os novos métodos (automação e informatização) de trabalho a fim de terem melhor qualificação. (Cláusula 26ª).

2004 - Empresas promoverão treinamento para os empregados designados para os novos métodos (automação e informatização) de trabalho a fim de terem melhor qualificação. (Cláusula 26ª).

2014 - Empresas promoverão treinamento para os empregados designados para os novos métodos (automação e informatização) de trabalho a fim de terem melhor qualificação. (Cláusula 34ª).

Convênios Médicos e Odontológicos

1994 - O Benefício de Assistência Médica será prorrogado até 36 meses em caso de afastamento por auxílio-doença ou doença profissional. No caso de acidente do trabalho, o benefício será mantido até a aposentadoria definitiva do trabalhador.

Durante o tratamento médico decorrente de acidente do trabalho, a empresa fornecerá, gratuitamente, ao acidentado, medicamento prescrito pelo médico encarregado do tratamento. (Cláusula 54ª).

O Benefício de Assistência Médica será prorrogado até trinta e seis meses em caso de afastamento por auxílio-doença ou doença profissional. No caso de acidente do trabalho, o benefício será mantido até a aposentadoria definitiva do trabalhador.

Durante o tratamento médico decorrente de acidente do trabalho, a empresa fornecerá, gratuitamente, ao acidentado, medicamento prescrito pelo médico encarregado do tratamento. (Cláusula 54ª).

2004 - O Benefício de Assistência Médica será prorrogado até trinta e seis meses em caso de afastamento por auxílio-doença ou doença profissional. No caso de acidente do trabalho, o benefício será mantido até a aposentadoria definitiva do trabalhador.

Durante o tratamento médico decorrente de acidente do trabalho, a empresa fornecerá, gratuitamente, ao acidentado, medicamento prescrito pelo médico encarregado do tratamento. (Cláusula 58ª).

2014 - O Convênio médico é mantido por até trinta e seis meses no caso de afastamento por auxílio-doença e doença profissional. Se o afastamento for em decorrência de acidente do trabalho, o convênio é mantido até a aposentadoria definitiva do funcionário. Durante o tratamento médico de acidente do trabalho, a empresa fornecerá gratuitamente aos acidentado medicamento prescrito por médico, como reembolsará as despesas com locomoção em valor equivalente ao vale transporte. Às empresas que não tenham convênio, recomenda-se que custeiem os exames médicos complementares para diagnóstico e nexos causal com o acidente ocorrido. (Cláusula 43ª).

Atas da CIPA - Afixação Obrigatória

2004 - Afixação obrigatória da ata da última reunião da CIPA em quadros de avisos em local visível e de fácil acesso (Cláusula 70ª).

2014 - Afixação obrigatória da ata da última reunião da CIPA em quadros de avisos em local visível e de fácil acesso (Cláusula 47ª).

Água Potável

1994 - A água potável oferecida aos empregados deverá ser submetida, trimestralmente, à análise bacteriológica, devendo o resultado ser afixado no quadro de avisos da empresa. (Cláusula 47ª).

2004 - A água potável oferecida aos empregados deverá ser submetida, trimestralmente, à análise bacteriológica, devendo o resultado ser afixado no quadro de avisos da empresa. (Cláusula 47ª).

2014 - Trimestralmente as empresas submeterão à análise bacteriológica a água potável oferecida aos seus funcionários, com afixação do resultado nos quadros de avisos da empresa. (Cláusula 59ª).

Prevenção de Acidentes com máquinas e equipamentos (LER/DORT)

1994 - Máquinas e equipamentos em geral deverão dispor de mecanismos de proteção, na forma da lei. As máquinas que operam com movimentos repetitivos e cortantes deverão dispor de placas de aviso sobre os riscos e prevenção, em local e dimensões visíveis. (Cláusula 34ª).

2004 - Máquinas e equipamentos em geral deverão dispor de mecanismos de proteção, na forma da lei. As máquinas que operam com movimentos repetitivos e cortantes deverão dispor de placas de aviso sobre os riscos e prevenção, em local e dimensões visíveis. (Cláusula 35ª).

2014 - Máquinas e equipamentos deverão dispor de mecanismos de proteção, na forma da lei. As máquinas que operam com movimentos repetitivos e cortantes deverão dispor de placas de aviso sobre os riscos e prevenção, em local e dimensões visíveis, bem como deverá ser oferecido ao trabalhador um período de treinamento. (Cláusula 60ª).

Equipamentos de Proteção Individual e treinamento sobre programas de prevenção

1984 - Empresas fornecerão gratuitamente EPIs adequados aos empregados conforme N- 6. As empresas fornecerão gratuitamente uniformes aos empregados quando for sua exigência, a partir do término do contrato de experiência. (Cláusula 23ª).

1994 - Empresa fornecerá EPIs conforme exigências da Norma Regulamentadora N° 6, adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, inclusive óculos de segurança com grau conforme receita médica. A empresa fornecerá uniformes e calçados especiais gratuitamente se esta for sua exigência;

Empresa treinará os empregados quanto ao uso de EPI e dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na empresa;

Se o empregado considerar o EPI desconfortável, comunicará o fato à CIPA, para as providências necessárias;

Antes da realização de tarefas sujeitas a riscos profissionais e que implique a utilização de EPI ou Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), o empregado receberá instrução específica quanto aos métodos de trabalho seguros, segundo a Norma Regulamentadora nº 26 do Ministério do Trabalho. (Cláusula 33ª).

2004 - Empresa fornecerá EPIs conforme exigências da Norma Regulamentadora Nº 6, adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, inclusive óculos de segurança com grau conforme receita médica. A empresa fornecerá uniformes e calçados especiais gratuitamente se esta for sua exigência;

Empresa treinará os empregados quanto ao uso de EPI e dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na empresa;

Se o empregado considerar o EPI desconfortável, comunicará o fato à CIPA, para as providências necessárias;

Antes da realização de tarefas sujeitas a riscos profissionais e que implique a utilização de EPI ou Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), o empregado receberá instrução específica quanto aos métodos de trabalho seguros, segundo a Norma Regulamentadora nº 26 do Ministério do Trabalho. (Cláusula 34ª).

2014 - Empresa fornecerá EPIs conforme exigências da Norma Regulamentadora Nº 6, adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, inclusive óculos de segurança com grau conforme receita médica. A empresa fornecerá uniformes e calçados especiais gratuitamente se esta for sua exigência.

A empresa treinará os funcionários no uso de EPI, bem como dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria empresa.

Caso o EPI for desconfortável, esse fato deverá ser comunicado à CIPA para as providências necessárias.

Antes da realização de tarefas sujeitas a riscos profissionais e que implique a utilização de EPI ou Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), o empregado receberá instrução específica quanto aos métodos de trabalho seguros segundo a Norma Regulamentadora nº 26 do Ministério do Trabalho. (Cláusula 61ª).

Medidas de Proteção ao Trabalho

1984 - As empresas adotarão medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual em relação às condições de trabalho e segurança dos trabalhadores.

Até o quinto dia útil de trabalho, a empresa treinará o empregado com o seu EPI, e lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na empresa. (Cláusula 24ª).

1994 - As empresas adotarão medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos trabalhadores;

Os membros da CIPA terão acesso aos resultados dos levantamentos das condições ambientais e de segurança do trabalho;

Os treinamentos de combate a fogo serão ministradas em horário de trabalho, quando fora do horário, serão consideradas como extras;

O membro da CIPA designado pela chefia deverá imediatamente acompanhar as investigações dos acidentes junto ao SESMT. (Cláusula 32ª).

2004 - As empresas adotarão medidas prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual em relação às condições de trabalho e segurança dos trabalhadores.

Os membros da CIPA terão acesso aos resultados dos levantamentos das condições ambientais, higiene e segurança do trabalho.

Os treinamentos contra incêndio serão feitos durante a jornada, e pagas horas extras quando fora desse horário.

Membro da CIPA designado para investigar os acidentes deverá acompanhar a investigação do SESMT após ser comunicado pela chefia do setor onde ocorreu o acidente. (Cláusula 33ª).

2014 - As empresas adotarão medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos trabalhadores;

Os membros da CIPA terão acesso aos resultados dos levantamentos das condições ambientais e de higiene e segurança do trabalho, cabendo a empresa realizar uma apresentação anual aos membros da CIPA;

Os treinamentos de combate a incêndio serão ministrados periodicamente no horário normal de trabalho. Se forem ministrados fora da jornada, estas horas serão remuneradas como extras;

O membro da CIPA designado deverá investigar ou acompanhar a investigação feita pelos Serviços Especializados em Segurança e Medicina da Empresa, imediatamente após receber a comunicação da chefia onde ocorreu o acidente. (Cláusula 62ª).

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Semana Interna de Prevenção de Acidentes

1984 - As eleições da CIPA serão precedidas de convocação escrita com antecedência de quarenta e cinco dias, sendo todos os trabalhadores candidatos naturais. Eleição será acompanhada pelos membros da CIPA, com exceção dos candidatos à reeleição, com todos os candidatos presentes à apuração.

Quinze dias após a eleição, o Sindicato será informado do resultado (Cláusula 25ª).

1994 - As eleições da CIPA será precedidas com antecedência de sessenta dias. As inscrições ocorrerão entre o 15º ao 6º dia antecedentes da data do pleito, sendo que o processo será coordenado pelo vice-presidente em exercício;

Na Cédula, constarão nome e apelido do funcionário candidato e no prazo de quinze dias o sindicato será informado do resultado do pleito;

Para preparar a reunião mensal da CIPA, os membros efetivos terão duas horas livres que precedem a reunião para sua preparação, quando já deverão ter recebido a cópia da ata da reunião anterior;

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados titulares e suplentes eleitos para a CIPA; (Cláusula 35ª)

2004 - As eleições da CIPA serão precedidas de aviso com antecedência de sessenta dias, sendo que as inscrições ocorrem entre o 20º e o 60º dia antecedentes a data do pleito. Cópia do edital será enviada ao sindicato após cinco dias de sua convocação. Na cédula, além do nome, poderá ser colocado o apelido do trabalhador. O Sindicato será informado do resultado da eleição da CIPA no prazo de dez dias após as eleições. Os novos membros da CIPA deverão frequentar o curso de formação às expensas da empresa. Os cipistas terão duas horas livres ao horário da reunião

da CIPA para prepará-la. Trabalhadores convocados para reunião da CIPA fora do seu horário terão pagas horas extras. Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados eleitos para CIPAS e seus respectivos suplentes. Recomenda-se que, na SIPAT, sejam incluídos temas como “AIDS” e “Meio Ambiente”. (Cláusula 36ª).

2014 - As eleições da CIPA serão precedidas de aviso com antecedência de sessenta dias, sendo que as inscrições ocorrem entre o 20º e o 60º dia antecedentes a data do pleito. Cópia do edital será enviada ao sindicato após cinco dias de sua convocação. Na cédula, além do nome, poderá ser colocado o apelido do trabalhador. O Sindicato será informado do resultado da eleição da CIPA no prazo de dez dias após as eleições. Os novos membros da CIPA deverão frequentar o curso de formação às expensas da empresa. Os cipistas terão duas horas livres ao horário da reunião da CIPA para prepará-la. Trabalhadores convocados para reunião da CIPA fora do seu horário terão pagas horas extras. Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados eleitos para CIPAS e seus respectivos suplentes. Recomenda-se que na Programação da SIPAT, sejam incluídos temas como nanotecnologia, ergonomia, prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), HIV/AIDS e saúde da mulher. (Cláusula 63ª).

Exames Médicos

1984 - Todos os empregados da produção serão submetidos a exames médicos periódicos, sendo o empregado informado do resultado do exame (Cláusula 21ª).

1994 - Todos os trabalhadores que atuem em área de produção serão submetidos a exames médicos e laboratoriais periódicos previstos na legislação. O empregado será informado do resultado dos exames, por escrito, observados os preceitos de ética médica. (Cláusula 47ª).

2004 - Todos os trabalhadores que atuem em área de produção serão submetidos a exames médicos e laboratoriais periódicos previstos na legislação. O empregado será informado do resultado dos exames, por escrito, observados os preceitos de ética médica. (Cláusula 48ª).

2014 - O empregado deverá ser informado do resultado dos exames, por escrito, recebendo cópia dos mesmos, observados os preceitos de ética médica. No prazo de cinco dias após desligamento, o trabalhador receberá o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). (Cláusula 64ª).

Atestados Médicos e Odontológicos

1984 - As empresas que possuam serviço médico ou convênio reconhecerão os atestados emitidos em caso de emergência, por órgãos públicos federais, estaduais e municipais e do sindicato dos trabalhadores (Cláusula 19ª).

1994 - As empresas que possuam serviço médico ou convênio reconhecerão os atestados emitidos, em caso de emergência, por órgãos públicos federais, estaduais e municipais e do sindicato dos trabalhadores (Cláusula 57ª).

2014 - As empresas que possuam serviço médico ou convênio reconhecerão os atestados emitidos em caso de emergência, por órgãos públicos federais, estaduais e municipais e do sindicato dos trabalhadores. (Cláusula 65ª).

Atendimento médico, de enfermaria e de primeiros socorros

1984 - Recomendação às empresas que tenham atendimento médico e de enfermaria vinte e quatro horas. (Recomendação final)

1994 - Atendimento médico ou de enfermaria para todos os horários, incluído sábados, domingos e feriados, bem como meio de transporte adequado para a prestação dos primeiros socorros. (Cláusula 37ª).

2004 - Atendimento médico ou de enfermaria para todos os horários, incluído sábados, domingos e feriados, bem como meio de transporte adequado para a prestação dos primeiros socorros. (Cláusula 37ª).

2014 - Atendimento médico ou de enfermaria para todos os horários, incluído sábados, domingos e feriados, bem como meio de transporte adequado para a prestação dos primeiros socorros. (Cláusula 67ª).

Meio Ambiente

1994 - Recomenda-se às empresas incluir na Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) atividades de preservação ao meio ambiente e relativas à prevenção da AIDS. (Recomendação anexa à Cláusula 35ª).

2014 - Inclusão na SIPAT de informações relacionadas à proteção do meio ambiente, adicionando informações necessárias para a prevenção de acidentes e doenças. (Cláusula 68ª).

Direito de recusa ao trabalho por risco grave ou iminente

1994 - Quando o trabalhador, no exercício de sua função, entender que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando tal fato ao superior hierárquico, a um membro da CIPA e ao SESMT da empresa. (Cláusula 36ª).

2004 - Quando o trabalhador, no exercício de sua função, entender que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando tal fato ao superior hierárquico, a um membro da CIPA e ao setor de SESMT da empresa. (Cláusula 37ª).

2014 - Quando o trabalhador, no exercício de sua função, entender que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando tal fato ao superior hierárquico, a um membro da CIPA e ao setor de SESMT da empresa. (Cláusula 69ª).

Comunicações de Acidentes do Trabalho

1984 - Empresas devem comunicar ao INAMPS (INSS) os acidentes no prazo de dois dias úteis. (Cláusula 18^a)

1994 - Empresas comunicarão ao INAMPS (INSS) os acidentes até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência. Deverão ainda as empresas no mesmo prazo enviar cópia das CATS aos membros efetivos da CIPA. (Cláusula 38^a).

2004 - Empresas comunicarão ao INSS os acidentes até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência. Deverão ainda as empresas no mesmo prazo enviar cópia das CATS aos membros efetivos da CIPA. (Cláusula 39^a).

2014 - Empresas deverão comunicar o acidente no primeiro dia útil ao INSS, devendo cópias da CAT serem entregues aos membros da CIPA. O sindicato, quando solicitar, poderá receber cópia da CAT por meio eletrônico. (Cláusula 70^a).

Profissionais de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)

1984 - As empresas não utilizarão os técnicos especializados do SESMT para outras atividades senão aquelas definidas pela NR-4. (Cláusula 22^a).

1994 - As empresas não utilizarão os técnicos especializados do SESMT para outras atividades senão àquelas definidas pela NR-4. As empresas deverão fornecer a relação dos nomes e especialização dos referidos profissionais à CIPA (Cláusula 58^a).

2004 - As empresas não utilizarão os técnicos especializados do SESMT para outras atividades senão àquelas definidas pela NR-4. As empresas deverão fornecer a relação dos nomes e especialização dos referidos profissionais à CIPA (Cláusula 59^a).

2014 - Os profissionais do SESMT da empresa não poderão ser utilizados no exercício de outras atividades, a não ser aquelas definidas pela Norma Regulamentadora n° 4 do Ministério do Trabalho e Emprego. As empresas deverão fornecer a relação dos nomes e especialização dos referidos profissionais à CIPA (Cláusula 71^a).

Assédio Moral

2014 - Recomenda-se campanha interna de esclarecimentos quanto ao Assédio Moral, objetivando o conhecimento de todos quanto à sua relevância ética, legal e social. (Cláusula 81^a).

Grupo de Trabalho

2014 - Comissão paritária entre empresários e representantes sindicais para discutir, avaliar e propor alternativas em relação aos temas de segurança no trabalho, saúde, meio ambiente, assédio moral e sexual no trabalho, além de outros temas. (Cláusula 82^a).

Conclusão

O processo de mobilização, organização, discussão junto à categoria permitiu, progressivamente, avanços na campanha salarial. Sem dúvida, as lutas iniciais, a partir da greve da Ferro Enamel, tornaram-se balizadoras de conquistas importantes neste campo, tanto para os químicos do ABC, como para os Químicos do Estado de São Paulo. Ano a ano, foram agregadas novas obrigações para o patronato no sentido de ampliar e aperfeiçoar o trabalho da CIPA, ou seja, a organização interna de os trabalhadores, assim como o avanço de dar conhecimento dos exames para os trabalhadores, o direito de recusa frente ao risco grave e iminente, assim como o avanço nos últimos anos em discutir o assédio moral. Essa última cláusula ganha força no sentido dos trabalhadores enfrentarem constantemente os ambientes autoritários e primarem por ter um ambiente de trabalho com maior participação, que seja desafiante, com relações de poder baseadas na equidade (TODESCHINI, 2014)³.

Referências

1. Acordos entre Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Federações de Trabalhadores e Sindicatos dos Químicos em São Paulo e Atas do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo de 1984, 1994, 2004 a 2014.
2. BRASIL. Lei 8.213, 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 25 de junho de 1991.
3. TODESCHINI, R. *Desenvolvimento de um modelo de avaliação Institucional: Missão, Valores, Atitudes e Ações. (O caso de saúde do trabalhador da Previdência Social)*. Tese de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília. Brasília, DF: maio de 2014.

13. QUÍMICOS DO ABC E O CONTROLE SOCIAL

José Freire da Silva¹

Com o aprofundamento da democracia no Brasil, surge o que chamamos de democracia participativa, ou seja, a sociedade passa a participar de políticas públicas de Estado e dos governos. O movimento sindical cutista logo discute e se organiza para participar dos diversos fóruns/espços criados pela gestão pública para essa participação da sociedade. Todo esse processo é denominado de controle social, ou seja, a sociedade fazendo o controle e o monitoramento dos recursos públicos.

O sindicato dos químicos do abc, situado em uma região composta de sete municípios, São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, desde o primeiro momento esteve presente nessa discussão, levando a sua contribuição, com o enfoque em que essas políticas instituídas desse conta de atender questões gerais da população mas também específicas da classe trabalhadora e, também aprendendo com todo esse processo.

Nas áreas da saúde, meio ambiente e previdência social, as quais devemos nos aprofundar ao longo desse capítulo, podemos citar: os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, de Saúde, Conselhos de Previdência, as Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador (CIST), as Comissões Regional e Estadual do Benzeno (CRBZ) e (CEBZ), Conselhos Sindicais da Superintendência Regional do Trabalho, etc.

De início, faço aqui o reconhecimento às inúmeras lutas que tivemos no passado, mais precisamente nas décadas de 1970 e 1980 rumo à redemocratização do país, para que conquistássemos esses espaços e saúdo a cada companheiro e companheira que de alguma forma participou desse processo histórico, até mesmo porque, se hoje as dificuldades ainda são enormes, imagine no referido período em que prevaleceu o regime militar ditatorial.

¹ Trata-se do relato vivenciado pelo autor do texto na COMSAT nos últimos anos.

A Constituição Federal em vigor

Não há dúvidas de que os inúmeros direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988, o que lhe deu o título de constituição cidadã, se deu em grande parte pelas pressões realizadas por vários movimentos sociais que já haviam se estabelecidos no país até então, dentre estes o movimento sindical, do qual salientamos a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e a criação também do Partido dos Trabalhadores. É a partir de então que se percebe um avanço das forças democráticas e populares, inclusive com a ampliação de prefeituras governadas por pessoas que apostaram fortemente nas mais diversas práticas de participação cidadã na gestão e controle das políticas por estes desenvolvidas.

São inúmeras as previsões na CF/88 de participação social, pois esta, além de universalizar, torna mais acessível a todos as políticas públicas do Estado. Aqui destaco um capítulo inteiro que traz esta constituição sobre seguridade social, que é composta de políticas de assistência, previdência e saúde e que aos poucos começam a ser melhor organizadas através do que chamamos de legislações infraconstitucionais, das quais podemos citar a lei 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, a lei 8080, de 19 de setembro de 1990, que detalha as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo a participação da sociedade, que é melhor detalhada na lei 8142, de 28 de dezembro 1990, que detalha especificamente o chamado controle social no SUS e a transferência intergovernamental de recursos financeiros.

Esta última traz especificamente a garantia de participação dos vários seguimentos sociais e em seu art. 1º, §2º, traz ainda como uma das atribuições dos conselhos a sua atuação na formulação de estratégias e no controle da execução da política, inclusive, em seus aspectos econômicos e financeiro. No entanto a própria lei 8080/90 define que cada ente define as instâncias e mecanismos de controle, avaliação e fiscalização das ações e serviços de saúde.

Do funcionamento prático

Início aqui fazendo uma crítica à forma como está organizado alguns destes espaços, tomando como exemplo os conselhos de saúde, em que a legislação prevê uma composição paritária, entre gestores, trabalhadores na área e sociedade civil, no qual 50% é

denominado usuários, 25% de trabalhadores em saúde e 25% de gestores. Chamo a atenção para os 50% de usuários, onde temos sindicatos e patrões por exemplo, seguimentos que dificilmente caminharão juntos em alguma discussão, aí temos associação de moradias, pessoas com deficiência, moradores eleitos nos próprios bairros pelas respectivas unidades de saúde local etc. Imagine a dificuldade em todos entenderem que somos sociedade civil organizada.

Outro problema percebido está nos 25% de trabalhadores em saúde, hoje poucos que ainda são concursados, pois a ampla maioria podemos caracterizar como terceirizados. Mas não é esta a grande questão quando tratamos da formação do conselho e, sim, a subordinação existente entre os que compõem os outros 25%, ou seja, os seus gestores. De modo, muitos não expressam o que desejam para não criar embaraços na sua relação de trabalho no dia a dia.

Vale destacar, porém, que outros espaços seguem a mesma formação e/ou método, pois mesmo quando não há a obrigatoriedade da paridade, há os mesmos seguimentos. Isso é um pouco diferente em se tratando das comissões, onde temos como conceito quase sempre a paridade, mas também o chamado tripartidismo, governo/gestor, empregadores e trabalhadores. Aqui normalmente o problema é outro, a bancada, descontente com algum resultado, se retira das negociações e quase sempre inviabiliza o resultado esperado.

De todo modo, apesar das dificuldades relatadas, não nos deixamos abater por isso e, até que chegemos a uma nova modalidade de composição, vamos trabalhando com o que temos e, assim, levando nossas pautas e também debatendo as pautas dos demais seguimentos representados.

É, portanto, sem dúvida, um processo que vai além da participação e do eventual sucesso na discussão, trata-se também de espaços que propiciam permanente aprendizagem, onde de forma paulatina a gente vai se inteirando sobre conteúdos e forma de organização. São ainda espaços de muita articulação/negociação pois, como disse no início, são espaços heterogêneos e de pautas diversas, de modo que o debate, sempre necessário, é muitas vezes acalorado e nos leva, muitas vezes, a buscar outras ferramentas da democracia para uma solução, dentre elas, o voto.

Sabemos, ainda, tratar-se de temas/áreas muito complexas onde quase sempre é tudo muito urgente, o que muitas vezes nos leva a tomadas de decisões pela necessidade emergencial do serviço em debate e/ou pela confiança no gestor. Sem falar ainda que mesmo

situações onde não está presente a urgência. Tal complexidade exige do conselheiro ou membro da comissão um conhecimento maior do que ele normalmente tem e os chamados cursos de capacitação oferecidos pelos gestores nem sempre respondem às verdadeiras necessidades. Isso se agrava pelo fato de quase sempre o tempo de duração dos mandatos serem de apenas dois anos e permitida apenas uma recondução, ou seja, quando, mesmo pela convivência, o conselheiro ou membro da comissão está melhor entendendo o assunto, é substituído.

Outro elemento que merece destaque é o recuso financeiro aplicado, quase sempre insuficiente. Em se tratando de saúde, por exemplo, vários municípios da região trabalham com aportes financeiros acima do que determina a legislação, hoje de 15% de sua receita, o que muitas vezes passa aos membros do conselho e/ou comissão um sentimento de que o trabalho realizado no âmbito desses espaços não está alcançando os resultados que se busca.

Outra questão que não pode passar despercebida é a falta de poder de decisão na maioria desses espaços de participação social, pois a maioria deles são de cunho apenas consultivo e/ou assessorativos, ou seja, como o próprio nome sugere, a sociedade, nesses casos, é apenas consultada sobre sua opinião com relação a determinados assuntos. Apesar de debaterem o conteúdo, servirá apenas para assessorar, podendo ser utilizado ou não. Em poucos deles é possível falar em deliberações.

De todo modo, entendo que o controle social faz-se necessário, para minimamente garantir a discussão de pautas de interesse da sociedade e com o olhar dos vários seguimentos organizados que o representam. E é por assim acreditar que o sindicato dos Químicos do ABC, representando mais especificamente uma categoria, mas sem perder de vista a classe trabalhadora à qual pertence e também a sociedade como um todo, tem estado inserido nesse processo. É bom que se diga, que apesar das dificuldades apontadas, também tivemos muitos avanços.

Há muito tempo este sindicato se deu conta de que não basta a discussão para resolver problemas do portão para dentro da fábrica, mas também do portão para fora, afinal de contas, os trabalhadores por ele representados compõem a sociedade e vivenciam avanços e dificuldades advindas das mais variadas políticas públicas implementadas. São, acima de tudo, pessoas que como quaisquer outras fazem uso do transporte coletivo, da habitação, do saneamento básico, da urbanização etc. E de nada vai adiantar termos excelentes reajustes em nossos salários, por exemplo, se as tarifas públicas forem reajustadas em patamares

iguais ou maiores, o que nos levará a, no máximo, nos mantermos no mesmo padrão de antes.

Em se tratando de saúde, tema do nosso livro, vale destacar que é um assunto sempre discutido por esse sindicato, que mantém um coletivo criado especificamente para debater a questão, desde a década de 80 e é através desse coletivo que a entidade se faz presente nos diversos conselhos e comissões já destacadas no início deste trabalho. É um coletivo que atualmente compreende mais da metade dos dirigentes da entidade e que uma vez por mês se reúne, coordenado por uma secretaria de saúde também criada pela entidade para melhor acompanhar as condições de trabalho e meio ambiente a que estão expostos os trabalhadores, mas também para discutir sobre saúde, previdência e meio ambiente no âmbito das políticas públicas.

Relato de alguns acontecimentos neste período

Certa vez, um CEREST (centro de referência em saúde do trabalhador), que realizava normalmente os seus planos de trabalho, mas que tinha muita dificuldade de implementação, principalmente por questões burocráticas do governo municipal, resolveu realizar um levantamento, considerando os valores mensais repassados à prefeitura em decorrência de sua existência (CEREST). Descobriu que deveria haver em caixa mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Em seus planos de trabalho, havia solicitações de coisas básicas para seu funcionamento, como: compra de impressoras e computadores, de um automóvel, de mobiliários, dentre outros, todos devidamente aprovados pelo conselho do próprio CEREST e pelo conselho municipal de saúde, mas que, por questões desconhecidas, não se resolvia. Até que o respectivo município resolveu que era necessário realizar uma determinada reforma em um imóvel próprio e, de repente, apareceu na prestação de contas apresentada ao conselho municipal de saúde que o departamento de saúde do trabalhador havia gasto todo o recurso acima, na referida reforma, pois o departamento seria transferido para o local reformado. Foi uma indignação total, pois não havia nem o básico para funcionar. Porém, para referida reforma, se pôde gastar todo o recurso de uma só vez, e o que é pior, sem passar pelo conselho, que só descobriu porque um de seus membros era também conselheiro municipal de saúde e foi surpreendido com o valor na prestação de contas. O conselho municipal recebendo a informação de que a portaria da RENAST (rede nacional de atenção

à saúde do trabalhador) autorizava tal reforma, aprovou por maioria a prestação de contas.

Outra situação que merece comentar é a de que, embora haja na administração municipal automóveis, que foram adquiridos com verba da RENAST, o município tem um setor específico para cuidar do transporte e os profissionais do CEREST com autoridade sanitária, quando precisam realizar as vistorias nos ambientes de trabalho, devem seguir uma agenda que atende a todos os departamentos, o que muitas vezes inviabiliza o trabalho desses profissionais. Um verdadeiro absurdo, pois o dinheiro foi repassado ao município para ser aplicado em saúde do trabalhador e o tal veículo foi adquirido com esse dinheiro, deveria, portanto, ficar à disposição em tempo integral desse serviço.

É também bastante comum, nos processos eleitorais dos conselhos, que os vereadores indiquem pessoas consideradas de seu agrupamento político, para participarem como candidatas, o que tem levado esses conselheiros a defenderem os interesses desses agrupamentos, que nem sempre são os mesmos da população.

Vale destacar ainda, como muito corriqueiro, que o seguimento da gestão nesses conselhos quase sempre não estão preparados para as críticas dos conselheiros e munícipes em geral e quando um conselheiro ou conselheira surge com um olhar mais crítico, ele logo recebe cuidados especiais, ou no sentido de cooptação, com resolutividade de problemas por ele apresentados, de forma mais ágil, ou ainda de neutralização de sua atuação, logo é identificado como alguém da oposição que está ali a mando de alguém e, portanto, conspirando contra a gestão atual. Isso tem sido tão forte que muitas vezes inviabiliza o gestor de verificar se o que está sendo dito é verdadeiro ou não.

Conclusão

Vimos, portanto, exaltar e reafirmar a importância da democracia, conquistada, como podemos perceber, às custas de muitas lutas e que de tão importante se molda de acordo com as transformações sociais ao longo do tempo, propiciando a participação social/ controle social de forma a melhor atender às necessidades da sociedade em geral.

Que tivemos inúmeras garantias na Constituição Federal de 1988, o que segue sendo melhor regulamentadas por legislações específicas.

Destacamos o interesse e envolvimento desta entidade sindical que tem como política a participação nos diversos espaços de políticas públicas, sem deixar de lado a relação capital e trabalho, política essa que tem seguido firme por várias gerações de dirigentes que passaram pela gestão da entidade.

Fica o registro das dificuldades que ainda temos que superar e o registro do ponto de vista dessa entidade do atual modelo de participação que temos em vários desses espaços, mas que, mesmo assim, seguimos firmes na luta, pois entendemos que é um trabalho constante e que a razão de nossa existência é a busca permanente por melhores condições de trabalho, de saúde e de vida para todos. Mesmo de forma lenta, os resultados vem sendo alcançados.

Que esses espaços vão além da mera participação, mas são espaços de verdadeiros aprendizados, de formação social, de organização e sobretudo de luta. Mas que para isso é necessário que haja, acima de tudo, o empenho e organização interna da entidade e da sociedade civil como um todo.

14. ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO E CIPAS

Remígio Todeschini

Com a eleição sindical dos Químicos do ABC em 1982, dentro do contexto do novo sindicalismo, deu-se ênfase para o avanço da melhoria das condições de trabalho e melhores salários, a organização no local de trabalho através de Comissões de Fábrica e CIPAS. Já nas campanhas salariais de 1983, com greves que aconteceram por fábricas, lutava-se para organizar e ter comissões de fábrica reconhecidas pelos patrões. Na prática, com o ressurgimento do movimento sindical na luta contra a ditadura militar e contra o arrocho salarial e péssimas condições de trabalho, normalmente os trabalhadores organizavam-se em comissões clandestinas, no interior das fábricas, conduzindo a luta neste período.

Em 1983, surgem as comissões de fábrica nas grandes montadoras do ABC, e na área do Taboão, do Sindicato dos Químicos do ABC, surge a primeira comissão de fábrica eleita da Macisa após uma greve. Outras Comissões de Fábrica formaram-se neste período (ISOPOR, BRAKOFIX, TRORION e DIM-MAR)¹. Esse embrião de organização no local de trabalho foi uma estratégia de luta adotada com a formação da COMSAT, em maio de 1984. Pensou-se: por que não ampliar o papel das CIPAS nas empresas, que tinham como missão lutar pela prevenção de acidentes? As CIPAS, normalmente neste período, tinham como membros indicados chefias e outros trabalhadores por indicação dos patrões, sem qualquer processo eleitoral interno. A retomada autêntica do movimento sindical, no início dos anos de 1980, e a partir da própria COMSAT, permitiu que, na convenção coletiva, se discutisse uma participação mais ativa neste processo de escolha por parte dos trabalhadores. Reivindicava-se também que a CIPA, na prática, se transformasse em comissão de saúde, totalmente eleita pelos trabalhadores. No entanto, o avanço conseguido, na prática, foi que o sindicato tivesse maior atuação no processo eleitoral, na representação dos trabalhadores nesse processo. Vejam o capítulo referente ao avanço das Convenções coletivas deste livro.



As lutas aqui descritas em diversos capítulos deste livro, tanto da Ferro Enamel, Matarazzo, Eletrocloro (Solvay), como da Petroquímica União (Braskem) tiveram ou comissões informais clandestinas, ou membros de CIPA envolvidos no processo de luta e organização dos trabalhadores em defesa da saúde e melhoria das condições de trabalho. O processo de conscientização da importância da organização por local de trabalho vinculava-se também com cursos sobre sindicalismo, cursos esses realizados com o DIEESE e DIESAT, além de outras entidades de apoio ao movimento social como a FASE, entidade que reunia diversas entidades de Assistência Social e de assistência ao movimento sindical. Além do debate e cursos, a própria formação do sindicato chamava os trabalhadores para assistir e debater filmes sobre organização sindical e movimentos de greves como: “Os libertários”, “Braços Cruzados” e “Máquinas Paradas”, além de filmes sobre a construção da CUT e da CONCLAT (Conferência de unificação da Classe Trabalhadora no final dos anos 1970).

Neste período, o próprio Sindiquim e Saúde, divulgava em que empresas estavam ocorrendo eleições da CIPA. O Sindiquim e Saúde, nº 3, de dezembro de 1984, afirmava: “Há obrigatoriedade de as empresas comunicarem ao sindicato o resultado das eleições para a CIPA. Essa conquista é importante porque a CIPA é um importante instrumento dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e saúde.”²

Além da ação proativa de divulgação e a constituição de CIPAS combativas, lutava-se, mais do que nunca, para a criação de novas comissões de Fábrica: “A comissão é importante por várias razões. Primeiro porque os trabalhadores estão organizados no seu local de trabalho. Segundo porque a comissão está dentro da fábrica, vivendo a mesma realidade”, dizia um dos integrantes da Comissão de Fábrica da Sherwin Willians, em dezembro de 1985, ao Sindiquim.³

Ou seja, os membros de uma CIPA e de uma Comissão de Fábrica deviam ser os olhos dos trabalhadores voltados para os problemas reais do dia a dia das condições de trabalho e demais reivindicações dos trabalhadores no chão de fábrica.

Um livro clássico que ajudou na formação dos cipistas foi o *De que adoecem e morrem os trabalhadores*, organizado pelos médicos do DIESAT, Dr. Herval Pina Ribeiro e Francisco A. de Castro Lacaz. Esse livro dava um panorama geral dos principais problemas de saúde e acidentes enfrentados pelos trabalhadores e tratava de “Poeiras e Doenças Pulmonares”, “Agentes Físicos e Doenças”, “Acidentes do Trabalho”, “Horas Extras”, “Turnos e ritmo de trabalho”, “Tóxicos na Indústria”, “O Trabalho da Mulher e do Menor”; “Política da Previdência na área de Saúde”, entre outros capítulos discutidos e abordados entre os trabalhadores⁴.

Em 1987, existiam oito comissões de fábrica e estavam sendo negociadas mais três: Basf, Borda do Campo e Glasurit. Nesse mesmo ano, cipistas da Eletrocloro (Solvay) começavam a se organizar e deram o pontapé para que uma fiscalização do Ministério do Trabalho “destampasse” e colocasse às claras a contaminação de Mercúrio naquela fábrica: setenta e nove contaminados por Mercúrio, pois os casos estavam guardados a sete chaves do Serviço Médico da empresa. Tudo isso foi possível depois de meses de trabalho de dois cipistas que mandavam trabalhadores para exames de laboratório, tanto no Programa de Saúde do Trabalhador como no Toxicon, em São Paulo. No ano de 1987, por exemplo, no quarto Congresso, também a categoria deliberou sobre criar Comissões de Saúde nas Fábricas. Na prática, essa iniciativa teve como resultado tornar as CIPAS mais combativas⁵.

O trabalho das CIPAS mostrava resultados, tanto na luta pelas melhorias ambientais como no reconhecimento do registro das doenças profissionais. Em 1983, só haviam sido registradas no ABC (Santo André e São Bernardo) dezesseis doenças como benefícios acidentários e, em 1987, esse registro saltou para cento e trinta e três doenças, um aumento de 830%, ou seja oito vezes mais. Isso demonstra como os casos de doença estavam escondidos, e a tarefa das CIPAS e Comissões de Fábrica era enorme para melhorar os ambientes de trabalho e lutar em defesa da saúde⁶.

Em 1989, a COMSAT começou também a discutir as questões relacionadas à Poluição e esse tema começou a ser abordado também pelos cipistas nas fábricas. No ano de 1989 a comissão de fábrica da Macisa completava cinco anos de vida e de lutas⁷.

A COMSAT, começou também a organizar o Encontro Anual dos Cipeiros, com o objetivo de trocar experiências das lutas por melhores condições de trabalho, assim como repasse de informações sobre a legislação de Saúde e Segurança do Trabalho e demais estratégias para aperfeiçoar a luta em defesa da saúde e do meio ambiente⁸.

Até no Seminário em que se discutiu o futuro da Indústria Química, em 1992, foi abordado o tema da organização dos trabalhadores no chão de fábrica, conforme declaração do Presidente dos Químicos da época: “Sem a participação consciente dos trabalhadores, interferindo no interior das fábricas através de comissões de fábrica e comissões de saúde e em todos os organismos da sociedade, não poderemos evoluir para termos mais saúde, melhores condições de trabalho e um meio ambiente saudável, tanto nos dias de hoje (1992) como no ano 2000.”⁹

Em virtude da morte do operário Ivo Carvalho de Jesus, em julho de 1992, na antiga Petroquímica União, atual BRASKEM, a

COMSAT lançou a campanha Direito de Recusa e CIPA FORTE, com o lançamento da Revista “Parar a Produção, para não parar a vida”.¹⁰

Em 1997, com a eleição da nova Diretoria, houve nova preocupação em ampliar o trabalho da CIPA: “que era lutar por CIPAS atuantes, eleições de novas comissões de fábrica e de delegados sindicais - nas fábricas com mais de cinquenta trabalhadores.”¹¹ Nesta mesma época, a CIPA da Kolynos preocupava-se em informar quanto aos riscos intensivos da LER/DORT no interior da empresa.

Em 1999, uma novidade: A agregação da CIPA, Comissão de Fábrica e Delegado Sindical através do Sistema Único de Representação. A primeira representação eleita neste novo sistema foi a Kolynos (hoje Colgate). “O sistema único de Representação agrega os papéis da Comissão de Fábrica, do delegado sindical e da CIPA. Facilita o trabalho sindical no interior da fábrica”.¹²

A ausência de funcionamento da CIPA, entre outros motivos, foi apontado como uma das principais falhas em uma explosão na BASF, provocando a morte de um trabalhador e ferindo outros vinte e oito, no mês de fevereiro de 2000. Em pleno início do século XXI, foi um absurdo ter de continuar enfrentando acidentes mortais. Esse assunto da explosão da fábrica da BASF em São Bernardo foi levado ao Congresso Mundial de SST em Viena, na Áustria, em maio de 2002, tendo enorme repercussão na matriz da empresa e no Brasil, segundo relato de Nilton Freitas, técnico do Sindicato. Se houvesse uma comissão de fábrica e uma CIPA atuante, esse fato não teria ocorrido.¹³

Em 2000, a COMSAT e a CIPA da Solvay estabelecem um cronograma de obras para cumprir as chamadas Normas Reguladoras, tendo como itens a segurança das caldeiras e vasos sob pressão, entre outros itens.

Em 2001, novos sistemas únicos de representação são formados na categoria química, após a formação do SUR da Kolynos (Colgate), formam-se os SURs da Petroquímica União (BRASKEN), Gulf, Knauf e Sinimplast. Neste mesmo ano, é criada também a Comissão de Fábrica da CBC de Guapituba, em Ribeirão Pires. Até por pressão do Sindicato dos Químicos do ABC e demais sindicatos da área química do Brasil, todas as unidades da BASF passam a ter Comissões de Fábricas¹⁴.

Nos anos seguintes, continuou a atuação em defesa das CIPAS, com o movimento Rede Vida Viva, com formação de cipeiros e cursos com cipeiros a partir da Secretaria de Saúde e COMSAT do Sindicato. O atual momento político exige a retomada, principalmente os encontros anuais e semestrais dos cipeiros.

Enfim, nesses trinta anos de atuação do Sindicato, mudou o papel da CIPA. Buscou-se uma CIPA não voltada para o treinamento dos trabalhadores no uso puro e simples de EPI, e mesmo de investigação

pós-acidentes ou de um órgão de recomendações, subalterno aos interesses imediatos do capital. Buscou-se, e esse é o desafio atual para evoluir para uma CIPA mais participativa e mais ativa, onde se busca principalmente a investigação a fundo dos acidentes, ou mesmo dos riscos existentes no chão de fábrica. Busca-se uma CIPA ativa, que valoriza o mundo do trabalho e sua humanização. Uma CIPA em que os trabalhadores tenham empoderamento junto com as comissões de fábrica, estabelecendo no processo de negociação direta prazos e condições que venham a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

Referências

1. MÉDICI, A. 1984 - Diretas já - COMSAT - e A GREVE HISTÓRICA NA FERRO ENAMEL - O III CONGRESSO. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC.* (pp. 198-2003). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
2. SINDIQUIM E SAÚDE. *Conheça a convenção coletiva (pp.3-4).* Santo André: Sindicato dos Químicos de Santo André, dezembro de 1984, nº3.
3. MÉDICI, A. 1985 - A unificação. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC.* (pp. 204 a 210). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
4. PINA RIBEIRO, H; LACAZ, F.A.C. *De que adoecem e morrem os trabalhadores.* São Paulo: DIESAT, IMESP, 1984.
5. MÉDICI, A. 1987 - O IV congresso. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC.* (pp. 217 a 225). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
6. MÉDICI, A. 1988 - Os Químicos do ABC completam 50 anos. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC.* (pp. 226 a 232). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
7. MÉDICI, A. 1989 - Vitórias... e uma grande derrota. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC.* (pp. 233 a 237). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
8. MÉDICI, A. 1991. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC.* (pp. 242 a 247). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
9. MÉDICI, A. 1992 - O Seminário 2000 e a carta do ABC. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato*

dos Químicos do ABC. (p. 250). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

10. TODESCHINI, R; REINA, E.;FREITAS, N.B.B. *Parar a produção para não parar a vida*. Santo André: Sindicato dos Químicos do ABC, 1992.

11. MÉDICI, A. 1997 - “100 reais de aumento real”. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC*. (p. 280). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

12. MÉDICI, A. 1999 - Campanha 10. O primeiro SUR. O Projeto Alquimia. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC*. (p. 290). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

13. MÉDICI, A. 2000 - Igualdade e Justiça “Sua vida não tem preço” In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC*. (p. 294-296). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

14. MÉDICI, A. 2001 - 400 mil trabalhadores em luta uma abelha só não faz pressão. In: MÉDICI, A. *Memórias dos 70 anos, 1938-2008. História Consolidada - Sindicato dos Químicos do ABC*. (p. 298-304). São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

15. ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

As entrevistas a seguir foram feitas por Técnicos do DIESAT, entre junho e agosto de 2014, e são seguidas por um depoimento feito pelo Dr. Fernando Galvanese, Domingos Lino e Elcio Tibério, tomados entre junho e julho de 2015.

15.1 ENTREVISTA COM MARIA MENDES

Entrevista realizada em 14/08/2014, por Daniele do DIESAT. Maria Mendes foi dirigente do Sindicato da Construção Civil de São Bernardo e gestora do CEREST de Diadema. Desde o início do Programa de Saúde do Trabalhador Químico, ela participou ativamente para que o Programa se estendesse para as demais categorias profissionais, atuando primordialmente na construção civil. Participante ativa de todas as lutas em defesa da saúde no ABC, rememorando a luta pioneira no ABC pela proibição do uso de amianto.

“Eu comecei a minha militância nos anos de 1970, como metalúrgica, e depois eu vim para a construção civil. Na construção civil, me tornei dirigente sindical e, aí, nós começamos. Na construção civil nós temos cinco setores: construção civil, móveis (fábrica de móveis) mobiliário, tem mármore e granitos, cerâmica e a indústria pesada, construção civil pesada. Enfim, são cinco categorias.

Nessas categorias, em 1985, quando começou essa organização, da atenção à saúde do trabalhador, começou lá nos químicos... Através do Remi. E o Remi, logo em seguida, começou a procurar os sindicatos, e aí um dos primeiros que ele procurou, até por conta da problemática da categoria, como você viu, uma categoria que tem muitos problemas, uma categoria pobre, com baixa escolaridade, enfim... Essas coisas que são ligadas à categoria, e essa é a minha categoria.

Aí, essa é uma categoria que tem muitos problemas. Naquela época, não sei se um pouco mais, enfim... E aí ele procurou a gente porque nos tínhamos, naquela época, muitas fábricas de móveis, pois em São Bernardo era... Foi né, a cidade da indústria moveleira. Naquela época, nós tínhamos muitas fábricas grandes de móveis, e um dos problemas de saúde do setor moveleiro era a questão da leucopenia, por conta dos produtos, que eram manipulados, dos produtos que envernizam. Na época, tínhamos que lembrar dos nomes dos produtos, mais dos produtos que usavam pra passar nos móveis, então a gente tinha muitos problema de leucopenia no setor moveleiro.

E no setor da construção civil, além dos acidentes, das quedas, também tinha os problemas de câncer de pele por mexer muito com o cimento. E no setor da cerâmica é a famosa silicose, que é o adoecimento do pulmão. Então, eram esses os problemas que a gente tinha na época mais grave na categoria, e aí foi quando começamos a discutir, a fazer essa mobilização, discutir com os trabalhadores, fazer mais uma forma de fiscalização, de um acompanhamento através da divisão segurança e medicina do trabalho, até porque era o que nós tínhamos na época, até então. Era por isso que nós nos organizávamos para ter hoje o CEREST. Às vezes somos um pouco pai e mãe desse serviço. A gente sente assim.

Às vezes eu estou num lugar, que às vezes eu vejo as pessoas falando, aí a gente sabe que a gente foi o autor de tudo isso.

DANIELE: Protagonista?!...

MARIA: Fomos!. Com certeza, porque ai nós usávamos a divisão de saúde e segurança e medicina do trabalho (da Delegacia do Ministério do Trabalho). Era o que tínhamos na época, e muitas vezes não tinha outro serviço. Então através da divisão de saúde e segurança e medicina do trabalho, lá na DRT que nós tínhamos profissionais, muito comprometidos, com a luta e a organização da saúde dos trabalhadores, mas... eram os profissionais e não a instituição (lamentavelmente...)

Mas os profissionais eram comprometidos e aí começamos a organização na nossa categoria. E na minha categoria eram essas as doenças mais presentes, não que não existiam outras, mas essas eram, nós podíamos dizer que eram as mais presentes na categoria. No setor moveleiro, como eu já disse, que era a leucopenia. E no setor de cerâmica e também de mármore e granitos...e aí nós começamos essa organização. Daí que foi nascendo, inclusive a questão do amianto, porque nós tínhamos empresas..... no setor da construção civil com o amianto que são as demolições das telhas, também tinha esse problema que nós começamos inclusive lá no setor em São Caetano que tinha uma empresa que era da construção civil que fazia telha.

Quando começou a luta, essa organização dos trabalhadores através do Sindicato dos Químicos, o Remi foi conversar com o sindicato da construção civil com São Bernardo, São Caetano e Mogi das Cruzes, que entrou nessa organização. Na construção civil nós sempre discutimos na diretoria. Tiramos sempre uma pessoa responsável.

Em São Bernardo, eu era a responsável. Na construção civil, em São Caetano, era o Raimundo (não sei onde está o Raimundo hoje), e, em Mogi das Cruzes era o Ferrugem. Então, a gente começou, e era porque nós éramos uma categoria...o problema de silicose, leucopenia, em São Bernardo era mais leucopenia por conta das fábricas de móveis, mas era em São Bernardo.

Em São Caetano, tinha essa empresa que eu não me recordo agora o nome, que era a questão do amianto, que aí hoje tem...foi através dessa luta que a gente precisa inclusive, eu até acho muito oportuno essas coisas porque as pessoas não... às vezes falamos que o Brasil não tem memória, e não faz a memória, não faz a história. Cada um vai pegando de onde acha que está e constrói dali pra frente e não sabe o que está para trás.

Por exemplo, hoje tem muitos técnicos, profissionais na luta, reuniões na questão do amianto. Quem começou a luta pela organização pelo banimento do amianto foi o movimento sindical através do sindicato da construção civil do ABC (São Bernardo, São Caetano e Mogi das Cruzes) e do Sindicato dos Químicos do ABC, porque pegava justamente essa questão dessa empresa de São Caetano (BRASILIT).

Trabalhadora presente na entrevista recordou que a empresa era a Brasilit.

MARIA: BRASILIT, exatamente!! e aí, através dela, os sindicatos da construção civil de São Caetano, que tinham muitos problemas de amianto, e a gente começou essa organização, tanto que hoje a engenheira Fernanda, que começou lá naquela época junto, era uma das profissionais comprometidas, que era trabalhadora da Divisão Segurança e Medicina do Trabalho, medicina do trabalho, o Mário Bonciani, o Rui, o Dr. Hélio, o João Roberto, Dr^a Cecília (Todos auditores fiscais do Ministério do Trabalho).

Então, foi através dessa luta que a Fernanda veio, era uma das profissionais muito comprometidas e começou essa discussão, essa articulação que hoje tem a associação do Amianto. Então, foi através de toda essa organização do movimento sindical, mais precisamente aqui do ABC, e, na questão da leucopenia, nós fizemos um levantamento e algumas pessoas que eram leucopênicas e aí começou a tratar, inclusive no campo da Saúde do Trabalhador. Fizemos também um trabalho na questão da cerâmica na Santana, que era uma empresa grande aqui em Diadema. Ali próximo ao

Piraporinha... Fizemos uma vigilância, fizemos um trabalho de saúde... Fizemos um levantamento de conversar com os trabalhadores, de pegar os trabalhadores e mandar ir lá no Programa de Saúde do Trabalhador pra fazer os exames, pra ver a questão da leucopenia.

Então, esse foi um trabalho assim, muito importante porque a gente tinha noção da importância, mas a gente não tinha noção de que ele ia tomar essa proporção de hoje, virar uma ação na verdade.

Nós estávamos fazendo uma ação de políticas para a saúde dos trabalhadores. E aí a gente vê que hoje, daquela ação que nós estávamos fazendo, virou uma política pública de saúde, né? Então, isso é uma coisa que nos engrandece e eu, particularmente, fico, às vezes, a gente fica meio assim, precisasse que alguém soubesse um pouco melhor da história, não pra gente se autopromover, mas para as pessoas saberem mesmo como é que foi porque eu acho importante pra história.

DANIELE: Claro!

MARIA MENDES: pro povo.

DANIELE: Patrimônio Público...

MARIA: Acho que tudo na vida você precisa...então hoje nós nos orgulhamos disso, que era uma ação que virou uma política de saúde pública para os trabalhadores. Teve muitas coisas, mas assim... para entrarmos na empresa e ir com os profissionais da saúde, fazia uma vigilância... uma fiscalização que chamava, que ia com esses profissionais... Mario Bonciani... Fernanda... e eles que iam fazer, porque eles que tinham o poder, eles eram as autoridades públicas, mas eles exigiam que tivesse a participação do dirigente sindical. Que eu acho que isso que era importante, era um trabalho de parceria, era uma reivindicação do movimento sindical, uma solicitação melhor dizendo, e que aí faziam uma parceria. Eles iam porque tinham aquela autoridade, mas a gente ia junto com o dirigente sindical, e ao mesmo tempo a gente aprendia, porque o dirigente sindical... nós fomos aprendendo, se apropriando daquele conhecimento. E hoje temos um conhecimento que as pessoas falam: “a gente não foi lá na universidade, mas temos um saber que, muitas vezes, fica por aí, mas é um saber importante pra as ações, para o atendimento, enfim, para os trabalhadores”. Aprendemos muito!!

Ali diziam os profissionais: “não... vocês nos ensinam”, aí nós percebíamos que não tinha professor nem aluno... Eles sendo universitários, doutores, e nós simplesmente operários. Mas a gente aprendia e ensinava, porque a gente tinha um saber que era da prática que eles não conheciam, e eles tinham um saber universitário que com toda humildade passavam aquele conhecimento para nós. Isso foi uma coisa...uma troca importante pra nós, tanto que até hoje eu sempre falo, eu não me incomodo de conversar com qualquer doutor porque ele tem o saber dele, mas eu tenho o meu.

DANIELE: Com certeza!

MARIA: E os saberes se complementam. Um não é mais que o outro e nem menos, mas são saberes diferentes, veio aprendendo de diferentes formas, mas todos são importantes.

Hoje o movimento sindical... está na pauta com outras coisas, é assim que nós falamos, o pessoal diz “não é prioridade”, nem sempre é prioridade essas políticas que são consideradas...só são consideradas, mas não na prática, mas são consideradas menos importantes ou...

DANIELE: De menor relevância política...

MARIA: É de relevância política. Mas hoje já pra nós, comparando com aquela época? Nossa... É um avanço extraordinário. Primeiro, pra gente fazer uma discussão dessas no movimento sindical, era pôr na pauta, ou na reunião pra discutir e depois era um ponto mais difícil. Hoje, não...hoje já é muito mais tranquilo, assim, tanto que tem CEREST, hoje é assim, os CEREST's existem graças ao movimento sindical, por mais que as pessoas não têm conhecimento, e é isso que eu falo, você se sente um pouco o pai da criança ou a mãe no caso.

O Remi foi um pioneiro... Ele e o Sindicato dos Químicos. Eu, todos temos uma admiração extraordinária. Não só por conta disso, mas enquanto dirigentes sempre foram o corrimão da gente... Na construção civil... Mas também por conta desta questão, da Saúde do Trabalhador. Corajosos que foram num momento tão difícil. E hoje percebemos que eles estavam certos! Eles estavam certos!! Isso é que é o mais importante!!

15.2 ENTREVISTA COM NILTON BENEDITO BRANCO FREITAS

Entrevista feita pelo Eduardo Bonfim do DIESAT, com Nilton Freitas, assessor dos químicos do ABC, realizada em 01/09/2014. Nilton relata todo o trabalho feito na COMSAT, como assessor técnico do DIESAT, que foi desde o acompanhamento da revisão de normas, o acompanhamento técnico em diversas fábricas, além do acompanhamento permanente da Comissão Nacional de Bezeno.

EDUARDO BONFIM: Fique a vontade pra citar um grande momento na luta dos trabalhadores químicos...

NILTON FREITAS: Falando um pouco da NR-13... A origem da revisão dela tá no caso da explosão da PQU. Os principais atores estavam ali, o Sindicato, que daí passou pra uma representação da CUT, estava então a DRT de São Paulo que passou para a representação do Ministério do Trabalho e Emprego, e estava a PQU, que passou para a representação do Instituto Brasileiro do Petróleo. Então, na verdade, os três engenheiros metidos nisso diretamente eram eu (Nilton Freitas), Rui Magrini e Luiz Antônio Moschini. Representando todas as entidades gerais. Tava um processo também da NR-0, era um processo de normatizar as revisões e normas, então chamava de NR-0, ou a NR das NRs. Então, foi feito uma portaria para o Ministério do Trabalho e ampliou-se. Entrou aqui também um representante da Força Sindical, entrou mais um com representação da CUT, que era o Roberto Odilon, lembra?

EDUARDO BONFIM: Dos petroleiros, não é?

NILTON: Isso, ele foi do DIESAT também... E Pelo governo, além do MTE, tinha o Rui Magrini, e entrou também o INMETRO. Pelo setor empresarial, entrou a ABIQUIM, e entrou o Instituto Brasileiro de Petróleo, SINPROQUIM. Acho que é isso mesmo... e entrou também aqui uma pessoa do SESI, que eu não lembro o nome dele.

EDUARDO: Entraram vários atores, hein?

NILTON: É, ficaram três, três, três... de cada lado. Então, foi essa a equipe que revisou a NR-13. Essa ação foi perfeita, nesse processo de revisão porque, mérito inclusive do representante da empresa (Luiz Moschini), ele fez por fax... naquela época não existia e-mail, ele mandou por fax uma consulta de todas as nossas redações, de cada NR. Ele fazia consulta por fax à comunidade de inspeção, que eram todos os inspetores e equipamentos, e tinha todas as empresas do Brasil... Ele mandava tudo por fax e nós recebíamos folhas e mais folhas. Com os comentários dos profissionais, por ser uma área muito técnica, tinha material e engenharia de material. Então, foi excelente esse trabalho. Mas do ponto de vista sindical de trabalhadores, porque tecnicamente a norma é muito boa. Tanto que até hoje ela é praticamente intocável, ela criou uma base muito boa. Pra essa norma, nós usamos como referência uma norma alemã e de uma norma francesa, que era o Rui Magrini que tinha conhecimento, era ele que vinha dessa escola francesa e das normas americanas.

Então, tecnicamente ela usou isso, mas do ponto de vista dos trabalhadores foi muito positiva e forte. Inclusive querendo evitar a terceirização da área de inspeção de equipamentos. Queríamos que os inspetores fossem empregados das empresas. Por quê? É questão da familiaridade com o equipamento. O bom inspetor é aquele que passa lá, todo dia ele vai, passa a mão no motor, passa a mão na

torre, ele escuta os equipamentos, se tiver algo de diferente ele já saberia como conversar com o operador. Porque o inspetor ele tá todo dia regando a plantinha e conversando com o agricultor, então todo dia ele conversa com os operadores, né... Dessa familiaridade nós colocamos isso como um valor, e evitaríamos o que estava vindo já no começo dos anos 90, com o neoliberalismo, desestatização, terceirização. Então nós falamos “aqui não cara pálida”.

Agora como fazer disso um valor? As empresas que não terceirizarem elas vão gozar de um tempo maior entre as inspeções de equipamentos. A norma antiga era irreal. A empresa tinha que parar de doze a vinte quatro meses, que era o prazo máximo pra inspeção de equipamentos.

Então, agora nós falamos, nós Sindicato, pra chegar a isso qual a segurança que nós temos?

Uma delas era essa. Do inspetor ser empregado(trabalhador) próprio e não terceirizado. Ele pode usufruir de especialistas terceirizados pra fazer teste estático, um ensaio usando raio x, usando raio gama, usando uma tecnologia como ultrassom.

Então, isso é quando nasce o SPIE (serviço próprio de inspeção de equipamentos). As empresas que criarem um SPIE vão usufruir... Então passam os doze meses, passam vinte e quatro, passam trinta e seis, passam quarenta e oito, dependendo da natureza do próprio equipamento de pressão e temperatura. Esse era o “X” da questão em vasos de pressão, caldeiras e também a questão do tipo de combustível. Das condições de funcionamento, das condições ambientais de funcionamento da caldeira. Do tipo de combustível que ele era mais agressivo ou menos agressivo.

Então, isso pra mim é fantástico, foi um ganho fantástico. Detivemos a terceirização de uma área chave na questão de segurança industrial do Brasil. Inserimos a certificação de habilidades porque na verdade tinha gente que era operador, era muito comum operador que aprendia na vida, aprendia como ajudante.

EDUARDO: Não existia uma formação, não é?

NILTON: Exatamente. E nós criamos a norma. Uma formação mínima. O sujeito pra ser operador de caldeiras, ele tem que ser operador de vasos sob pressão. Então, criamos o sistema de certificação de durabilidade, fizemos a certificação do operador de caldeiras e de vasos de pressão por conhecimento. Esse foi um aspecto. O outro, também foi assim. A ampliação de direito de recusa a trabalho com condições de riscos graves e iminentes. Todo o operador, auxiliar de operador, mecânico, inspetor de equipamentos, eletricitista, ou seja, não só um operador, mas aquele que inspeciona e faz a manutenção.

EDUARDO: De toda a caldeira?

NILTON: Exatamente, eles podem... Se recusar a trabalhar quando detectarem que o equipamento está em condições de risco, grave iminente à sua segurança, ou à sua saúde. Então também é uma coisa bem legal. Todos eles têm acesso a qualquer tempo, a qualquer hora, a qualquer momento, a toda documentação que é o prontuário de vida da caldeira ou vaso. Todo equipamento, ele tem uma identificação, um RG dele, ele tem um prontuário da sua vida. Trocou um parafuso, condições de operação. Tem duas coisas: uma é o prontuário e a outra é o livro de controle operacional. Todo equipamento tem. Esse pessoal tem acesso a esse prontuário, a esse livro a todo instante. O sindicato e os membros de CIPA, a qualquer tempo também podem. Claro, mediante a um pedido prévio.

EDUARDO: Tem a liberdade.

NILTON: Nossa, foi fantástico! Foi assim pra mim, de verdade, Eduardo, uma das normas mais perfeitas que eu conheço no mundo dessa área, porque eu vi outras e nada se aproxima disso, do ponto de vista sindical. E tecnicamente ela se mantém, já que ela é de 1994, se não me engano... Ela tem vinte anos.

EDUARDO: E quanto às demais lutas?

NILTON: A necessidade, ela alerta, a necessidade do sindicato e dos sindicalistas estarem profundamente ligados ao chão de fábrica, ao que ocorre. Acho que isso é uma primeira coisa : informação que permite depois que se resolve aquilo que não se resolve no meio de trabalho, ser levado depois pra outros níveis. Eu também acho assim. Que no geral, mudou hoje o enfoque, a quem se lutava. No começo da COMSAT era contra a explosão, contra a contaminação por produtos químicos, que você pode ver, ali no final dos anos 80 até o começo de 90 era isso aqui, contra as explosões, contaminações e tal, e aí acabou. Já em 1995, houve uma mudança muito forte. Daí começamos a lutar contra a LERD/DORT. Aí veio a terceirização, que praticamente dizimou os sindicatos de um modo geral.... Enfraqueceu. Então, a exploração do trabalho se intensificou novamente, e isso se refletiu muito em termos de saúde, né, com a LER/DORT, foi uma epidemia de LER/DORT.

Nos anos 2000, aí você recupera o papel do Estado mais fiscalizador porque ele tinha sido reduzido a um mediador nos anos 90, no neoliberalismo, nos anos 2000 ele volta a ter uma posição de intervenção em defesa da saúde, da segurança no ambiente de trabalho. Também as mudanças econômicas aumentaram que geraram empregos. O que fortaleceu os sindicatos porque se diminuiu a terceirização, aumentou imensamente a formalização, e movimentou a economia e as empresas, isso foi nítido.

Eu vi isso, continuando fazendo as perícias, as empresas se modernizaram nos anos 2000, todas elas, quer indústrias químicas,

de vidros onde eu ando, tiveram crédito pra mudar a tecnologia, então os anos 2000, pra mim, a primeira parte dos anos 2000, de 2006 a 2007, houve um “upgrade” (novo grau) tecnológico muito grande, no setor da indústria.

Então, isso, automaticamente, fez cair todos os riscos e, conseqüentemente, o impacto que havia dos danos à saúde. Insalubridade, periculosidade, ou perigo melhor, mesmo LERD/DORT perdeu bastante, eu acho. Só que aí começa, com uma intensificação do trabalho, aumento da produtividade, começam outros tipos de risco que a gente vê hoje, principalmente na segunda metade dos anos 2000... 2009, 2010, 2011, 2012, na indústria química, em particular, as pessoas têm um emprego, mas tem a insegurança no emprego, porque hoje, a reestruturação é imensa nos nossos setores.

Compra de empresas, fusão de empresas, venda de parte dessas... Isso é muito rápido e, talvez, na maior parte das vezes, sem uma consulta e uma participação adequada dos empregados nas reestruturações, isso causa uma insegurança no emprego muito grande. Essa insegurança de emprego é fator de desconforto, é fator de instabilidade, de instabilidade emocional, é fator de sofrimento, é fator de doença.

Então, hoje, nós lutamos, falamos muito assim hoje que nós precisamos melhorar a qualidade de vida do trabalho.

EDUARDO: A questão da saúde mental?

NILTON: Exatamente! Faz parte da saúde mental... O sofrimento! Isso porque eu tô falando que fizemos uns seminários aqui em 2010/2011, com a categoria, preparando para o congresso. E no congresso anterior do sindicato, tivemos o último que foi em 2012, que a gente falava, que precisávamos escutar a categoria. Fizemos muitas oficinas e só quem falava eram os trabalhadores e trabalhadoras. Nossa, foram milhões de perguntas, foi excelente! Eram às sextas-feiras à noite e aos sábados. Foram seis meses de congresso contínuo da categoria, por região, por setor, por tipo de fábrica. Temos um material fantástico!

Então, ali, apareceu muito isso, né? nossa luta não era mais contra as contaminações, nem contra a LER/DORT, a luta era contra a insegurança no emprego, era por melhoria da qualidade de vida do trabalho. Ou seja, pela segurança no emprego, ser escutado, ser respeitado, poder opinar. Discutimos isso agora em 2011 quando falamos sobre “a indústria química que queremos em 2020”, e esse continua sendo o foco. Melhorar a qualidade de vida do trabalhador, a partir das relações de trabalho, das relações interpessoais da carga de trabalho, da intensidade de trabalho, do respeito, do diálogo, então, esse que é o foco hoje.

15.3 ENTREVISTA COM SÉRGIO NOVAIS

Entrevista com SÉRGIO NOVAIS, da Confederação Nacional dos Químicos da CUT em 04/09/2014, relatando o trabalho da COMSAT nos Químicos dos ABC. Nesta entrevista concedida a Eduardo Bonfim do DIESAT, relata a sua experiência vivida na COFADE, em Mauá -SP, e toda a sua participação também na COMSAT. Durante a sua permanência na presidência do Sindicato deu continuidade a esse trabalho coletivo da COMSAT e ajudou a reforçar principalmente a Comissão Permanente de Benzeno em nível nacional, contra a contaminação do Benzeno. Detalha todo o trabalho desenvolvido pela CNQ na área de saúde em diversas ações e comissões.

“Bom, eu sou Sérgio Novaes, sou trabalhador da BASF, já há vinte e seis anos. Fui presidente do Sindicato dos Químicos do ABC de 1996 a 2003. Iniciei a minha vida sindical exatamente como diretor da área da saúde. Fui cipeiro numa empresa chamada COFADE, que englobava a BASF e COFAP. Nesta empresa, fui chamado pelo médico, que eu acho correto não dizer o nome dele porque deveríamos ter uma autorização. Mas ele foi um médico do trabalho muito importante para o trabalho que nós desenvolvemos no futuro. Ele era pneumologista, e me chamou um dia dizendo... “*você é vice-presidente da CIPA e nós estamos tendo vários casos de Leucopenia aqui na empresa*”. E nós estranhamos porque apesar da COFADE utilizar alguns produtos químicos, a maior produção era no ramo plástico, e eu não tinha nenhum conhecimento na época sobre isso, o que eu fiz foi o procurar o Sindicato, e lá no Sindicato naquele momento já tinha a COMSAT instalada, eu já estou falando em meados de 1989.

Nesse período eu procurei a COMSAT e o secretário era o Remígio Todeschini, e começamos a partir daí entender os produtos que eram manipulados dentro da COFADE. Tentamos então descobrir alguma coisa. Assim como eu disse no início, a COFADE tinha 50% da BASF e os produtos vinham da Alemanha, nós então tentamos um contato com o Sindicato alemão para que eles nos ajudassem na pesquisa e entender o que poderia estar acontecendo.

Foi um trabalho profundo, onde nós detectamos que tinham trinta e quatro pessoas contaminadas por Leucopenia, exigimos então que empresa fizesse exames mais aprofundados com essas pessoas, e ao mesmo tempo exigimos da empresa que fizessem várias modificações dentro do layout, porque ela tinha um layout

muito ruim e chamávamos de caixote. Não tinha nenhum tipo de ventilação, e nós conseguimos colocar sistemas de exaustão, mais janelas na empresa e também analisar os produtos que estavam sendo manipulados pela empresa.

Estou falando disso, de um processo que nós demoramos mais ou menos quatro anos, mas foi extremamente exitoso. Conseguimos afastar as pessoas do local de trabalho, sendo todas elas pagas (indenizadas) pela empresa, até que todas essas pessoas recuperassem a sua condição de sanidade. Converso sempre isso com o Nilton Freitas, de que nós deveríamos fazer uma publicação exclusiva sobre essa história que foi na COFADE, porque foi uma luta, fizemos greve dos trabalhadores para que nós pudéssemos fazer com que a empresa modificasse sua forma de trabalho (condições de trabalho). Então, isso pra mim foi um fato extremamente interessante e agradeço muito o trabalho que foi desenvolvido pelo Nilton na época como engenheiro, fazendo as pesquisas de todo o trabalho, e ao Dr. Lacaz, que foi um médico que além de ser da área de assistência do Sindicato, ele também trabalhava no serviço público e nos ajudou inclusive a autuar empresas para que elas pudessem modificar seu comportamento. Então quando eu falo desse período, de 1989 a 2003/2004, foi um passo bastante importante.

Já na presidência do Sindicato, eu comecei a discutir muito com o pessoal sobre essa questão. Nós tivemos problemas, que inclusive foi um pouco antes da contaminação dos trabalhadores por Benzeno na área petroquímica. Conseguimos levar essa discussão em nível nacional, e tanto que hoje você tem um comitê, uma comissão específica pra discutir a contaminação do pessoal por Benzeno. E o reflexo disso foi, estender isso para os demais setores, como o setor de tintas, que manipulava Benzeno em sua grande maioria... não posso dizer a totalidade do que é produzido de tinta no Brasil não tenha mais Benzeno, mas fizemos com que pelo menos que as grandes marcas, as principais empresas hoje não manipulem mais Benzeno em tintas. Isso, sem dúvida, foi um fato importante para todos nós.

O fato principal que eu chamaria atenção é que ter o nosso sindicato esse olhar de que a saúde, montando a COMSAT, a saúde está no mesmo nível da questão do trabalho, da questão de discussão salarial. Temos que entender que quando a COMSAT foi criada, a principal pauta nossa era a reposição da elevada inflação. Todo momento você tinha que estar discutindo salário, discutindo, a questão da renda dos trabalhadores. A saúde na área química sempre foi uma grande dificuldade, diferente de um trabalhador de uma metalúrgica, por exemplo, que vivia o perigo iminente de estar numa prensa, de poder perder um dedo, perder a sua mão ou qualquer coisa.

Na área química, alguns produtos nós não conhecemos o que acontece. Para saber dos efeitos precisamos de um largo período, às vezes mais de dez anos, ou seja, descobrir se aquele produto que foi manipulado ele pode provocar um câncer, ou outra sequela para outras pessoas. Então, esse olhar de sindicato de montar uma comissão que não era só o secretário de saúde, mas vários diretores de sindicatos preocupados em discutir o tema da saúde e que isso permanece até hoje, foi de grande ganho para o movimento sindical no setor químico, principalmente nacional.”

EDUARDO BONFIM: Sérgio esta luta teve repercussão para outras categorias além do ramo químico?

SÉRGIO: Primeiro foi uma referência para o ramo químico, então, hoje, atualmente, eu estou na secretaria de administração e finanças da Confederação Nacional dos Químicos da CUT, e nós também ajudamos a transformar a secretaria de saúde num ponto importante, e... de debate, enfim numa secretaria importante dentro da confederação. Então hoje, é com muito orgulho que a gente vê todas as NR's tendo a participação da CNQ nessas comissões que existem, tripartites. Em todos os temas de saúde estamos presentes, e incentivamos as pessoas a participar. Nós temos uma comissão hoje de saúde na confederação a partir da ideia da COMSAT. Temos orgulho de ter feito parte do DIESAT, ajudando a fortalecer o DIESAT junto com outros sindicatos, inclusive não só da nossa central, mas de outras centrais sindicais. Isso também foi um processo interessante, assim como ajudamos a discutir o setor de saúde dentro da CUT.

Lamentavelmente eu ainda digo, conhecendo muitos e muitos sindicatos, alguns talvez por não ter uma estrutura, por exemplo, não é fácil você manter um técnico ou engenheiro da área de segurança do trabalho. Manter o médico do trabalho, e outros técnicos é de um custo elevado. Alguns sindicatos tem um poder aquisitivo menor e não tem essa condição, mas ela é fundamental pra dar suporte à luta de saúde dos trabalhadores, e que essa luta seja uma luta principalmente política e de organização dos trabalhadores em torno da questão de saúde.

No caso de abertura de ação contra a empresa, na medida que os trabalhadores tenham técnicos e médicos com olhar do trabalhador, como por exemplo, o caso da COFADE, foi mais fácil ter êxito na justiça como o que aconteceu conosco.

Por ser do grupo BASF, nós exigimos que as outras empresas do grupo BASF, na nossa região lá, abrissem as portas para que nós criássemos um laudo em conjunto, entrevistando os trabalhadores. Fizemos isso na ISOPOR, fizemos isso na BASF (Demarchi) que é da área de tintas. Tudo isso foi extremamente interessante, pois alertávamos criticamente as empresas dizendo “olha, tais setores vocês precisam melhorar suas condições porque se não houver

isso nós vamos ter problemas de acidentes ou pessoas com sequelas e acidentes”.

Conseguimos em algumas empresas inclusive, fazer vitorias que nós chamamos de preventivas para que a gente evite essas coisas. E claro, também o papel da COMSAT, é de que quando você tem um acidente de trabalho, rapidamente haja uma fiscalização do ministério do trabalho e do sindicato com acesso de seus técnicos para conseguir ter um laudo isento.

Eu tenho muitas críticas, pois muitos médicos do trabalho pressionados pelas empresas acabam realizando laudos que descaracterizam os problemas dos trabalhadores, pensando em manter seus empregos do que estarem preocupados com o que está acontecendo com os trabalhadores naquela unidade.

Esse médico que nos incentivou a lutar pela saúde na COFADE, foi um pneumologista consciente que me incentivou a agir e agir de forma coletiva em prol do conjunto dos trabalhadores.

Ele sabia dos limites dele, pois se ele denunciasse, ele seria demitido e as questões seriam ocultadas. Mesmo assim ele nos ajudou bastante para que fizéssemos isso nesse trabalho de resgate da COMSAT, se nós conseguíssemos resgatar isso, seria excelente. Muitas pessoas nos ajudaram: Dr. Lacaz no início. Dr. Marcos Varejão depois. Nilton Freitas que nos também nos acompanhou.

Assim, são médicos e técnicos extremamente interessantes e competentes que fizeram e estão fazendo com que a COMSAT tenha esse sucesso que tem tido nesses anos todos.

EDUARDO: Sérgio que repercussão teve a luta da COFADE para as demais fábricas, enquanto diretor do sindicato e no teu tempo de presidente?

O Nilton deverá relatar especificamente o caso da COFADE num capítulo deste livro sobre o Benzeno, junto com a luta de outras empresas contra a contaminação desse produto cancerígeno. Mas o caso específico da COFADE teve um efeito radiador em outras negociações e lutas que tivemos na categoria química, inclusive tudo isso pode ser objeto de um outro estudo mais aprofundado a partir deste livro. Até na época falava com o Nilton que deveríamos viabilizar uma revista sobre o caso. Essa luta serviu de referencia para outras pautas de empresas plásticas. Em todas estas pautas reivindicávamos um laudo técnico negociado feito pela COMSAT com a Pebra, Macisa, Silvatrim, Trorion e outras fábricas. Fizemos greves específicas por empresa obrigando-as a fazer exames com um especialista em Santos. Fizemos a empresa modificar o lay out interno para melhorar a ventilação. Garantimos a estabilidade aos contaminados entre outras conquistas e que se tornou referência entre diversas fábricas nos químicos do ABC.

EDUARDO: Sérgio, suas perspectivas para o ramo químico na área de saúde?

SÉRGIO: Nesse período montamos um comitê, uma comissão dos secretários de saúde dos Sindicatos do nosso ramo. Nosso ramo abrange diversos subsetores como o setor papel, petroleiros, vidreiros, plásticos, borracheiros, com uma gama de riscos diversificados. Os petroleiros, por exemplo, trabalham em plataformas com problemas específicos e em trabalho de turnos ininterruptos, os mineiros enfrentam diversas condições adversas. O fato de juntarmos todos aqui na confederação, temos troca de experiências e lutas que existem no dia a dia.

Por exemplo, estamos discutindo o marco regulatório da mineração: sendo que a questão de saúde é central, assim como a melhoria geral das condições de trabalho. Esse trabalho de saúde é essencial para todos os setores seja do petróleo, papel, vidro com seus múltiplos acidentes e doenças para traçarmos uma luta comum em defesa da saúde de todos os trabalhadores.

A Secretaria da Saúde da CNQ está entre as principais secretarias nas atividades de políticas sindicais.

EDUARDO: Suas últimas considerações.

SÉRGIO: Eu estou muito orgulho, do meu sindicato, sindicato que me ajudou a crescer muito como pessoa e politicamente. Ver como o sindicato está preocupado em resgatar essa história, uma história rica. E eu acho que eu tenho certeza que no final do trabalho, as pessoas conhecerão melhor o que significa esse trabalho da COMSAT. Então, fazer parte dessa história pra mim é muito importante, agradeço muito a oportunidade de poder estar falando sobre isso.

15.4 ENTREVISTA COM **REMÍGIO TODESCHINI**

Entrevista realizada, por Eduardo Bonfim do DIESAT, com o Remi, ex-Presidente dos Químicos do ABC e atual Diretor Executivo do Instituto de Previdência de Santo André em 09/09/2014. Remi faz uma análise dessa ação revolucionária do Sindicato dos Químicos do ABC, que foi o sindicato pioneiro na retomada de lutas da saúde e criador do Programa de Saúde do Trabalhador Químico

REMÍGIO: Eu acho que falar da comissão de saúde e trabalho do Sindicato dos Químicos do ABC, mostra uma questão bastante, revolucionária do próprio sindicato de tratar a questão saúde de uma forma mais proativa do que de uma forma passiva. Eu diria que os sindicatos no modelo do “Getulismo”, desde a criação do sindicato no modelo corporativo, ficou como uma linha auxiliar do capital, na medida em que reforçava a questão do mero assistencialismo, recolocando o trabalhador de volta ao trabalho de qualquer maneira. Então, na medida em que houve essa mudança no sindicato a partir de 1982, houve uma renovação muito grande do Sindicato dos Químicos de São Paulo e do sindicato dos Químicos do ABC, e era um momento muito rico, que foi a luta pela redemocratização. Quer dizer, a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores contra o arrocho salarial, que ao mesmo tempo também, a luta contra a ditadura militar. Então, era preciso estabelecer uma nova política, uma contra política àquela estabelecida pelo patronato, ou seja, aquela estabelecida pelo capital, em que nós discutíamos pura e simplesmente a questão assistencial, a questão do adoecimento, não necessariamente um trabalho em que a gente valorizasse mais o trabalho, valorizasse mais a prevenção, valorizasse mais a saúde.

Na realidade, esse momento político de trinta anos atrás, era um momento da redemocratização Era o momento em que os sindicatos puderam respirar. Os sindicatos ficaram mais livres, e não sob a tutela corporativista do Ministério do Trabalho que, na verdade, atuava em favor do capital e da burguesia. Fez com que, nas várias lutas, tanto na luta econômica como na luta da organização no local de trabalho, ou nas lutas de saúde, se criasse uma nova perspectiva do ponto de vista do trabalho. Houve uma ruptura... O novo sindicalismo criado aqui no ABC, e que depois se expandiu em âmbito na realidade nacional, propiciou a criação de novas políticas público/sindicais, nas lutas sociais e sindicais.

A Comissão de Saúde do Trabalhador (COMSAT) foi propiciadora de uma série de lutas, inclusive está contida e relatada no próprio livro do DIESAT “Insalubridade e morte lenta no trabalho” (DIESAT, 1989). Foi reescrita e ampliada recentemente dentro do Livro “De adoecem os trabalhadores químicos” (TODESCHINI, 2014). Esse processo todo fez com que os trabalhadores comessem a discutir coletivamente esse problema, como enfrentar os problemas de saúde, e não enfrentá-los puro e simplesmente na ótica assistencial capitalista, diria eu, pra fazer uma reflexão analítica.

Então, com esse núcleo, com essa nova visão do novo sindicalismo, inclusive que é paralela à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e também com um aporte técnico, científico e crítico do próprio DIESAT, fez com que nós pudéssemos, na discussão coletiva, a partir do saber operário, seja do conhecimento de que cada trabalhador sentia no seu dia a dia as mazelas, o adoecimento que

estava latente. Latente entre os trabalhadores, mas estava sendo escondido por parte das empresas, ou seja, os serviços médicos, os SESMT's na época também estavam sob o rígido assédio e pressão patronal. Não tornavam transparentes os problemas que existiam nas fábricas.

Eu sei que, na época, enquanto diretor de saúde, que se criou inclusive a primeira secretaria de saúde do trabalhador na diretoria de sindicato, eu recebia, às vezes, informes de médicos ou técnicos da área de segurança de forma bastante velada e reservada. Existiam problemas e estes não eram revelados, muitas vezes, por restrições e proibições impostas autoritariamente por parte de direções de empresas ou de RH's. As contaminações, os acidentes, não poderiam transpor os muros das fábricas. Claro que, do ponto de vista prático uma morte, uma lesão, um corte, não dá pra esconder, agora as doenças ficaram escondidas. Então, a partir dessa reflexão, de saber que existiam problemas ocultos na categoria das chamadas doenças profissionais que a gente, também, além da formação da Comissão de Saúde e Trabalho, organizamos o programa de saúde do trabalhador químico. Tudo isso criado numa perspectiva mais participativa, não tanto estatal, como é hoje o CEREST. Uma organização que, na prática, hoje foi estatizada, quando, em seu início, a ideia era ter participação ativa dos trabalhadores neste processo. Os químicos criaram, de fato, o primeiro programa de Saúde do Trabalhador no Brasil, que se iniciou justamente em julho/agosto de 1984, em combinação com a prefeitura de Diadema, que era uma prefeitura do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse programa foi ampliado para Santo André, Mauá e São Bernardo. Ampliamos, posteriormente, porque não era uma questão só de categoria da questão química, para as demais categorias profissionais. Só que, esse programa foi o instrumento que ajudou a desvendar a saúde dos trabalhadores químicos. Nesse programa, um atendimento tanto na prefeitura de Diadema, como de Santo André, Mauá e São Bernardo, um trabalhador químico fazia a pré-consulta, ou seja, ele ia perguntando todas as queixas que os trabalhadores estavam sentindo no seu dia a dia.

Essas queixas propiciavam ao médico de atenção de saúde adulta, que poderia ser ou não especializado em medicina do trabalho, um direcionador prático dos possíveis problemas relacionados ao trabalho. Claro que, no início, também a gente esbarrava, com as insuficientes condições de exames de diagnóstico, de exames de sangue. O Adolf Lutz deu inicialmente suporte que possibilitou a detecção de uma série de problemas. Quer dizer, a primeira questão foi a contaminação por Chumbo na Ferro Enamel, que desenvolveu essa longa greve em 84, uma greve de dois dias e que teve uma repercussão grande, como também o caso Matarazzo, que era a questão de Leucopenia. A questão que o Sérgio Novais

também relatava na COFADE de Mauá-SP, que era a empresa onde ele trabalhava, os casos de Leucopenia na Petroquímica União. A gente começou ter um mapa do quadro de adoecimento bastante grande com o apoio do Programa de Saúde do Trabalhador Químico. Pois ele ouvia principalmente o relato dos próprios trabalhadores, evidentemente complementado pelo diagnósticos dos médicos que atendiam, isso, na realidade, trouxe os problemas de saúde para dentro do sindicato.

Esses problemas, fábrica a fábrica, eram discutidos semanalmente na COMSAT, que se reunia para poder discutir. Trabalhávamos com um grupo de diretores que pertenciam à COMSAT, esse grupo na realidade convocava trabalhadores aonde havia problemas e a gente começava a discutir as estratégias de como enfrentar esse problema.

Posteriormente, se convocavam reuniões e assembleias de trabalhadores. Aprofundávamos mais o diagnóstico concreto e ação desses problemas que apareciam dia a dia nas fábricas, e na realidade traçávamos uma estratégia que partia do conhecimento dos problemas de saúde, da forte mobilização dos trabalhadores, assembleias, reuniões, boletins em porta de fábrica, e ao mesmo tempo também, se solicitávamos a fiscalização da delegacia regional do trabalho. Você tinha o programa de Saúde do Trabalhador, dando o suporte técnico ou diagnóstico. A COMSAT era a mobilização mais geral da categoria e tinha também a CIPA, ou comissões de fábrica que trabalhavam em conjunto com a CIPA. Trabalhávamos com o cipeiro como um mobilizador em defesa da saúde.

Esse foi um trabalho de inovação, de revolução, diria eu, dentro dos químicos do ABC. Isso também tem se propagado, junto aos sindicatos filiados ao DIESAT. Foi uma discussão bastante aprofundada junto aos sindicatos filiados à CUT. A CUT também criou a Comissão Nacional de Saúde e Previdência, que eu participava nos anos de 1980 (1986/1987). Houve também a questão do suporte de legislação, para reconhecimento de direitos junto ao INSS, e depois a revisão das normas regulamentadoras. Estávamos numa época de "fervilhamento" da constituinte, em que os direitos da saúde se tornaram mais destacados. Na sequência, conquistamos a própria lei do SUS, de 1990. O direito de recusa nas Constituições estaduais, do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo. Na lei do SUS, também tem a parte de Saúde do Trabalhador.

Houve uma sequência de instrumentos nesta luta pela saúde: a COMSAT como órgão político do Sindicato, o Programa de Saúde do Trabalhador, e depois que se foi desenrolando surgiu o CEREST. Cabe, no entanto, aqui uma distinção. O Programa de Saúde do trabalhador químico estava sob uma cogestão sindical, com interação política dos problemas que apareciam lá no atendimento do posto de saúde com o sindicato. A COMSAT fazia essa ligação

com a comissão de saúde e esta, por sua vez, ligava-se com a CIPA nas fábricas.

Posteriormente, conquistou-se o aperfeiçoamento da legislação na área de Saúde e Segurança do Trabalho. Se ampliou muito o papel da fiscalização da DRT e a vigilância de saúde do trabalhador do CEREST.

Claro que, aí, houve também, por exemplo, determinados órgãos como a FUNDACENTRO, nos anos de 1980, era utilizada contra os interesses dos trabalhadores, com a feitura de laudos ambientais: laudos encomendados pelo capital do que propriamente laudos voltados para a defesa da saúde dos trabalhadores.

Começou-se a pressionar também para que a FUNDACENTRO ampliasse esse seu papel de prevenção e de proteção, na questão de estudos e pesquisas. O que ocorreu com a Fundacentro foi a estagnação, estrangulamento orçamentário distantes daquele modelo criado no anos de 1960.

O Dr. Herval e o Dr. Lacaz, na realidade, foram dois médicos que mais acompanharam o período, enquanto DIESAT, dentro do Sindicato dos Químicos do ABC. Nos deram o conhecimento, uma reflexão e análise crítica dos problemas de saúde para que a gente pudesse ampliar nossas lutas no interior das fábricas e dentro do sindicato químicos.

No fundo, foi o sindicato foi um laboratório de políticas, como foi o programa de Saúde do Trabalhador Químico, que se estendeu para outras categorias, e de forma correta ou incorreta, virou CEREST. Mas de qualquer maneira, esse foi um papel muito importante, de dizer o seguinte: “Bom, a saúde, ela tem que estar nas mãos dos próprios trabalhadores, e os trabalhadores devem articular-se”. Esse processo de denúncia das condições de trabalho insalubres, perigosas, penosas serviria para que os trabalhadores pudessem reivindicar melhorias ambientais.

Objetivamente, lutávamos por um perspectiva de melhorar os ambientes de trabalho e, não, numa perspectiva indenizatória compensatória. Claro que não foi esquecida a cobrança dos direitos de sobrevivência e indenização. Partíamos da ideia de que existem direitos de benefícios e estes deveriam ser reconhecidos. Mas, no fundo, as principais lutas tiveram por missão, como objetivo central, a melhoria ambiental: Ferro Enamel, depois de uma greve, houve levantamento do ambiente de trabalho, que demorou alguns meses. Então, se estabeleceu todo um programa de melhorias. Diminuiu evidentemente a contaminação do Chumbo, e a fábrica, inclusive, teve que sair da grande São Paulo, e com a Matarazzo não houve outra alternativa senão o fechamento dela.

EDUARDO BONFIM: Anunciou o fechamento.

REMI: Disseram “bom, o sindicato é louco... agora a luta pela saúde é pelo fechamento da fábrica?”

No fundo, a luta era pela saúde. A tecnologia era anacrônica dentro da Matarazzo, que fazia o tal do BHC a partir do Benzeno, para combater o bicho barbeiro. A fábrica era um inferno, tinham poças de Benzeno. Os limites de tolerância estavam quinhentas, seiscentas vezes maior do que o permitido inclusive pela legislação. A legislação era bastante avançada. A partir de 1978, existiam as Normas regulamentadoras, cujos índices de tolerância eram cópia da legislação americana. Por exemplo, a Solvay foi um processo demorado de mudança de tecnologia: houve um embate aqui em São Paulo para que se proibisse o Mercúrio na fabricação de soda e cloro. Passaram-se vinte anos para que a empresa mudasse o processo para uma nova tecnologia e não usasse o Mercúrio. Além da contaminação dos trabalhadores, havia a contaminação da represa do Rio Grande, com mortandade frequente de peixes. Enfim, a estratégia de mudança de processo vingou. A estratégia do sindicato era pra poder mudar o ambiente de trabalho, não é só continuar o processo de compensação ou processo de indenização. O Benzeno foi um caso também muito presente em diversas fábricas, e houve o desdobramento posterior da Comissão Nacional do Benzeno, com participação ativa de nosso sindicato. A Petroquímica União (atual BRASKEN) teve de parar quinze dias por causa da morte de um operário, em 1992.

O resultado de toda essa luta foi a adoção de uma série de medidas e melhorias que foram adotadas. As lutas da Solvay, Matarazzo, Ferro Enamel e Petroquímica União foram lutas construídas, discutidas internamente no sindicato e passou por uma reflexão semanal / quinzenal da própria Comissão de Saúde do Trabalho, com apoio do Programa de Saúde do Trabalhador e CIPAS. A fiscalização da DRT teve papel importante. Viabilizaram-se pequenas lutas que aconteceram em diversas e dezenas de empresas que o Sindiquim saúde retratou na época muito bem isso. No livro “Insalubridade e morte lenta no trabalho” (DIESAT, Oboré, 1989), inclusive, está fotografado o Sindiquim Saúde.

EDUARDO: Suas perspectivas, na sua visão, de qual o propósito que deveria caminhar a COMSAT ao longo dos próximos anos, hoje por exemplo, o sindicato tem a questão da vigilância (as visita técnicas) Você acha que esse é o caminho correto?

REMÍGIO: Eu acho que a perspectiva de Saúde do Trabalhador é uma perspectiva do mundo do trabalho, então, é a perspectiva da valorização do trabalho. Valorizar o trabalho significa evitar o adoecimento, evitar o acidente...é o embate dentro das contradições e conflitos que existem no capitalismo. O patrão, em primeiro lugar, quer ter a produção, não importa a que custo, ele quer o lucro.

Agora, entra o sindicato pra poder, justamente, valorizar o trabalho. Deve-se prevenir do que propriamente remediar. Essa é a questão, a vigilância deve ser um fator proativo da valorização do trabalho e da Saúde do Trabalhador para que ocorram as mudanças em benefício do mundo do trabalho e, não, a sua precarização.

15.5 ENTREVISTA COM JOSÉ FREIRE DA SILVA

Entrevista realizada por Eduardo Bonfim em 09/09/2014, com o então Secretário de Saúde do Sindicato dos Químicos do ABC. Freire faz um relato geral das atividades da COMSAT desde os seus primórdios, nos anos de 1980. Relata as ações conjuntas da COMSAT com os órgãos públicos, além de mostrar o interesse do Sindicato à participação dos vários organismos de controle social na área de Saúde, Trabalho e Previdência.

“Comecei aqui pelo Sindicato dos Químicos, na verdade ainda como dirigente de base, que é o nome que damos aos dirigentes que ficam no interior da fábrica. Nesse período, eu já iniciei participando do Coletivo de Saúde, que é a nossa COMSAT, e, nesse período, nós já nos reuníamos. Temos uma periodicidade mensal de reuniões, dificilmente fazemos extraordinárias, mas conforme a demanda, realizamos também.

Eu sempre gostei de participar, sempre foi um momento muito rico estarmos junto aos demais dirigentes, mesmo os afastados, o secretário que já cuidava especificamente do assunto. É um momento de falarmos dos nossos problemas relacionados à Saúde dos Trabalhadores. E ir à fábrica, ouvir os demais companheiros sobre os problemas existentes nas fábricas, receber orientações, trocar essa experiência de como podemos agir, atuar para tentar minimizar. E resolver essa situação.

Em 2006, eu fui convidado a assumir a Secretaria de Saúde. Demos continuidade aos trabalhos que o secretário anterior já desenvolvia. E, com isso, fortalecemos a questão das visitas técnicas, que é um trabalho que tem a nossa ida às empresas, seja com os órgãos públicos, antiga DRT (hoje SRT - Superintendência Regional do Trabalho...), com o próprio CEREST, que é do Ministério da Saúde, ou então negociar de fato com a empresa. Nós sempre vamos com o nosso corpo técnico e realizamos uma visita ao local de trabalho,

uma espécie de auditoria nos programas de segurança que a empresa tem. Nesse processo, a gente acaba cruzando as informações que estão no papel com aquilo que está acontecendo de verdade no chão de fábrica.

Durante todo esse período em que eu estive na fábrica, por exemplo, já ouvíamos falar da atuação do Sindicato dos Químicos do ABC na questão da Saúde do Trabalhador. Questão essa que fez com que o Sindicato dos Químicos do ABC se tornasse referência em nível internacional sobre a atuação que já tinha relacionado a esse tema. Principalmente, na época do Mercúrio na Solvey, que é a Eletrocloro, na questão do Benzeno, na Matarazzo, que eram os inseticidas, e também a questão do Chumbo com a Ferro Enamel. Esses foram os casos que eu entendo ter dado essa ênfase para essa atuação do Sindicato. Foram greves históricas, e no caso da Matarazzo, acarretou até no fechamento da empresa naquele período.

A Matarazzo foi uma grande greve do Sindicato dos Químicos dos ABC, uma greve que não se deu em decorrência de aumento salarial, mas, sim, em decorrência de más condições de trabalho. E, aí, conhecendo toda essa história, a gente chegou e, aí, quando o Sindicato fez setenta anos, houve a elaboração de um livro, houve um projeto aqui e, nessa elaboração, a gente teve uma participação no livro um pouco pequena, mas fizemos junto com o livro um álbum, mas nesse álbum, uma participação maior, onde a gente pode contar um pouco dessa história, muito mais com a atuação do sindicato.

Nesse momento, em que nós fazemos essa publicação, é interessante falar um pouco da história desse coletivo. O coletivo de saúde do Sindicato dos Químicos do ABC (a COMSAT) nasce em 1984, e ela é anterior à secretaria de saúde do Sindicato. O Sindicato faz primeiro o coletivo, depois se esse coletivo conseguir emplacar, se ganha então espaço. Ganhar repercussão na discussão da saúde fez com que isso se transformasse num departamento próprio do Sindicato. E foi assim, então, com a secretaria de saúde.

Nós temos dado ênfase a esse trabalho, temos participado. Continuamos participando de vários fóruns externos, entre eles, o próprio DIESAT, que é também pioneiro nessa história de saúde no sindicato. Todas essas greves que eu falei. Esse trabalho da Ferro Enamel, da Matarazzo, da Eletrocloro, nessa época tínhamos uma subseção do DIESAT. Além de nós, o DIESAT tinha subseções dentro de vários outros sindicatos. Então, podíamos contar com pessoas aqui que atuavam nesse tema e que eram funcionários do DIESAT.

O DIESAT, como pioneiro da Saúde do Trabalhador, e até como forma de privilegiar os trabalhos dos técnicos do DIESAT, optamos por ser o DIESAT, o órgão que pudesse desenvolver essa publicação

para nós da COMSAT. Até por já conhecer bastante essa história do Sindicato dos Químicos do ABC.

Do ponto de vista do nosso trabalho atual, nós entendemos que esse trabalho é um trabalho permanente. Você não pode parar ele em momento algum! Nas atuações internas, nas atuações nas fábricas, nas próprias participações dos fóruns externos que estamos inseridos, sempre chamamos as discussões sobre políticas públicas e a participação nas conferências de Saúde do Trabalhador. Eu tive, diria, o privilégio e a oportunidade de estar em duas delas. Participei da de 2005 (da 3ª CNST) e agora participarei (da 4ª CNST) que se realizará agora em 2014. Acabamos de ficar sabendo que foi adiada para dezembro essa nova conferência.

Nessa conferência, temos que discutir inúmeras diretrizes para que o governo possa atuar, o parlamento, com a edição de novas legislações, no sentido de minimizar essa situação, de organizar melhor o ambiente de trabalho. Forçar com que as empresas possam fazer essa organização.

FREDERICO SALES PINO: Do tempo que vocês está aqui, qual trabalho você destaca na área de Saúde do Trabalhador?

FREIRE: Eu destaco primeiro nós termos conseguido manter o coletivo, e esse coletivo é importante porque temos um planejamento anual. Então, sempre no final do ano, final de novembro e começo de dezembro, nós fazemos um plano das nossas ações para o ano seguinte. É claro que isso acaba sofrendo algumas adequações, mas a gente tem minimamente uma diretriz para você fundamentar seu trabalho. Essa diretriz é discutida coletivamente na COMSAT. Outro trabalho que nos deu ênfase, e que eu entendi ser o carro chefe do sindicato, foram as visitas técnicas, que é esse processo. Muitas vezes, o André, que é nosso técnico, vai até o ambiente de trabalho, como eu disse, seja com os órgãos públicos DRT e CEREST, ou sozinho mesmo, no processo negociável com a empresa e ele faz uma auditoria dos programas de segurança, cruza essas informações com a organização propriamente dita do trabalho, do chão de fábrica e, a partir dali, ele elabora um relatório e entrega para a empresa todo fundamentado. Não é um relatório na base do achismo, de só porque ele viu e achava que poderia ser diferente. Não é assim, na verdade ele fundamenta nas NR's, na própria CLT, legislações previdenciárias etc. É entregue para CIPA uma cópia para fazer o acompanhamento e uma cópia para a empresa, que deverá fazer as adequações.

FREDERICO: Na história do Sindicato dos Químicos do ABC durante esses oitenta anos, qual o grande marco para você, na área da Saúde do Trabalhador?

FREIRE: O grande trabalho do sindicato, na verdade, é o tema da Saúde como um todo, porque assim, foram ações diferentes. No caso da Matarazzo, por exemplo, era a questão do Benzeno, BHC. No caso da Solvay, na época Eletrocloro, era a questão do cloreto de Vinila e do Mercúrio, né? E no caso da Ferro Enamel, era o problema do Chumbo. Então, eu diria assim, é bem diversificado, sem falar do trabalho do Benzeno que nós tivemos, e aqui na região, principalmente no caso da BRASKEN, antiga PQU e UNIPAR, que eram as duas empresas das que compunham a BRASKEN, que trabalhavam inclusive na produção do Benzeno. Então, temos uma atuação muito forte do sindicato na questão do polo petroquímico em relação ao Benzeno. Esse eu destacaria, esse trabalho como um todo porque, de fato, é diversificado.

No objetivo dessa publicação, tivemos essa ideia conversando, inclusive com o presidente anterior, o Paulo Laje, no sentido de poder contar mais dessa história. É um trabalho que muitas vezes os próprios trabalhadores não valorizam e, no geral, a gente percebe que, muitas vezes, as próprias entidades não dão muito valor para esse trabalho da saúde, continuamos focados nessa questão salarial. Quanto que eu vou receber de aumento e quando que eu vou receber.

EDUARDO BONFIM: Monetizar a saúde, é isso, né?

FREIRE: Isso mesmo, o André até “brinca” que é o quanto e quando. Nós, aqui, por exemplo, quando eu cheguei, ainda era bastante forte essa questão do cara querer saber se tinha direito a receber insalubridade e periculosidade, e depois de quanto que era. Porque a própria insalubridade era escalonada e aí, até nós explicarmos que o objetivo maior não é esse, de quando ele vai receber, se ele tem direito ou não, é claro que se ele tiver direito, tem que pagar, mas é de que ele trabalhe em um ambiente seguro. Esse é nosso foco, essa é a nossa obrigação!

Então, precisamos trazer à tona todo esse trabalho que esse coletivo de saúde, que a entidade sindical tem feito ao longo desse feito. Para que, tanto esses trabalhadores como outros de diversas categorias diferentes, possam ter até como balizador, possam ler e estudar mais sobre o assunto. Entendendo que existe um trabalho muito forte que dá bastante ênfase e que, muitas vezes, fica um pouco esquecido. Fica um pouco escondido, não aparecendo tanto quanto aparecem as campanhas salariais, embora nas próximas campanhas salariais um dos pontos fundamentais será trazer as questões sociais e o tema da saúde.

Na nossa convenção coletiva, por exemplo, nós temos mais de vinte cláusulas que tratam especificamente dessa questão da saúde e segurança dos trabalhadores nos locais de trabalho. Temos, além de tudo isso, participado de outros espaços externos que chamamos de fóruns externos. Dentre eles, o DIESAT, que a gente mantém até hoje, como eu já disse, o Sindicato dos Químicos do ABC foi um dos fundadores. Participamos do coletivo de saúde da própria central sindical da CUT, na estância estadual porque, na nacional, quem participa é o ramo, então é a CNQ que faz a indicação, que é uma história também que os químicos participaram dela desde o início, porque ainda foi uma construção do INST, que depois virou secretaria de saúde do CUT e nós participamos aqui na região, praticamente nos sete municípios dos conselhos municipais de saúde. Nossa participação nos conselhos municipais de meio ambiente e da comissão regional do Benzeno, que é uma outra “marca” na histórica do Sindicato nessa atuação também da saúde, sobretudo com esse produto. Nesses fóruns, achamos importante a participação do sindicato porque são espaços em que você discute com outras categorias e você tem a oportunidade de discutir políticas públicas, inclusive comenta-se aqui no sindicato o seguinte: O nosso trabalhador, ele não fica restrito ao chão de fábrica, saindo dali, ele é um munícipe, ele mora num determinado local, ele pega um determinado transporte coletivo, então ele sofre todas essas questões também, essas consequências de uma política pública mal elaborada!

Então, participamos desses fóruns com esse objetivo, inclusive de querer contribuir com a visão dos trabalhadores de como devem ser essas políticas públicas para atender também a esses trabalhadores fora do ambiente de trabalho.

EDUARDO: O coletivo de trabalho hoje é representado por quantos trabalhadores aqui da COMSAT?

FREIRE: Hoje, considerando só os dirigentes, nós somos vinte e cinco dirigentes do sindicato, dentro de um total de quarenta e sete diretores que nós somos hoje. Considerando ainda dois aposentados que integram a nossa diretoria. Nós (desses quarenta e sete) temos vinte e cinco que compõem o coletivo de saúde, que se reúnem mensalmente para discutir essas questões de saúde, segurança e meio ambiente.

EDUARDO: Hoje, nós estamos aqui celebrando os trinta anos da COMSAT: o que o Sindicato e você, como secretário, vislumbram como próximas ações da secretaria? Qual é o papel que a COMSAT pode estar cumprindo e colaborando internamente e, principalmente, externamente? Hoje, ela é reconhecida fora,

inclusive do sindicato, apesar de ser um órgão feito pela entidade. Então, quais as perspectivas que vocês têm para os próximos anos?

FREIRE: Então, inclusive nós participamos da conferência da etapa regional, que esse ano foi dividida em macrorregionais, participamos da etapa macrorregional aqui de São Paulo, participamos da etapa estadual e vamos, se Deus quiser, pois está garantida uma vaga, também na delegação para participarmos da etapa nacional. Nós entendemos que, assim, a perspectiva é que a gente tenha um ambiente mais seguro possível, então, nos dias de hoje, com tanta tecnologia, não é possível que ainda tenha um ambiente insalubre, não é possível que tenha equipamento em que o cara sofre esmagamento, que o cara muitas vezes é prensado, sabe? Com tanta tecnologia que pode garantir a segurança desses trabalhadores. Então, percebemos que, muitas vezes, é uma questão de flexibilidade das legislações: Você pega aí as NR's, algumas delas estão sendo revisadas depois de bastante tempo, porque a lei é de 1978. Então, você pega as NR's ultrapassadas e aí você chega numa empresa para discutir com o empregador e ele diz que cumpre a lei. Então, assim, é extremamente complicado, te apresenta às vezes níveis de ruídos, de exposição às substâncias químicas que estão pouca coisa abaixo daqueles níveis que estão previstos nas NR's, e que nós sabemos que não atende há bastante tempo, mas que nos obriga a engolir porque é o que tem de legislação.

EDUARDO: Eles acabam usando isso como escudo?

FREIRE: Sim, acabam usando como escudo. Então, temos que continuar lutando, porque nós entendemos que é uma luta permanente, não tenha dúvida, até porque as doenças, o processo de adoecimento vai meio que migrando, ele vai mudando. Hoje já não são tantos os acidentes por esmagamentos, perda de membros, mas, em compensação, parece que não, por exemplo, na categoria dos químicos, quando muita gente acha que o recorde aqui seria de contaminação, e não é, é a LER/DORT. Nós temos muitos problemas de LER/DORT!

EDUARDO BONFIM: Seguido de saúde mental, não é?

FREIRE: A saúde mental tem crescido bastante. Então assim, nós vamos ver que essas LER/DORT, são questões mesmo de peso. Que os trabalhadores vêm pegando várias doenças onde muitas dificuldades são ergonômicas. Então, assim, como é que pode nos dias de hoje, onde muitas empresas estão até trabalhando na escala da nanotecnologia, você ainda consegue ter ambientes de trabalho que levam a isso? Então, nossa perspectiva é ter um ambiente cada vez mais seguro e ter as empresas cada vez mais cumprindo aquilo

que determinam as legislações, nós até temos muitas legislações, mas o que a gente encontra é que muitas delas são ultrapassadas e outras em que as empresas realmente não cumprem. Um exemplo claro é a própria convenção coletiva. Temos essas vinte e poucas cláusulas que eu falei, mas, vira e mexe, encontramos aí alguma empresa que não está cumprindo uma ou outra cláusula da convenção coletiva!

15.6 DEPOIMENTO DE FERNANDO AURÉLIO CALLIGARIS GALVANESE¹ - MÉDICO SANITARISTA

Esse depoimento foi dado pelo Dr. Fernando Galvanese, em junho de 2015, especialmente para esse livro dos 30 anos da COMSAT do Sindicato dos Químicos, em que enfatiza a participação da Secretaria de Saúde de Santo André no combate ao benzenismo, principalmente na Petroquímica União (atual Brasken):

“As ações de saúde desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo André nos anos 1989 a 1992 estavam muito integradas ao que pretendia ser o governo municipal naquele período. Afinal, as eleições municipais de 1988 ocorreram num contexto de lutas populares que vinham se avolumando desde a segunda metade dos anos 70 e buscavam, entre outros objetivos, a derrubada da ditadura, a democratização da vida política, a ampliação e garantia de direitos sociais e a participação efetiva nas instâncias governamentais.

Em Santo André, havia, por parte de lideranças populares e de ativistas e dirigentes sindicais, grande expectativa quanto ao governo do Partido dos Trabalhadores, tais eram as relações de proximidade e confluência política entre partido, sindicatos e movimentos populares.

No caso da Saúde, tais relações já se expressavam no programa de governo, elaborado antes das eleições por uma comissão que reunia técnicos da área (alguns dos quais exerciam suas profissões nos sindicatos de trabalhadores), trabalhadores de diversas categorias

e militantes do movimento popular de saúde. Aquele programa, no item de propostas de políticas para áreas específicas, declarava que a administração teria “*compromisso primordial com o trabalhador*”, de modo que “*as ações destinadas a promover, preservar e recuperar a saúde dos trabalhadores mereceriam destaque especial*”. O documento propunha a criação do Programa Municipal de Saúde do Trabalhador (PST), considerava a necessidade de municipalizar as atividades de fiscalização sanitária dos ambientes de trabalho, que à época ainda eram atribuição do Estado e do Ministério do Trabalho, e estabelecia que o PST seria “*dirigido com a participação permanente dos sindicatos dos trabalhadores de Santo André*”.

Na realidade, a eleição do governo municipal dirigido pelo PT despertou não apenas a expectativa dos ativistas e dirigentes sindicais, mas também um empenho organizado, por parte deles, no sentido de efetivamente compartilhar do poder.

No caso do Sindicato dos Químicos do ABC, o preparo necessário para isso vinha já sendo ensaiado há mais tempo. A COMSAT fora criada em 1984 e desenvolvera grande e inédita experiência com o enfrentamento dos casos da Ferro Enamel do Brasil, da fábrica de BHC das Indústrias Matarazzo e da Eletrocloro, entre outros. Assim, o sindicato já possuía dirigentes e militantes preparados, política e tecnicamente, para propor, decidir e participar conjuntamente das atividades cuja execução cabia à Secretaria Municipal da Saúde.

Esse binômio *compromisso político/empenho organizado* materializou-se com a criação efetiva do Programa de Saúde do Trabalhador, exatamente com as três vertentes com que fora concebido. Assim, em poucos meses foi instalado o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CRST), que prestava assistência multiprofissional e funcionava como unidade sentinela, no sentido de detectar ambientes de trabalho potencialmente danosos; foi municipalizada a vigilância epidemiológica e sanitária dos ambientes de trabalho (e que incluiu a transferência para a SMS dos arquivos de acidentes do trabalho do INSS, ocorrência de extraordinária importância que impulsionou o conhecimento epidemiológico sobre esses agravos no Grande ABC); e foi instituído o Conselho Diretor do CRST, com paridade para a participação dos representantes sindicais dos trabalhadores.

Um exemplo muito ilustrativo dessa simbiose foi a investigação do benzenismo em trabalhadores da

¹ Médico Sanitarista. Foi Secretário Municipal da Saúde de Santo André de janeiro de 1989 a dezembro de 1992, no primeiro governo do Prefeito Celso Daniel.

Petroquímica União (PQU), em Capuava. Inspirado pela campanha **Caça Benzeno**, criada pelo Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT em razão da notificação de casos de benzenismo no polo de Camaçari, o presidente da COMSAT procurou o Programa de Saúde do Trabalhador da SMS-Santo André em janeiro de 1991 com a sugestão de buscar casos semelhantes no polo da nossa região. Como resultado dessa articulação, iniciou-se extensa investigação, com o envolvimento de técnicos do CRST, da Vigilância em Saúde do município, dos Centros de Vigilância Epidemiológica e de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, da Delegacia Regional do Trabalho, da Fundacentro, do Ministério Público e do Sindicato dos Químicos do ABC. O levantamento preliminar revelou quase uma dezena de trabalhadores com alterações hematológicas possivelmente relacionadas à exposição ao Benzeno, incluindo um com leucemia mieloide crônica que veio a falecer; expôs falhas graves nas ações preventivas pós-exposição adotadas pela empresa; e aventou a hipótese de que o benzenismo seria endêmico naquela indústria. Tais conclusões deram origem à proposta de realização de amplo estudo epidemiológico que permitisse estimar a prevalência do benzenismo e suas consequências e identificar suas causas, visando a prevenção do agravo e a proteção da saúde dos trabalhadores.

Essa proposta foi assumida técnica, formal e legalmente pela Prefeitura de Santo André, que - em ação inédita na Região do Grande ABC - determinou por decreto municipal² a realização do estudo, definindo-lhe objetivos e metodologia e distribuindo atribuições para sua operacionalização.

A iniciativa da municipalidade foi contestada pela PQU por meio de mandado de segurança. O processo judicial³ que se seguiu tem enorme valor histórico para a compreensão não somente das lutas dos trabalhadores para a sanidade de seus ambientes de trabalho, mas também da importância de uma legislação sanitária que consagra a Saúde como dever do Estado e do papel que podem desempenhar os governos cuja base social esteja assentada nas camadas mais vulneráveis política e economicamente⁴.

² Na realidade, um conjunto de três decretos: 13.055, de 22/09/1992; 13.056, de 25/09/1992 e 13.101, de 04/12/1992.

³ Processo 1621/92, da 8ª Vara Cível da Comarca de Santo André.

⁴ Análise abrangente desse caso pode ser encontrada na dissertação de mestrado apresentada pelo autor deste depoimento à Faculdade de Saúde Pública da USP em 1999 ("Estudo de caso sobre a legislação sanitária e o direito à Saúde: o Estado, a Sociedade e a proteção da saúde de trabalhadores em Santo André, 1992").

15.7 - DEPOIMENTO DE DOMINGOS LINO

Foi coordenador da COMSAT, coordenador do INST CUT, além de ter atuado intensamente com as questões de meio ambiente na RIO 92. Como diretor do Sindicato dos Químicos, participou ativamente da luta contra a contaminação da Matarazzo Química de São Caetano do Sul. Eis o seu depoimento:

“Junto com a vitória do sindicato dos Químicos do ABC em 82, a luta por melhores salários tornou-se uma realidade. No entanto, além das reivindicações puramente de caráter econômico, foi levantada a bandeira da luta por melhores condições de trabalho.

Agora, com dirigentes que detinham algum conhecimento na área de segurança no trabalho, incorporaram a visão de saúde do trabalhador e assim apregoavam a necessidade de desenvolvimento de ações que extrapolassem os portões das fábricas, preocupando-se não só com as condições de trabalho interna às empresas, mas também com todas as repercussões ao seu entorno.

A minha origem na luta por melhores condições de trabalho iniciou-se com a participação na CIPA da Rhodia Química e depois na Matarazzo, empresa conhecida como um laboratório do “demônio” em matéria de condições de trabalho e de efeitos aos coletivos vizinhos à sua planta.

A empresa produzia cloro utilizando tecnologia de produção por meio de eletrólise, que utiliza o Mercúrio como principal condutor no processo de purificação e eletrificação do sal marinho para produção do cloro e soda, além da utilização massiva de Benzeno para fabricação de BHC, produto químico utilizado para combater o bicho barbeiro.

Durante minha passagem como diretor da COMSAT, fui coordenador da área de saúde do trabalhador da CUT/ABC e membro das comissões das CUT estadual e nacional.

A luta pela redemocratização do país e, junto com ela, a construção da política de saúde do trabalhador, teve momentos importantíssimos vinculados aos químicos, como a construção dos primeiros programas de saúde do

trabalhador, inclusive instituindo a figura dos delegados sindicais de saúde, que eram trabalhadores da base química, que após suas jornadas de trabalho, dedicavam um tempinho para fazer o acolhimento a trabalhadores com problemas de saúde que procuravam o Programa.

Em 90, passei a coordenar o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho - INST/CUT, o que colocava os químicos do ABC como presidentes da área de saúde do trabalhador mais importantes do país, ou seja, o companheiro Remi presidindo o DIESAT e, eu, o INST.

A década de 90 foi um marco na vida do movimento sindical, pois passa a incorporar, na luta por melhores salários e condições de trabalho, a variável meio ambiente, passando então a mostrar aos trabalhadores brasileiros e ao mundo sua visão sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Com o advento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento UNCED/92 (RIO-92), nosso desafio foi passar para o conjunto da sociedade a visão que tínhamos sobre o tema. Nossa participação na conferência mundial, com o tema: *For a better life* (Por uma vida melhor) possibilitou que mostrássemos ao mundo que a CUT era uma central sindical que tinha uma visão clara e trabalhava no fortalecimento da visão de encarar o meio ambiente como direito social, ou seja, não só a preservação, conservação ou proteção, mas como direito à saúde, trabalho, moradia, transporte, educação e a um meio ambiente saudável.

Discutíamos com os trabalhadores partindo de algumas questões: o quê; onde; como e para quem se destina a produção? Dessa maneira, trabalhávamos com uma visão interessante acerca do meio ambiente a partir do local de trabalho, ou seja, mostrando que é o homem que se apropria de recursos e os transforma em matérias e bens de consumo e, desta forma, contribuir no entendimento do tema.

Portanto, nestes trinta anos de COMSAT, é o momento oportuno, não só para comemorar e lembrar nossos feitos, mas também para mostrar aos trabalhadores e à sociedade a importância que o Sindicato dos Químicos do ABC e sua COMSAT no processo de construção das políticas de saúde e, principalmente, na formatação da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.

No âmbito internacional, na condição de dirigente da COMSAT, participei efetivamente na construção da política

de saúde do trabalhador e de previdência no MERCOSUL, onde éramos membro do subgrupo de trabalho que tratava desses assuntos. Também fui colaborador da Organização Internacional do Trabalho - OIT como formador para os países lusófonos e latino americanos membro do grupo que construiu a metodologia sindical para análise de perigos e riscos nos locais de trabalho e no meio ambiente.

Hoje, como mestre em administração de riscos laborais, minha passagem pelo COMSAT foi uma das experiências mais importantes e gratificantes em minha carreira como dirigente sindical até 1995 nos Químicos do ABC, depois na CUT nacional até 2002 e na área técnica como especialista em saúde, trabalho, meio ambiente e previdência. Minha participação culminou como membro da equipe do governo Lula e Dilma nestas diversas áreas, finalizando minha participação no Governo como diretor Técnico da FUNDACENTRO.

15.8 - DEPOIMENTO DE **ÉLCIO ANTONIO TIBÉRIO**

Foi Diretor do Sindicato dos Químicos do ABC, e coordenador da COMSAT a partir de 1992. Foi também trabalhador da Solvay, participando ativamente da luta contra a contaminação do Mercúrio. Participou neste período também da Diretoria do DIESAT. Eis o seu depoimento:

“O trabalho desenvolvido pelo movimento sindical em parceria com algumas instituições do estado no início dos anos 80, nos trouxe uma nova visão em relação às gravíssimas situações a que estavam submetidos os trabalhadores e trabalhadoras, no que diz respeito aos ambientes de trabalho, modo de produção e a relação com a sua saúde nas mais diversas categorias profissionais. Esta nova realidade fez com que se acelerasse o processo de organização sindical na área de saúde nos locais de trabalho, processo este em que o Sindicato dos Químicos do ABC foi um dos protagonistas.

CRONOLOGIA DAS COORDENAÇÕES DA COMSAT DOS QUÍMICOS DO ABC:

É neste contexto que em 1984 nasce a COMSAT (Comissão de Saúde e Trabalho), na busca do atendimento crescente desta demanda. Em 1988, venho para a diretoria do Sindicato dos Químicos, já como militante da causa. Em 1992, assumo a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Sindicato e os trabalhos da COMSAT, tendo como tarefa dar continuidade aos trabalhos em desenvolvimento e impulsionar novos desafios. Durante estes trinta anos, muitas lutas e conquistas, desde a eleição dos Agentes Sindicais de Saúde e os primeiros Programas de Saúde do Trabalhador, passando pela organização das lutas contra as contaminações por solventes, organoclorados e metais pesados. As lutas contra as doenças profissionais, a participação ativa na criação de Políticas Públicas através dos Conselhos de Saúde e os Conselhos de Meio Ambiente. Criação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, as contribuições na criação e aperfeiçoamento de Normatizações no que diz respeito à Saúde, Segurança e Meio Ambiente em nível Estadual e Federal. Nossa participação sempre efetiva nos órgãos de assessoria ao movimento sindical como o DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos dos Ambientes de Trabalho) e o INST CUT (Instituto de Saúde no Trabalho). Novos desafios sempre estarão presentes na área de saúde do trabalhador e vamos encará-los com a mesma dedicação que permeia as atividades da COMSAT desde sua criação.

1984 - 1991

Remígio Todeschini

1991 - 1992

Domingos Lino

1992 - 1999

Elcio Antonio Tibério

2000 - 2003

Aparecido Donizeti da Silva

2003 - 2006

Marco Antonio Guilherme

2006 - 2015

José Freire da Silva

GALERIA

1984 - 1989



1984 - 13 de agosto - Greve na Ferro Enamel: contra a contaminação de trinta e um trabalhadores por óxido de Chumbo. Foto: Gustavo Lima



1985 - Campanha Salarial Unificada. Lula, Agenor e Remi aguardam o começo de uma assembléia no salão dos Químicos. Foto: Roberto Parizotti



1985 - 3 de novembro - Campanha salarial unificada. Concentração defronte à Ferro Enamel. Foto: Roberto Parizotti



1985 - DIESAT - Ministro Previdência. Foto: Roberto Parizotti



1986 - Debate Constituinte e saúde. Foto: Roberto Parizotti



1986 - Agenor, Remi, diretores e trabalhadores na porta da Matarazzo: a fábrica é fechada. Acervo: SQABC



1986 - 24 de março. Havana, Cuba. Participantes do Seminário sobre Saúde e Segurança do Trabalho na América Latina, sob o patrocínio da Federação Sindical Mundial. O terceiro (à direita) é Remi Todeschini, ao lado de Jacques Wagner (de boné e camisa estampada), presidente do Sindiquímica (BA) e hoje ministro da defesa. Acervo: Remígio Todeschini



1987 - VIII SEM SAT DIESAT. Foto: Roberto Parizotti



1987 - Elclor Mercurio. Foto: Roberto Parizotti



1987 - Elclor Mercurio. Foto: Roberto Parizotti

COMSAT Químicos do ABC: 30 Anos de Luta pela Saúde

COMSAT Químicos do ABC: 30 Anos de Luta pela Saúde



1987 - 8 de agosto - Encontro dos trabalhadores do Grupo BASE
Foto: Roberto Parizotti



1987 - Encontro Nac. Previdência Cajamar SP 87.
Foto: Cibele Aragão



1988 - 22 de Fevereiro - Greve Elclor. Foto: Roberto Parizotti



1988 - 22 de Fevereiro - Greve Elclor.
Foto: Roberto Parizotti



1987 - 22 de setembro - Aposentados Químicos em Brasília.
Foto: Roberto Parizotti



1988 - 28 de abril - Greve na Globo. Foto: Cibele Aragão



1988 - 30 de agosto - Luiz Rodrigues dos Santos: um tiro na perna durante ato na portaria da Rhodia.
Foto: Cibele Aragão



1988 - Assembleia 5ª Turma - Químicos ABC. Foto: Cibele Aragão



1987 - Fevereiro: Sindicato dos Químicos do ABC realiza o I Encontro dos Trabalhadores em Comissão de Fábrica. Foto: Roberto Parizotti



1988 - 5ª Turma Conv. Coletiva Assembleia 18/11/88. Santo André. Foto: Cibele Aragão



1989 - Greve na Anakol. Em passeata, trabalhadores deixam o interior da fábrica e concentram-se no corredor de entrada. Em sua maioria, mulheres. Foto: Cibele Aragão

1990 - 1994



1990 - 6 de abril - Greve na Eletrocloro, em defesa de melhores salários, por mudanças no processo de fabricação de cloro e contra a contaminação por Mercúrio. Fotos: Cibele Aragão



1990 - Barulho na frente da fábrica Solvay. Acervo: Remígio Todeschini



1990 - 26 de junho - Do carro de som, Remi Todeschini comunica-se com os trabalhadores da Rhodia Química. Foto: Cibele Aragão



1990 - 08 de Junho - Entrada Elclor 3º dia de greve Solvay. Acervo: Remígio Todeschini



1992 - Protesto Matarazzo. Foto: Roberto Parizotti



1991 - Têxteis da Rhodia param pela criação da 5ª Turma e recebem a solidariedade dos Químicos, de Lula e da CUT Nacional. Fotos: Cibele Aragão



1992 - 25 de agosto - Avenida Ramiro Colleoni, em Santo André: um grito político entre as cláusulas trabalhistas. Foto: Cibele Aragão



1992 - 22 de maio - Seminário com vistas ao ano 2000: os Químicos pensando à frente. Foto: Cibele Aragão

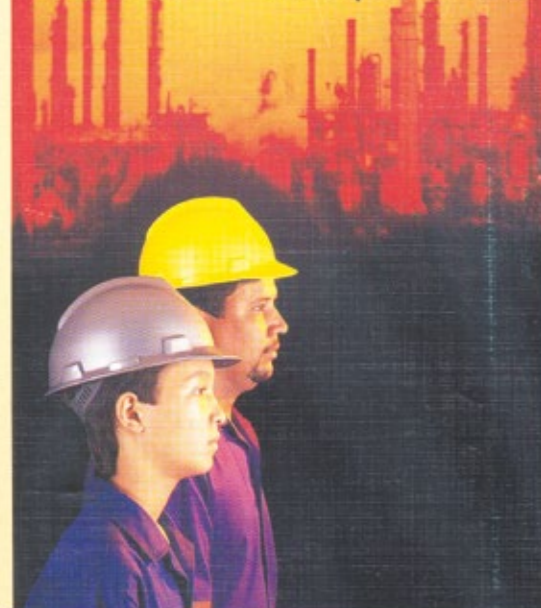


1992 - 24 de julho - Ato Ecumênico pela Vida ao portão 2 da Petroquímica União: para lembrar Ivo Carvalho da Silva, morto durante uma explosão na fábrica. Foto: Cibele Aragão



1992 - Protesto Matarazzo. Foto: Roberto Parizotti

SEMINÁRIO
A Indústria Química
no
ano 2000
Desafios e Perspectivas



1992 - Um seminário para visualizar a indústria química do ano 2000. Acervo: José Nelson Banhara



1992 - 8 de janeiro - Sindicato dos Químicos e sociedade realizam protesto contra o BHC da Matarazzo, em São Caetano.
Foto: Roberto Parizotti



1992 - 23 de maio - A presença de Lula, Remi e Barelli.
Foto: Cibele Aragão



1994 - Greve Soplat camp. salarial Expedito, Remi, Sergio e Paulo Lage. Foto: Roberto Parizotti



1994 - Greve CBC. Foto: Roberto Parizotti



1992 - 24 de julho - Ato na PQU por segurança.
Foto: Cibele Aragão



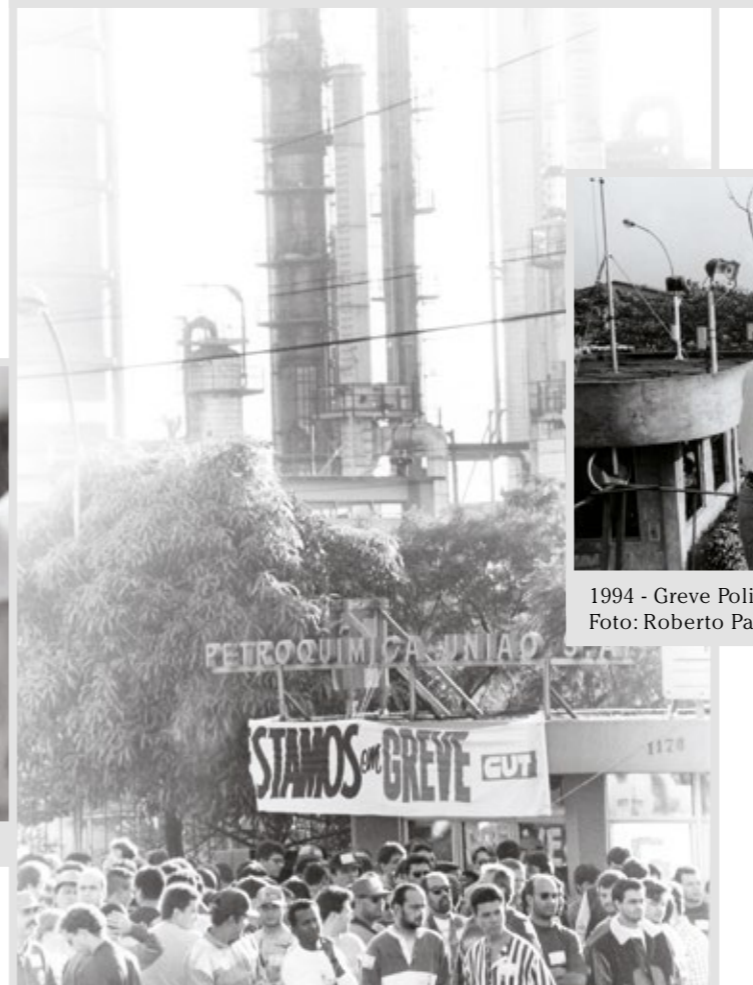
1994 - Campanha Salarial PQU. Foto: Roberto Parizotti



1993 - Debate com o Lula. Foto: Roberto Parizotti



1993 - 14 de maio - Em seminário pela reforma constitucional, a luta pela 5ª Turma. Foto: Cibele Aragão



1994 - Greve na PQU por plano de cargos e salários e reajuste. Foto: Dino dos Santos



1994 - Greve Polibrasil Remi e Vicentinho.
Foto: Roberto Parizotti



1994 - 10 de abril - Convenção dos Químicos.
Foto: Cibele Aragão



1995 - Greve PQU. Foto: Roberto Parizotti



1995 - Greve Fortilit. Foto: Roberto Parizotti



1995 - Greve na Brascola. Foto: Roberto Parizotti



1995 - CBC - Explosão mata trabalhador. Foto: Roberto Parizotti



1995 - Assembleia na portaria da PQU, em ângulo artístico: 2º lugar na categoria profissional em preto e branco de concurso da Prefeitura de Santo André. Foto: Roberto Parizotti



1995 - CBC - Explosão mata trabalhador. Foto: Roberto Parizotti



1995 - Explosão morte José Maria. Foto: Roberto Parizotti



1995 - CBC - Explosão mata trabalhador. Foto: Roberto Parizotti



1995 - CBC - Explosão mata trabalhador. Foto: Roberto Parizotti



1995 - CBC - Explosão mata trabalhador. Foto: Roberto Parizotti



1995 - CBC - Explosão mata trabalhador. Foto: Roberto Parizotti



1995 - 1º de maio Remi e Celso Daniel Roberto. Foto: Roberto Parizotti



1998 - Químicos ABC 60 anos. Foto: Roberto Parizotti



1996 - 29 de abril - Com o ato ecumênico pelo Dia de Luto Contra os Acidentes e Doenças no Trabalho. Foto: Dino Santos



1995 - Def. Previdência Ato Praça Ramos - SP. Foto: Roberto Parizotti



1998 - Greve PQU. Foto: Roberto Parizotti



1995 - 11 de março - Debate Reforma Previdência - Ministros Trab. e Prev. CUT. Foto: Roberto Parizotti



1999 - As Mulheres na Luta. Concentração na Praça Ramos de Azevedo. Foto: Dino Santos



1998 - Greve PQU. Foto: Roberto Parizotti



1996 - A luta em defesa da Previdência, e os (maus) exemplos que vêm do governo FHC. Charges: Márcio Baraldi (SINDIQUIM n° 955)



1996 - Em março, o gesto de "dar banana" aos parlamentares que retiram os direitos previdenciários dos trabalhadores. Na foto, um ato diante da empresa Soplást. Foto: Dino Santos



1999 - 13 de maio. Ato na Ford contra as demissões de dois mil e oitocentos trabalhadores. Uma passeata toma a Via Anchieta, a Av. Dr. Rudge Ramos até o Largo São João Batista. Foto: Dino Santos



2000 - Paralisação na Trorion por atraso salarial. Foto: Dino Santos



2001 - 19 de dezembro - Protesto na Rhodia pela demissão de cento e noventa trabalhadores. Foto: Dino Santos



2001 - 13 de junho - Trançaço na Igefarma. Foto: Dino Santos



2001 - 24 de janeiro - Aposentados do ABC realizam passeata - por uma vida mais digna, na Praça da República. Foto: Dino Santos



2003 - 15 de julho - Trançaço no Polo Petroquímico. Foto: Dino Santos



2003 - Reunião de Saúde. Foto: Dino Santos



2004 - Reunião de Saúde. Foto: Dino Santos



2005 - 25 anos Diesat. Foto: Dino Santos



2005 - 20 anos da CONSAT. Foto: Dino Santos



2007 - Greve na empresa BASF PU. Av. Papa João XXIII - Sertãozinho - Maua/SP - Brasil. Foto: Dino Santos



2007 - Assembleia da campanha salarial de 2007 na empresa BLITZ Indústria e Comércio de Plástico - R. Alpes, 114 - Ribeirão Pires - Brasil. Foto: Dino Santos



2006 - São Paulo. Foto: Dino Santos



2006 - Assembleia da campanha salarial na empresa Davene - Avenida Prestes Maia, 831 - Diadema. Foto: Dino Santos



2007 - Plano Ação CEREST - Diadema. Foto: Dino Santos



2007 - Curso de CIPA. Foto: Dino Santos



2007 - Ato em defesa do emprego com Raimundo na empresa Coper Indústria Cosmético LTDA - Av. Prestes Maia, 792. Jd. das Nações - Diadema. Foto: Dino Santos



2007 - Curso de Saúde do Trabalhador. Foto: Dino Santos



2007 - Personagens do Márcio Baraldi reunidos celebram o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora na Indústria Química do ABC. (capa do SINDIQUIM 1215, outubro 2007).



2008 - Selo dos Químicos do ABC - 70 anos.



2008 - Assembleia BASF. Foto: Dino Santos



2008 - Greve na CBC. Foto: Dino Santos



2008 - Debate dos 70 anos dos Químicos do ABC. Foto: Dino Santos



2008 - 28 de abril - Com Freire. Foto: Dino Santos



2009 - Assembleia da campanha salarial na empresa Henkel, com Raimundo - Av. Karl hüller, 136 - Jd. Caema - Diadema. Foto: Dino Santos



2008 - 8 de março - Avenida São Luiz, em São Paulo: pela legalização do aborto, igualdade de salário e fim da violência doméstica. Foto: Dino Santos



2008 - 28 de abril - com Raimundo. Foto: Dino Santos



2008 - Seminário de Saúde. Foto: Dino Santos



2009 - Curso de CIPA. Foto: Dino Santos



2009 - Explosão na Diall Química - Diadema. Foto: Ricardo Trida



2010 - Curso de CIPA. Foto: Dino Santos



2010 - 28 de abril. Foto: Dino Santos



2011 - Plenária Fórum Regional de Saúde com Freire. Foto: Dino Santos



2011 - Fórum Regional de Saúde. Foto: Dino Santos



2011 - 28 de abril. Foto: Dino Santos



2011 - Vistoria em empresa - Química do ABC. Foto: Dino Santos



2011 - Vistoria em empresa Química do ABC. Foto: Dino Santos



2011 - Audiência pública com Freire. Foto: Dino Santos



2011 - Plenária de Saúde. Foto: Dino Santos



2011 - Seminário da Campanha Salarial, Palestra Prevenção de Acidentes. Foto: Dino Santos



2012 - Seminário de Prevenção as LER/DORTs com Freire - Diadema. Foto: Dino Santos



2012 - Protesto por melhores condições de trabalho na empresa Royton Química Farmacêutica. 17/08/2012. Foto: Dino Santos



2011 - Debate Saúde com Raimundo e Freire. Foto: Dino Santos



2012 - Encontro Vida Viva. Foto: Dino Santos



2012 - Assembleia da campanha salarial com Juvenil, na empresa AKzoNobel de Mauá. Avenida Papa João XXIII, 2.100 - Vila Noêmnia - SP. Foto: Dino Santos



2012 - Seminário COMSAT. Foto: Dino Santos



2012 - 28 de abril. Foto: Dino Santos



2012 - Encontro Vida Viva. Foto: Dino Santos



2012 - Formaquin com Rodolfo. Foto: Dino Santos



2013 - Ato pelos direitos dos trabalhadores na Recap Refinaria de Capuava com Juvenil. Avenida Alberto Soares Sampaio - Mauá/SP. Brasil. Foto: Dino Santos



2013 - Curso da Rede Vida Viva. Foto: Dino Santos



2013 - Curso de Saúde. Foto: Dino Santos



2013 - Encontro de Saúde. Foto: Dino Santos



2013 - Reunião de Saúde. Foto: Dino Santos



2013 - Reunião Saúde. Foto: Dino Santos



2014 - Ato contra os mais de dezesseis acidentes de trabalho em oito meses na empresa Solvay Indupa do Brasil com Juvenil. Estrada de Ferro Santos Jundiá, km 38 - Vila Elclor - Santo André/SP. Brasil. Foto: Dino Santos



2014 - 28 de abril - Estação Santo André. Foto: Dino Santos



2014 - Assembleia com os trabalhadores da unidade da AkzoNobel de Mauá sobre a campanha salarial com Juvenil. Avenida Papa João XXIII, 2.100 - Sertãozinho, Mauá/SP. Brasil. Foto: Dino Santos



2015 - 28 de abril. Foto: Dino Santos



2015 - 28 de abril - Foto: Dino Santos



2015 - Assembleia de PLR na empresa Colgate Palmolive com Raimundo. Rodovia Anchieta, KM 14 - São Bernardo do Campo/SP. Brasil. Foto: Valdir Lopes



2015 - Paralisação na empresa Solvay Indupa do Brasil em defesa dos direitos, da democracia, o PL 4330 e contra a terceirização. Estrada Ferro Santos Jundiá, 38000, Vila Elclor - Santo André/SP. Brasil. Foto: Valdir Lopes



2015 - Assembleia de PLR na empresa Colgate Palmolive com Raimundo. Rodovia Anchieta, KM 14 - São Bernardo do Campo/SP. Brasil. Fotos Valdir Lopes



2015 - Planejamento COMSAT com Freire. Foto: Dino Santos



2015 - 28 de abril - Frente INSS SBC. Foto: Dino Santos



2015 - Curso de Saúde. Foto: Dino Santos



2015 - Planejamento COMSAT, com Raimundo e Freire. Foto: Dino Santos



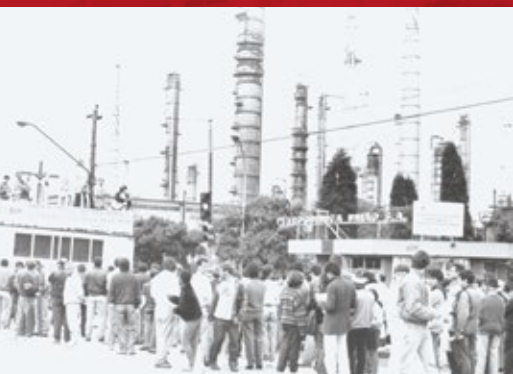
2015 - Seminário de Saúde em SBC. Foto: Dino Santos



2015 - Seminário de Saúde em SBC. Foto: Dino Santos



2015 - Planejamento COMSAT, com Raimundo e Freire. Foto: Dino Santos



Realização:



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-62585-07-4



9 788562 585074